

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA



A luta pela autonomia e a participação política dos camponeses: um estudo nas micro-regiões de Feira de Santana e Serrinha, no Estado da Bahia.

ILDES FERREIRA DE OLIVEIRA

CAMPINA GRANDE
Julho, 1987

A LUTA PELA AUTONOMIA E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS CAMPONESES:
UM ESTUDO NAS MICRO-REGIÕES DE FEIRA DE SANTANA E SERRINHA, NO
ESTADO DA BAHIA.

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

ILDES FERREIRA DE OLIVEIRA

**A LUTA PELA AUTONOMIA E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS CAMPONESES:
UM ESTUDO NAS MICRO-REGIÕES DE FEIRA DE SANTANA E SERRINHA, NO
ESTADO DA BAHIA.**

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado em Sociologia da Universidade
Federal da Paraíba - UFPb.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIOLOGIA RURAL

JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI
Orientadora

DIS
316
DIB2

CAMPINA GRANDE

ORAÇÃO A UM LAVRADOR

Victor Jara

Levanta-te
e olha a montanha
de onde vem
o vento, o sol e a água.
Tu, que manejas o curso dos rios,
Tu, que semeias o vôo da tua alma.
Levanta-te
e olha as mãos.
Para crescer, estreitá-las a teu irmão,
Juntos iremos
Unidos no sangue.
Hoje é o tempo que pode ser o amanhã
Livrai-nos daquele que nos domina
na miséria
Traz-nos teu reino de justiça
e igualdade
Sopra como o vento
A flor do serrado
Limpa como o fogo
O cano do teu fuzil
Levanta-te
e olha as mãos.
Para crescer, estreitá-las a teu irmão
Juntos iremos unidos no sangue
Agora e na hora da nossa morte.
Amém!



DEDICO ESTE TRABALHO:

- a Laudeci, Jara, Pablo, Eva e Iary.

- aos camponeses que lutam pelo amanhecer de um novo dia onde a opressão, a fome, o analfabetismo, a dependência, a exploração, a passividade e a acomodação sejam coisas do passado.

AGRADECIMENTOS

Registramos os nossos agradecimentos a todos aqueles que de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Como seria impossível mencionar todos os nomes envolvidos, citamos apenas aqueles que tiveram uma participação mais constante e direta:

- os camponeses da região, pelas valiosas informações, especialmente as lideranças comunitárias e sindicais;

- Antonieta, Zé Celino, Ivo, Luis do Prado, Dilza, Zilda, Antônio Gomes, lideranças camponesas que ajudaram na coleta dos dados;

- Ismael, que "segurou a barra" de muitas coisas durante a nossa permanência em Campina Grande;

- o Movimento de Organização Comunitária (MOC) pela experiência que nos tem propiciado junto aos camponeses, facilitando a compreensão da realidade regional;

- a Universidade Estadual de Feira de Santana, através do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, e dos professores José Maria Nunes Marques, Mons. Renato de Andrade Galvão e Josué da Silva Mello, respectivamente Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitor Acadêmico até maio deste ano, pelo apoio recebido;

- a CAPES, através do PICD, também pelo apoio que recebemos;

- Jonas, do setor de computação da UFPb., pela sua boa vontade e presteza demonstradas no processamento dos nossos questionários;

- os funcionários da UFPb. que atuam na Coordenação do Mestrado em Sociologia, especialmente Verônica, Joãozinho e Everaldo, pelo atendimento eficiente e cortês;

- os professores do Mestrado em Sociologia da UFPb. pelo comprometimento, seriedade e eficiência demonstrados na condução do curso;

- a professora Josefa Salete Barbosa Cavalcante, orientadora, pela sua competência, dedicação, paciência e sempre pronta disposição em nos ajudar, inclusive em momentos que implicavam em sacrifícios da sua parte, discutindo cada passo que precisava ser dado durante todo o curso até a conclusão desta dissertação.

R E S U M O

O objetivo desta dissertação é analisar a organização econômica das unidades familiares de produção, considerando suas características de autonomia e subordinação que influencia suas formas de participação política. Os dados são provenientes de uma pesquisa realizada em seis Municípios das micro-regiões de Feira de Santana e Serrinha do Estado da Bahia, do Nordeste do Brasil, durante os anos de 1985 e 1986. Como técnicas de pesquisa foram usados questionários, entrevistas não estruturadas, informantes chave e observação participante.

Os resultados revelam que essas unidades camponesas ganham sua subsistência através da agricultura, pecuária e trabalho assalariado, sendo a pecuária a fonte principal de renda monetária. A preponderância de uma fonte de renda sobre a outra, contudo, varia de acordo com a disponibilidade de terra e mão-de-obra para uso das unidades de produção. Face à precariedade desses fatores, bem como da condição de subordinação dessas unidades, as famílias estudadas desenvolvem estratégias que vão do assalariamento de seus membros pelas unidades mais pobres, à maior participação política pelos camponeses mais ricos. A análise feita revela ainda as formas de participação política, de acordo com a diferenciação interna de classe camponesa. E, de certo modo, a incapacidade dos camponeses se mobilizarem, por si próprios, apesar de sua inserção nos movimentos comunitários e sindicais, tornando-se indispensável o apoio externo. Finalmente, o trabalho revela a crescente participação política dos camponeses nas micro-regiões estudadas, ao lado da modernização da vida econômica de suas unidades de produção.

A B S T R A C T

The aim of this Dissertation is to analyse the economic organization of family units of production, taking into account their autonomous and subordinate character, according to which their political participation is understood. Data come from a research carried out in six Municipalities of Feira de Santana and Serrinha, micro-regions of the Brazilian Northeast State of Bahia, during the years of 1985 and 1986. As research techniques questionnaires, non-structured interviews, key informants and participant observation were used. The study reveal that those peasant units get their living on agriculture, cattle raising and wage labour, being cattle raising the main source of monetary income. The preponderance of one source of income over the other is related to the amount of land and labour available to the units of production. The shortage of land and labour, as well as the subordination of these units, to the capitalist mode of production determinate survival strategies such as, hiring out labour, by poor peasants, or more effective political participation, by better - off peasants. The findings demonstrate the forms of political participation, according to the internal differentiation of the peasant class and, somehow, the inability of peasants to act for themselves against external forces of powers unless they have political support of individuals and organization from outside. Furthermore, the results make clear a growing political participation of peasants in the economic life of the micro-regions, side by side modernization of the economic life of their units of production.



Várias manifestações foram feitas pelos camponeses da região durante os anos de 1985 e 1986.



Eles tomaram as ruas de Salvador e Feira de Santana, lutando por Reforma Agrária e pelo reassentamento dos atingidos pela barragem "Pedra do Cavalo";



reivindicando melhores serviços de saúde e protestando contra a fundação da UDR em Feira de Santana.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	10
- procedimentos técnico-metodológicos	15
CAPÍTULO I: A FORMAÇÃO DE UM SETOR CAMPONÊS NO ESTADO DA BAHIA E AS CARACTERÍSTICAS DE SUA SUBORDINAÇÃO: TEORIA E REALIDADE.....	21
- a pequena produção na Bahia, hoje	27
- o que são os camponeses: questões conceituais	29
- o Estado e a subordinação dos camponeses	37
- ideologia: a visão de mundo do camponês	53
CAPÍTULO II: A ESTRUTURA SOCIAL E A DINÂMICA DAS CONDIÇÕES SOCIAIS DE EXISTÊNCIA: A DIFERENCIAÇÃO INTERNA DOS CAMPONESES	61
CAPÍTULO III: AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E O CARÁTER DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DA FAMÍLIA CAMPONESA: PLANTAR SÓ PRA NÃO CAIR NO LITRO.....	85
- o trabalho de ganho do chefe da família	85
- o trabalho de ganho de mulheres e filhos	90
- o uso de sementes de meia	94
- atividades de negócio	98
- a diversificação de culturas	100
- a pequena pecuária	102
- os elementos constitutivos da economia camponesa e as características do consumo familiar	104
- as vicissitudes da produção agrícola	117
CAPÍTULO IV: CONVIVENDO COM OS MECANISMOS DE SUBORDINAÇÃO	125
- o consumo de adubos, inseticidas e imunizantes	125
- instrumentos de trabalho	132
- relacionamento com o banco	135
- a venda de produtos	144
CAPÍTULO V: AS MOBILIZAÇÕES CAMPONESAS, SUAS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES	148
- a participação nos sindicatos	149
- a dinâmica das mobilizações	158
- a organização política e a modernização da agricultura: a contribuição da APAEB	162
- APAEB e Sindicato: dois frutos de uma mesma árvore	167
- participação política e as mudanças nas relações com o poder local... ..	170
CAPÍTULO VI: AS MOBILIZAÇÕES CAMPONESAS E O APOIO EXTERNO	178
- a construção da barragem Pedra do Cavalo	180
- a luta da comunidade de Morro Redondo pela terra	185
CONCLUSÕES	190
ANEXOS:	
- Anexo I: alguns exemplos de cânticos	199
- Anexo II: questionário	205
- Anexo III: Tabelas XXIX, XXX e XXXI	217
- Anexo IV: lista das tabelas e quadros	220
BIBLIOGRAFIA	222

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta-se como uma primeira tentativa de compreender o processo de autonomia e subordinação dos camponeses nas micro-regiões homogêneas de Feira de Santana e de Serrinha, no Estado da Bahia, bem como os passos que estão sendo ensaiados por eles na perspectiva de marcar presença no processo social e político local. Nele serão discutidos alguns dos elementos principais da organização econômica e da participação política dos camponeses.

Os camponeses são trabalhadores que se relacionam diretamente com a natureza, mantêm o domínio sobre os seus meios de produção e vivem inseridos numa modalidade específica de produção familiar. Daí surgem algumas grandes contradições: enquanto produtores, os camponeses gozam de certa autonomia no seu processo de trabalho e de produção, estando, ao mesmo tempo, submetidos a um processo de subordinação ao modo de produção dominante. Esse processo de trabalho, firmado não utilização da mão-de-obra da própria família, se diferencia dos processos de trabalho propriamente capitalistas.

Enquanto segmento social heterogêneo, os camponeses mantêm um conjunto de características econômicas, sociais e culturais distintas. Apesar dessa diferenciação interna, eles apresentam certos traços econômicos, sociais, políticos e culturais similares que os distinguem de outros grupos.

É considerando essa diferenciação entre os camponeses e o movimento contraditório de autonomia e subordinação, que pretendemos estudar a organização econômica da unidade familiar camponesa, as estratégias utilizadas para sua sobrevivência e recriação, as formas concretas de subordinação, as alternativas de organização e de participação política no contexto em que estão inseridos.

Pretendemos buscar o entendimento de como, na prática, se estabelecem as relações entre a organização econômica e a participação política. Partimos, portanto, de categorias empíricas que estão presentes na realidade vivenciada pelos camponeses no seu cotidiano.

O vínculo com a terra é condição indispensável para a manutenção do trabalho autônomo e da própria continuidade do segmento camponês. Na atual situação de exploração e de subordinação, os camponeses precisam desenvolver mecanismos a nível do processo produtivo, da comercialização de seus produtos e do consumo, bem como outras medidas que permitam sua participação social e política. Na área estudada, para manter o processo de trabalho autônomo (ligado à agricultura e à pecuária), os agricultores precisam também buscar outras atividades complementares, enquanto lutam por se constituírem numa força de pressão política que se concretiza através do processo organizativo.

O padrão de vida da família está diretamente relacionado com a disponibilidade de terra e de mão-de-obra na unidade de produção e de consumo; assim, a família que dispõe de terra suficiente e a maioria de seus membros está apta a trabalhar, mantém um nível de vida superior ao de outra que não dispõe de terra em quantidade suficiente para a sua manutenção, ou de mão-de-obra familiar suficiente para as atividades necessárias. Entretanto, entre esses elementos a terra exerce um papel de maior relevância. Dessa forma, entre duas famílias cuja disponibilidade de mão-de-obra seja a mesma, possui melhores condições sociais de existência aquela que dispuser de maior e melhor pedaço de terra.

Mesmo reconhecendo-se que existem outros fatores importantes, como as próprias condições naturais, é em função da terra que gira toda a vida da família camponesa. Como normalmente a terra disponível é insuficiente, os camponeses precisam recorrer a outras atividades a fim de garantir a própria subsistência; é por isso, também, que o volume da produção agrícola para o mercado é muito baixo; quase dois terços da média da produção dos três principais produtos (o feijão, o milho e a farinha de mandioca) são destinados ao autoconsumo.

Para enfrentarem as condições adversas a que são submetidos, expressas na falta de terra, terra em quantidade insuficiente e de baixa qualidade, analfabetismo etc., os camponeses estão criando formas de resistência e de articulação, de defesa e de enfrentamento à subordinação e à exploração; são formas de organização e de participação política que se manifestam nas atividades comunitárias e sindicais que vêm gerando mobilizações cuja repercussão ultrapassa os níveis da comunidade, do município e

da região. Desta forma, nossa preocupação será de compreender como esses camponeses respondem aos desafios à sua condição de autonomia relativa a partir dos elementos da sua própria realidade e das características da pequena produção no contexto estudado.

Os seis municípios que compõem a área do nosso estudo fazem parte das microrregiões de Feira de Santana e Serrinha e ocupam uma faixa de 5.036 Km² e tinham, em 1980, uma população de 423.397 habitantes, sendo que em média, 64,6% residiam em áreas urbanas e 35,4% na zona rural ¹. Essa população é constituída basicamente de jovens: 64,2% dela são constituídos por pessoas com até 24 anos de idade.

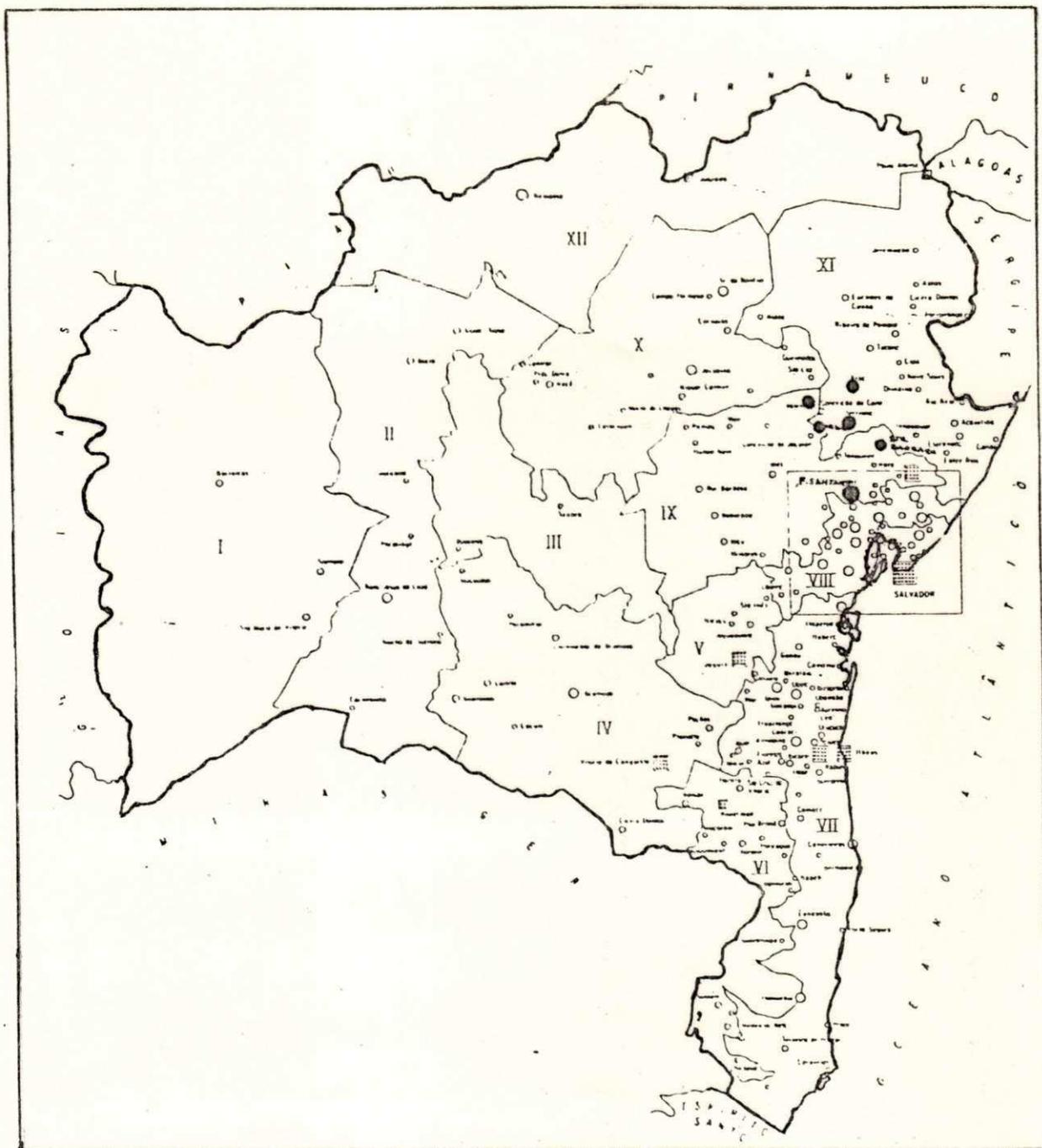
O setor de atividade de maior importância relativa, para o conjunto dos municípios, é o da agricultura e de extração vegetal que ocupa 39,4% da população economicamente ativa, vindo em seguida o setor de comércio de mercadorias com 18,7%, e em terceiro lugar, o da indústria de transformação com 15,0%. Do total de pessoas ocupadas neste último setor de atividade, 83,3% pertencem ao município de Feira de Santana. Os demais setores de atividade que ocupam 26,9% da população economicamente ativa, são os seguintes, por ordem de importância: indústria de construção; transportes e comunicação; administração pública; prestação de serviços; e outras atividades (Cf. Censo Demográfico, Mão-de-Obra, 1980, Bahia).

Observa-se que parte considerável da população que habita as áreas urbanas, exceto em Feira de Santana ², tem suas atividades econômicas ligadas à agropecuária. É o caso, de um lado, de camponeses pobres que perderam suas terras e, morando nas periferias urbanas, deslocam-se diariamente para a zona rural, seja para cultivarem suas próprias plantações feitas em áreas cedidas ou alugadas, seja para trabalharem enquanto assalariados rurais. De outro lado, é o caso de camponeses re-

(1) O município de Feira de Santana é o único que apresenta uma população urbana superior à rural. Excluindo-se, os dados deste município, 68,8% da população dos demais municípios habitam na zona rural (Cf. Censo Demográfico, 1980).

(2) A população que habita a periferia de Feira de Santana, de um modo geral, é formada de migrantes provenientes de outros municípios e regiões, especialmente das áreas rurais, e, por isso, está obrigada a conseguir a subsistência através de atividades irregulares, inclusive aquelas mais indignas como "beitar lixo".

B A H I A



- Municípios das Micro-Regiões de Feira de Santana e Serrinha que constituem a área do nosso estudo: Feira de Santana, Santa Bárbara, Serrinha, Ichu, Valente e Araci.

mediados que mantêm as respectivas famílias na cidade e se deslocam diariamente para os trabalhos da roça, ou ainda, é o caso dos fazendeiros propriamente ditos que, morando nas cidades, mantêm trabalhadores cuidando das suas propriedades, criatórios etc.

A distribuição da terra na região, assim como no Estado da Bahia, é bastante irregular: os 23.311 estabelecimentos agrícolas citados pelo Censo Agropecuário de 1980 ocupam uma área de 419.971 hectares de terra, sendo que uma parcela menor é dividida em grande número de pequenas propriedades, enquanto que outra parte maior é distribuída com um número bem menor de grandes propriedades, conforme se pode verificar na tabela seguinte:

Tabela I

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DE FEIRA DE SANTANA, SANTA BÁRBARA, SERRINHA, ARACI, ICHU E VALENTE, 1980.

Tamanho do Estabelecimento (Ha)	Estabelecimentos		Área	
	Nº	%	Hectares	%
Menos de 2	7.262	31,2	8.024	1,9
2 a -5	5.945	25,5	19.422	4,6
5 a -20	6.294	27,0	66.451	15,8
20 a -50	2.296	9,8	70.438	16,8
50 a -100	806	3,4	56.203	13,4
100 a -200	394	1,7	54.135	12,9
200 a -500	224	1,0	65.074	15,5
500 e mais	90	0,4	80.224	19,1
T O T A L	23.311	100,0	419.971	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1980, Bahia, v.2, nº 15, Rio de Janeiro, 1983.

Mesmo sem querer adotar o critério único do tamanho da terra para caracterizar a pequena produção, observa-se que a nível da região os estabelecimentos com até 50 hectares são explorados primordialmente com o trabalho da família e se dedicam especialmente às culturas de subsistência e à manutenção de pequenos criatórios que ajudam a completar a produção do necessário ao sustento da família camponesa. Esses estabelecimentos correspondem, no conjunto, a 93,5% do total de propriedades, enquanto o seu tamanho médio é de apenas 7,5 hectares, 28,0% menor do que a média desses estabelecimentos para o conjunto do Estado da Bahia. Já as propriedades com menos de 100 ha., que correspondem a 96,9% do total, ocupam 52,5% da área e possuem um tamanho médio correspondente a 9,8 ha., enquanto o tamanho médio desses estabelecimentos para o Estado é de 14,8 ha. As propriedades com 100 hectares e mais correspondem a apenas 3,1% do total e ocupam 47,5% da área total; o tamanho médio desses estabelecimentos é de 281 ha. enquanto que no Estado o tamanho médio corresponde a 430,9 ha. Em 1980, segundo dados do Censo, existiam 77.436 pessoas ocupadas na agricultura nos seis municípios estudados, sendo que deste total apenas 1.885 (2,4%) se caracterizavam como empregados permanentes. Desses trabalhadores assalariados, 23,7% eram constituídos de mulheres e 8,0% de menores de 14 anos.

O índice de mecanização da agricultura é baixíssimo. Como ilustração, citamos a presença de arados e tratores. O Censo de 1980 registrou a presença de apenas 1.554 arados de tração animal nos seis municípios em estudo que correspondem a uma relação de apenas 0,06 arado por estabelecimento. Com relação à presença de arados mecânicos, foram registrados somente 223, o que não chega a perfazer uma média de 0,01 arado por estabelecimento.

Procedimentos Metodológicos

São dois os caminhos que os pesquisadores costumam seguir no processo de conhecimento da realidade: o primeiro consiste em partir de situações gerais, abrangentes, globalizantes, para explicar, em seguida, as especificidades, as particularidades; neste caso, estuda-se o macro,

inicialmente, para descer aos pormenores, ao micro, em seguida. O segundo caminho, pelo contrário, consiste em partir de situações específicas, particulares, do concreto imediato, para se chegar àquelas mais abrangentes.

Neste trabalho optamos pelo caminho de partir do específico, do particular, da realidade concreta com que nos deparávamos. Ao fazer esta opção estávamos conscientes dos desafios que uma investigação como esta haveria de enfrentar. Entre eles, encontramos obstáculos epistemológicos especialmente no que tange à passagem do imediato concreto com que nos defrontávamos para situações de ordem mais geral. Essa passagem, de forma a contemplar as duas facetas que compõem o mesmo objeto - o particular e o geral - foi normalmente difícil e nem sempre foi conseguida plenamente.

Investigar o particular sem perder de vista o geral é uma necessidade, mas é também uma proeza. O esforço em cultivar os dois aspectos sem enveredar unilateralmente por um ou outro caminho, mantendo o vínculo que efetivamente os liga, deve ser mantido por qualquer pesquisador. Isto porque, o empírico e a razão estão intimamente relacionados, embriçados um ao outro, e não devem ser separados. É a própria interação, em outras palavras, o relacionamento entre teoria e prática que precisa ser mantido e expresso.

Três grandes questões nortearam nossa investigação:

- como se organiza a economia camponesa nas micro-regiões sob estudo?
- em que termos se realiza o contraditório relacionamento entre a autonomia e a subordinação dos camponeses?
- que formas de manifestação e de participação política os camponeses mantêm ou estão criando a partir da sua realidade econômica para garantir sua sobrevivência?

Todas essas questões são fundamentais ao nosso objeto de estudo: a organização econômica e a participação política dos camponeses.

Propositadamente escolhemos os municípios de Feira de Santana, Santa Bárbara, Serrinha, Ichu, Araci e Valente por apresentarem características diferenciadas que poderiam favorecer uma maior representatividade dos dados e informações coletados; o município de Feira de Santana

é o único que apresenta um contingente populacional urbano superior ao rural (a relação é de aproximadamente 5 para 1) e está situado numa área mais próxima ao litoral; por isso sofre menos os efeitos das secas; é o único, também, que possui um centro industrial e por conta disso um segmento de operários; os municípios de Santa Bárbara e Serrinha situam-se numa área de transição entre o recôncavo e o sertão e os demais municípios se localizam na entrada do sertão baiano propriamente dita. Assim, procuramos discutir os temas relacionados com nosso objeto de estudo numa área mais ampla, contemplando as diferentes situações que a realidade comporta.

Iniciamos o processo de investigação adotando os seguintes procedimentos técnicos e metodológicos:

a) Levantamento bibliográfico: selecionamos, como primeiro passo, um conjunto de leituras básicas que pudessem fornecer os elementos teóricos essenciais para a análise e interpretação da realidade que pretendíamos investigar e analisar;

b) Trabalho de campo: utilizamos a técnica de "entrevistas estruturadas", através de um questionário, elaborado para servir de "ponta de linha", ou seja, para permitir o levantamento de um conjunto de informações preliminares e indispensáveis, selecionando-se aquelas consideradas mais importantes para um aprofundamento posterior. Foram aplicados 188 questionários em seis localidades dos municípios selecionados, conhecidas como "comunidades", isto é, localidades rurais cujos moradores costumam se reunir para discutir as dificuldades que enfrentam e buscarem conjuntamente formas de equacionamento das mesmas. Já havia um relacionamento anterior entre a nossa pessoa e alguns membros dessas comunidades, por conta da nossa participação numa entidade que presta assessoria, em ações educativo-comunitárias na região. Esses dados foram processados pelo sistema de computação (uso de SPSS).

Em cada comunidade aplicou-se um mínimo de 30 questionários e o máximo de 35. A seleção dos camponeses entrevistados não foi feita previamente, dada a inexistência de cadastros ou registros dos mesmos. Nos dias em que estávamos no campo, para fazer as entrevistas, conversávamos informalmente com todos aqueles que iam sendo encontrados - participantes da "comunidade" ou não - para identificar se efetivamente se enqua-

dravam em nosso conceito de camponês. Em caso positivo, realizávamos a entrevista, sendo que quase todas foram feitas a caminho da roça, no próprio local de trabalho ou em casa, nos horários das refeições. Para alguns casos, devido a certos "inconvenientes" (como a presença do proprietário da terra onde eles moravam e trabalhavam), foram marcados outros encontros.

Uma equipe de líderes sindicais, depois de devidamente treinada, participou dessa fase de coleta de dados, com atuação bastante positiva, pelo fato dessas lideranças pertencerem ao mesmo segmento social, de falarem a mesma língua e viverem a mesma realidade, facilitando o processo de levantamento dos dados, especialmente daqueles referentes à participação política.

As localidades previamente escolhidas para a aplicação dos questionários foram selecionadas em função de dois critérios: a facilidade de acesso, já que os nossos recursos e o tempo eram bastante escassos; e a existência de um relacionamento anterior com alguns moradores. A maioria das entrevistas, no entanto, foi realizada com camponeses que não mantinham nenhuma relação conosco, mesmo que muitos deles fossem participantes das comunidades. Para aprofundar as informações obtidas através dos questionários, mais dados foram levantados junto a 135 camponeses. Esses depoimentos³ foram coletados das seguintes formas: em visitas que fizemos a alguns camponeses com quem mantemos um relacionamento de amizade; através de conversas informais, de maneira espontânea, em eventos como a comemoração de datas importantes para os camponeses, realização de uma festa na comunidade etc. e através de encontros, treinamentos e manifestações promovidos por entidades representativas dos camponeses (Sindicatos, APAEB, FETAG) ou pela entidade de assessoria da qual fazemos parte.

Procuramos obter a opinião dos camponeses sobre determinado assunto através de uma "conversa", isto é, sem fazer perguntas fora do contexto de cada momento, evitando-se cortes ou rupturas no curso da "conversa"; o momento deveria ser oportuno, de forma que os depoimentos eram feitos naturalmente.

(3) Vários depoimentos incluem cálculos monetários. Muitos deles foram tomados antes do Plano Cruzado e alguns foram convertidos em Cruzados na proporção Cr\$ 1 = Cz\$ 1 e outros foram mantidos em Cruzeiros para não comprometer a compreensão da mensagem.

c) Observação participante: essa foi uma estratégia de fundamental importância no curso desta pesquisa. Participamos de uma série de eventos promovidos por entidades representativas dos camponeses, podendo observar o seu comportamento e atitudes diante daqueles fatos; foram manifestações (passeatas, concentrações etc.) por reforma agrária, por melhores serviços de saúde, reivindicações de sementes, denúncia contra a UDR, comemorações do 1º de Maio, do Dia do Trabalhador Rural etc. Nessas ocasiões conversamos com dezenas de camponeses, podendo perceber os motivos que os levaram a participar daqueles eventos e as suas formas de interpretação dos mesmos.

d) Cadernos de anotações: utilizamos ainda do mecanismo de as famílias anotarem todo o movimento de receitas e despesas, das mais importantes às menos significativas, pelo período de um ano. Com isso foi possível identificar quais as atividades que têm maior ou menor peso na economia familiar, bem como ter-se uma noção do nível de consumo através das quantias gastas por cada unidade. Entretanto, do total de 27 camponeses que voluntariamente se ofereceram para fazer essas anotações, apenas 6 conseguiram registrar todo o movimento monetário da família no período de um ano. Os demais alegaram uma série de dificuldades, sendo que a principal delas foi o baixo nível de escolaridade dos membros da família que impediu o trabalho de ser feito a contento.

e) Sistematização de dados: foi o processo de sistematização que tivemos de realizar, o que se firmou em dois campos: nos dados concretos, disponíveis, levantados na região estudada, e nos materiais de caráter mais teórico, especialmente nos estudos realizados e com os quais a nossa discussão se relacionava de uma forma mais direta. Procuramos, com isso, dentro do possível, manter um diálogo entre as informações coletadas e a literatura conhecida sobre o tema.

f) Devolução das informações: realizamos, com um grupo de camponeses, incluindo-se alguns que não tinham sido entrevistados e nem fornecido qualquer depoimento para o nosso trabalho, pequenas discussões sobre os dados revelados por nossa pesquisa, podendo-se, a partir disso, aprofundar situações que foram trazidas à tona a partir do estudo, especialmente aquelas relacionadas com a economia familiar e com a participação dos camponeses em suas entidades representativas.

A análise dos dados nos levou a estruturar esta dissertação em seções. Temos, portanto, oito seções, a saber: a introdução, seis capítulos e as conclusões.

Na introdução, como vimos, situamos o nosso objeto de estudo, a área geográfica onde a pesquisa foi realizada e apresentamos os procedimentos técnico-metodológicos.

No primeiro capítulo fazemos uma rápida abordagem sobre a formação da pequena produção de base camponesa na Bahia, sobre o conceito de camponês e sobre o Estado, destacando-se algumas das formas de relacionamento com os camponeses. Discutimos, também, de forma rápida, a questão da ideologia dos camponeses; no segundo, procuramos discutir a dinâmica das condições sociais de existência e a diferenciação interna dos camponeses, identificando-se cinco grupos que se distinguem entre si dada as suas condições econômicas; no terceiro capítulo a nossa análise centra-se nas estratégias de sobrevivência e de recriação da família e nos elementos constitutivos da economia camponesa; no capítulo seguinte, analisamos os mecanismos principais através dos quais se concretiza o processo de subordinação dos camponeses; no capítulo quinto a nossa discussão se volta para as formas de mobilização dos camponeses e a sua tentativa de participação no processo social e político; no sexto capítulo, discutimos a questão do apoio externo ao processo de mobilização, partindo de dois casos concretos. Por último, destacamos algumas conclusões que puderam ser tiradas do conjunto deste trabalho.

Como veremos, os camponeses adotam um conjunto de estratégias a fim de garantirem a reprodução da unidade familiar e a recriação do próprio segmento. Longe de constituírem um segmento homogêneo, eles se diferenciam internamente a partir da sua condição econômica, sendo que o acesso à terra é fator determinante. Essa diferenciação interna vai indicar, também, o nível de bem-estar da família e o da participação social e política dos seus membros.

Inseridos num processo de trabalho não propriamente capitalista, os camponeses são explorados e subordinados direta e indiretamente pelo modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, eles estão buscando formas de resistência através da sua participação em movimentos comunitários e sindicais que já lhes permitem marcar presença no cenário político regional. No atual momento, no entanto, é ainda indispensável a presença de agentes externos como apoio.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DE UM SETOR CAMPONÊS NO ESTADO DA BAHIA E AS CARACTERÍSTICAS DE SUA SUBORDINAÇÃO: TEORIA E REALIDADE

O processo de ocupação das terras na Bahia, nos primeiros séculos da colonização portuguesa, não foi diferente do que ocorreu no Nordeste como um todo e no restante do país, embora se saiba que nessa região os lotes de terras distribuídos àqueles que se dedicavam às atividades agrícolas, pastoris e mesmo de transformação, a exemplo da fabricação de açúcar, eram sempre superiores aos lotes distribuídos no sudeste e sul.

Até a chegada dos portugueses não havia outros grupos senão os indígenas que, como verdadeiros e legítimos "donos" do território, davam-lhes a utilidade que melhor lhes convinha. Essa ocupação indígena, no entanto, não foi reconhecida como posse, pelos portugueses. Assim, a ausência de posse com todas as inevitáveis consequências dela decorrentes, não impõe qualquer limite ao emprego de capital e de trabalho, conforme as conveniências dos colonizadores, porque estavam em jogo os seus interesses econômicos.

Aos poucos, mesmo com muita dificuldade porque a resistência de algumas tribos foi intensa e heróica, e também porque as condições naturais lhes eram adversas, os portugueses conseguiram impor o seu domínio sobre o território.

Desde que os portugueses começaram a extrair o pau-brasil, nos primeiros anos do século XVI, procuraram introduzir aqui algumas especiarias de alto valor comercial na Europa, oriundas das Índias, não se adaptando muito bem ao nosso solo e clima. O pau-brasil, extraído de forma desordenada, tendia a extinguir-se; não se fazia novo plantio das árvores, apenas se as devastavam.

Portugal precisava garantir o seu domínio e isso só era possível se fossem encontrados meios para atrair investidores que viabilizassem a ocupação do território, mantendo-se assim a integridade do mesmo. A in-

rodução da cana de açúcar e a cotação do produto nos mercados europeus terminaram por atrair os investidores de que tanto a Coroa precisava, sendo necessário um conjunto de medidas por parte de Portugal para efetivamente trazê-los para cá. Já na terceira década do primeiro século de colonização, a Bahia exportava açúcar para os mercados europeus. No final do século XVI, aqui já estavam instalados 36 engenhos que exportavam 120 mil arrobas de açúcar e 8 alambiques estavam em funcionamento (Cf. FREIRE, 1906: 23).

Uma das medidas adotadas pela Coroa, para atrair os investidores, foi o estabelecimento do sistema de Capitâneas Hereditárias, entregues a um donatário da confiança do rei, e o sistema de Sesmarias. As sesmarias eram grandes extensões de terras distribuídas entre os sesmeiros mediante o compromisso de beneficiar essas terras e pagar o dízimo à Coroa.

O tamanho de cada sesmaria era completamente irregular. Não havia qualquer proporção entre os lotes de terras⁴. Inicialmente, não havia sequer limite estabelecido para o tamanho de cada lote. Diante da insegurança a que se submetiam os investidores, tanto do ponto de vista comercial como do enfrentamento com as populações indígenas, procurava-se compensar tais riscos com grandes extensões territoriais e estabelecimento de muitos privilégios, especialmente de natureza político-administrativos, judiciais e policiais. Houve sesmarias com cem léguas de terras em quadro, ou seja, cem léguas na costa por cem léguas interior a dentro, a exemplo de Martin Afonso de Souza (Cf. FREIRE, 1906: 6). Mas à medida em que as possibilidades econômicas foram se concretizando, despertando por conseguinte o interesse de maior número de pessoas, a Coroa limitou a extensão das sesmarias em cinquenta léguas, promulgando a "Ley das Sesmarias" que regulava também a utilização das terras, as formas de pagamento do dízimo etc. Apesar disso, muitos proprietários adquiriram áreas superiores.⁵

(4) Tal irregularidade se refletia, também, no tamanho das Capitâneas que constituíam as Províncias. Algumas delas não chegavam a 2.000 léguas quadradas, outras ultrapassavam a casa das 10.000 e outras chegavam a ter 30.000. A Capitania que hoje constitui o Estado da Bahia possuía 14.836 léguas quadradas (Cf. Freire, 1906).

(5) A Provisão de 19 de Maio de 1729 determinava que nenhuma Sesmaria poderia ter mais de três léguas por uma de largura.

O sistema de Sesmarias instituído era altamente discriminatório. Para se candidatar a receber um lote de terra, era necessário ser gente rica, possuidora de muitos bens e de muito prestígio junto às autoridades. Assim, o processo de doação passou a se constituir num grande privilégio para poucos. Não bastava a alguém desejar cultivar a terra para poder obtê-la. Por outro lado, muitas vantagens eram concedidas àqueles que, obedecendo às condições estabelecidas, conseguiam se apossar de lotes de terras. Como diz Graziano,

"os compromissos de quem recebesse terras eram relativamente poucos frente à grande soma de poderes que lhe era atribuída". (Graziano da Silva, 1980: 14)

Esta forma de ocupação, discriminatória e mantenedora de privilégios para alguns poucos é que vai dar feição à estrutura agrária baiana e brasileira, bem como à organização social e política que aqui se implanta. O latifúndio de hoje tem suas raízes exatamente no sistema de sesmarias; o poder local mantido ainda hoje por chefes políticos tem a sua gênese na forma de organização social e política implantada pela Coroa que, por sua vez, está diretamente relacionada com a forma de ocupação das terras. Muitos dos que receberam terras eram da própria "nobreza" da capital da Capitania, funcionários do próprio governo português. Grande parte dos proprietários rurais, à época da colonização, era constituída de militares, de padres e entidades da Igreja Católica⁶.

Inicialmente as concessões eram feitas pelos Capitães (que dirigiam as Capitânicas), sendo submetidas à confirmação por parte da Coroa. Posteriormente Portugal passou tal competência para o governador-geral, sem que o processo e as formas fossem em nada alterados.

As Sesmarias na Bahia

As doações de terras começaram a ser feitas a partir de meados do século XVI. Uma das primeiras sesmarias, na Bahia, foi a da Ilha de Ita-

(6) No final do século XVI os Jesuítas "começaram a ser os maiores donos de propriedades territoriais" (Freire, 1906: 92).

parica, em novembro de 1566, doada a D. Antonio de Athaide, Conde de Castanheira.

O primeiro movimento de colonização se fez a partir das localidades próximas ao rio Paraguassu, cujas margens eram utilizadas para o plantio da cana de açúcar e para a implantação de engenhos, ainda na região próxima à costa, por oferecer facilidades de transporte até o porto, através da navegação. Expandiu-se, posteriormente, por outros rios, a exemplo do Jaguaripe, Jequiriçá, Pojuca, Paramirim e Joanes.

À medida em que os portugueses conseguiram impor o seu domínio sobre os índios, que recuavam cada vez mais para o interior, conseguiram ocupar o território antes controlado pelos indígenas, com seus criatórios do gado bovino, chegando à região do São Francisco no século XVII.

Pela relação de sesmeiros apresentada por Freire (1906), pode-se inferir que no século XVI foram feitas menos de 50 doações. Com a elevação das perspectivas econômicas, propiciadas pela expansão da cana de açúcar destinada ao abastecimento dos mercados europeus e pelos criatórios, e a diminuição dos riscos, conseguida com a expulsão dos holandeses e com o domínio que se impunham sobre os indígenas, aumentaram sobremodo os interesses dos investidores portugueses. No século XVII foram feitas cerca de 300 concessões, sendo que algumas delas eram de domínio coletivo, noutros casos as concessões eram feitas por mais de uma vez à mesma pessoa.

Igual número de concessões parece ter sido feita, na Bahia, durante o século XVIII, sendo que durante as duas últimas décadas de vida do sistema de sesmarias (1800-1820), tudo faz crer que as doações não ultrapassaram a casa de 30. O movimento pela independência, concretizado em 1822, pôs fim ao sistema de Sesmarias.

As condições para a concessão de Sesmarias eram impostas de acordo com o prestígio que o sesmeiro gozava junto às autoridades governamentais⁷, podendo, a partir disso, barganhar ou não certas vantagens.

(7) Um exemplo disso foi a concessão da Aldeia de São João com apenas duas léguas de terra (Alvará de 26/12/1684).

Esse prestígio era indispensável, primeiramente, para que qualquer concessão fosse feita; em segundo lugar, à medida em que o prestígio do sesmeiro era menor, aumentavam também suas obrigações frente à coroa, tais como: maior pagamento de dízimo, redução do prazo para beneficiamento, poucas facilidades de comercialização dos produtos etc.

Nos dois primeiros séculos da colonização, a sociedade se compunha, basicamente, de dois grandes segmentos (dois "blocos" sociais), heterogêneos por natureza: de um lado, os senhores de terra, representados na figura do dono do engenho; os funcionários da Coroa, os comerciantes e os clérigos; todos vivendo, basicamente, das atividades relacionadas com a cana de açúcar. Do outro lado estavam os mulatos, os índios, os colonos, os escravos negros e os chamados vagabundos ("marginais"). Cada uma dessas categorias era altamente heterogênea e até estratificada. Os escravos, por exemplo, se distribuíam em "escravos de enxada e foice", "farinheiros e fumeiros" e "escravos de casa", conforme os tipos de atividades que desenvolviam. (Cf. FLORY, 1978: 180).

As alternativas de sobrevivência dos integrantes do segundo segmento eram as seguintes: a) a ocupação de pequenas faixas de terras às margens das estradas; b) ocupação de áreas localizadas naquelas sesmarias cujos concessionários não conseguiram beneficiá-las⁸; c) ocupação de pequenas glebas dentro das terras dos proprietários e mediante o seu consentimento, através do pagamento do foro; d) a prestação de serviços, dos mais variados tipos, aos proprietários territoriais; e) a simples troca da força de trabalho pelo sustento, a exemplo dos escravos, mas não somente eles estavam nesta condição; f) a prática de atos considerados ilícitos e criminosos, como os assaltos, saques etc., muito frequentes nas aldeias, vilas e cidades, principalmente do interior; g) a indi-

(8) Muitos casos geraram conflitos abertos e foram parar na Justiça, especialmente nas situações em que o sesmeiro não tivesse cumprido todas as exigências legais. Freire (1906) cita alguns casos desses, a exemplo das terras requisitadas por Antonio de Souza Andra de, em 1644, que solicitou a concessão de uma área e ocupou outra bem maior (p. 205). Como não pode comprovar a legalidade da ocupação, "os lavradores de farinha se foram estabelecendo nestas terras em que se acham mais de 100 lavradores..." (p. 207). Mais tarde apareceu o padre Sampaio e outros e se apresentaram como herdeiros das terras, passando a exigir o pagamento por parte dos lavradores. O conflito chegou à Justiça que manteve os lavradores nas terras e expulsou os intrusos vez que os donos primitivos não tinham cumprido as exigências legais.

gência e a mendicância, ou seja, a sobrevivência dependente da caridade pública; h) o banditismo, isto é, a ação dos indivíduos que buscavam "encosto" nos poderosos da época, especialmente os senhores de terra, de maneira que estes lhes garantiam o sustento material em troca da prestação de serviços de proteção, da execução de "encomendas" (eliminação de inimigos etc.).

Muitos dos trabalhadores que ocupavam pequenas faixas de terras eram verdadeiros sitiante, não conseguindo entretanto fixação definitiva em nenhum lugar. Ocupavam pequenas glebas à margem das estradas ou no interior de alguma sesmaria abandonada, ou mesmo naquelas que eram devidamente utilizadas, somente enquanto satisfaziam a algum tipo de interesse dos senhores territoriais, a exemplo do suprimento de mão-de-obra nos momentos de maior necessidade, ou cumpriam outra finalidade (proteção etc.); em caso contrário, quando os fazendeiros se sentiam incomodados ou ameaçados em algum dos seus interesses, a expulsão era imediata. Nas palavras de Graziano da Silva (1980: 17), referindo-se não à Bahia especificamente mas ao Brasil,

"esses sofridos indivíduos, vítimas do sistema reinante, viviam montando seus pequenos sítios, embora não se fixando definitivamente em nenhum local".

A produção de mercadorias para o mercado externo, a exemplo do fumo (introduzido no Recôncavo Baiano) e da cana de açúcar, com os seus altos e baixos decorrentes da oscilação dos preços no mercado internacional, esteve sempre presente em todo período colonial. Como o açúcar não se destinava ao mercado interno - e como não era um produto alimentar básico - era preciso que alguém se dedicasse à produção dos gêneros de primeira necessidade (o feijão, a mandioca, o milho, a abóbora, a batata etc.), destinados à alimentação da população como um todo e especialmente dos trabalhadores, única forma de permitir a sua recriação e por conseguinte a disponibilidade de mão-de-obra a baixo custo para as fazendas. Precisava-se, portanto, de uma agricultura voltada para o mercado interno, já que não era viável o suprimento alimentar da população através de importações. Esta tarefa de produzir alimentos para o mercado

interno foi entregue aos trabalhadores rurais (brancos, mestiços, índios etc.) e aos negros, livres ou escravos. Nasce assim a pequena produção, ao lado e como apêndice da grande lavoura, a partir dos contingentes sociais que não tinham como tornarem-se proprietários de terras⁹.

Além da produção alimentar, as pequenas unidades de produção se dedicavam também ao plantio da cana, especialmente no auge do comércio do açúcar, estimuladas pelos próprios senhores de engenho que utilizavam a produção dos pequenos lavradores para abastecerem os seus engenhos, especialmente nos momentos em que a produção própria era insuficiente para o atendimento à capacidade plena de moagem, evitando que o engenho ficasse ocioso com todos os seus trabalhadores que terminavam por constituir pesados encargos para os proprietários que precisavam maximizar os lucros.

Procedimento idêntico ocorreu em relação ao fumo. Embora plantado em grandes áreas, especialmente através da mão-de-obra escrava, houve casos em que os plantios eram feitos em pequenas unidades produtivas, a partir da mão-de-obra da própria família camponesa, de forma que os fazendeiros forneciam as sementes sob o compromisso de adquirir a produção que lhes era entregue pelos lavradores.

A pequena produção na Bahia, hoje

A pequena produção na Bahia, assim como no Brasil, surge de uma forma completamente marginal e ilegal. Não havia espaços para ela no sistema de Sesmarias implantado, mas ao mesmo tempo o próprio sistema de Sesmarias não consegue sobreviver sem a pequena produção, precisando dela durante toda a sua existência. Vivendo esta aparente contradição, os

(9) Com relação aos escravos, era muito comum reservar-se uma área dentro da grande fazenda onde deveriam produzir o seu próprio sustento. Um trecho do relato de um Jesuíta, em 1700, ilustra muito bem esta colocação: "...eu não condeno (antes louvo muito) o costume que praticam alguns senhores neste Brasil, os quais achando grande dificuldade em dar sustento a seus escravos, que os servem das portas a fora nas lavouras dos Engenhos, lhes dão em cada semana um dia, em que possam plantar e fazer os seus mantimentos, com os quais os quem não se dão a preguiça tem como passar a vida". (Cardoso, 1982: 38).

fazendeiros conseguem, durante todo período colonial, manobrar os prepostos da Coroa para manter uma legislação bastante rígida, capaz de impedir o surgimento de brechas para o desenvolvimento da pequena produção. Um bom exemplo da repressão legal exercida contra a pequena produção foi a proibição da fabricação de aguardente em engenhos de pequeno porte. Essas engenhocas, de estilo rústico, fabricavam o aguardente a custos bem mais baixos. Por pressão dos latifundiários a Coroa os proibiu, com penas severas aos infratores, inclusive de confisco dos bens dos transgressores (Cf. PRADO JUNIOR, 1963:20).

Apesar de tudo, no entanto, a pequena produção, na Bahia, se firma e marca sua presença desde os primórdios da colonização, conseguindo manter-se e recriar-se, conforme as condições de cada momento.

Com a abolição do sistema de Sesmarias, em 1822, o processo de ocupação das terras incultas se acelerou e os proprietários não tiveram respaldo legal para impedir a multiplicação das posses, quando se multiplicaram também os métodos da violência física contra os posseiros. Cada proprietário se torna o chefe de um bando armado de jagunços¹⁰ para defender os seus interesses. Mas era preciso que alguma providência legal fosse adotada. Os proprietários, nesta perspectiva, conseguiram a promulgação da Lei de Terras, em 1850, que mantém todos os privilégios da grande propriedade e até institui outros novos. Em seu Art. 1º essa Lei proibia a aquisição de terras por outro meio que não fosse a compra; estabelecia um preço mínimo muito além dos vigentes e determinava que o pagamento deveria ser à vista. Assim, manteve marginalizados os lavradores que não tinham meios para se tornar proprietários das terras que ocupavam ou desejavam ocupar (Cf. GUIMARÃES, 1968: 134).

Apesar disso, com a abundância das terras incultas, os trabalhadores continuaram ocupando lotes onde encontravam brechas, para a produção de subsistência, utilizando-se da mão-de-obra da própria família.

Mesmo considerando que é difícil caracterizar a pequena produção a partir do tamanho da terra¹¹, pode-se considerar este critério como um

(10) Isso se reforça e se intensifica a partir da Independência com o "fenômeno" do coronelismo.

(11) Um fator importante para caracterizar a pequena produção é a utilização da mão-de-obra familiar como base do processo produtivo.

parâmetro de referência que permita uma noção bastante genérica em torno da questão.

No período de 1970 a 1980, no Estado da Bahia, houve um relativo crescimento numérico dos pequenos estabelecimentos agrícolas, o correspondente a 16,3%, enquanto que a sua área média se reduzia em mais de 1,0%, o que expressa o processo de concentração da propriedade nos dias atuais, conforme se pode observar a partir dos dados da tabela II. Essas propriedades com áreas inferiores a 50 ha. correspondiam, em 1980, a 85,2% do total de estabelecimentos cadastrados no Estado, ocupando somente 18,8% da área total.

Isso significa dizer que apesar das pressões e das políticas contrárias, os pequenos estabelecimentos agrícolas continuam exercendo papel predominante na estrutura fundiária do Estado; pequenos agricultores continuam resistindo às condições adversas que lhe são impostas, o que requer estudos mais aprofundados.

O que são Camponeses: Questões Conceituais

Os camponeses, no Brasil, enquanto força produtiva e enquanto segmento social foram praticamente ignorados pelos estudiosos durante mais da metade do presente século, ou pelo menos relegados a uma posição de pouca importância. Somente a partir da segunda guerra mundial com o reaquecimento do mercado e as mobilizações crescentes, a presença dos camponeses na história social e política do país passou a ser efetivamente reconhecida. (Cf. Martins, 1983).

A explicação para esse "esquecimento", por parte dos cientistas sociais, reside em torno das teses então vigentes sobre o campesinato. Em primeiro lugar, tem-se como referência os estudos de Marx; nos poucos estudos que realizou sobre campesinato, sempre o considerou como um seg-

Tabela II

NÚMERO E ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL
BAHIA - 1970/1980

Grupos de Área Total (Ha)	1970				1980				Variação (%) 1970/80	
	Estabelecimento		Área Total (Ha)		Estabelecimento		Área Total (Ha)		Estabele- cimento	Área Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
- 10	297.035	54,85	1.042.466	4,68	347.311	54,50	1.243.192	4,14	16,92	19,25
10 - 50	162.902	30,07	3.752.337	16,86	195.284	30,64	4.400.489	14,65	19,88	17,27
50 - 100	39.734	7,34	2.722.649	12,23	45.120	7,08	3.055.200	10,17	13,55	12,21
100 - 1000	39.687	7,33	9.570.984	42,99	46.050	7,23	11.403.773	37,98	16,03	19,15
1000 - 10000	2.155	0,40	4.329.986	19,45	3.159	0,50	6.716.414	22,36	46,59	55,11
10000 e mais	44	0,01	842.405	3,79	136	0,02	3.213.526	10,70	209,09	281,47
N/D	9	0,00	-	-	165	0,03	-	-	-	-
T O T A L	541.566	100,00	22.260.827	100,00	632.255	100,00	30.032.594	100,00	17,66	34,91

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1970 e 1980 - Bahia.

mento que tenderia para o desaparecimento com o processo de desenvolvimento das forças produtivas, isto é, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Em segundo lugar, os estudos de Lenin, realizados a partir do campesinato na União Soviética que influenciaram os estudos do mundo inteiro, especialmente os marxistas; seguindo o mesmo raciocínio de Marx, Lenin afirmava também que submetido ao processo de diferenciação interna o campesinato tenderia à extinção a partir do desenvolvimento das forças produtivas. Durante muito tempo acreditou-se que este seria o caminho histórico a ser percorrido. A partir de 1960, percebeu-se que a nossa realidade não correspondia exatamente a tais "preceitos"; os camponeses não só continuavam existindo, mas reagindo, resistindo e encontrando formas de recriação, apesar do desenvolvimento das forças produtivas e do avanço do processo capitalista. É nesse período que os estudos sobre o campesinato voltam a se apresentarem com força na literatura da ciências econômicas e sociais, considerando também o impacto causado pela reação dos camponeses vietnamitas à ação de uma potência como os Estados Unidos (Cf. SHANIN, 1971 - introdução).

Por ser a própria realidade extremamente complexa, grande celeuma intelectual se trava ainda nos dias de hoje na tentativa de explicar a continuidade ou recriação do camponês. Para uns (GUIMARÃES e outros) os camponeses constituem um conjunto de relações pré-capitalistas, vestígios de um feudalismo que efetivamente o Brasil nunca conheceu; para outros (PRADO JUNIOR e outros) o trabalho do camponês não passa de uma forma de "assalariamento disfarçado", o que também não corresponde à realidade; a principal diferença entre o camponês e o assalariado - embora existam outras - está na sua relação com os meios de produção: enquanto os assalariados não têm, via de regra, a posse nem a propriedade sequer dos instrumentos de trabalho, os camponeses são os seus próprios donos (de direito e/ou de fato). Os camponeses, mesmo subordinados ao capital¹² e por ele condicionados, não podem ser vistos e estudados co-

(12) A subordinação do trabalho ao capital é um processo histórico. Num primeiro momento, dá-se a subordinação formal, a exemplo da apropriação dos instrumentos de trabalho. Com o desenvolvimento do capitalismo, que implica em transformações tecnológicas, o capital encontra maneiras de subordinar realmente o trabalho. Em muitos casos, tem-se a subordinação real do trabalho camponês, a exemplo de plantadores de fumo em certas regiões do país e produtores de gêneros para agroindústrias em que se obrigam a seguir todas as determinações da indústria ou do seu representante. O crédito agrícola, hoje, funciona também como mecanismo de subordinação na medida em que, para muitos casos, condiciona e direciona os recursos para determinados produtos, formas de produ-

mo "trabalhadores livres" (Cf. MARTINS, 1982).

Não encontramos em nosso estudo, dados que permitam generalizar os camponeses como inseridos num processo de proletarização, mesmo entendido de "uma maneira bastante ampla" como fala Graziano da Silva (1981: 52). Estes devem ser vistos dentro de um processo de diferenciação com tendências múltiplas, não tomando o direcionamento que leva simplesmente a situações polares. Há alguns segmentos, inclusive, em situação relativamente estável; alguns camponeses conseguem executar certas benfeitorias e até ampliar sua propriedade, apesar das condições adversas que enfrentam. Para outros segmentos, combinam-se situações de "trabalho autônomo" e trabalho assalariado, numa situação híbrida onde uma complementa a outra e permitem a reprodução do grupo.

Não se pode, por outro lado, cair num extremo oposto de considerar que no Brasil está em curso um processo de "recamponesação" (LOPES, 1976) ou mesmo de que "no Brasil existem algumas evidências de que a força de trabalho familiar vem se expandindo muito mais rapidamente do que o trabalho assalariado (NAKANO, 1981: 4). Para ambos os casos podem ser levantadas provas em contrário.

Há, inevitavelmente, de um lado, um processo de proletarização em curso movido pelo avanço do capitalismo no campo que expropria o camponês da sua terra e de seus instrumentos de trabalho¹³. Há, de outro, uma situação em que os camponeses enquanto força produtiva e política reagem e resistem a esse processo de expropriação e de proletarização de forma que se utilizam do próprio assalariamento como atividade complementar que permita a permanência na terra¹⁴. Este movimento, entretanto, difere no tempo e no espaço. Em certas circunstâncias, o processo de proletarização se impõe com maior força (são inúmeros os casos de expro-

(13) Na Bahia, esse processo de proletarização se destaca especialmente na área do recôncavo, com o cultivo da cana de açúcar e do fumo; no sul, com o cacau e o café; no oeste, com as recentes plantações de soja e arroz, o que não significa dizer que não se registra em outras áreas.

(14) Encontramos vários casos em que os camponeses disseram trabalhara de ganho permanentemente, no entanto, pudemos constatar que esse "permanente" significa dizer que dura o ano todo, mas o tempo dedicado é sempre parcial (alguns dias por semana, uma ou mais semanas por mês etc.).

priação e de expulsão de camponeses, na Bahia, nos últimos anos); noutros momentos, a resistência dos camponeses, enquanto força política, é capaz de não apenas freiar o processo de expropriação mas até mesmo de recuperar o terreno perdido ao longo do tempo. Um bom exemplo disso são os "movimentos dos sem terra" de camponeses que foram expropriados pelo capital num determinado momento e lutam agora pela recuperação, mesmo que de forma parcial¹⁵.

Os camponeses devem ser compreendidos dentro e a partir de um contexto histórico determinado. Hoje, o tema se insere na realidade do capitalismo monopolista e é nesse contexto que consideramos o camponês, como a figura de um produtor que se relaciona diretamente com a natureza durante todo processo produtivo, sendo que:

a) A família se constitui na unidade econômica básica, cuja produção se desenvolve a partir da mão-de-obra de seus próprios membros, podendo recorrer à compra de força de trabalho, esporadicamente, para auxiliar nos trabalhos da roça, sem que isto se constitua em algo preponderante. Utiliza mão-de-obra familiar em suas plantações, e ocasionalmente pode utilizar também algum trabalhador exterior à família, remunerando-o de variadas maneiras (Cf, QUEIROZ, 1973: 25).

b) Possui o domínio sobre os seus próprios meios de produção: a terra e os instrumentos de trabalho. Quanto à terra, mesmo quando não seja proprietário jurídico, mantém o domínio sobre a gleba ocupada; por isso, o camponês tem relativa liberdade para decidir sobre o que plantar, quando e quanto plantar, onde vender o produto etc.; mesmo quando necessita do trabalho de ganho, o faz na condição de proprietário dos instrumentos utilizados, mesmo rudimentares: a enxada, a foice, o machado, o facão etc.

c) Vive em regime de subsistência, isto é, a sua produção é dirigida basicamente para a sustentação da família, seja através do autocon-

(15) Em Ichu, na localidade de Morro Redondo, várias famílias estavam ameaçadas de expulsão das terras que ocupavam e algumas dessas famílias se organizaram e recorreram à Justiça. Depois de três anos de luta judiciária, obtiveram ganho de causa e assim passaram da categoria de ocupantes para a de proprietárias de uma área com aproximadamente 50 ha. no conjunto (voltaremos a este assunto mais adiante).

sumo, ou dos pequenos excedentes levados ao mercado, para adquirir outros bens de consumo não produzidos na unidade de produção familiar¹⁶;

d) Vive inserido num sistema de reprodução simples, ou seja, o destino da sua produção é a recriação da própria família, o que não significa dizer, como diz DOS SANTOS (1978: 66), que

"no processo de trabalho camponês ocorre a simples repetição do processo de produção na mesma escala".

Isso pode mesmo ocorrer, por força de circunstâncias externas, mas o mais provável é que, em se transformando em regra, inviabilize o próprio trabalho camponês. Mesmo nos momentos de crise é necessário haver um mínimo de "acumulação" para garantir a continuidade. Todavia o seu processo de trabalho não se caracteriza propriamente como capitalista, uma vez que não há separação entre o trabalhador e os meios de produção, embora esteja inserido no modo de produção capitalista e contribuindo para a sua sustentação¹⁷.

e) A terra se constitui em elemento essencial de produção. Por isto o camponês adota várias estratégias que permitem manter o vínculo com a terra, tanto em épocas normais, a exemplo do trabalho de ganho, como em momentos de crise, a exemplo da migração sazonal de um ou alguns membros da família, garantindo o controle e cultivo da terra pelos que ficam. A relação que mantém com a terra possui, normalmente, um caráter místico, como se pode inferir no depoimento seguinte de um camponês, 62 anos, proprietário de 22 tarefas de terra:

(16) Pelo que podemos observar, os camponeses desejam "subir na vida", ter riquezas. Como sabem que isso não é possível, diante das condições historicamente estabelecidas, contentam-se em produzir o necessário à recriação da família. Mas produzir para se recriar, apenas, não é uma lei natural, mas resultado das próprias circunstâncias. Pesquisadores como Queiroz (1975:11), Dos Santos (1978:66), Wolf (1984: 15), dentre outros, transmitem a noção de que os camponeses visam apenas a sua própria subsistência e recriação.

(17) Mesmo recorrendo a formas de assalariamento como medidas complementares, os camponeses não se relacionam com o capital da mesma forma e com a mesma intensidade que os trabalhadores que vivem exclusivamente de salário.

"A terra é como a mãe da gente. Faz quase trinta anos que saí de casa, do convívio com meus pais, mas ainda hoje, quando chego lá, tudo que minha mãe tem me oferece: uma xícara de café, um pedaço de bolo, um prato de comida... Assim é a terra. A gente chega lá e encontra uma melancia, um imbu, um licuri, um maxixe... Como a mãe da gente, a terra nunca deixa seus filhos com fome".

f) Insere-se no sistema simples de divisão do trabalho, no processo produtivo. A divisão social do trabalho está baseada apenas na idade e sexo dos membros da família, considerando que de um modo geral todos estão capacitados para as diversas tarefas, cabendo às mulheres e às crianças aquelas que exigem menor esforço físico;

g) Dedicar-se, sempre, à policultura, dada a natureza da sua produção e o destino fundamental dela. Na região estudada, embora tenha a mandioca, o feijão e o milho como culturas principais, os camponeses cultivam também a batata-doce, o aipim, a abóbora, a melancia, o mamão, o maxixe etc., especialmente visando o autoconsumo. Mantém, também, outras culturas complementares cuja finalidade principal é o mercado: o fumo, o sisal, o amendoim etc.

h) Está subordinado direta e indiretamente às leis do capital, relacionando-se mais diretamente com o capital comercial por conta da venda de seus produtos e da compra de seus instrumentos de trabalho, insumos e outros bens indispensáveis à vida no campo. Alguns camponeses se relacionam, também, de forma direta, com o capital financeiro, seja através das instituições oficiais seja através da agiotagem, muito frequente na região. Esse relacionamento, com o processo capitalista, longe de ser passivo e linear, é contraditório e conflituoso que resulta, muitas vezes, na própria expropriação do camponês e na sua expulsão do campo. É o caso, por exemplo, daqueles que tiram dinheiro em banco, penhoram suas propriedades e, não podendo saldar os seus compromissos, as vêm solapadas de suas mãos pelo capital, ou daqueles que vêm suas terras serem arrebatadas por capitalistas através da "grilagem";

i) Mantém um conjunto de crenças e valores que lhe são peculiares, destacando-se a tradição oral como característica importante. É através dela que conhecimentos, experiências e valores culturais são transmitidos de uma geração para outra.

j) Se relaciona com as cidades enquanto centros comerciais e centros de poderes constituídos, numa situação de franca subordinação, e de passividade frente às regras estabelecidas que lhe dizem respeito, exceto em situações extremas¹⁸, ficando sujeito a inúmeras sanções e punições estabelecidas por quem detém o poder, portanto por setores estranhos ao "seu mundo" (Cf. WOLF, 1976: 26). Os camponeses nunca têm representantes junto aos órgãos públicos, a exemplo das Câmaras Municipais, mesmo que a população rural constitua a maioria dos habitantes do município, como normalmente ocorre nos municípios do interior em que a população rural chega a constituir dois terços ou mais dos habitantes. O mesmo ocorre com relação a outras instituições públicas que são instituídas e funcionam com ações voltadas para o campo sem que os camponeses possam influenciar em seus programas. Esta relação de subordinação, se torna cada vez mais presente com o desenvolvimento dos meios de comunicação social e de transportes, de forma que o papel das cidades sobre o campo é cada vez mais importante e decisivo¹⁹.

O seu trabalho está condicionado diretamente pelas condições naturais e de mercado, sendo que este último exerce um papel preponderante: à medida que os preços caem, os camponeses ficam obrigados a trabalhar e a produzir mais, a fim de manter o nível de consumo da família, saldar compromissos etc. Shanin (1980: 53) considera este tipo de resposta como não tipicamente capitalista, afirmando que se supõe que uma empresa reaja de forma contrária quando há uma baixa dos preços. Esse comportamento, no entanto, não se dá linearmente, mas está em função também de outros fatores como a disponibilidade de terra, situação dos

(18) Em Feira de Santana, diante da proibição de os camponeses continuarem vendendo os seus produtos em determinados locais, pela Prefeitura, eles reivindicaram, através do Sindicato, o direito já adquirido de continuarem fazendo a comercialização naqueles locais.

(19) Como diz Marx (1977: 37), "...a história moderna consiste na urbanização da área rural e não, como entre os antigos, na ruralização da cidade".

preços de outros produtos etc. Em certas circunstâncias os camponeses adotam a postura contrária: ao invés de produzir mais, chegam a abandonar alguns produtos e se dedicam a outros cujos preços são mais compensadores ou mesmo buscam a subsistência através de outras atividades.

Esse processo de subordinação se efetiva não somente através de mecanismos econômicos; eles refletem também a sua subordinação política. Para sua compreensão é importante considerar o papel do Estado.

O Estado e a subordinação dos Camponeses

A história do Estado está intimamente relacionada com a história das classes sociais. No chamado comunismo primitivo, quando as classes inexistiam, não se constatava também a presença do Estado; na medida em que as classes foram se esboçando, o Estado também foi tomando forma.

No feudalismo, tem-se o Estado descentralizado - próprio da época - que já se faz presente nos inúmeros conflitos de camponeses registrados. O seu papel, fica mais definido com o surgimento do capitalismo porque também é aqui onde a sociedade de classes toma forma definitiva.

Lenin (1979) aborda o surgimento do Estado como o resultado da contradição entre as classes antagônicas, ou seja, no momento em que as classes se configuram como inconciliáveis surge o Estado como fator de "convivência" dessas classes.

Muitos estudiosos ²⁰ estabeleceram uma ligação direta entre o Estado e as classes dominantes, e mais especialmente entre o Estado e a classe dirigente em cada momento histórico. É através do Estado que a(s) classe(s) dominante(s) viabiliza(m) o processo de dominação sobre as demais. Neste sentido, a citação seguinte é elucidativa:

(20) A exemplo de Marx e Engels, em A Ideologia Alemã; Kautsky, em A Questão Agrária; Lenin, em O Estado e A Revolução, dentre outros.

"Na Alemanha, após significativas diferenças eleitorais favoráveis ao operariado, implantava-se, de imediato, um esquema do voto protegido. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, uma vez que o Legislativo não ousava limitar a movimentação dos proletários, o Poder Judiciário o fazia. Já na França e na Suíça, onde o exército absorvia grande parte da renda nacional, as tropas militares eram sempre lançadas contra operários" (CANTALICE, 1985: 94, comentando KAUSTKY).

Apesar de o Estado ter surgido da própria sociedade dividida em classes, para manter a coexistência (conflituosa, contraditória) das classes antagônicas, ele se torna "superior" a elas e à própria sociedade, distanciando-se dela cada vez mais, com o passar do tempo (Cf. LENIN, 1979: 12), ou seja, o Estado se torna, no capitalismo, um mecanismo para viabilizar o projeto da(s) classe(s) dominante(s) que, em última instância, se resume em viabilizar a própria dominação de classe. Daí o raciocínio de Lenin (Op. cit. 18) de que no capitalismo o Estado "não poderá ser livre, nem popular", já que a sua função primordial é de permitir o próprio desenvolvimento do capitalismo, cuja força é capaz de subjugar o próprio Estado.

A função do Estado, numa sociedade capitalista, não pode ser outra senão a de produzir e reproduzir as condições necessárias e indispensáveis à manutenção das relações capitalistas de produção. Se num determinado momento é preciso instituir o sufrágio universal, o voto da mulher, o voto do analfabeto, para manter intacta as condições de exploração, faz-se; se noutro período é indispensável reconhecer o sindicalismo - atrelado ao Estado ou livre - ou o direito de greve dos operários, ou a reforma agrária, tudo se providencia, desde que a continuidade das relações de produção capitalista seja assegurada.

Entendemos o Estado, portanto, no capitalismo, como o conjunto de instituições e órgãos que aparentemente tem a função de promover a defesa e o bem comum da sociedade, mas que, mascarado de "benfeitor social",

consolida-se e funciona enquanto sustentáculo da(s) classe(s) dominante(s) e viabilizador do modo de produção capitalista.

Esta concepção, no entanto, pode não coincidir com as formas como o conjunto da sociedade concebe o Estado, considerando que a população formula seus conceitos a partir de dois aspectos: a) das formas concretas como se defronta com determinados elementos - no caso as instituições, e b) das informações que recebe acerca desses elementos, no caso, do próprio Estado, mesmo que por meios diversos.

É a partir da realidade objetiva vivida cotidianamente, do relacionamento com diferentes instituições do Estado e do conjunto de informações que recebem, que os camponeses também formulam a sua concepção sobre o Estado.

Entre as poucas definições que coletamos junto aos camponeses, a diversidade já é grande; no entanto, pode-se observar que no geral o Estado é visto como um "lugar" onde se administra, se dá ordens, se explora... Há, nas definições de nossos informantes, uma identificação implícita com a questão do poder e da exploração:

"o Estado é o lugar que tem um governo"; "o Estado é assim uma área como o Estado da Bahia, não é?"; "o Estado é assim como uma grande fazenda que tem administrador, que é botado pelo dono, e os seus quebra-faca que são seus agregados"; "o Estado são as leis que mandam na gente"; "é um órgão que emprega os tubarões"; "o Estado é um órgão, um lugar onde os grandes fazem suas tramas contra os pequenos".

É preciso destacar que uma coisa é construir um conceito teórico e como tal precisa ser genérico, outra coisa é analisar ou expressar aquilo que o Estado representa numa realidade concreta e objetiva, no tempo e no espaço.

A fim de evitar uma análise demasiadamente longa, caso fôssemos discutir as diversas formas como os camponeses se relacionam com o Estado, escolhemos apenas duas instituições estatais que se fazem presentes também no setor produtivo rural. Propositadamente, e pelo motivo indicado, não discutiremos as diferentes maneiras como os camponeses se de-
frontam e se relacionam com o Estado, de uma forma mais ampla. A nível do processo produtivo, na região, o relacionamento se dá mais diretamente com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER-BA) e mais recentemente com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), tomados como exemplos para o ilustrar este debate.

a) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia
(EMATER-BA)

A EMATER-BA mantém vários escritórios locais, em todos os municípios estudados. É, talvez, o órgão estatal de maior porte e de maior penetração no meio rural através de seus técnicos que estão diretamente relacionados com a agropecuária e com o "setor social" ²¹.

A atuação da EMATER-BA varia de lugar para lugar, segundo se pode concluir com depoimentos de técnicos que trabalham na empresa e pela própria fala dos camponeses. O depoimento seguinte resume o pensamento de um técnico:

(21) Os técnicos usam a terminologia "técnicos do social" para caracterizarem as pessoas da área de ciências humanas e sociais em geral: assistentes sociais, sociólogos, extensionistas rurais etc.

"aqui a EMATER-BA só trabalha com a programação normal, ou seja, não tem programas especiais voltados para os pequenos produtores. Mas tem mais de três meses que ninguém vai a campo porque não tem dinheiro para abastecer os carros".

Quando só existe a "programação normal", significa que a ação da instituição está voltada quase que exclusivamente para os médios e grandes produtores. Embora por princípio a população mais pobre tivesse o mesmo direito de participar, na prática fica completamente de fora, como bem esclarece o depoimento seguinte de um pequeno produtor, 45 anos:

"a gente vai lá, conversa sobre uma praga na lavoura ou sobre a doença de um animal. Eles tomam nota, marcam o dia de fazer a visita e nunca aparecem. Depois que encontram a gente dizem que não teve gasolina para botar no carro, mas a gente só vê os carros pra cima e pra baixo..."²² .

Noutras áreas a EMATER-BA, sem abandonar a "programação normal", desenvolve programas especiais voltados para os pequenos produtores (os pequenos proprietários, posseiros, rendeiros etc.), a exemplo das áreas incluídas nos programas do Polonordeste²³, prestando assistência técnica ao plantio, facilitando o processo de obtenção do crédito agrícola, mantendo certas atividades de orientação sanitária e alimentar etc. A

(22) O depoimento é confirmado por um técnico ao afirmar: "isso acontece de vez em quando", em situações em que são solicitados para fazer alguma viagem a campo e não tem dinheiro para abastecer os veículos e os fazendeiros decidem assumir tal responsabilidade a fim de que a visita a sua fazenda possa se realizar.

(23) Os programas do Polonordeste foram absorvidos pelo atual "Projeto Nordeste", ou "Nordestão", como é conhecido.

orientação no processo de obtenção do crédito funciona como espécie de "isca"; organizam-se os "grupos da EMATER-BA", como são conhecidos, que são grupos de camponeses que desejam obter algum empréstimo bancário e são utilizados para o desenvolvimento de outras atividades de interesse da empresa:

"aqui, dia de quarta-feira, é o dia da reunião do grupo da EMATER-BA, todo mundo vai lá pra ver se consegue um dinheirinho no banco pra sua roça" 24.

Já noutras áreas o campo não parece estar tão aberto para a EMATER-BA, conforme o depoimento seguinte de um caponês, 41 anos:

"nós trabalhamos com a EMATER-BA por mais de cinco anos. Depois descobrimos que é enrolação pura. Inclusive um deles já é candidato a vereador pelo PDS. Nós já decidimos lá: de hoje em diante ninguém da comunidade aceita mais eles por lá".

Nas reuniões com os "grupos da EMATERBa." os técnicos ligados à agropecuária dominam completamente a palavra. Fazem palestras, expõem audiovisuais e desenrolam um elenco de recomendações aos camponeses que, aparentemente atentos, acenam com a cabeça em sinais afirmativos. Um ou outro arrisca perguntar ou comentar alguma coisa; os demais permanecem em absoluto silêncio. A segunda parte da reunião, via de regra, é dirigida por um "técnico do social" que apresenta sua mensagem frente as questões ligadas ao relacionamento interpessoal; aos "bons costumes"; à higiene corporal e da casa; aos tratos com os alimentos etc. 25. Tudo parece ser uma repetição e nada suscita maiores interesses

(24) Segundo um Eng^o Agrônomo que foi demitido em 1984, quando houve um processo de demissão em massa de técnicos que expressavam uma ideologia contrária ao governo, a empresa precisa mostrar serviços para se justificar. Como não tem o que oferecer a população, procura "segurar" os agricultores através do crédito. Quando o dinheiro atrasa ou não chega, os grupos se desfazem e nunca mais se recompõem porque os técnicos ficam "desmoralizados".

(25) Segundo um testemunho ocular que presenciou o desenrolar de uma reunião com um "Grupo da Ematerba", depois que o agrônomo terminou seus "ensinamentos" sobre práticas agrícolas, ele apresentou a assistente social: "pessoal, agora vocês vão ouvir a doutora (...) que é um técnico do social".

por parte dos ouvintes que demonstram já saber de tudo que está sendo ensinado.

No que tange ao processo produtivo, através da assistência técnica, a tônica da empresa é veicular, divulgar e estimular o consumo de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Muitos dos camponeses que declararam usar tais produtos o fazem através de recursos provenientes de empréstimos bancários e que foram adquiridos com a intermediação da EMATER-BA. Alguns técnicos, entretanto, por iniciativa pessoal, estão se posicionando criticamente frente ao consumo de produtos químicos como fertilizantes, defensivos, imunizantes etc. e até postulando técnicas apropriadas de adubação, de combate às pragas e doenças etc. numa perspectiva biológica.

Esse esforço, por ser pessoal de alguns técnicos, não tem maiores significados ou repercussão a nível da Empresa nem junto aos camponeses com que se relacionam. A grande maioria dos técnicos, inclusive, mantém uma atitude sempre combativa e até perseguidora frente a tais tentativas, como evidencia o depoimento de um engenheiro agrônomo fiel à tecnologia convencional e que a concebe como a única:

"isso é coisa de sonhador, de poeta. O que nós aprendemos e podemos ensinar foi isso, como é que agora vou sair por aí dizendo que adubo químico não presta, que tal defensivo ou imunizante mata as pessoas e coisa do gênero? Acho esse comportamento meio irresponsável".

A atitude desse técnico é fruto da própria deformação profissional que recebeu na universidade: foi-lhe ensinado que existe apenas uma única verdade, no caso, aquele tipo de tecnologia. Longe de ser um pesquisador, ele se limita a repassar aquilo que lhe foi ensinado como verdadeiro e absoluto, por mais defasado, inócuo ou prejudicial que seja.

A atuação da EMATER-BA é a forma concreta e visível de viabilização do processo capitalista. Sem entrar em pormenores, porque a evidência os dispensa, basta lembrar que:

- ao facilitar o crédito agrícola, mesmo para uma minoria de camponeses, está facilitando também a própria sobrevivência do capital financeiro;

- o mesmo se constata com os esforços pelo aumento da produtivi-

dade agrícola. Como a empresa não interfere na criação de mecanismos para garantir preços compensadores para os produtores, o aumento da oferta de produtos agrícolas provoca a queda dos preços nos momentos de safra, beneficiando os comerciantes - e o capital comercial - que abastecem seus estoques para os períodos da entressafra quando os preços normalmente ficam bem mais altos;

- ao favorecer o aumento da produtividade agrícola está contribuindo, para a "continuidade da espécie" (dos camponeses), indispensáveis para a sobrevivência do capitalismo no atual momento histórico;

- a não interferência nos mecanismos de mercado permite que os preços dos produtos agrícolas fiquem nivelados sempre por baixo, o que é de grande interesse para o capitalismo como um todo e mais particularmente para o capital industrial porque favorece a manutenção de salários mais baixos dos operários;

- ao divulgar, facilitar e estimular o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, a empresa está, automaticamente, beneficiando de forma direta, o capital industrial, em particular as empresas multinacionais que controlam o mercado de tais produtos.

Além disso, a atuação da empresa se dá no sentido de transformar a população numa massa consumidora de conhecimentos do tipo "enlatado", muitos inclusive com "data de vencimento" ultrapassada, mas que vai ficando, por conta dos "ensinamentos" que recebe, cada vez mais acrítica, passiva e acomodada, incapaz de refletir sobre seu dia-a-dia. Assim, o terreno para o exercício da dominação pela classe dirigente fica pronto e fértil: é só semear.

b) Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)

A CAR é outro órgão estatal que vem se firmando na região e no Estado da Bahia com grande penetração nos últimos dois anos no meio rural.

Ligada ao governo federal através do Projeto Nordeste e diretamente vinculada ao governo estadual, a CAR define a sua clientela como os pequenos produtores rurais que não possuem terras ou são proprietários de áreas que não ultrapassam a 100 ha., repassando recursos para a

agricultura (setores da produção, armazenamento e comercialização), saúde, cooperativismo etc.

Até pouco tempo a CAR atuava somente através das Secretarias do Estado e das Prefeituras Municipais. A partir de 1984, com as mudanças políticas que o país passou a viver, a CAR passou a atuar também através de entidades particulares, especialmente Associações Comunitárias²⁶, de forma direta e sem passar pelo crivo das instituições do poder público, apoiando e estimulando atividades cujo conteúdo é por demais contraditório: em certas áreas a CAR se volta para uma linha de trabalho mais independente, fomentando a organização autônoma dos camponeses; já noutras, mesmo atuando diretamente, cria mecanismos de atrelamento ao poder local e ao próprio Estado.

Atualmente pode-se observar três tipos de atuação da CAR: aquele diretamente ligado aos órgãos do governo (estadual ou municipal); aquele formalmente independente dos órgãos governamentais e do poder local mas atrelado a eles por mecanismos que são momentaneamente criados; e aquele formal e realmente independente dos órgãos governamentais e voltado para os verdadeiros interesses e para a perspectiva de organização dos camponeses. Os depoimentos seguintes, prestados por camponeses, que participam de programas da CAR, caracterizam essa contraditória atuação da CAR nos municípios de Serrinha e Feira de Santana²⁷:

(26) A atuação direta com os pequenos produtores dá-se somente através de entidades juridicamente constituídas. Por conta disso, muitas "Associações Comunitárias" têm sido criadas na região com a finalidade única de receber recursos da CAR. Essa atuação, mesmo que formalmente seja independente, na prática não está livre da influência do poder local. Além disso, é também uma maneira de fracionar e desarticular o movimento dos camponeses a nível municipal e regional. Para uns, essa é uma estratégia do próprio processo capitalista para esvaziar e combater o movimento sindical de trabalhadores rurais (o "dividir para reinar"). Os camponeses, carentes dessa ajuda, passam a atuar mais (ou apenas) na Associação local, ficando via de regra presos aos mecanismos burocráticos que normalmente são criados por conta do repasse de recursos, impedidos, portanto de participarem de ações de natureza crítica que ajudem na compreensão da própria realidade. Essas Associações Comunitárias, por outro lado, são muitas vezes controladas por representantes do poder constituído, direcionando a atuação dessas entidades para os interesses dos fazendeiros, comerciantes, políticos etc.

(27) Essa atuação independente se deve, basicamente, à presença de alguns técnicos que se aliam ao movimento popular. Basta lembrar que em abril de 1985 o presidente estadual da CAR foi demitido pelo governador do Estado sob a alegação de estar favorecendo a esquerda.

"aqui só recebe benefício quem for amigo dos homens lá"; "você vê, a CAR faz convênio com as entidades mas tem que botar o prefeito, presidente da Emater-Ba., no meio, pra quê?"; "a CAR tem dado um apoio muito grande ao nosso trabalho da APAEB; o agricultor já recebe alguns benefícios e começam a acreditar neia; os políticos aqui estão comendo vidro com isso".

A atuação da CAR é um exemplo nítido do que é o próprio Estado. Em certas áreas essa instituição mantém uma linha de trabalho claramente atrelada à política governista e voltada para ela, e noutras mantém uma postura independente e até apoiando setores das classes subalternas em seu processo de organização, a exemplo do próprio movimento sindical de trabalhadores rurais.

Essa atuação independente e de apoio ao processo de organização dos camponeses, entretanto, é completamente marginal no conjunto das ações da instituição. Mesmo assim, um processo de organização autônomo, estimulado pelo próprio Estado, não significa que estejam sendo dados passos contrários aos interesses capitalistas; pode, ao contrário, estar servindo apenas para legitimar o próprio Estado e manter a capa da neutralidade e de "benfeitor social". Técnicos do Banco Mundial²⁸ que têm visitado as áreas de trabalho da CAR, na região, tem elogiado a atuação de entidades independentes, com apoio da CAR, que conseguiram escapar do controle dos chefes políticos locais e de outras instituições governamentais, segundo afirmam alguns camponeses que foram contactados por eles e os próprios técnicos da CAR. É provável que esses técnicos do Banco Mundial tenham, por um lado, compreendido a função legitimadora das ações independentes e, por outro lado, tenham detectado que dessa forma fica mais fácil atingir aqueles objetivos principais do programa que dizem respeito ao fortalecimento da pequena produção com vistas ao abastecimento do mercado interno (Cf. SORJ, 1980: 75). Pelo menos, os técnicos do Banco Mundial não têm os dissabores de enfrentar, nesses casos, os atos de corrupção e de desvios de altas somas de dinheiro que frequente-

(28) A maior parte dos recursos da CAR é proveniente do Banco Mundial, através do governo federal. A nível dos Estados, o projeto está ligado formal e diretamente ao governo estadual.

mente ocorrem nas instâncias governamentais. Na opinião de um técnico da CAR,

"Quando a gente consegue apoio para um projeto de uma Associação controlada pelo próprio agricultor que já sabe o que quer e atua com independência, a gente fica tranquilo porque todo esforço é feito para cumprir os objetivos estabelecidos, o que é diferente de outras instituições com quem a gente trabalha onde a corrupção é claríssima e não se pode fazer nada em contrário".

Leve-se em conta que um Estado em que perduram a corrupção e os desmandos constitui uma situação desfavorável e prejudicial ao próprio capitalismo na medida em que favorecem o descontentamento e a contestação da opinião pública que pode, a partir disso, impor mudanças contrárias aos interesses dos capitalistas ²⁹.

É dessa forma que os camponeses se relacionam com o Estado, a nível do processo produtivo, e é dessa forma que o vêem. E é assim que o Estado atua: contraditoriamente, se aparece claramente do lado da(s) classe(s) dominante(s) num lugar, neutro em outro e do lado das classes subalternas, noutra ainda. A neutralidade e o posicionamento favorável às classes subalternas, no entanto, são apenas aparentes; meras estratégias e conveniências são criadas em cada momento histórico. A sua função maior, em última instância, numa sociedade de classes, é de viabilizar o processo capitalista de produção e portanto de servir à(s) classe(s) dominante(s) que se faz(em) presente(s) através do poder local.

c) O Poder Local e sua ação sobre os camponeses

Os camponeses, desde a sua origem, estabeleceram laços que os colocam numa relação de sujeição e de subordinação para com os latifundiários, tendo-se como explicação última o controle destes sobre o uso e posse da terra. Estes proprietários rurais, por sua vez, sempre detiveram em suas mãos um poder que se sobrepunha ao poder legalmente consti-

(29) Nos países em que o capitalismo já atingiu um estágio de desenvolvimento mais elevado, os casos de corrupção, são, via de regra, punidos com rigor, o que não é o caso dos países periféricos.

tuído ³⁰. Ainda hoje, especialmente nas áreas interioranas cuja economia se baseia na agropecuária, são os grandes proprietários de terras que "mandam e desmandam" na política e na administração pública local. Muitos desses proprietários são também comerciantes ou "pequenos" industriais ³¹. Da mesma forma que são eles, hoje, que indicam candidatos para cargos eletivos a nível de cada município, com papel de destaque na escolha dos candidatos a cargos no Estado e na esfera federal.

Esta é a realidade dos municípios que compõem a área do nosso estado, à exceção Feira de Santana onde o capital comercial e financeiro, além de exercer um papel de destaque, sobrepõe-se ao capital agrário, o que não impede que estabeleçam alianças táticas entre si e atuem conjuntamente ³², como efetivamente vem ocorrendo.

Para exercer esse poder local, os fazendeiros e comerciantes se utilizam de certas estratégias que lhes capacitam a manter o domínio sobre o conjunto da população e especialmente sobre os camponeses que, por estarem mais distantes e com menos acesso aos meios de comunicação tornam-se ainda mais vulneráveis: uma dessas estratégias, a mais importante, é a preservação de um estado de pobreza absoluta e de ignorância que estabelece as condições para o exercício da dominação; outra estratégia importante é o estabelecimento de laços de dependência pessoal, através das quais os fazendeiros conseguem veicular uma imagem de "bonzinhos", "benfeitores", "caridosos" etc. para o conjunto da população.

Esses laços de dependência são criados a partir de uma realidade econômica em que se inserem os camponeses, colocando-os numa posição de completa sujeição frente àqueles que integram o poder local, seja de uma forma direta, através da militância político-partidária, seja indireta-

(30) Basta lembrar, como exemplo, a reação dos proprietários de terra frente a certas decisões da Coroa, em épocas coloniais, quando estas decisões iam de encontro aos seus interesses, e a manutenção de tropas particulares que se fez presente durante praticamente toda nossa história, em formas e modalidades diferentes de acordo com as condições de cada momento.

(31) O termo pequeno está entre aspas para designar que esses industriais são realmente pequenos se pensados nacionalmente, mas são médios ou até grandes em termos da localidade.

(32) Segundo um fazendeiro e comerciante de Feira de Santana, quando Ângelo Calmon de Sá exerceu as funções de Ministro de Estado, comerciantes e fazendeiros da região se cotizaram e deram-lhe de presente uma fazenda (que ainda possui no município de Feira de Santana) como forma de compensação pelos benefícios recebidos pela agência local do Banco do Brasil: "foi a época em que o Banco do Brasil daqui funcionou", afirma.

mente, através de seus representantes:

"aqui em Valente seu Evandro nunca quis entrar na política, mas quem ele apresentar ganha, porque ele é o pai da pobreza aqui" (agricultor, 43 anos)

O informante se refere a um chefe político daquele município, fazendeiro e comerciante que nunca se dispôs a concorrer a cargos eletivos e nunca aceitou cargos na administração estadual ou federal, mas sempre fez as devidas indicações. Gozando ainda de grande prestígio, embora menor do que na época do bipartidarismo, o citado fazendeiro chegou a manter, em épocas passadas, uma casa na capital do Estado para servir de hospedaria para pessoas da região que precisavam recorrer a tratamentos de saúde naquele local.

Com o pluripartidarismo a influência de chefes políticos do tipo acima diminuiu, visto que surgiram novas lideranças políticas com influência nas escalas superiores do poder, quebrando-se assim o monopólio de alguns poucos líderes políticos, sem que tenha havido qualquer alteração com relação às bases de poder e especialmente com os camponeses que "saem da arapuca e caem no açalpão", no dizer de um líder camponês; ou seja, escapa do domínio de um chefe político e termina ficando subjugado a outro. Antes era o coronel; hoje é o doutor. Ambos porém, de formas diferentes, exercem as mesmas funções de dominação.

"Talvez soe deselegante falar de voto de cabresto em uma sociedade que se quer urbana e moderna, mas a verdade é que esta guardou, do rural e antigo, justamente o eixo de permanência: as formas de consolidar e preservar o poder".

(Cadernos do CEAS nº 105, 1986, p. 12)

A situação de penúria em que vivem os camponeses obrigam-nos a recorrer àqueles que podem prestar algum tipo de assistência, mesmo que em forma de troca, como normalmente ocorre, como expressam os depoimentos seguintes de camponeses:

"árvore grande é que dá sombra, a gente tem que ficar de baixo dela". (54 anos)

"a gente não pode se afastar desses homens, nê, quando se precisa de um socorro tem que recorrer a eles". (47 anos)

Isso é o que efetivamente ainda ocorre, de um modo geral. Conhecemos vários casos em que os camponeses recorrem a pessoas que integram ou representam o poder local em busca das mais variadas ajudas, desde o transporte para um enfermo, à compra de medicamentos, à intermediação para conseguirem crédito agrícola, até a ajuda financeira em momentos de crise. A base da dominação está, portanto, na própria realidade sócio-econômica vivida pelos camponeses (Cf. SAES, s/d; 76).

Mas o socorro prestado por integrantes do poder local não é de graça, mas pelo contrário, ele tem um preço. Em qualquer sociedade em que o poder depende de eleições, o voto passa a ter grande importância. Se a ocupação de cargos de destaque na administração estadual e federal, bem como a posição de eleito para qualquer cargo dependem da quantidade de votos que um indivíduo representa, torna-se indispensável a adoção de medidas para que isso efetivamente ocorra. Estabelece-se assim a "política de favores" (Cf. QUEIROZ, 1976). Os chefes políticos mantêm um sistema de prestação de serviços para garantirem, em troca, o voto. Para que essa "política de favores" funcione é preciso que se criem os mecanismos de sujeição, já que formalmente os eleitores são independentes e livres em relação aos chefes políticos.

O voto é mantido pelos camponeses como um bem que se vende, como predominou na época do coronelismo; como diz Queiroz,

"o voto adquire importância como valor de troca e a barganha se instala" (QUEIROZ, 1970: 175)

Uma diferença que se registra, hoje, em relação a épocas passadas, é que a lealdade é bastante relativa, mantida sobretudo por camponeses mais idosos como ilustra o depoimento seguinte, de um camponês de 61 anos que expressa a sua lealdade para com o chefe político:

"pão comido não é lembrado; no passado todo mundo aqui corria para a casa de (...), hoje joga os pés na cara. Mas eu continuo firme". (agricultor, 59 anos)

Para os camponeses mais jovens a barganha passa a ter papel deci-

sivo na escolha de candidatos, facilitada e estimulada pelo surgimento de novas lideranças políticas. Essa barganha, no entanto, pode ser com fins econômicos - como normalmente ocorre - mas pode ser também por uma "boa amizade":

"na eleição passada um candidato me ofereceu um saco de cimento e outro me deu quinhentos tijolos para eu fazer uma cisterna, votei com o que me deu mais"; ou: "eu sempre votei com (...), sempre fui bem tratado, mas agora (...) é candidato e eu vou votar com ele porque ele é um amigo muito mais legal". (agricultor, 43 anos)

Quando algum candidato, por questão de princípio, ignora essa realidade e trabalha contra ela, o resultado é o seu isolamento, como pode-se registrar nas eleições de 1982 em Feira de Santana³³.

Mas para os políticos, também, o voto se constitui num bem de valor. É através dele que conseguem bons cargos públicos para si, familiares e amigos, assim como é por seu intermédio que conseguem - por vias lícitas ou ilícitas - construir impérios econômicos e acumular riquezas.

No município de Serrinha, além da política de favores, os políticos mantêm outra estratégia, levados pela disputa da hegemonia a nível local. Congregados em dois grupos³⁴, esses políticos têm em suas mãos os serviços públicos municipais, estaduais e federais. É rotineira a exigência do Título Eleitoral³⁵ dos camponeses quando estes recorrem a algum serviço público, fazendo um pequeno sinal no Título. A partir daí o voto está garantido porque a população já assimilou a noção de que "com o Título ferrado se votar contra, eles descobrem" e teme perseguições.

Essa é a situação predominante em que se encontram os camponeses na região. Por mecanismos diferentes, continuam subordinados aos políticos para que estes possam exercer a dominação.

Essa realidade é fruto de uma caminhada histórica; surgem, entretanto, sinais de alteração nesse quadro, a partir de expressões de movi-

(33) Um caso típico que se pode relatar foi de um ex-padre com atuação em comunidades de base por mais de dez anos, com grande respaldo popular, e que se esperava ser o vereador mais votado nas eleições de 1982, em Feira de Santana, e que não conseguiu sequer a eleição, dada a sua postura "ingênua" e "purista" na campanha eleitoral. O mesmo ocorreu com o Partido dos Trabalhadores (PT) que não elegeu sequer um vereador.

(34) Antes eles integravam as facções 1 e 2 da ARENA, mantendo a mesma divisão no PDS. Hoje integram o PMDB.

mentos camponeses localizados e a nível regional, e também por conta da nova conjuntura política do país.

É importante destacar que mesmo sabendo-se que o Poder Local já não exerce a influência de anos atrás, sobre a vida dos camponeses, eles preferem manter uma estratégia de demonstrar que aparentemente nada está acontecendo de inovador. São frequentes os contatos pessoais com integrantes do poder local, assim como o convite para participarem de eventos dos trabalhadores como a comemoração do 1º de Maio, certas concentrações e manifestações declaradamente contrárias à exploração econômica e à dominação política, portanto, opostas aos interesses dos integrantes do poder local.

A explicação para isso é que os camponeses não têm, ainda, organização e força política suficientes para estabelecer um confronto aberto. Os integrantes do poder local, por sua vez, ficam numa situação bastante constrangedora. Como a demonstração de rompimento pode lhes ser fatal, preferem comparecer a certos eventos mesmo para serem atacados de frente. Um líder sindical expressa a sua visão a respeito:

"a gente tem que fazer de conta de que se continua com eles porque muitas pessoas que não estão na luta vêem eles como os bonzinhos e se a gente se afastar deles totalmente pode ser pior"; (37 anos)

Já outro camponês expressa um raciocínio diferente:

"a gente tem que fazer de conta que tá com eles, pegar a ajuda deles pra fazer o nosso trabalho que é contrário a eles". (42 anos)

O Poder Local que se consolidou historicamente é ainda muito forte na região e por isso consegue manter o seu domínio sobre os camponeses e sobre a população trabalhadora como um todo. Entretanto, o movimento camponês, numa perspectiva de classe, tende a identificá-lo cada vez mais enquanto classe dirigente local, portanto portadora de interesses antagônicos dos camponeses, e a neutralizá-lo gradativamente, utilizando-se dos "jogos de cintura" que lhes são muito peculiares.

Essas concepções e formas de relacionamento com o Estado são, ao mesmo tempo, causa e efeito de uma "nova" ideologia que se está formando, conforme demonstraremos a seguir.

Ideologia: a visão de mundo do camponês

"antes a gente achava que era pobre pela vontade de Deus, mas hoje a gente vê a exploração mas precisa conhecer bem mais coisas e ter fé".

A compreensão sobre a ideologia - ou as ideologias - numa sociedade, passa, necessariamente, pela compreensão da própria sociedade, da forma como a produção social se organiza, da composição das classes sociais, dos interesses econômico-políticos convergentes e divergentes.

Aqui, então, precisamos nos reportar àquilo que já discutimos antes, no que tange à inserção dos camponeses no processo capitalista mais amplo, mesmo que não estejam, como se sabe, diretamente inseridos nas relações capitalistas no seu processo produtivo. É que enquanto produzem apenas para a sua reprodução, sem a figura do lucro, da acumulação; enquanto sujeitam-se a vender seus produtos a preços não compensadores para com o trabalho dispendido; submetem-se ao pagamento de juros bancários; ou enquanto consomem produtos industrializados, para o processo produtivo ou para o consumo direto da família, os camponeses estão ajudando a produzir a mais-valia social que também ajuda a sustentar o modo de produção capitalista.

Essa sua forma de inserção no processo capitalista mais amplo interfere também na forma de os camponeses verem, de compreenderem e de explicarem o mundo em que vivem e que os rodeia. Assim,

"não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência". (MARX e ENGELS, 1979: 301)

O "ser social" de que falam Marx e Engels pode ser interpretado como o relacionar-se com os outros, seja no processo produtivo, seja por intermédio do mercado (compra e venda de produtos) ou através de outras formas culturais, religiosas, políticas etc.: o mutirão, a novena, o velório, o sindicato. É o ser com os outros em diferentes circunstâncias e modalidades.

A expressão "ter consciência", em si, não significa absolutamente

nada; todos os seres, todos os indivíduos, "têm consciência" de alguma coisa; "ter consciência" sobre como a sociedade se estrutura, como se organiza a produção social, sobre o próprio "ser social" - seu "lugar" na sociedade, suas funções históricas, sua força, só se dá no campo das ideologias (Cf. GRAMSCI, 1981: 270). Daí a importância em se discutir, mesmo que sucintamente, sobre os camponeses e as ideologias.

O conceito de ideologia é dos mais complexos e controvertidos na sociologia. Marx usou o termo em sentidos diferentes; em A Ideologia Alemã o sentido que dá à ideologia é de uma "falsa consciência" que é imposta à população pela classe dominante:

"As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes (...). E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida...". (Marx e Engels, 1982: 72-73)

Essa concepção de ideologia foi largamente criticada, inclusive por outros marxistas que consideram que se assim fosse não havia saída para as classes subalternas porque as suas formas de interpretação e de concepção das coisas e do mundo eram sempre o resultado das formas de concepção e de interpretação da classe dominante e coincidiam necessariamente com elas.

É a partir das próprias condições econômicas que se criam as formas ideológicas. As alterações na base material, no entanto, ocorrem a partir do "trabalho" ideológico, conforme se tem presenciado nos dias atuais; ou seja: os setores da(s) classe(s) subalterna(s) devem compreender que "seu mundo" (sua vida material, suas idéias) é diferente do "mundo" da(s) classe(s) dominante(s).

"a maioria do povo não entende bem as coisas e não conhece a força da gente; é preciso muito trabalho de conscientização para alguém entrar na luta". (camponesa, 45 anos)

Ou:

"os agricultores é tudo pequeno mas a maioria tem cabeça

de grande; o medo dos graúdos é tanto que só depois de muita luta eles começam a mudar de idéia e a se juntar a nós". (camponês, 37 anos)

Outros estudiosos, como Althusser, admitem que existe uma única ideologia na sociedade, entendida como um sistema de representações que numa sociedade de classes está sempre a serviço da classe dominante e numa sociedade sem classes é posta em benefício de todos (Cf. Mc-LENNAN, 1983: 111). Já outros, a exemplo de Luckás (Cf. MELO, 1981: 72), concebem duas formas de manifestação ideológica: a da classe dominante e a da classe dominada, esta, no caso, se formaria ao longo do tempo no confronto da classe operária com a burguesia, de forma espontânea. Outros ainda, como Poulantzas, concebem a ideologia como um conjunto de representações, crenças e valores.

Gramsci (1981) concebe a ideologia como uma "concepção de mundo", que se manifesta em todas as esferas da sociedade, fazendo parte da própria natureza das pessoas e das instituições, através da qual os indivíduos vêem a realidade das coisas, como se fosse uma "lente de contato". Ele não admite conceber-se a ideologia como algo prejudicial, como um ardil. A ideologia é uma "arma" que tanto pode ser usada pelas classes dominantes como pelas subalternas, não aceitando a idéia de que a ideologia é o resultado direto da base econômica, unilateralmente, mas do "vínculo orgânico" que existe entre ela e a superestrutura jurídico-política. Para ele,

"... os homens tomam consciência de sua posição social (e consequentemente de suas tarefas) no terreno das ideologias; (...) é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devenir".

(Gramsci, 1981: 270)

Pode-se dizer, portanto, que ideologia são formas de percepção e de compreensão que os indivíduos têm acerca da realidade sócio-econômico-política que os rodeia e na qual estão inseridos; o nível de consciência que permite aos homens fazerem dada interpretação sobre a sua

inserção no sistema produtivo e o tipo de mentalidade que a explica; a forma de percepção histórica a respeito de si mesmos, dos outros, das classes sociais e da sociedade; uma concepção de mundo (uma cosmovisão) que implica, também, num 'modus vivendi' específico, envolvendo as noções de educação, de poder, de cultura, de religião, de hábitos e costumes, que implica, ao mesmo tempo, em formas específicas de tratamento e de relacionamento com os outros;

Entendemos que não existe uma única ideologia na sociedade, mas ideologias diferentes, tanto no seio da(s) classe(s) dominante(s) quanto no das classes subalternas, podendo tal diversidade ser mais ou menos abrangente a depender das condições de cada momento histórico.

Afora isso, no seio de cada classe (ou de fração de classe) subalterna, podem ser encontradas ideologias específicas próprias de certos grupos ou segmentos, a exemplo dos chamados "grupos de minorias sociais" da atualidade, o que não significa que essas "ideologias específicas" sejam conflitantes e menos ainda opostas à ideologia da classe ou da fração de classe a que esses grupos pertencem. Os camponeses da região estudada sempre foram vítimas e "instrumentos" veiculadores de ideologias dominantes, ideologias essas que os submeteram a um fatalismo que repassam de pais para filhos, o que se manifesta de diversas formas, sendo uma delas expressa no seguinte depoimento:

"os pais da gente sempre disseram que a pobreza era uma coisa boa que Deus deixou pra gente, que a gente não devia ter vergonha de ser pobre e que a gente deveria mesmo ser pobre até morrer, porque Deus só gosta dos pobres" (camponês, 39 anos).

Apesar do fatalismo que se consolidou historicamente, já se constata indicadores de que, no curso da caminhada histórica, especialmente a partir do surgimento de pequenos movimentos sociais ainda isolados que começaram a surgir no final da década passada, começa a se esboçar uma

"ideologia libertadora" que se contrapõe às ideologias dominantes, o que se expressa em alguns depoimentos do tipo:

"antes a gente achava que era pobre pela vontade de Deus, agora a gente vê a exploração mas precisa conhecer bem mais e ter fé"; (camponês, 43 anos).

ou:

"a gente não tem mais aquela idéia dos nossos avós: uns nasceram pra ser ricos, outros pra viver passando necessidade; a gente vê que se pode fazer muita coisa pra mudar as coisas e um exemplo disso são as frentes de trabalho, as sementes que se conseguiu e muitas coisas mais. Muitas melhoras já se conseguiu com as lutas de conscientização";

ou:

"o povo agora não é mais besta como antigamente. Esse agude foi feito em 1932 e até hoje os grandes ficaram com todas aquelas terras. De uns anos para cá os trabalhadores descobriram que aquilo não tava certo e meteram a cara pra mudar a situação; uma coisa que era impossível de mudar começa agora a ser mudada; (camponês, 45 anos).

ou ainda:

"no início todo mundo achou que não adiantava lutar contra o governo; quem pode fazer nada contra ele?, mas depois uns começaram a ter coragem e ter fé nos outros, outros foram seguindo e conseguimos o reassentamento". (camponesa, 29).

Essa "ideologia libertadora"³⁶ é o resultado e o "motor" de um processo de lutas, de conquistas e de fracassos que os camponeses vêm enfrentando em níveis e modalidades muito variadas. É importante destacar que a religião, vista por muitos como um "instrumento" de ideologias dominantes, e até considerada como o "ópio do povo", exerce um papel

(36) Karl Mannheim classificou as ideologias em "ideologia geral" e "ideologias particulares"; Althusser as classificou da mesma forma; Lenin fala de "ideologias revolucionárias"; Gramsci usou as terminologias "superior" e "inferior" para caracterizar a ideologia dominante e a "ideologia libertadora".

importante na formação da "ideologia libertadora" em algumas áreas, como afirma um camponês:

"aqui o povo começou a compreender mais as coisas, a enxergar que é explorado, que não precisa viver passando fome pra se salvar, depois que vieram uns padres pra cá, há uns dez anos, que começaram a ajudar a gente a ler a Bíblia dentro da nossa realidade". (41 anos)

Noutras áreas uma nova "visão de mundo" passou a se formar com um trabalho de educação popular desenvolvido por entidades que atuam na região, e noutras ainda a partir da atuação do Sindicato dos trabalhadores Rurais. Em todos esses casos pode-se observar que a ação e a reflexão estão sempre juntas como partes que são de um mesmo processo; onde se iniciou pela reflexão, no caso dos "círculos bíblicos" de algumas áreas, terminou desembocando em reivindicações por melhorias no campo material; onde se iniciou com pequenas lutas, como é o caso do Sindicato de Feira de Santana, "tomado" das mãos de fazendeiros e de políticos a partir de uma luta concreta ³⁷, chegou um momento em que a reflexão tornou-se indispensável. Um líder camponês resume sabiamente esses relacionamentos dialético entre a ideologia e a ação:

"pra lutar a gente tem que primeiro acreditar e pra acreditar a gente precisa lutar". (45 anos)

Ou seja: é acreditando que se luta e é na própria luta que se acredita mais, que se descobrem as forças, a organização. As lutas por mudanças materiais e a ideologia precisam estar dialeticamente relacionadas, ou organicamente vinculadas na linguagem gramscista.

Entre os "instrumentos" de formação de uma "ideologia libertadora" que os camponeses se utilizam, atualmente, destacam-se os cantos feitos por eles próprios ou por outros grupos. Esses cantos são utilizados no início, no meio e/ou no final de certos eventos como reuniões, encontros, manifestações, mutirões etc. e têm uma função dinamizadora das atividades muito importante. Através deles se transmitem mensagens sobre a exploração, sobre a organização, construindo-se assim a própria ideologia. É importante destacar que muitos desses cantos são feitos

(37) Trata-se de uma questão de terra criada por "grileiros" que ameaçavam de expulsão 120 famílias na Fazenda Candeal, o que se constituiu no primeiro passo para a "tomada" do Sindicato dos Trabalhadores Rurais pelos camponeses.

com um sentido "religioso", destacando a figura de Jesus. (Ver anexo I).

E assim os camponeses vão construindo uma "ideologia libertadora" entre si. Muitos deles, com certeza a maioria, não têm essa finalidade; cantam, participam, mas o significado não é de luta, de ação. Outros, ao elaborar ou divulgar esses cânticos, têm consciência da sua importância, como declaram dois camponeses:

"cantando a gente anima o povo a entrar na nossa luta que é de todos"; (43 anos)

ou:

"em vez da gente cantar aqueles cantos que não dizem nada, a gente usa esses que deixam uma mensagem de esperança pra todo mundo". (44 anos)

Como os movimentos que não expressam com clareza uma ideologia têm vida curta, é realmente uma necessidade de as classes subalternas elaborarem e construírem sua própria ideologia. E assim pode-se concluir, como disse Gramsci, que a ideologia é uma "arma" que pode ser utilizada a favor ou contra as classes subalternas. No caso dos camponeses, eles estão construindo sua "arma" - a "ideologia libertadora" - para usá-la ao seu favor, visto que é não apenas útil mas indispensável para o avanço do próprio processo organizativo e de conquistas materiais.

Na região, em eventos como o trabalho na roça, na reza, os camponeses celebram entre si o compromisso de mudança, denunciam as desigualdades sociais e a exploração, e convocam a população para a luta através desses cânticos. É verdade que os cânticos têm esta finalidade apenas para uma parcela ainda minoritária, no entanto, tal procedimento é tido como peça importante e indispensável aos movimentos camponeses.

Por outro lado, o Estado, mecanismo viabilizador do processo capitalista, e portanto da exploração econômica e da dominação política, enquanto "fonte" de contradição, como o próprio capitalismo, vem permitindo e até favorecendo o surgimento de uma "ideologia libertadora", na medida em que algum de seus organismos se coloca, mesmo episodicamente, a serviço do movimento de resistência e de luta dos camponeses. Resta saber se a própria atuação do Estado em certos momentos favoráveis a esse movimento, não é uma estratégia que resultará, mais cedo ou mais tar-

de, na cooptação desse movimento a favor da sua própria sustentação.

Tanto os níveis de subordinação enfrentados pelos camponeses como a sua "visão de mundo" são resultantes de uma realidade econômica e política que se expressa na "situação de classe" historicamente determinada.

CAPÍTULO II

A ESTRUTURA SOCIAL E A DINÂMICA DAS CONDIÇÕES SOCIAIS DE EXISTÊNCIA: A DIFERENCIAÇÃO INTERNA DOS CAMPONESES

A sociedade está organizada em classes sociais; há diferenças econômicas e sociais candentes entre os indivíduos; os camponeses, percebem essas diferenças, como se pode constatar com seus depoimentos:

"... eu chego lá e vejo o palacete do meu senhor, vejo logo que ele está lá em cima, que ele pertence à classe alta, à classe dos tubarões" (43 anos);

Ou então:

"a gente vai seguindo pelo caminho e vê as rocinhas de milho, de feijão e de mandioca; tudo gente pobre. De repente encontra uma fazenda cercada de arame, estacas de ponta feita, pasto e gado. Tá na cara que é de um ricoço" (31 anos).

As desigualdades sociais, expressas na habitação, na propriedade, na linguagem etc. são indicadores evidentes de que uns têm mais, outros têm menos e outros não têm nada. Essas desigualdades não são outra coisa senão a revelação de que a sociedade está organizada em classes sociais. Além de perceberem a existência de classes sociais diferentes, os camponeses sabem também que eles integram uma classe subalterna, como afirma um camponês de 51 anos de idade:

"as classes que estão em cima da gente só dão injeção ao contrário nos agricultores; eles metem a agulha mas é só pra tirar o sangue da gente, nunca é pra dar nada".

Os camponeses, enquanto classe social, enquanto "fração" ou segmento de classe, enfrentam na realidade dois níveis de subordinação: o primeiro se dá a partir das relações com a(s) classe(s) dominante(s) propriamente dita(s), onde se estabelecem mecanismos eficazes e eficientes para viabilizar a exploração econômica e a dominação políti-

ca; o segundo nível de subordinação enfrentado se estabelece também com outras classes (ou frações de classes) também subalternas urbanas, o que se operacionaliza através da visão e admissão de que o camponês é rude, ignorante e tabaréu, e por conta disso criam-se mecanismos que evidenciam as relações de superioridade e de inferioridade. O depoimento seguinte, de um sindicalista rural, demonstra bem isso:

"no ano passado a gente organizou a comemoração do 1º de Maio unificada com todos os sindicatos e associações da cidade. O que aconteceu? Aconteceu que eles lá são mais sabidos, fizeram tudo como queriam e o trabalhador rural foi manipulado e dominado por eles". (37 anos)

Neste caso, a subordinação se efetivou pelo nível do saber de trabalhadores urbanos; é que o poder da palavra também domina e oprime, e os camponeses percebem isso, mesmo que quase sempre não demonstrem, pela própria formação cultural que têm, e pela falta de vez e voz na sociedade, como diz um camponês de 21 anos:

"o cara que fala bonito tapa a boca da gente com duas palavras".

A percepção das diferenciações sociais e portanto da existência de classes sociais distintas é geral; todos os camponeses a têm, ao seu próprio modo. Uma compreensão mais elaborada da situação de classe, entretanto, é privilégio de algumas poucas lideranças, a exemplo da que deu o depoimento seguinte:

"a classe dos agricultores somos todos nós que temos a nossa organização e temos a consciência de que com ela podemos mudar as coisas. O problema é que os trabalhadores não entendem e não aceitam isso. Se eu chego num lugar falando isso e chega lá um grandola falando suas mentiras, o trabalhador acredita nas mentiras dele e não acredita em mim". (camponês, 36 anos)

Neste depoimento, de uma liderança sindical da região, estão implícitas duas variáveis que são inerentes a todas as classes sociais: a questão da força política, expressa nos termos "nossa organização(...) com ela podemos mudar muita coisa", e a da ideologia, transmitida através da expressão "o trabalhador acredita nas mentiras dele e não acre-

dita em mim". Os depoimentos seguintes são tentativas de definição de classe por dois líderes camponeses da região:

"pra mim têm várias classes, as classes dos grandes, os burgueses, e as classes dos pequenos, os pobres. Mas tem uns pobres que vivem melhorzinho e tem aqueles que são lascados mesmo. Então, aí, já têm duas classes diferentes"
(46 anos).

Este depoimento, expresso por alguém que nunca leu nenhuma das teorias existentes a respeito do assunto, pode, perfeitamente, ser sustentado com fundamentos das teorias mais aceitas atualmente.

"O agricultor forma sua classe e é por isso que tem o seu sindicato; do mesmo jeito, o bancário também tem o seu; o professor, e assim por diante. Cada setor tem a sua classe. Então, existe uma classe de burgueses que são os inimigos do povo e as classes dos trabalhadores. No meio tem ainda a classe média", (39 anos).

O informante transmite a sua visão de classe social, aproximando-se bastante das concepções que são próprias do senso comum: "classe médica", "classe estudantil" etc. que são distorções que se transmitem ao conjunto da população.

Fica demonstrado, com isso, que os camponeses têm a sua compreensão sobre a questão das classes; possivelmente a maioria deles tem uma compreensão incorreta e muitos dos depoimentos coletados expressam isso. Entretanto, este fato não elimina, em nenhuma hipótese, o fato de que existe uma noção da situação de classe entre os camponeses. E isso porque as diferenças sociais são vividas por eles no dia-a-dia; a exploração de outra(s) classe(s) é igualmente vivida, experimentada e enfrentada.

Partindo de Marx, em 0 18 Brumário, pode-se afirmar que as dificuldades inerentes aos camponeses frente à constituição de uma classe social dependem sobretudo das circunstâncias históricas em que se encon-

tram. É o que se pode concluir de suas próprias palavras (MARX, 1977: 277):

"na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos de outras classes da sociedade, estas milhões de famílias constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe".

Somente a partir das condições históricas dadas e da ação dos camponeses é que se pode chegar à conclusão de que os camponeses constituem uma classe social ou o contrário disso ³⁸.

No 18 Brumário, Marx aborda a questão das classes em dois momentos: o primeiro momento é quando relaciona a questão com as semelhanças econômicas e culturais, e no segundo relaciona com a organização política. O isolamento dos camponeses, apontado como um elemento importante que impede uma atuação enquanto classe é demonstrado através da analogia com um saco de batatas, onde cada batata se amontoa sobre as outras mas sem qualquer vínculo entre elas, é explicado por ele próprio (op. cit. p. 277) como o resultado das próprias condições materiais:

"seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicação existente na França e pela pobreza dos camponeses".

A própria base material na qual se inserem os camponeses permite um certo relacionamento entre eles, através do mercado, onde comercializam os seus produtos. Esta situação é diferente portanto daquela encontrada na França no século passado; o próprio Marx chama atenção para a situação dos camponeses de sua época, onde cada família era quase auto-suficiente. Este não é o caso dos camponeses inseridos num modo capita-

(38) Em Alguns Temas da Questão Meridional, ao discutir a situação da Itália na década de 1920, Gramsci considera que os camponeses constituíam uma classes social (Gramsci, 1977).

lista de produção, onde não mais é possível produzir de tudo que a família necessita. Da mesma forma, a dinamização dos meios de transporte e de comunicação favorece um maior relacionamento entre os camponeses que de repente podem se comunicar com outros camponeses para discutir questões que lhe são pertinentes, como atesta o depoimento seguinte de um dirigente sindical:

"na manifestação sobre Reforma Agrária que a FETAG promoveu o nosso Sindicato ficou encarregado de entrar em contato com os sindicatos da região. A gente fez tudo por telefone. Combinou os locais de encontro, o transporte, tudo, e onde não tinha telefone ia um bilhete".

Não se pode negar que hoje os camponeses, juntamente com os trabalhadores rurais assalariados, se articulam nacionalmente através do movimento sindical, tendo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) como órgão de representação maior. No 4º Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1985, mais de quatro mil trabalhadores (assalariados e camponeses) participaram do evento. Além disso, as centrais sindicais como Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), são também mecanismos regionais e nacionais de congregação e de articulação que também envolvem camponeses. Isso seria suficiente para atender ao "requisito" de ligação nacional expresso por Marx. Por outro lado, a organização política pode ser vista como um momento "superior" da classe e a ausência dessa organização política não seria suficiente para eliminar a condição de classe. Entretanto essa organização política não é de todo inexistente. Se não existe uma organização a nível nacional, são evidentes vários casos de organização local e regional, através da qual os camponeses lutam por questões do seu interesse: terra, semente, frente de trabalho, saúde etc.

Partindo ou não dos escritos de Marx, duas visões se defrontam hoje na tentativa de caracterizar a situação de classe dos camponeses. Para os integrantes de uma corrente teórica, os camponeses, a exemplo do proletariado em geral, são também explorados pelo capital que se apropria do seu trabalho excedente, da mesma forma que se apropria da mais-valia, por isso eles integram o conjunto da(s) classe(s) subalter-

na(s) ³⁹. Há quem aborde a questão de uma forma mais incisiva e direta, a exemplo de Dos Santos (1978: 2), quando afirma:

"no modo de produção capitalista, constituem-se uma classe de trabalhadores expropriados dos seus meios de vida e de produção e uma classe de proprietários do capital que se apropriam da mais-valia gerada pelos trabalhadores no processo produtivo".

Por esta perspectiva, ou se consideram os camponeses como não proprietários de seus meios de produção ⁴⁰ e como produtores de mais-valia, ou eles não se incluem na afirmativa; neste caso, a afirmativa passa a ser considerada duvidosa quanto à sua correspondência com a realidade.

Já outros pesquisadores consideram que os camponeses e os operários, por exemplo, mesmo subordinados ao processo capitalista e sendo por ele explorados, se defrontam de formas diferentes com o capital, gerando por conseguinte relações de produção distintas e processos sociais também distintos. Este raciocínio se embasa também em Marx, especialmente em o Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política onde se expressa a visão de que as diferentes formas de inserção na produção e de relacionamento com o capital gera formas de manifestação políticas e ideológicas também distintas, o que dá um sentido de classe distinto.

- o operário e o camponês vivem processos sociais diferentes porque se defrontam de formas diferentes com o capital. Depois de expropriado de seus meios de produção, o operário transforma a sua força de trabalho em mercadoria; a sua mercadoria, portanto, é a sua própria força de trabalho. Já o camponês pode sobreviver sem vender a sua força de trabalho e a sua mercadoria é o produto do seu trabalho;

- o operário contribui com o processo de acumulação capitalista através da apropriação da mais-valia por ele produzida; o camponês con-

(39) Esta parece ser a visão de Graziano da Silva (1981 e 1982) e Wanderley (1978), dentre outros.

(40) Não se pretende transmitir a idéia de que todos os camponeses são proprietários dos meios de produção. Na realidade, muitos deles dispõem apenas da posse sobre os mesmos.

tribui com o processo de acumulação através da apropriação do seu sobre trabalho. As formas de exploração, são portanto, distintas.

- as formas como um e outro se relacionam com os capitalistas são diferentes. Para o operário, a exploração se dá de forma direta, sendo-lhe possível identificar o seu explorador imediato; para o camponês a exploração é mediatizada por um conjunto de relações que a mascaram. Neste caso, a exploração é indireta, embora em termos de resultados finais a situação seja idêntica para a acumulação capitalista.

- o camponês se relaciona diretamente com a natureza e o processo produtivo no qual se insere e está também condicionado por ela; o operário, ao contrário, não se relaciona diretamente com a natureza mas com os produtos dela, e não a tem como condicionante para o seu processo de trabalho.

- ao contrário do operariado, a união e a força política dos camponeses não vêm de dentro da sua condição social. Somente quando o capital, enquanto agente externo, invade suas terras e suas vidas é que os camponeses descobrem que podem reagir enquanto força política. Como diz Martins,

"Os fundamentos da conduta da consciência do lavrador do campo são completamente diferentes. Um camponês não tem a mínima condição de pensar e agir como um operário, porque socialmente ele é outra pessoa, cujos horizontes e limites são outros". (Martins, 1982: 14)

- historicamente, a atuação política dos camponeses tem se dado mediante a mediação externa, do apoio recebido de lideranças não camponesas (para alguns estudiosos, de membros de outras classes). Ao contrário, portanto, do operariado.

Todas essas características, também identificadas entre os camponeses na nossa região, podem ser utilizadas para fundamentar a tese de que os camponeses constituem, eles próprios, uma classe social. No entanto, não é propriamente essa a nossa discussão. A questão de se buscarem argumentos para justificar e explicar que os camponeses constituem uma classe, ou, ao contrário, que não constituem uma classe, em nada altera a realidade dos fatos. Por outro lado, é importante assinalar que os níveis de subordinação não são os mesmos para todos os camponeses

porque estes não constituem um segmento social homogêneo, pelo contrário, inserem-se num processo de diferenciação dinâmico, a partir das condições de cada momento. Deste modo, é importante que sejam verificadas as especificidades das unidades camponesas de produção, as características da sua diferenciação interna, para compreendermos as suas ações.

Shanin (1980), chama a atenção para as especificidades dos camponeses e suas diferenciações, conseguindo traçar um conjunto de características gerais dos mesmos ⁴¹. Apesar disso, chama a atenção para as peculiaridades e especificidades que acompanham e identificam os camponeses em cada lugar:

"Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo". (Shanin, 1980: 25)

Os camponeses se diferenciam a partir das próprias condições econômicas: a disponibilidade de terra, o tamanho dela, qualidade dos solos, os produtos cultivados, os tipos de criatórios que mantêm. Esses elementos associados ao tamanho da família, relação entre trabalhadores e consumidores definem o grau de riqueza de cada unidade e as formas de sua participação nas organizações sociais, participação esta que está associada com as estratégias de que utilizam para continuar existindo.

Vejamos como isso se dá nos casos por nós estudados. Embora seja o controle da terra o fator determinante enquanto condição para o trabalho e produção, outros fatores concorrem para o grau de bem estar da família. Quanto a disponibilidade da terra, dos entrevistados na região, a maioria (56,4%) trabalha somente em terra própria; outros 28,2% ocupam terra própria e, por ser insuficiente, ocupam também terra de terceiros, e 15,4% trabalham somente em terra dos outros. Outro dado interessante é que, no conjunto, 77,6% ocupam áreas inferiores a 20 tarefas ⁴², o que não chega a 9 hectares, conforme a tabela III:

(41) A propriedade familiar tida como a unidade básica da organização econômica; a agricultura é, via de regra, uma das principais fontes de renda; uma cultura específica; uma situação de franca dominação, opressão e exploração por poderosas forças externas.

(42) Uma tarefa compreende 4.356 m², ou 0,44 Ha.

Tabela III

SITUAÇÃO DE PROPRIEDADE DA TERRA E TAMANHO DA ÁREA OCUPADA

ÁREA OCUPADA EM TAREFAS	TODA PRÓPRIA		PARTE PRÓPRIA, PARTE DOS OUTROS		TODA DOS OUTROS		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até - 10	52	46,4	38	33,9	22	19,7	112	100,0
10 a - 20	24	70,6	6	17,6	4	11,8	34	100,0
20 a - 30	4	44,4	4	44,4	1	11,2	9	100,0
30 a - 40	4	57,1	2	28,6	1	14,3	7	100,0
40 a - 50	9	75,0	2	16,6	1	8,4	12	100,0
50 e mais	13	92,8	1	7,2	-	-	14	100,0
T O T A L	106	56,4	53	28,2	29	15,4	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

A partir das condições de acesso à terra, chegamos a observar situações características das unidades camponesas na área, que apontam a tendência de uma certa diferenciação entre as unidades estudadas. Deste modo, para efeito analítico consideramos cinco grupos que caracterizam as diferentes condições encontradas⁴³:

a) O primeiro grupo é constituído daqueles que não possuem terra e trabalham na terra de outros. Dos entrevistados, 15,4% não possuem terra, e a unidade de produção está organizada sobre a terra dos outros. O trabalho de ganho, neste caso, se torna imperativo, diante da pequena área que, via de regra, cada família ocupa. Esta atividade, entretanto, tem o sentido de complementação, por isso, vem num segundo momento; primeiramente as famílias procuram manter o trabalho autônomo e somente quando se tornam impossibilitadas de obterem a sustentação com este pro-

(43) Muitos dos entrevistados que declararam ocupar terra dos outros, trabalham em áreas da própria família ou de parentes.

cesso de trabalho é que buscam o assalariamento.

Os dados da tabela seguinte revelam que dos camponeses que ocupam terra dos outros, 80,5% recorrem ao trabalho de ganho, sendo que a grande maioria, 86,6%, situa-se exatamente na faixa dos que ocupam menos de 10 tarefas de terra.

Tabela IV

RELAÇÃO ENTRE OS QUE OCUPAM TERRA DE OUTREM E OS QUE SE DEDICAM AO
TRABALHO DE GANHO

TAMANHO DA ÁREA OCUPADA (tarefas)	Trabalha de Ganho		Não Trabalha de ganho		N/D		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
- de 10	52	86,6	7	11,7	1	1,7	60	100,0
10 a -20	5	55,6	4	44,4	-	-	10	100,0
20 a -30	8	88,8	1	11,2	-	-	9	100,0
30 a -40	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
40 a -50	-	-	1	100,0	-	-	1	100,0
50 e mais	-	-	1	100,0	-	-	1	100,0
T O T A L	66	80,5	14	18,3	1	1,2	82	100,0

Levantamento de Campo, 1985.

Desses camponeses que trabalham em terra dos outros, somente 9,7% disseram que pagam algum tipo de renda ao proprietário. Esta renda é paga preponderantemente, em produto (ver Tabela V).

Tabela V

PAGAMENTO DE RENDA PELO USO DA TERRA

FORMAS DE PAGAMENTO	Nº	%
Não paga nada	74	90,3
Paga em dinheiro	2	2,4
Paga em produto	4	4,9
Paga em serviço	2	2,4
T O T A L	82	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

Há, no entanto, outras formas "escondidas" de pagamento de renda. Existe um sistema de prestação de serviços "voluntários" e o recebimento de semente de meia ⁴⁴. No primeiro caso, as pessoas que ocupam terras de outros, são sempre devedores de uma "eterna gratidão" ao proprietário e sentem-se na obrigação de prestar-lhe alguns serviços ⁴⁵. Além disso, 25,6% dos que ocupam terra dos outros, declararam que os proprietários costumam utilizar das suas roças de milho e feijão para fazer pastagens.

Mesmo mantendo pequenas roças de subsistência, os camponeses deste primeiro grupo são obrigados a trabalhar de ganho juntamente com alguns filhos, porque a roça sozinha não é suficiente para produzir o necessário à subsistência da família; de todos os entrevistados, na categoria dos que ocupam terras dos outros, 80,5% disseram que são obrigados a recorrer ao trabalho de ganho para sustentar a família:

(44) O sistema de recebimento de sementes de meia consiste no seguinte: o agricultor recebe uma determinada quantidade de semente para plantar, participa com a mão-de-obra, instrumentos de trabalho, insumos e, as vezes, a própria terra. No final, a colheita é dividida em partes iguais com o fornecedor da semente.

(45) Nos dias de feira ou por ocasião de algum impedimento do proprietário, a pessoa que mora ou trabalha na propriedade dele se acha na obrigação de cumprir um conjunto de tarefas, "voluntariamente", como: "apartar o gado", dar água aos animais (com maior intensidade em épocas de seca), cuidar dos animais doentes etc.

Tabela VI

RELAÇÃO ENTRE OS QUE OCUPAM TERRA DE OUTROS E
TRABALHA DE GANHO

TRABALHO DE GANHO	Nº	%
SIM	66	80,5
NÃO	14	18,3
N/D	1	1,2
T O T A L	82	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

Este trabalho de ganho é uma necessidade da própria família. No entanto, se num determinado momento a família camponesa que ocupa a terra de alguém não precisa do trabalho de ganho (um período de pós-colheita, por exemplo) e o proprietário tem necessidade de algum serviço, o "morador" não pode se negar a lhe servir. Há uma espécie de "punição moral" para quem se recusar: a notícia circula e o camponês que se negar a atender o convite do proprietário não fica "bem visto" tanto pelo proprietário (que pode ser outro camponês) como entre companheiros seus que se encontram na mesma situação.

Há, também, uma espécie de código de ética entre os camponeses que vendem sua mão-de-obra e os que a contratam. Se algum proprietário requisita os serviços de um trabalhador que mora ou trabalha na sua propriedade, esse trabalhador fica comprometido com ele e impedido de trabalhar para outro proprietário naquele dia. Da mesma forma, se um proprietário necessita dos serviços de um trabalhador que mora ou trabalha nas terras de outro proprietário, costuma consultar o dono da terra se não vai necessitar dos serviços do trabalhador naqueles dias; em caso afirmativo, a desistência é imediata. Se não faz a consulta, o trabalhador não assume compromisso com ele antes de consultar o dono da terra que ocupa. Mesmo assim, o simples convite por parte de outro proprietário pode ser motivo para confusões e rixas. Se há alguma inimizade entre

os proprietários, e um deles se arrisca a convidar o camponês que ocupa terra do outro para prestar-lhe algum serviço (o que normalmente não ocorre porque implica no rompimento do código de ética vigente), a recusa do trabalhador é imediata.

Este tipo de relação entre o camponês que mora ou ocupa alguma parte das terras de proprietários (camponeses ou não) revela o nível de dependência e de subordinação do primeiro para com os segundos, cuja origem única está na posse de bens.

Encontramos um caso em que o morador trabalha praticamente de graça para o dono da terra, neste caso um grande fazendeiro. O trabalhador recebe Cz\$ 10,00 por semana para "olhar a fazenda" e tomar conta do gado. Na verdade, são a mulher e filhos que sustentam a pequena roça onde são plantados mandioca, milho, feijão, batata, aipim etc. e um pequeno criatório de ovelhas que é permitido pelo proprietário. Sem isso seria impossível a sobrevivência da família, como esclarece com o depoimento seguinte:

"eu pego logo depois das quatro (da manhã). Me levanto, acendo o fogo, boto água na chaleira pra fazer o café e vou pro curral tirar o leite. Venho lá pelas oito, tomo um cafezinho e vou levar o gado pra roça. Um dez horas eu estou livre, aí, quando não aparece alguma coisa pra fazer eu vou fazer uma horinha na minha roça. Meio dia eu páro pra jogar uma farinha nos olhos ⁴⁶. Lá pras três vou novamente cuidar do gado pra apartar. Quando o gado não tem água na roça, todo dia tenho que ir dar água, aí não sobra tempo pra minha roça". (Camponês de 37 anos, sem terra).

Em "períodos normais" um indivíduo como esse trabalha durante 9 horas por dia a serviço do fazendeiro, sem receber praticamente nada. Quando precisa levar o gado pra beber água, a jornada diária ultrapassa doze horas.

b) O segundo grupo é formado por pequeníssimos proprietários cuja terra é insuficiente para a produção necessária à subsistência da família. Essa terra não chega a 10 tarefas, sendo insuficiente mesmo para

(46) Expressão usada para caracterizar a precariedade da alimentação.

o trabalho de uma pessoa nas condições tecnológicas existentes, menos ainda para uma família inteira. Os camponeses que integram este grupo constituem o maior segmento e correspondem a 50,3% dos entrevistados (Cf. tabela III). Sua situação é muito próxima à do grupo anterior. A propriedade jurídica de um pedaço de terra, nas dimensões dessas áreas, não é suficiente para modificar o "modus vivendi" dos camponeses, a não ser a certeza de que estão "em cima do que é seu".

A exemplo dos que não possuem terra, esses mini-proprietários não criam praticamente nenhum animal, exceto algumas galinhas de terreiro e, um ou dois porcos no chiqueiro que é alimentado com a "lavagem", restos de alimentos da própria unidade de produção.

Os ovos produzidos pelas aves se destinam normalmente à venda ⁴⁷. Embora o cuidado das aves envolva toda a família, especialmente as mulheres, o dinheiro proveniente da venda dos ovos é sempre pertencente a elas, exceto em certos momentos de maior crise, a exemplo da falta de trabalho de ganho, da doença de um membro na família etc. Nestas circunstâncias o dinheiro é utilizado para suprir as necessidades mais prementes.

Muitos dos filhos menores de 15 anos e alguns com menos de 10 anos recorrem ao trabalho de ganho fora da unidade de produção; a motivação para tal, como era de se esperar, é a própria situação econômica, embora, a lógica utilizada pela família seja mais ampla. Muitos desses menores que trabalham sempre ao lado do pai ou de algum irmão adulto, não têm qualquer remuneração por seu trabalho; o trabalho das crianças é utilizado como força auxiliar. No entanto, para a família, esse trabalho tem também outro significado: o de servir como aprendizado, uma preparação para o futuro ⁴⁸. É que, seja porque a família não possui terra, seja porque a terra é pouca, ela sabe que no futuro os seus filhos terão que encontrar meios de sobrevivência fora dali e para isso precisam se

(47) Consumir ovos, para os camponeses, significa uma situação de inferioridade social e por isso preferem vendê-los para poderem comprar outros gêneros, mesmo aqueles de menor valor nutritivo (sardinha enlatada etc.). Noutros casos, o consumo é feito sem que os vizinhos tomem conhecimento e neste caso passam a responsabilizar as aves por não botarem ovos.

(48) Conversando com uma família que tem filhos menores de dez anos trabalhando de ganho, ouvimos a seguinte explicação: "é melhor tá lá, mesmo sem ganhar nada, do que ficar em casa; menino vadio só aprende o que não presta; cresce na malandragem e depois não quer mais trabalhar. Lá pelo menos ele está aprendendo a trabalhar pra não ficar preguiçoso".

preparar desde cedo. Esse "trabalho de ganho" das crianças, inicialmente, é muito mais uma forma de preparo para a vida (o conhecimento e a experiência da complexidade do mercado de trabalho, da dureza dos serviços, das manhas e estratégias que precisam utilizar no momento e negociar um serviço etc.) do que prioritariamente uma fonte de "renda". São crianças espertas, semi-alfabetizadas ou completamente analfabetas que não puderam realizar o sonho de "aprender a fazer o nome", mas que sabem fazer conta de cabeça de forma surpreendente. Elas exercitam, também, o intercâmbio de objetos com outras crianças, desenvolvendo um conjunto de experiências que são inacessíveis para a criança da cidade. Algumas delas, quando adultas, se dedicam a atividades de negócio com toda desenvoltura ⁴⁹.

Frustrada, por não ter podido ficar na escola, declara uma dessas crianças:

"Eu queria ficar na escola mas meu pai não deixou"

O pai, no caso, é apenas o "bode expiatório" de uma realidade de extrema pobreza e miséria que não permite a sobrevivência senão com o aprendizado desde cedo "dentro do pesado" e na direção do mais essencial: a produção da subsistência. Cada um precisa "se virar", como é dito, desde pequeno, para enfrentar uma realidade completamente adversa.

O próprio processo de aprendizado inclui também as negociações que seus pais ou irmãos fazem na contratação de serviços e que leva essas crianças a uma condição de vivacidade e inteligência fora do comum.

Verificamos que as crianças do sexo masculino que se dedicam ao "trabalho de ganho" ao lado de outros irmãos ou pais são predominantemente as mesmas. As filhas, quando se dedicam ao trabalho de ganho, normalmente se revezam, quando existe mais de uma na família. Este revezamento está em função de permitir que todas possam ganhar algum dinheiro, para suprir algumas das suas necessidades - já que o mercado de trabalho

(49) Enquanto que entre as crianças citadinas predominam os brinquedos de plástico, para as crianças camponesas predominam os brinquedos de buzios, ossos de animais (de ovelhas, de porcos, de bois etc.), cada um representando um tipo de animal; fazem currais e fazendas em miniaturas onde "criam" e "negociam" seus "animais", numa perfeita imitação aos adultos mais remediados, o que lhes ajuda a desenvolver suas habilidades de negociantes. Quando crescem um pouco, abandonam esses brinquedos e mantêm o negócio propriamente dito com objetos de pequeno valor de troca. A partir de certo limite, o negócio só pode ser feito com a devida permissão dos pais. Tudo isso vai permitindo um acúmulo de experiências que serão muito úteis no futuro.

não absorve a todas - e também para evitar o cansaço excessivo. Pudemos constatar que há, conscientemente ou não, uma espécie de planejamento a longo prazo por parte da família, demonstrado nas experiências individuais: aqueles que haverão de continuar com o trabalho da roça se dedicam, desde cedo, a esta atividade; igualmente, aqueles que haverão de sair, já que a roça não comporta a todos, são também preparados para isso com muita antecedência.

c) O terceiro grupo é constituído ainda de camponeses pobres. Possuem entre 10 e 30 tarefas de terra, podendo assim fazer a sua roça de subsistência e criar alguns animais: "uma vaca pra tirar o leite pras crianças", porcos, que são alimentados em parte com produtos da própria roça e em parte com ração comprada, e em poucos casos, também algumas cabeças de ovelhas ou uma ou algumas poucas vacas. Esses camponeses correspondem a 20,2% dos entrevistados. Alguns deles, mesmo possuindo sua própria terra, ocupam também terras de outros, a exemplo do que se verificou também com os integrantes do segundo grupo⁵⁰, quando a terra própria não é suficiente para a ocupação plena da família.

É neste grupo que se situa a maioria das pessoas que se dedicam a atividades de negócio: comércio de carnes ou de cereais nas feiras livres de seus municípios, bodegas (em suas próprias casas ou em pontos estratégicos à beira das estradas), e ao comércio de cereais para outros municípios. Para se dedicar a atividades deste tipo é necessário possuir um capital mínimo que permita o movimento de compra e venda, o que não possuem os componentes dos grupos anteriores. Essas atividades de negócio, mesmo com pouco capital, terminam sendo viáveis dado ao baixo custo operacional, já que normalmente não contratam serviços, utilizando-se a própria mão-de-obra familiar. Na opinião de um camponês-bodegueiro, por exemplo,

"quem toma conta aqui são os meninos; eu só faço fazer as compras das mercadorias (...). Isso aqui dá a feira de molhados por semana".

As habitações desses camponeses são em geral rebocadas, algumas delas têm paredes e portas precariamente pintadas; possuem filtros de á-

(50) No cômputo geral, 28,2% dos entrevistados disseram que trabalham em terra própria e dos outros

gua na sala de visita⁵¹, varanda e um pequeno jardim, especialmente quando existem moças dentro de casa.

Os filhos menores trabalham na roça; não se registrou caso algum em que esses menores se dedicassem ao "trabalho de ganho" fora da unidade familiar. Por outro lado, é visível o esforço e empenho por parte dos pais em mantê-los na escola até "aprender a ler e a escrever direitinho". Este esforço, no entanto, não se dá no mesmo nível para todos os filhos. Há um propósito claro, por parte das famílias, em manter alguns filhos por mais tempo na escola. É uma espécie de preparação de alguns para o mercado de trabalho não agrícola, como explica a mãe (46 anos):

"eles têm o destino de correr mundo, então, estudando, talvez possam encontrar alguma felicidade".

No fundo, a família sabe muito bem que aquele pedaço de terra não será suficiente para todos; no futuro, cedo ou tarde alguns filhos terão mesmo que sair. O estudo por mais algum tempo é uma preparação para a saída mas é também uma forma de recompensa:

"se Deus for servido de ele sair e não se dá bem, não pode se queixar de nós, porque a gente fez tudo que pôde".

O trabalho de ganho é menos frequente do que nos grupos anteriores. Somente nas épocas de entressafra os camponeses se utilizam desse recurso, assim mesmo de forma parcial e não permanente, variando conforme as condições do ano agrícola. Se o ano for bom, de safra regular, o trabalho de ganho é menos frequente. As necessidades são supridas, neste caso, com a venda da produção, o que geralmente nunca é feita de uma só vez, mas de forma parcelada, exatamente em função do que se torna mais premente em cada momento. A colheita - ou parte dela - é guardada como uma espécie de "fundo de reserva" e, não raras vezes, se perde diante das precárias condições técnicas de armazenamento. Se a safra for frustrada, a dedicação ao trabalho de ganho se torna mais intensa. Outro fator importante que altera a frequência do trabalho de ganho é a disponibilidade ou não de algum animal que possa ser vendido nesses períodos:

(51) O filtro de água, feito em cerâmica, é mantido muito mais como objeto de adorno do que como um bem utilitário de tratamento de água. Encontramos, em alguns casos, o filtro sendo utilizado para guardar mantimentos na unidade familiar.

um porco, um borrego, um bezerro etc.

Os camponeses deste grupo contratam também mão-de-obra, especialmente nas épocas de preparo dos terrenos para os plantios de inverno (feijão e milho) e, algumas vezes, nas épocas dos plantios. Entre eles é frequente, também, a "troca de dias": uma forma de ajuda mútua em que num determinado momento alguns trabalhadores (em geral dois ou três) se juntam para fazer os serviços de um deles, a pedido, cumprindo a mesma tarefa na roça dos demais, depois de combinado. No fundo é uma forma de compra e venda de força de trabalho de uma maneira muito própria, sem que haja a intermediação do dinheiro ou de qualquer outra mercadoria similar⁵². São os integrantes deste grupo também, que demonstram mais apego a alguns costumes tipicamente camponeses: o zelo pela Igreja do lugar, o culto a santidades, o mutirão, a prática de atividades culturais tipo bumba-meu-boi, reisado etc.

d) O quarto grupo é formado pelos camponeses que, dentro de uma estratificação econômica, situam-se claramente numa posição mediana, correspondendo a 6.9% dos entrevistados. Possuem entre 30 e 50 tarefas de terras, o suficiente para permitir que possam fazer cadastro em banco e tomar empréstimos mais frequentemente para fazer roça. Têm as propriedades cercadas de arame farpado, mesmo que em estado precário. Criam algumas cabeças de gado bovino, dois ou mais porcos, possuem um cavalo ou burro e mantêm áreas próprias para pastagens. Entre eles é muito frequente a contratação de mão-de-obra nos períodos de preparo dos terrenos e de plantios e em alguns casos, também nas épocas de colheita, na capina e na destoca de pastos.

Esses camponeses nunca trabalham de ganho, embora alguns dos filhos possam fazê-lo esporadicamente. As filhas assumem os serviços domésticos, ao lado da mãe, e ajudam nos serviços da roça nas "horas frescas", ou seja, nos períodos diários em que o calor é menos intenso, entre as sete e nove horas e a partir das dezesseis horas. As crianças em idade de 8-10 anos ajudam nos serviços domésticos e nas atividades "mais leves" da roça.

Na região do sisal os camponeses que integram esse grupo, assim

(52) Não se deve confundir essa prática com o sistema espontâneo de mutirões, ainda frequente na região.

como alguns do terceiro, são proprietários de "motores de sisal", espécies de engenhos que funcionam no processo de desfibramento. Esta é uma atividade pouco rentável economicamente, no entanto exige um capital inicial que os camponeses mais pobres não possuem. Do ponto de vista legal, os proprietários dos motores são considerados "empregadores", embora na prática sejam trabalhadores iguais aos outros. Como não há condições para a regularização das relações de trabalho dos outros trabalhadores, porque do ponto de vista econômico isso não é viável, não há qualquer tipo de recolhimento de encargos sociais e trabalhistas. Nos casos de acidentes de trabalho, muito frequentes e que resultam sempre na mutilação de trabalhadores⁵³, que perdem a mão e/ou parte do braço, é muito comum o proprietário do motor entregá-lo ao mutilado como indenização. O depoimento seguinte, de um proprietário de motor de sisal (município de Valente), procura explicar a questão:

"Lá pelos anos de 1950 o motor dava bom resultado; só quem tinha motor era o grande, o rico. Mas depois passou a não render quase nada e os ricos entregaram os motores aos pobres; facilitavam de tudo, até financiamento por 3 anos e ficaram só comprando a fibra" (52 anos).⁵⁴

Constata-se que há um esforço no sentido de que os "filhos que têm cabeça para isso" se dediquem ao estudo, pelo menos para concluir o primeiro grau. Os "filhos que têm cabeça", na prática, são aqueles pouco afeitos ao trabalho pesado e sonham com um emprego na cidade ou, no caso das moças, com a função de "professora leiga" para trabalhar na sua própria localidade.

e) O quinto grupo de camponeses é formado por 7,2% dos entrevistados. São considerados "ricos" em relação aos grupos anteriores. Possuem mais de 50 tarefas de terra - chegando, em alguns casos, a 200 tarefas - que lhes permitem viver dela e manter um padrão de vida mais elevado, graças aos criatórios de gado bovino, de ovelhas e de porcos que

(53) A transferência dos motores de sisal das mãos dos fazendeiros para os agricultores pobres se deu, na verdade, a partir da aplicação da legislação trabalhista no setor, pelos idos de 1950-1960. O processo de desfibramento do sisal é considerado como uma atividade industrial, sujeita à legislação vigente. Quando surgiram as primeiras exigências (isoladas) dos trabalhadores, reclamando por seus direitos, a saída foi repassar o controle e a propriedade dos motores para alguns trabalhadores, encontrando outros mecanismos para manter a exploração.

(54) V. ...

possuem. Alguns deles se dedicam ao comércio de gado cuja venda é feita tanto para o abate, nos dias de feira em seu município, como para outros criadores. Foi interessante observar a visão do sistema monetário desses camponeses no processo comercial; o negócio de compra e venda é feito para o pagamento com 90 ou 120 dias, sem qualquer acréscimo ao preço negociado no dia. A única referência que levam em conta é o valor nominal do dinheiro sem considerar o seu processo de desvalorização dentro do sistema hiperinflacionário. Isso faz com que, em alguns casos, os negócios não andem bem. Os camponeses não se apercebem das suas verdadeiras causas, apelando para a busca de soluções místicas, a exemplo da "visita" a rezadores famosos da região em busca de respostas para os problemas financeiros.

Quase todos os integrantes desse grupo mantêm contas bancárias, algum dinheiro em Caderneta de Poupança - especialmente em nome da esposa ou filhos - e utilizam cheques para realizar pagamentos, o que é pouco comum entre o grupo IV e rara ou inexistente entre os demais.

Os camponeses que integram esse grupo mantêm, geralmente, casas de farinha (engenho utilizado no processamento da mandioca e sua transformação em farinha) em suas propriedades (mesmo que não sejam plantadores de mandioca), que são alugadas aos produtores que não as possuem. Quem se utiliza dessas casas de farinha está na obrigação de pagar uma taxa pela sua utilização, em produto, variando entre 15% e 25% da farinha produzida, o que se constitui numa fonte de renda complementar relativamente importante para os proprietários (ver Cavalcanti, 1982).

As filhas desses camponeses geralmente não ajudam nos trabalhos da roça, assumindo as atividades domésticas ao lado da mãe e atividades outras de caráter artesanal como cursos de corte e costura, tricô, bordado etc. Os filhos não trabalham de ganho, exceto um ou outro que adquiriu um emprego fora, no setor de serviços. Os pais, em geral, empenham-se pelo estudo dos filhos, chegando alguns deles a conseguirem uma formatura de nível médio.

As propriedades são geralmente cercadas de arame farpado, em condições regulares; existem aguadas que resistem às estiagens de curta e média duração. Em geral, cada família integrante desse grupo mantém um veículo automotor, mesmo em estado precário (um jeep ou uma caminhone-

ta), para fins utilitários e aparelho de televisão.

Esses camponeses se diferenciam dos fazendeiros porque "pegam também no pesado", ou seja, estão inseridos no sistema produtivo como qualquer outro trabalhador, embora numa situação privilegiada pelo controle dos meios de produção. Eles nunca trabalham de ganho e alguns chegam a manter trabalhadores permanentes, em condições de franca exploração, sem o pagamento de qualquer direito trabalhista. No entanto, inexistente uma acumulação tipicamente capitalista. Embora seja evidente a apropriação do sobretabalho, não lhes é possível acumular o suficiente para transferir, por exemplo, o seu trabalho da fase da produção para a administração, visto que eles estão também inseridos numa situação de exploração mais ampla. A apropriação do sobretabalho de outros trabalhadores permite, apenas, a manutenção de um padrão de vida de "camponês bem sucedido" ⁵⁵.

Os integrantes desse grupo mantêm pequenas roças de subsistência (milho e feijão, alguns também de mandioca). Somente o feijão é produzido para o mercado, tirando-se a parcela necessária ao auto-consumo da família por ano. O milho, via de regra, é reservado para a alimentação de animais e a mandioca é plantada (só por alguns) apenas para o auto-consumo.

O tamanho da unidade familiar depende também da disponibilidade de terra. É o que se pode concluir a partir dos dados da tabela seguinte:

(55) Para Wolf (1984: 15), a distinção entre camponeses e fazendeiros está no fato de que "o objetivo máximo do camponês é a sua subsistência e a posição social num círculo restrito (...). O fazendeiro, ao contrário, entra plenamente no mercado, submete a sua terra e seu trabalho à concorrência aberta, pesquisa utilizações alternativas para os fatores de produção, buscando lucros máximos e dá preferência ao produto mais lucrativo".

Tabela VII

RELAÇÃO ENTRE TAMANHO DA FAMÍLIA E DISPONIBILIDADE DA TERRA

TAMANHO DA FAMÍLIA (pes- soas)	MENOS DE 10 TAREFAS		10 a -20		20 a -30		30 a -40		40 a -50		50 e mais		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 2	2	1,8	4	11,7	2	22,2	-	-	-	-	1	7,3	9	4,2
3 a 4	28	25,0	9	26,5	1	11,2	2	28,6	2	16,7	2	14,2	44	23,4
5 a 7	62	55,4	4	11,8	2	22,2	1	14,3	2	16,7	3	21,4	74	39,4
8 e +	20	17,8	17	50,0	4	44,4	4	57,1	8	66,6	8	57,1	61	32,4
TOTAL	112	100,0	34	100,0	9	100,0	7	100,0	12	100,0	14	100,0	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

Para uma melhor visualização sobre a diferenciação dos camponeses estudados, agruparemos as principais características de cada grupo, conforme o quadro I que se segue:

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DOS GRUPOS ESTUDADOS

CARACTERÍSTICAS	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
Condições de acesso à terra:					
- não tem terra.....	X				
- possui até 10 tarefas.....	X	X			
- possui entre 10 e 30 tarefas.....			X		
- possui entre 30 e 50 tarefas.....				X	
- possui mais de 50 tarefas.....					X
Presença da pecuária:					
- não cria nada.....	X				
- cria apenas alguns porcos e aves.....		X			
- cria porcos, aves, ovelhas ou cabras....			X		
- cria porcos, aves, ovelhas/cabras e uma ou duas vacas			X	X	
- cria porcos, ovelhas/cabras e gado bovino.....					X
Principais culturas:					
- milho, feijão, mandioca.....	X	X	X	X	
- milho e pastagens.....				X	X
Condição de assalariamento:					
- assalaria-se regularmente	X	X			
- assalaria-se esporadicamente			X		
- nunca trabalha de ganho				X	X
Assalariamento dos filhos:					
- regularmente, inclusive os menores....	X	X			
- regularmente, sem os filhos menores...			X		
- esporadicamente, sem os menores.....				X	
Recebe semente de meia :	X	X			
Contratação de Mão-de-Obra:					
- não contrata	X	X			
- contrata esporadicamente.....			X	X	
- contrata regularmente					X
Dedicação a atividades de negócio:					
- não se dedica	X	X			
- dedica-se ao comércio de cereais e carnes			X		
- dedica-se ao comércio de cereais e pequenos animais			X	X	
- dedica-se ao comércio de gado bovino					X

Os camponeses constituem e estão inseridos numa rede de relações sociais bastante complexa, por conta da heterogeneidade e das diferenciações das suas condições econômicas. Diferem, entre si, em todos os sentidos, mesmo dentro de uma mesma região.

Os camponeses mais pobres são também os que ficam mais alheios aos acontecimentos; voltados completamente para a produção da subsistência, têm pouco acesso aos meios de comunicação. São eles, também, que mais recorrem ao assalariamento e que mantêm menos criatórios de animais. Ao contrário, os mais aquinhoados demonstram preocupação pelos acontecimentos do momento e se mantêm informados dos fatos especialmente utilizando-se de noticiários da televisão; são esses camponeses, também, que conseguem contratar mais mão-de-obra para auxiliar nos trabalhos da roça e que mantêm os maiores criatórios de animais. São os camponeses que estão na posição mediana - os que integram os grupos 2 e 3 e especialmente deste último - que demonstraram ser mais camponeses; são eles que mais lutam para preservar os traços culturais propriamente camponeses. Para poderem continuar existindo, enquanto camponeses, se utilizam das mais variadas estratégias: são, ao mesmo tempo, posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores autônomos, assalariados, "assalariados autônomos" (o trabalho de ganho por empreitada), negociantes. O grau de importância de cada uma dessas situações está diretamente relacionado com a questão terra: o tamanho dela, a qualidade dos solos, a sua localização, as potencialidades produtivas frente às condições naturais etc. Como resultado disso, num determinado momento são mais camponeses; noutros, mais semi-proletários, noutros ainda, mais negociantes e assim por diante. O processo de proletarização se entrecruza, via de regra, com todas as outras situações, no entanto, os camponeses lutam da forma que podem para continuar com o seu vínculo com a terra. É toda uma situação de movimento onde os camponeses se transformam, mudam de lugar e de estratégias, a depender das formas de vinculação e de subordinação à economia capitalista, mais não se dissolvem.

Dadas essas características, torna-se necessário compreender como os camponeses enfrentam a situação em que vivem e quais as estratégias mais importantes de se que utilizam para continuarem existindo. Esta será a nossa discussão no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E O CARÁTER DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DA FAMÍLIA CAMPONESA: PLANTAR SÓ PRA NÃO CAIR NO LI-TRO

Como vimos, o tamanho e a qualidade da terra utilizada pelos camponeses é elemento essencial à sua sobrevivência.

"Ruim com ela, pior sem ela".

Este é o argumento de um camponês ao se referir à terra e ao penoso trabalho que se obriga a levar com a sua família. Para mantê-la na região estudada identificamos algumas estratégias. Essas estratégias, no entanto, se cruzam e se complementam; isoladamente são ineficazes e não cumprem sua finalidade principal que é a de permitir o trabalho camponês.

O trabalho de ganho do chefe da família

Quando a situação da roça aperta, isto é, fica mais difícil, seja em função da pouca terra, das condições do ano agrícola etc. os camponeses se valem do assalariamento que envolve algumas modalidades de trabalho de ganho: o ganho por diária, o trabalho por produção (próprio das atividades ligadas ao sisal) ou o trabalho por empreitada praticado especialmente nas limpas de pastagens⁵⁶. Dos entrevistados, 64,3% disseram que costumam trabalhar de ganho, sendo que 31,9% trabalham frequentemente e 32,4% disseram trabalhar de ganho "de vez em quando".

A disponibilidade de terra continua sendo o elemento principal que obriga os camponeses a se dedicarem mais ou menos ao trabalho de ganho: dos que trabalham de ganho, 71,1% ocupam áreas inferiores a 10 tarefas de terra, como revela a tabela seguinte:

(56) É o caso dos camponeses que integram os grupos 1, 2 e 3 anteriormente estudados.

Tabela VIII

RELAÇÃO ENTRE O TAMANHO DA ÁREA OCUPADA E O TRABALHO DE GANHO

ÁREA OCUPADA (tarefas)	trabalha fre- quentemente		trabalha de vez em quando		não trabalha de ganho		N/D		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até - 10	49	43,8	37	33,1	24	21,4	2	1,7	112	100,0
10 a - 20	7	20,6	12	35,3	15	44,1	-	-	34	100,0
20 a - 30	2	22,2	4	44,4	3	33,4	-	-	9	100,0
30 a - 40	1	14,3	4	57,1	2	28,6	-	-	7	100,0
40 a - 50	1	8,3	1	8,3	10	83,4	-	-	12	100,0
50 e mais	-	-	3	21,4	11	78,6	-	-	14	100,0
T O T A L	60	31,9	61	32,4	65	34,5	2	1,2	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

Observe-se que os dados acima mostram que quanto maior o tamanho da área, menor a incidência de trabalho de ganho: dos que ocupam 40 tarefas de terra ou mais, 80,8% não recorrem ao trabalho de ganho.

Entre os camponeses que ocupam terra de terceiros, a dedicação ao trabalho de ganho corresponde a 80,5%, sendo que o índice para os que ocupam menos de 10 tarefas é de 86,7%. Entre os que declararam trabalhar de ganho, o percentual dos que ocupam menos de 10 tarefas é de 78,7% e o dos que ocupam 30 tarefas ou mais é de apenas 1,5%. É o que revela a tabela que se segue:

Tabela IX

RELAÇÃO ENTRE OS QUE OCUPAM TERRAS DOS OUTROS E OS QUE SE
DEDICAM AO TRABALHO DE GANHO

TAMANHO DA ÁREA (tarefas)	TRABALHA DE GANHO, FRE- QUENTEMENTE		TRABALHA DE GANHO, DE VEZ EM QUANDO		NÃO TRABALHA DE GANHO		N/D		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até - 10	31	51,6	21	35,0	7	11,7	1	1,7	60	100,0
10 a - 20	4	44,4	1	11,2	4	44,4	-	-	9	100,0
20 a - 30	4	40,4	5	50,0	1	10,0	-	-	10	100,0
30 a - 40	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	100,0
40 a - 50	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	100,0
50 e mais	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	100,0
T O T A L	39	47,6	27	32,9	14	18,3	1	1,2	82	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

Comparando-se os dados das duas tabelas anteriores verifica-se

que o trabalho de ganho exerce um maior destaque entre os camponeses que ocupam terra dos outros; do mesmo modo, o índice dos que ocupam áreas menores de 10 tarefas e se dedicam ao trabalho de ganho é maior entre os que ocupam só terra de terceiros. Para as duas situações, o índice relativo dos que não recorrem ao assalariamento é maior para aqueles com áreas de 40 tarefas e mais.

A época em que predomina trabalho de ganho é a entressafra, período que vai de outubro a março de cada ano, quando ocorrem a destoca e limpeza de pastos e atividades relacionadas com o sisal (atividades ligadas ao processo de colheita ou de destoca dos campos). Os que se incluem nesta categoria somam 57,7% dos entrevistados. Outros 11,4% trabalham de ganho especialmente em épocas de plantios e 6,5% no preparo dos solos e nas colheitas de mandioca, milho e feijão. É preciso ressaltar que não há, na região, grandes plantações que normalmente exigem grandes contingentes de mão-de-obra nos momentos de pique das colheitas. Os outros 24,4% dos entrevistados disseram que trabalham de ganho o ano todo. Isso não significa, porém, que esses trabalhadores sejam assalariados permanentes. São camponeses que, dadas as poucas condições de que dispõem em suas roças, se obrigam a dedicar, semanalmente, um ou dois dias de trabalho ao ganho para ajudar a fazer a feira, isto é, para permitir a compra de alguns bens indispensáveis para a família: um pedaço de carne, o açúcar, o café, o sal etc.

É importante assinalar as possibilidades de assalariamento na região: 61,8% dos que se assalariam trabalham em localidades próximas ao seu local de moradia; outros 19,5% trabalham noutros locais do mesmo município: saem bem cedo de casa, caminham entre um e quatro quilômetros até o local do serviço e retornam à noite. Em poucos casos os trabalhadores passam a semana no "pé do serviço"; nesses casos, vão na segunda-feira e retornam na sexta. Nessas circunstâncias, a comida é preparada no próprio local de trabalho por eles mesmos; cozinham em regra feijão com um pedaço de carne de sertão ou "carne seca", temperado com sal e ma xixe quando encontram na roça onde trabalham. Pela manhã e à noite a comida é praticamente a mesma, não dispensando a farinha de mandioca e um "gole de café".

Outros 12,2% disseram que costumam trabalhar de ganho noutros municípios próximos; em tais casos o retorno à casa de moradia é feito so-

mente de quinze em quinze dias. Existem aqueles que costumam trabalhar noutras regiões da Bahia, o que implica, via de regra, na permanência por mais tempo fora de casa; o retorno à casa é feito somente de mês em mês. Alguns, 2,4%, têm de se deslocar para outros Estados (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco). Ver tabela X.

Quando o trabalho fora de casa é mais duradouro, os que saem acordam com comerciantes locais sobre a venda a crédito para a família, quando há um mínimo de segurança de que o trabalho vai dar certo. Do contrário, nem os camponeses nem os comerciantes aceitam um acordo dessa natureza. Os demais, 4,1%, disseram se valer de qualquer situação (trabalho no próprio local, noutros locais do município, noutros municípios, noutras regiões da Bahia ou noutros estados) conforme as circunstâncias. A ordem de preferência é exatamente essa: primeiro os camponeses procuram encontrar trabalho em locais mais próximos, não encontrando, recorrem a lugares mais distantes e assim por diante. Fica claro, aqui, a necessidade de os camponeses continuarem juntos de seus familiares. Se afastam somente nas situações em que não encontram formas de produzir o necessário à subsistência em localidades mais próximas. A migração sazonal, portanto, longe de ser uma opção é uma imposição da própria realidade.

Tabela X

ÉPOCAS DO ANO E LOCAIS ONDE OS CAMPONESES TRABALHAM DE GANHO

ÉPOCAS	LOCAIS										TOTAL	
	Locais próximos		Outros locais do município		Outros municípios		Outras Regiões/Estados		Situações Mistas			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Entresafra	45	59,2	16	66,6	6	40,0	2	66,7	2	40,0	71	57,7
Plantios	9	11,8	4	16,6	1	6,7	-	-	-	-	14	11,4
Prep. dos solos e colheitas	2	2,6	1	4,3	3	20,0	1	33,3	1	20,0	8	6,5
Ano todo	20	26,4	3	12,5	5	33,3	-	-	2	40,0	30	24,4
T O T A L	76	100,0	24	100,0	15	100,0	3	100,0	5	100,0	123	100,0

Fonte: Trabalho de Campo, 1985.

O trabalho de ganho de mulheres e filhos

As mulheres, além dos serviços domésticos ⁵⁷, assumem normalmente atividades na roça ao lado do esposo e filhos, atividades que são "mais leves". Do total de entrevistados, 66,1% disseram que as mulheres trabalham regularmente na roça em atividades de capinas de terrenos para plantio, coivaramento, limpa da lavoura e colheita, ao lado dos homens. Entretanto, atividades como roçagem de mato (que se faz com a utilização do machado e da foice), descapoeiramento (cujos instrumentos empregados são a enxadeta e a chibanca), escavação e limpeza de tanques (com o emprego da picareta, pá e banguê) nunca ou muito raramente são desenvolvidas pelas mulheres.

Outras atividades que antes eram desenvolvidas somente pelos homens vêm sendo gradualmente assumidas também por mulheres em algumas áreas, a exemplo da torrefação de farinha, na região de Feira de Santana, embora continue sendo própria dos homens na região do sertão ⁵⁸. As mulheres se responsabilizam também, regularmente, pela alimentação de pequenos animais (aves, cães, porcos etc.), assim como o fornecimento de ração para bovinos e ovinos em épocas de seca.

A dedicação das mulheres aos trabalhos de roça (seja especificamente na agricultura seja no cuidado com animais) se constitui numa efetiva duplicação de sua jornada de trabalho; as mulheres aumentam a intensidade do trabalho no desempenho das tarefas domésticas a fim de concluí-las mais rápido para se dedicarem à roça. Leve-se em conta, ainda, que normalmente não lhes sobram os pequenos intervalos de descanso nos horários de pós-almoço e pós-jantar que normalmente existem para os homens. Nesses horários as mulheres têm sempre o que fazer na unidade do-

(57) Trata-se de preparo da comida, lavagem da roupa de todos os membros da família, limpeza da casa, alimentação dos animais domésticos, abastecimento de água da unidade familiar, a busca de lenha etc. Para um estudo mais aprofundado sobre a divisão do trabalho na unidade doméstica ver Moura (1978).

(58) A explicação para isso, provavelmente, está no fato de que nos municípios do sertão as propriedades agrícolas têm um tamanho médio superior, o que permite aos homens permanecerem por mais tempo na própria localidade. Nos municípios onde a terra é mais escassa os homens saem com maior frequência em busca de trabalho de ganho, obrigando as mulheres e crianças a assumirem a torrefação da farinha.

méstica. Elas assumem, portanto, o trabalho na unidade doméstica e contribuem com a unidade de produção, enquanto o trabalho dos homens se concentra basicamente nesta segunda.

De um modo geral as mulheres acordam bem cedo, junto com os homens e até antes deles, cuidando logo do preparo do "café" que muitas vezes é uma refeição como qualquer outra (feijão, farinha de mandioca e um pedaço de carne ou bucho). Depois disso arrumam a casa e seguem para a roça, deixando frequentemente alguma criança - de preferência do sexo feminino - "olhando o fogo" ⁵⁹.

Mas as mulheres também trabalham de ganho, exercendo predominantemente as atividades agrícolas e atividades ligadas ao sisal, num percentual de 12,8% dos casos. Neste caso, suas atividades preferidas são aquelas de colocar a fibra para secar (função de "estendadeira"). Com o auxílio de um jumento transportam a fibra "verde" para o campo de secagem que fica, normalmente, próximo à casa do lugar onde o motor está funcionando ⁶⁰. Em muitos casos, entretanto, as mulheres exercem atividades iguais aos homens no sisal, como é o caso da "palheira": a função de transportar o sisal em folha do campo para o motor para ser submetido ao desfibramento.

A mão-de-obra dos filhos, também, é importantíssima para permitir a produção de subsistência da família. 69,8% das famílias têm mais de três filhos e 29,0% têm mais de seis. (Ver tabela XI).

(59) Expressão usada no sentido de que as atividades exercidas por essas crianças são relativamente simples, consistindo basicamente em não deixar o fogo de lenha se apagar e colocar água nas panelas.

(60) Quando o trabalho é desenvolvido perto da casa da própria mulher trabalhadora é possível conciliar, sem grandes transtornos (para quem está acostumado com tal ritmo de trabalho), as atividades do trabalho de ganho ou da própria roça com as atividades domésticas.

Tabela XI

NÚMERO DE FILHOS POR FAMÍLIA

Nº DE FILHOS EM CADA FAMÍLIA	Nº	%
Não têm filhos	11	5,8
Até 2	46	24,4
3 a 5	77	40,9
6 e mais	44	28,9
T O T A L	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

O "custo" para criar esses filhos é normalmente baixo, dispensando alguns gastos como aqueles relacionados à educação (escola), lazer etc. Por outro lado, considere-se também que a contribuição dos filhos no processo produtivo começa ainda muito cedo⁶¹. A grande maioria dos entrevistados afirmou que seus filhos ajudam nos trabalhos da roça e 35,6% dos entrevistados disseram que seus filhos se dedicam também ao trabalho de ganho. Estes percentuais ganham maior peso relativo quando se leve em consideração que 10,0% dos entrevistados não têm filhos maiores de cinco anos ou são solteiros.

(61) É muito frequente as crianças, na idade de 6-7 anos, já começarem a desenvolver algumas atividades mais simples na unidade doméstica (limpeza da casa p.e.) e na unidade de produção ("tapar covas" p.e.). É preciso considerar que desde os primeiros meses de vida as crianças são levadas por suas mães para o local de trabalho, na roça, o que permite que essas crianças acompanhem, a partir dos primeiros anos de vida, a atuação de seus pais. No século XIX, Marx identificou situação semelhante na Inglaterra: "A idade mínima em que as crianças começam a trabalhar é de 6 anos, mas muitas começam com menos de 5. O tempo ordinário de trabalho vai das 8 da manhã a 8 da noite, com uma hora e meia para refeição que é tomada irregularmente" (MARX, 1971: 1-535).

O trabalho de ganho dos filhos de menoridade é relativamente intenso; 29,3% dos filhos que se dedicam ao trabalho assalariado têm menos de 15 anos, sendo que destes, 43,3% são do sexo feminino e 56,7% do sexo masculino. Registraram-se três casos com crianças de menos de 10 anos em que seus pais declararam que elas também trabalham de ganho, o que corresponde a 2,9% dos casos, conforme a tabela que se segue:

Tabela XII

NÚMERO DE FILHOS QUE SE DEDICAM AO TRABALHO DE GANHO POR IDADE,
SEXO E ATIVIDADE

FAI- XAS DE IDADE E SEXO	TO- TAL DE PES- SOAS	ATIVIDADES								TOTAL	% em rela- ção ao total de fi- lhos	
		Agricul- tura		Agric. e Constr. Civil		Sisal e/ou Pecuária		Situações combinadas				
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			Nº
-10 anos, Masc.	162	2	3,5	-	-	1	3,6	-	-	3	2,9	1,8
-10 anos, Fem.	148	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 a -15, Masc.	123	8	14,0	2	20,0	4	14,3	-	-	14	13,7	11,4
10 a -15, Fem.	141	5	8,8	-	-	6	21,4	2	28,6	13	12,7	9,2
15 e mais, Masc.	96	26	45,6	8	80,0	12	42,8	5	71,4	51	50,0	53,1
15 e mais, Fem.	108	16	28,1	-	-	5	17,9	-	-	21	20,7	19,4
TOTAL	778	57	100,0	10	100,0	28	100,0	7	100,0	102	100,0	13,1

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

Pode-se observar que as atividades mais significativas exercidas pelos filhos que se dedicam ao trabalho de ganho são: atividades ligadas à própria agricultura (55,8%), sisal e pecuária (27,4%) e agricultura e construção civil (9,8%).

Muitas vezes os filhos que trabalham de ganho saem para locais mais distantes, sejam no mesmo município ou fora dele, na mesma ordem seguida por seus pais (ver ponto anterior), retornando para casa semanalmente ou de forma mais esporádica. A vinda para casa está diretamente relacionada com as distâncias dos locais de trabalho. As filhas, via de regra, não trabalham em locais distantes que não permitam o retorno para dormir em casa, exceto em alguns casos específicos em que o trabalho seja desenvolvido em casas de parentes da inteira confiança dos pais delas:

"ela estando lá é mesmo que está aqui",

argumenta um camponês que tem uma filha trabalhando num motor de sisal nas terras de um parente e que só retorna para casa nos finais de semana.

O uso de sementes de meia

As diferentes formas como os camponeses estão subordinados ao capital implicam também em modalidades diferentes de pagamento de rendas. Encontramos, na região, casos em que os camponeses pagam renda de forma direta, ao proprietário da terra, tanto em produto como em dinheiro, ou mesmo em serviço, sem qualquer mediação. Há casos em que os camponeses trabalham em terras dos outros e dizem não pagar nenhum tipo de renda, no entanto os proprietários aproveitam da roça que esses camponeses fazem em suas terras para fazerem pastagens. O procedimento é o seguinte: os proprietários cedem pequenas áreas para os camponeses fazerem suas roças de milho e feijão, culturas cujo ciclo produtivo é de curta duração. No geral as áreas cedidas são terras de capoeira, ou seja, terrenos que demandam grande quantidade de trabalho para a sua preparação. Na época da capina do milho e do feijão o dono da terra semeia o capim;

quando a colheita do milho e do feijão é feita o pasto está também pronto. Além disso, os restolhos deixados depois das colheitas são de grande valia para a alimentação de animais, especialmente em épocas de estiagens demoradas. Trata-se, evidentemente, de formas disfarçadas de pagamento de renda da terra.

Mas uma situação que é muito frequente na região é a prática do recebimento de sementes de meia pelos camponeses mais pobres; 27,1% dos nossos entrevistados afirmaram receber semente de meia para plantar. Aqueles que não dispõem de sementes para plantar recorrem a "amigos" que lhes "socorrem" com certa quantidade de grãos para ser utilizada como semente ⁶². O recebimento de semente de meia independe das relações mantidas com a terra, isto é, para alguém dar alguma quantidade de semente de meia a algum camponês, basta que este disponha de um lugar para fazer sua roça, independentemente da sua condição de propriedade. Muitas vezes a semente é recebida por camponeses que já pagam algum tipo de renda ao proprietário, seja de forma direta ou disfarçada.

O sistema do recebimento de sementes de meia é o seguinte: os camponeses recebem certa quantidade de feijão (geralmente muito pequena, não ultrapassando a casa dos 20 litros, ou seja, 1/4 de saco) e participam com o fornecimento de mão-de-obra, com a terra - própria ou não - instrumentos de trabalho e insumos (adubos etc.). Em caso de perda total da produção, o que ocorre somente em situações especiais, o fornecedor de semente não pode reclamar coisa alguma. Para melhor controle da sua parte, ele costuma visitar os plantios uma ou duas vezes, acompanhando o desenvolvimento das plantações e fazendo suas previsões com relação à colheita. Feita a colheita, esta é dividida em duas partes iguais, ficando uma parte para o camponês e a outra com ele, fornecedor.

Os camponeses sabem que ao se submeterem a uma situação dessa natureza estão sendo explorados. No entanto, para eles é preferível este tipo de exploração do que o assalariamento puro, nas condições encontradas, como afirma um camponês que se utiliza desse recurso:

(62) O fornecimento é feito através de grãos comuns, os mesmos que são utilizados no consumo, são também empregados como semente, sem qualquer processo classificatório ou de seleção.

"a gente aqui não ia plantar nada porque ninguém tinha semente. Depois se recorreu a (...) que nos valeu com uma besteira de feijão aí para plantar. Se hoje a gente não caiu no litro ⁶³ deve-se agradecer a Deus em primeiro lugar e depois a (...)". (55 anos)

Quando os camponeses não conseguem, com a parte que lhes cabe, o suficiente ao consumo da família durante o ano, a família se obriga a "cair no litro" quando o feijão acabar e recorrer ao fornecedor de semente de meia - normalmente a mesma pessoa - no ano seguinte. Um desses fornecedores de semente, no município de Feira de Santana ⁶⁴ assim justifica o seu ato:

"andando aí pelos matos me compadeci da situação de todo aquele povo que não tinha um caroço de nada pra plantar, então resolvi fazer essa caridade dando cinco litros a um, dez a outro, vinte a outro e somente por isso esse povo está todo de barriga cheia".

Esse informante parecia estar convicto de que estava realmente ajudando, fazendo uma caridade. Um outro fornecedor ⁶⁵, que deu semente de meia apenas a uma pessoa, assim justifica o seu procedimento:

"se eu tivesse terra eu mesmo fazia minha rocinha, mas não tenho; pra mim era melhor porque o que desse era todo meu. Então, como ela tinha um pedacinho de terra e não tinha a semente, comprei aí uns litrinhos e dei a ela de sociedade. Foi bom pra mim e pra ela, não foi?"

Dcs "fornecedores" de semente de meia, 56,9% são formados de outros pequenos agricultores mais remediados que pertencem aos grupos 3, 4 e 5 estudados no capítulo anterior; 37,3% são fazendeiros e/ou políticos e 5,8% são constituídos de outras categorias que moram nas cidades. (Ver tabela XIII).

(63) Expressão usada no sentido de que não está comprando feijão para o consumo da família.

(64) Neste caso a semente foi adquirida junto a um político com mandato de vereador.

(65) Trata-se de um aposentado do Funrural que reside na cidade de Feira de Santana que forneceu semente de meia para uma viuva camponesa em 1985.

Tabela XIII

PRINCIPAIS FORNECEDORES DE SEMENTES DE MEIA

FORNECEDORES	Nº	%
Outros peq. agricultores	29	56,9
Fazendeiros/políticos	19	37,3
Outros	3	5,8
T O T A L	51	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

Para o agricultor, a semente de meia oferece as seguintes vantagens: a liberdade quanto à utilização do seu tempo, o que não existiria se estivesse trabalhando de ganho para alguém⁶⁶; a possibilidade de os membros da família não precisarem sair para trabalhar fora, permanecendo todos juntos; o fato de poderem plantar o milho, o maxixe, a abóbora, a melancia etc. para o consumo e sobretudo porque a família fica com o terreno preparado para outros plantios, no caso dos proprietários ou posseiros, a exemplo de produtos como o fumo ou da mandioca, depois de feita a colheita do feijão e do milho.

Do ponto de vista puramente econômico a estratégia de utilização de semente de meia parece ser uma irracionalidade, considerando-se que o trabalho assalariado permitiria um maior ganho. Seria mais lógico, por-

(66) Esta questão é de grande importância para os camponeses. Como afirma um deles, "é melhor ter menos e não ter que aguentar desaforos; não adianta ganhar um pouco mais e ter que ser escravo". O campones sabe que financeiramente seria melhor recorrer ao trabalho assalariado, mas neste caso perderia um conjunto de vantagens que são oferecidas pelo trabalho "autônomo", sendo que a principal delas é a própria liberdade de ação.

tanto, que os camponeses, ao invés de utilizarem sementes de meia se dedicassem ao trabalho assalariado. No entanto, a "racionalidade camponesa", a autonomia no processo de trabalho, o fato de os membros da família permanecerem juntos, e a incerteza de que o trabalho de ganho será encontrado no momento certo, levam-nos a concluir que o procedimento tem sua lógica neste contexto.

Atividades de negócio:

Outra alternativa a que os camponeses recorrem, em caráter complementar, são as atividades de negócio que podem ser mais ou menos duradouras; eles estão diretamente relacionadas com a situação econômica mais geral da família que, por sua vez, está também diretamente relacionada com as questões de disponibilidade de terra e com as condições do ano agrícola.

No conjunto, 16,0% dos entrevistados disseram que na família pelo menos uma pessoa se dedica a atividades de negócio e 4,8% declaram existir duas ou mais pessoas em suas famílias que se dedicam a essas atividades. (Ver tabela XIV).

Tabela XIV

DEDICAÇÃO A ATIVIDADES DE NEGÓCIO

SITUAÇÃO	Nº	%
SIM, uma pessoa na família	21	11,2
SIM, duas ou mais pessoas na família	9	4,8
NÃO	158	84,0
T O T A L	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

Há, assim, uma certa especialização nos negócios que são característicos de cada categoria de trabalhadores.

Quando a terra é extremamente pequena, os camponeses se dedicam de forma mais permanente às atividades de negócio com a finalidade de complementar a produção da subsistência da família. No curso dessas atividades há uma clara divisão do trabalho por sexo e idade entre os membros da família: os adultos mais idosos, do sexo masculino, se dedicam a atividades mais tradicionais, a exemplo do comércio de animais como ovelhas, porcos, jumentos e cavalos; ao comércio de produtos agrícolas, especialmente o feijão, o milho e a farinha de mandioca; ao funcionamento de bodegas (vendas de "secos e molhados") nas próprias moradias ou em localidades geograficamente estratégicas, onde vendem um pouco de tudo: o açúcar, o café, o sal, o fósforo, o querosene, a cachaça etc. Os adultos mais jovens, tanto do sexo masculino como feminino se dedicam ao comércio de roupas, bijouterias e, de forma menos frequente, também ao comércio de verduras e legumes. As mulheres mais idosas atuam geralmente como "fateiras"⁶⁷ ou como vendedoras de alimentos (pratos feitos) e doces em pequenas barracas rústicas. Com excessão das bodegas, todas essas atividades são desenvolvidas nas feiras-livres dos municípios. As crianças, de um modo geral, auxiliam os pais no desenvolvimento dessas atividades de negócio; as menores acompanham, via de regra, as mães; as maiores acompanham os pais e irmãos.

Mas o que leva os camponeses a se dedicarem a atividades de negócio não é somente a falta de terra e as precárias condições de subsistência. Os camponeses mais remediados e que possuem terra suficiente para o trabalho da família, se dedicam também a atividades de negócio, cuja finalidade principal não é a complementação da subsistência, mas a manutenção daquele padrão de vida estabelecido ou o desejo de "melhorar de vida". Nos casos em que as atividades de negócio não se destinam à complementação da subsistência da família, a atividade principal é o negócio de animais, especialmente de gado bovino. Já o negócio com cereais, carnes etc. é próprio dos camponeses mais pobres.

(67) As "fateiras" vão pela madrugada para o matadouro municipal para receberem as víceras dos animais abatidos (bucha, fígado etc.), tratarem e venderem na feira-livre. Isso

A diversificação de culturas

Os camponeses se caracterizam, historicamente, como policultores. A monocultura é uma exceção, ocorrendo em casos específicos por imposição do mercado, a exemplo de produtos como o fumo, a cana-de-açúcar, verduras e leguminosos como ocorre em algumas regiões do país.

Na região estudada, os camponeses sempre se dedicaram à policultura. Antes, a diversificação de produtos tinha a função básica de satisfazer às necessidades de autoconsumo da unidade familiar, como se dava também com o camponês europeu ⁶⁸. Os camponeses produziam praticamente de tudo que necessitavam, desde os gêneros alimentícios, as vestimentas ⁶⁹, o combustível para iluminação (utilizando-se da mamona) até os medicamentos, através das ervas medicinais. Hoje a diversificação de culturas tem outra finalidade: não se destina mais a satisfazer as necessidades de autoconsumo da família; se constitui, basicamente, numa estratégia de subsistência. É um camponês novo, produzido historicamente pelo próprio processo capitalista que tanto produz para o autoconsumo como para o mercado ⁷⁰, porque somente assim consegue garantir a sua recriação.

É nessa perspectiva de garantir a recriação da unidade familiar - o que pode incluir a melhoria do padrão de vida - que os camponeses procuram os meios para diversificar suas culturas, o que cumpre duas importantes finalidades: em primeiro lugar, eles sabem que à medida em que limitam a quantidade de produtos, aumentam os riscos, considerando que na hipótese de uma supersafra com a queda brusca nos preços ou de frustração da safra, a situação econômica fica ainda mais vulnerável; em segundo lugar situa-se a questão técnica: os solos ocupados com monoculturas não produzem as matérias orgânicas necessárias à recomposição dos mesmos, passando a depender mais de adubação.

(68) Esse foi o tipo de camponês identificado por Marx (1978: 397), em França, no século XIX: "Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência através de trocas com a natureza e do intercâmbio com a sociedade".

(69) Localizamos uma camponesa com 68 anos que além das atividades regulares que mantém, se dedica também ao artesanato de palha (confecção de chapéus, de sacolas etc.). A linha utilizada na confecção desses objetos é feita por ela própria, mantendo para isso alguns pes de algodão em torno da casa que fornecem também a matéria prima para a confecção de pavios para os vizinhos, mediante encomendas.

(70) O camponês da região se assemelha ao camponês de que fala Queiroz (1973: 29): "o camponês é um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel

É considerando essas duas vertentes - a propriamente econômica e a técnica - que os camponeses da região, além dos produtos básicos (o milho, o feijão e a mandioca) cultivam o aipim, a batata-doce, verduras e legumes, amendoim, fumo, mamona, sisal (estes dois últimos apenas na região do sertão), dentre outros e, quando podem, criam alguns animais que também produzem esterco para adubação.

Mesmo sem uma explicação elaborada, os camponeses, por tradição, sabem da importância técnico-econômica da diversificação de culturas e do papel disso no processo de recriação familiar.

Uma propriedade de apenas 2,2 ha., estava, no mês de setembro (1985), plenamente ocupada com milho, feijão, amendoim, mandioca, abóbora, batata-doce, fumo e alguns pés de citros. Algumas dessas culturas eram feitas de forma consorciada: o milho com feijão; milho com feijão e abóbora; milho com mandioca e citros. Outras eram feitas individualmente: fumo, parte da mandioca, amendoim e batata-doce. No ano seguinte, a consorciação continua, mudando-se de lugar: planta-se o amendoim no lugar do feijão e do milho (o amendoim pode ser também consorciado com o milho), o feijão e o milho no lugar da mandioca e assim por diante⁷¹.

Quando há disponibilidade de maior área de terra, como é o caso dos camponeses que compõem os grupos 4 e 5, mantém-se a diversificação de culturas, porém de forma menos intensiva. É possível, neste caso, deixar a terra em repouso por um certo período, permitindo assim a recomposição das matérias orgânicas necessárias à preservação da fertilidade. É comum, por exemplo, utilizar a área que foi plantada com milho e feijão como pastagem por dois ou três anos, voltando a servir, depois desse tempo, de local para nova roça onde se plantam o milho e o feijão, outra vez, ou outras culturas. Neste caso, a integração agricultura-pecuária garante também a preservação da fertilidade dos solos, indispensável para a produção dos meios de subsistência da família, ou seja, para permitir-lhe continuar camponesa. Os riscos de um dia a família não mais poder produzir o necessário à sua própria recriação, neste caso, são menores.

(71) A rotação de certas culturas, numa mesma área, já é uma prática secular e tecnicamente é considerada benéfica para o solo.

A pequena Pecuária

A importância da pequena pecuária tanto para a economia familiar como para o próprio abastecimento do mercado interno é geralmente desconhecida na literatura e nos próprios programas governamentais voltados para os pequenos produtores. Os criatórios de suínos, aves, ovinos e também caprinos se constituem num complemento da economia familiar.

O criatório de algum animal com finalidade econômica é presença obrigatória na unidade de produção camponesa, exceto nos casos em que é realmente impossível mantê-lo. Em todos os grupos que estudamos pudemos verificar que somente no primeiro grupo (o dos mais pobres), não havia, em todas as unidades familiares, pelos menos um porco no chiqueiro, uma ovelha ou uma cabra criadas na corda, dada à completa inexistência de condições para isso. Mesmo assim, algumas galinhas no terreiro é algo frequente e, algumas famílias, enfrentando todos os tipos de desafios, mantinham um porco no chiqueiro. Nos demais grupos, em todas as unidades foi encontrada a criação de porcos, variando apenas em termos de quantidade de cabeças, o que está em função das condições econômicas da família, refletidas especialmente na disponibilidade da terra; o criatório de algumas cabeças de ovelhas ou cabras se faz presente especialmente nos grupos 3 e 4 e o gado bovino aparece entre os camponeses que integram os grupos 4 e 5, especialmente no grupo V, já que seus integrantes dispõem de terra que permite este tipo de atividade.

Assim, a pecuária, baseada nos pequenos criatórios, cumpre importante papel no processo de sustentação e de reprodução da vida camponesa. Os camponeses recorrem a essa atividade pela situação de insegurança que a agricultura lhes traz, considerando as incertezas climáticas e a instabilidade do mercado; além disso, a pequena pecuária funciona como uma espécie de "poupança", um "seguro" para os momentos difíceis como revelam os depoimentos seguintes de camponeses que se dedicam ao tipo de atividade:

"a gente cria aí uns porquinhos aproveitando da lavagem que já se tem, de bredos e de coisas da roça; quando tem uma necessidade ou no caso de doença a gente tem para onde recorrer". (35 anos)

Ou:

"eu e os meninos temos aí dois porquinhos no chiqueiro e duas ovelhas na corda; vivem das besteiras que a gente tem por aqui mesmo. (...) A roça sozinha não tá dando mais não, veja aí o preço da farinha! Então, com esses bichinhos, a gente tá vendo de que fazer alguma coisa na hora da precisão". (43 anos)

Os pequenos criatórios têm uma importância econômica altamente relevante. Fizemos um estudo aprofundado de orçamentos de seis famílias, analisando movimento de receitas e despesas, no período de um ano. Pudemos verificar que os pequenos criatórios participam com 49,9% das receitas, enquanto a agricultura, por exemplo, participa com apenas 6,5%. Há casos em que a contribuição da pecuária de pequenos animais ultrapassa a casa dos dois terços do conjunto da receitas da família.

Mas além do objetivo de manter os pequenos criatórios como importante complemento do orçamento familiar e como "poupança" para os momentos de crise, ultimamente os camponeses vêm mantendo os criatórios também com outra finalidade: a produção de esterco para ser utilizado como adubo na lavoura, como revela um camponês de 48 anos:

"antes a gente tinha que comprar um ou dois carros de esterco por ano pra botar na roça, pela hora da morte. Agora eu aproveito todo esterco dos porcos, faço composto e neste ano não comprei nenhum adubo; plantei milho, feijão, fumo e mandioca sem gastar um tostão com adubo".

Esta prática, no entanto, é ainda incipiente na região e poucos agricultores já recorrem a ela, embora haja uma tendência a maior adesão por parte de outros, visto que uma entidade na região está empenhada em difundir o tipo de atividade que vem dando certo e os próprios camponeses que já fizeram tal experiência se incumbem em divulgá-la. Com isso, os pequenos criatórios passarão a exercer um papel ainda mais importante no conjunto da economia familiar.

Os Elementos Constitutivos da Economia Camponesa e as Características do
Consumo Familiar

Para compreender mais aprofundadamente as características das unidades camponesas nas micro-regiões estudadas e suas estratégias de sobrevivência, optamos por realizar um estudo de orçamento das unidades que demonstrou que além das atividades agrícolas, os pequenos criatórios e o assalariamento constante ou mais esporádico os camponeses recorrem, também, a outras atividades, seja regularmente, seja aproveitando de oportunidades que surgem ⁷², ou empurrados por necessidades circunstanciais ⁷³.

Para facilitar a discussão, agrupamos os diversos itens de receitas e despesas, sendo que os principais são os seguintes: agricultura, trabalho de ganho, venda de animais, atividades de negócio e venda de ovos de galinha, para as receitas; compra de ferramentas e insumos, compra de animais, benfeitorias na propriedade, feiras semanais ⁷⁴, medicamentos e transportes, para as despesas. Pequenas receitas e pequenas despesas que não se enquadraram nesses itens foram apresentadas na categoria de "outros". No caso de surgimento, em alguma das famílias estudadas, de alguma categoria significativa, estabeleceu-se outro item, a

(72) Um camponês de 55 anos comenta: "eu não sou chegado a negócios porque pra mim os negociantes são todos meio enrolados e poucos são honestos. Mas apareceu um cara aí propondo um negócio e eu topei porque era bom pra ele mas era também bom pra mim e eu não podia perder a oportunidade".

(73) Os dados coletados referem-se à composição familiar, à disponibilidade de mão-de-obra, de terra, à produção agrícola - com o registro das parcelas dos três produtos básicos que se destinaram ao autoconsumo e ao mercado em 1985 - aos criatórios, ao trabalho assalariado, as atividades de negócio etc., assim como as despesas de cada família no período de um ano. Como se pode observar, a análise centra-se no movimento de despesas e receitas, permitindo algumas conclusões parciais.

(74) Os produtos mais comuns que são adquiridos nas feiras semanais pelos camponeses são os seguintes: açúcar, café, óleo comestível, carne, arroz, queijos, peixe, sal, sardinha enlatada, fósforo, fumo trevo, linha de costura, sabão em barra, temperos. Com menor frequência, aparecem: tecidos, bombril, sabonete, macarrão, sabão em pó, frutas, verduras, massas, gilette, aguardente, sandálias, pilha de rádio, cigarros. Outros produtos também aparecem com menor frequência.

exemplo de rendimento de caderneta de poupança.

a) Família nº 1: composta de cinco pessoas, o casal (ele com 36 anos e ela com 31) e três filhos, sendo que destes, apenas um tem mais de dez anos e ajuda a desenvolver algumas atividades na unidade de produção; a família possui 13 tarefas de terra onde mantém duas vacas com as respectivas crias, 14 cabeças de ovinos (5 matrizes), 3 porcos confinados em chiqueiro e 26 cabeças de aves. Nessa área cultiva o milho, o feijão, a mandioca, o aipim e a batata-doce; esporadicamente faz o plantio de algumas verduras numa pequena horta familiar, assim como de alguns leguminosos. A produção agrícola foi a seguinte: 8 sacos de feijão, 18 de milho, 30 sacos de farinha de mandioca ⁷⁵.

O movimento de receitas e despesas monetárias está registrado no quadro II. Movimento de receitas e despesas da família nº 1

RECEITAS		DESPESAS	
Tipos	Cz\$	Tipos	Cz\$
- Produção agrícola	670,00	- Ferramentas, insumos	184,00
- Venda de animais	3.520,00	- Compra de animais	656,00
- Trabalho de ganho	758,00	- Pagtº de mão-de-obra	420,00
- Rend. Cadern.Poupança	115,00	- Benfeitorias da propriedade	315,00
- Venda de ovos	131,00	- Transportes	222,00
- Outros	269,00	- Feiras semanais	2.239,00
		- Remédios/hospitais	648,00
		- Outros	369,00
T O T A L	5.463,00	T O T A L	5.053,00

A produção agrícola se destinou, basicamente, ao consumo da própria família, comercializando-se pequenos excedentes. Do total da produção foram comercializados apenas 3 sacos de feijão (25,0%) e 13 sacos

(75) Um saco de milho ou de feijão contém 80 litros e 60 quilos; um saco de farinha de mandioca contém 80 litros e 50 quilos. Não foi possível quantificar a produção de aipim, batata-doce, legumes, verduras etc.

de farinha de mandioca (43,3%), o que, no conjunto, representa 26,8% do total da produção de milho, feijão e farinha. Os demais produtos (bata-doce, aipim, milho etc.) destinaram-se apenas ao autoconsumo.

b) Família nº 2: composta por 6 pessoas: a mulher - que é a chefe da família, 41 anos - e 5 filhos nas seguintes idades: 18, 14, 12, 10 e 9 anos. Todos trabalham. A atividade principal é o trabalho de ganho dos filhos com 12 anos e mais. A mulher e os outros filhos assumem o cultivo de uma pequena área de 3 tarefas cedida pelo sogro, onde plantam mandioca, milho e feijão, criam 12 cabeças de galinha e 2 porcos no chiqueiro. A família costuma também "botar roça" em terras de outrem, quando encontra, em duas modalidades: na primeira, o proprietário cede a terra, sem o pagamento de qualquer ônus direto, aproveitando da área cultivada para fazer pastagens; na segunda, o proprietário cede a terra e uma parte da semente para o plantio de milho e feijão na base da "meia". Nenhuma das duas modalidades acima foi praticada em 1985. A produção agrícola foi a seguinte: 3 sacos de feijão, 6,5 sacos de milho e 6 sacos de farinha de mandioca (ver quadro III).

Quadro III: O movimento de receitas e despesas da família nº 2

RECEITAS		DESPESAS	
Tipos	Cz\$	Tipos	Cz\$
- produção agrícola	70,00	- ferramentas, insumos	220,00
- venda de animais	900,00	- compra de animais	450,00
- trabalho de ganho	4.320,00	- pagtº de mão-de-obra	110,00
- venda de ovos	84,00	- transportes	412,00
- atividade de negócio	150,00	- feiras semanais	3.664,00
- outros	320,00	- remédios	112,00
		- outros	680,00
T O T A L	5.844,00	T O T A L	5.648,00

Praticamente toda a produção se destinou ao autoconsumo da família, comercializando-se apenas 1,5 saco de milho, o que representa 23,0% da produção de milho e apenas 9,7% da quantidade total de produtos. A produção do feijão e da farinha de mandioca, inclusive, foi insuficiente para o consumo, o que obrigou a família a "cair no litro", ou seja, a comprar esses produtos durante uma parte do ano.

É preciso observar que a família se valeu, também, de "caças miúdas" (o preá, alguns pássaros etc.) e de peixes, pescados por seus próprios membros, que ajudaram na sustentação da família sem que pudessem ter seus valores registrados.

c) Família nº 3: 7 pessoas, o casal (ele, 39 anos; ela, 38) e cinco filhos. Dos filhos, somente dois prestam alguma ajuda nos trabalhos da unidade familiar, um de 8 anos e outro de 10. A atividade principal do homem é o trabalho de ganho; a mulher, além das atividades domésticas, se dedica à produção de artesanato em palha (chapéus, esteiras etc.) e assume, com a ajuda dos dois filhos já citados, o cultivo de uma área de 2 tarefas de terra pertencente a um parente, onde está fixada a moradia. Nesta área se cultivam "uns pés" de mandioca, de milho e feijão "quando é tempo", aipim e batata-doce. A família cria também 19 cabeças de galinha e um porco (em confinamento). Quando acha alguém para ceder um pedaço de terra, a família "costuma" fazer plantios de milho e feijão, o que não ocorreu em 1985⁷⁶. A produção agrícola durante o ano anterior foi: 1,5 saco de feijão, 4 sacos de mandioca e 2 de milho, insuficiente ao próprio consumo familiar.

O movimento financeiro em 1985 está registrado no quadro IV.

(76) O ano de 1985 prometia ser muito bom para a agricultura na região. Por conta disso os proprietários de terra evitaram ceder áreas para os camponeses fazerem suas roças, preferindo fazer seus próprios plantios, já que os investimentos ofereciam possibilidades de grandes vantagens. Esta foi a razão apresentada pela família para o fato de não ter encontrado lugar para fazer sua roça.

Quadro IV: Movimento de receitas e despesas da família nº 3

RECEITAS		DESPESAS	
Tipos	Cz\$	Tipos	Cz\$
- venda de animais	540,00	- ferramentas, insumos	220,00
- trabalho de ganho	5.680,00	- compra de animais	360,00
- venda de ovos	44,00	- pg.de juros sobre emprést.120,00	
- produtos artesanais	165,00	- transportes	182,00
- outros	40,00	- feiras semanais	3.922,00
		- remédios	260,00
		- outros	430,00
T O T A L	6.469,00	T O T A L	5.494,00

d) Família nº 4: O casal e cinco filhos (ele 39 anos; ela, 35): 7 pessoas. O filho mais velho tem somente 8 anos, os demais são menores. A família possui uma área de terra própria de 14,5 tarefas, toda aproveitada. Metade da área está reservada para a agricultura com plantios de milho, feijão, mandioca, "feijão de corda" (macaça), aipim, batata-doce e alguns pés de fruteiras. A outra metade está ocupada com pastagens onde a família cria 2 vacas "pro leite dos meninos", 8 cabeças de ovinos (4 matrizes), 2 jumentos, 2 porcos em confinamento e 18 cabeças de aves. A produção agrícola do ano foi a seguinte: 20 sacos de farinha, 5 de milho e 8 sacos de feijão.

O movimento financeiro do ano está registrado no quadro V.

Quadro V: Movimento de receitas e despesas da família 4

RECEITAS		DESPESAS	
Tipos	Cz\$	Tipos	Cz\$
- produção agrícola	650,00	- ferramentas, insumos	182,00
- venda de animais	4.610,00	- compra de animais	780,00
- trabalho de ganho	820,00	- pag. mão-de-obra	640,00
- atividades de negócio	830,00	- feiras semanais	3.412,00
- outros	300,00	- transportes	264,00
		- medicamentos	344,00
		- outros	380,00
T O T A L	6.610,00		6.002,00

Da produção total, as parcelas comercializadas foram as seguintes: feijão: 1,8 saco (37,5%); farinha, 4 sacos (40%); no conjunto representam 39,3% da quantidade total de produtos. O milho foi totalmente reservado para o autoconsumo, a exemplo do "feijão de corda", do aipim, da batata-doce e outros.

Família nº 5: o casal (ele, 34 anos; ela, 33) e três filhos; destes, apenas um se insere no curso das atividades da unidade familiar, com 12 anos de idade. Os outros dois são menores de 8 anos. A família possui 15 tarefas de terra, mantendo 7 com pastagens onde cria 2 vacas (atualmente com 3 bezerros), 12 cabeças de ovinos e 2 jumentos para o transporte de pessoas e de mercadorias em distâncias curtas. A outra parte da área é reservada para a agricultura, onde se cultivam a mandioca, o milho, o feijão e alguns legumes. A produção do último ano foi de 10 sacos de farinha, 11 de milho e 5 sacos de feijão. O movimento financeiro da família está registrado no quadro VI.

Quadro VI: Movimento de receitas e despesas da família nº 5.

RECEITAS		DESPESAS	
Tipos	Cz\$	Tipos	Cz\$
- produção agrícola	120,00	- ferramentas, insumos	170,00
- venda de animais	6.840,00	- compra de animais	1.200,00
- juros de Cadern.Poupança	350,00	- pag. mão-de-obra	1.860,00
- venda de ovos	180,00	- pag. juros sobre emprést.	40,00
- atividades de negócio	250,00	- feiras semanais	3.336,00
- outros	130,00	- transportes (+)	320,00
		- medicamentos	140,00
		- outros	28,00
T O T A L	7.870,00		7.094,00

(+) inclui uma viagem de 2 pessoas para Bom Jesus da Lapa numa Romaria.

Da produção agrícola, apenas 3 sacos de farinha de mandioca foram vendidos; todo o restante foi reservado para o autoconsumo da família.

f) Família nº 6: composta de 8 pessoas, o casal (ele, 45 anos; ela, 41) e 6 filhos, sendo que destes somente dois ajudam na roça; a família trabalha numa área de 22 tarefas de terra, sendo 15 próprias e 7 cedidas por um parente, sem nenhuma forma de pagamento de renda. Toda a área é aproveitada, sendo 5 tarefas para os plantios de milho, feijão, mandioca, aipim, batata etc.; 4 tarefas estão ocupadas com sisal e as demais são reservadas para pastagens. Possui 5 cabeças de gado bovino (2 matrizes), 11 cabeças de ovinos (5 matrizes), 5 cabeças de porcos em regime semi-confinado e 15 galinhas.

A área ocupada com o sisal serve também de pastagem para os animais que se alimentam de plantas que nascem no meio dos campos e das plantas novas de sisal, prestando inclusive um serviço de desboste: "o gado mesmo destoca o sisal porque ele come as mudas novas", diz o proprietário.

No ano de 1985, a produção agrícola (incluindo-se o sisal) foi a seguinte: milho, 14 sacos; feijão, 8 sacos; farinha de mandioca, 6 sacos; sisal, 2,2 t. A produção de farinha foi completamente destinada ao autoconsumo da família; da produção de milho e de feijão, pequenos excedentes foram destinados ao mercado e o sisal já é uma "cultura de mercado", toda a produção foi comercializada.

A família possui ainda uma carroça e um burro que tanto servem no transporte de pessoas e coisas da própria família, como para a venda de alguns serviços na vizinhança.

O movimento financeiro da família, em 1985, foi o seguinte:

Quadro VII: Movimento de receitas e despesas da família nº 6.

RECEITAS		DESPESAS	
Tipos	Cz\$	Tipos	Cz\$
- agricultura (+)	2.340,00	- Ferramentas	320,00
- venda de animais	10.600,00	- compra de animais	3.420,00
- venda de serviços	2.420,00	- benfeit.na propriedade	2.200,00
- venda de ovos	166,00	- feiras semanais	5.826,00
- alguns negócios	820,00	- medicamentos	1.180,00
- outros	234,00	- transportes	1.760,00
		- outros	620,00
T O T A L	16.580,00	T O T A L	15.326,00

(+) inclui-se também o sisal.

Da produção de milho, feijão e farinha de mandioca, apenas 28,6% da quantidade total destinaram-se ao mercado, ou seja, 8 sacos de milho e 2 de feijão. Incluindo-se o sisal ⁷⁷, o valor da produção comerciali-

(77) O sisal, a rigor, é considerado um produto de extração vegetal e não propriamente agrícola.

zada corresponde a 71,0% do valor da produção total, excluindo-se aqueles produtos que não puderam ser quantificados e que se destinaram exclusivamente ao autoconsumo ⁷⁸.

Com base nos levantamentos de cada família observa-se que a agricultura não se constitui na principal fonte de receitas para as famílias camponesas. Pode-se observar que dentro do tripé de sustentação da economia familiar - agricultura, pecuária e trabalho de ganho - a agricultura ocupa a terceira posição ⁷⁹, conforme os dados do quadro seguinte:

Quadro VIII: Importância econômica da agricultura, pecuária, assalariamento e atividades de negócio para a família camponesa.

FAMÍLIAS	Agricultura %	Pecuária %	Trabalho de Ganho %	Negócios %	Outras %
1	12,2	64,4	13,9	-	9,5
2	1,2	15,4	73,9	2,6	6,9
3	-	8,3	87,8	-	3,9
4	9,0	63,9	11,4	11,5	4,2
5	1,5	86,9	-	3,2	8,4
6	14,1	63,9	14,5	4,9	3,6

Para o conjunto das famílias estudadas a pecuária aparece como a principal fonte de receitas, vindo em seguida o trabalho de ganho. Considerando cada caso em particular, no entanto, verifica-se que as famílias de números 1, 4, 5 e 6, onde a terra mesmo pouca permite a presença de alguns criatórios, a pecuária se destaca como a principal fonte de receitas. Para as famílias 2 e 3, dada a pequena quantidade de terra que ocupam, é o trabalho de ganho que ocupa o primeiro lugar.

(78) De acordo com as necessidades de consumo, colhe-se uma quantidade de batata-doce, de alpim etc. a cada 3 ou 4 dias, sem qualquer controle de medida.

(79) Um dos fatores que coloca a agricultura no terceiro lugar é, indubitavelmente, o mercado de produtos agrícolas onde os preços nunca acompanham os preços dos produtos industrializados, por exemplo.

Mesmo considerando o total da produção agrícola e não apenas a parte comercializada, a agricultura ocupa o terceiro lugar na sustentação da família camponesa, representando 18,0%; o trabalho assalariado corresponde a 25,0% e a pecuária participa com 48,0%. É o que se pode concluir ao observar o valor total da produção agrícola e os dados referentes às receitas de cada família. Essa baixa participação da agricultura se deve, por um lado, à estrutura agrária e, por outro, ao abandono da agricultura, pela política econômica do país.

A finalidade principal da agricultura regional é o autoconsumo da família, comercializando-se os pequenos excedentes. No conjunto, considerando-se o valor da produção total de milho, feijão, farinha de mandioca e sisal, o peso proporcional das parcelas destinadas ao consumo e ao mercado pode ser verificada no quadro seguinte:

Quadro IX: Valor da produção agrícola e os percentuais das parcelas destinadas ao consumo e ao mercado.

FAMÍLIAS	Valor total da produção agrícola (em Cz\$)	Parcela de Consumo %	Parcela do Mercado %
1	2.160,00	68,9	31,1
2	805,50	92,3	7,7
3	370,00	100,0	---
4	2.225,00	79,8	29,2
5	1.395,00	91,4	8,6
6	3.140,00	25,5	74,5

Pode-se observar que há uma relação inversa entre o valor total da produção e o percentual destinado ao consumo, e uma relação diretamente proporcional entre o total produzido e a parcela comercializada. Isso significa dizer o seguinte: o percentual relativo da produção destinada ao consumo é cada vez menor quanto maior for o volume total da produção e, conseqüentemente, o percentual relativo da parcela destinada

ao mercado é maior. Já considerando as famílias que dispõem de um maior volume de produção, a parcela será proporcionalmente menor⁸⁰ para o autoconsumo.

Partindo-se da inferência de que a relação entre os valores destinados ao consumo de cada membro da família (autoconsumo e feiras semanais) traduz um certo padrão de vida⁸¹, o quadro seguinte nos traz algumas revelações que consideramos importantes: em primeiro lugar, há uma relação direta entre o padrão de vida e o número de pessoas que estão engajadas na produção e daquelas outras que não estão; em segundo, há também uma relação direta entre as pessoas que trabalham/produzem e as que só consomem e a área de terra per capita dos que trabalham, conforme os dados apresentados a seguir:

Quadro X: Elementos da economia e do consumo da família.

FA- MÍ- LIAS	Tam. da Ter- ra(+)	nº de pessoas que con- somem	pessoas que tra- balham	Gasto anual com feiras semanais Cz\$	Valor da pro- dução agríco- la consumida Cz\$	Consumo monetário anual per capita-Cz\$
1	13	5	3	2.239,00	1.490,00	745,00
2	3	6	6	3.664,00	735,00	733,20
3	2	7	4	3.922,00	370,00	613,20
4	14,5	7	3	3.412,00	1.575,00	712,20
5	15	5	3	3.336,00	1.275,00	922,30
6	22	8	4	5.826,00	801,00	828,30

(+) em tarefas.

Observe-se que as famílias cuja relação entre os que produzem e os que consomem se aproxima do ponto ideal (= 1) e a terra disponível é

(80) A tendência verificada é de uma redução cada vez mais progressiva das parcelas destinadas ao mercado, caso perdurem as condições atuais da política agrícola.

(81) Isso levando-se em conta que alguma variação é plenamente possível, já que alguns produtos que são consumidos diretamente não puderam ser quantificados e ficaram de fora desses cálculos. No entanto, deve-se levar em conta que este fato é comum para todas as famílias, o que diminui a possibilidade de erro para o conjunto.

maior, no caso superior a 4 tarefas, a qualidade de vida é também superior, conforme se pode constatar a partir do quadro seguinte:

Quadro XI: Relação entre as pessoas que produzem e consomem e a terra

FAMÍ- LIAS	Total de pes- soas	Pessoas que pro- duzem	Pessoas que não produzem	Relação entre produtores e consumidores	Área per ca- pita(+)	Consumo mone- tário anual por pessoa-Cz\$
1	5	3	2	0,60	4,3	745,00
2	6	6	-	1,00	0,5	733,20
3	7	4	3	0,57	0,5	613,20
4	7	3	4	0,42	4,8	712,20
5	5	3	2	0,60	5,0	922,30
6	8	4	4	0,50	5,5	828,30

(+) em tarefas.

Assim, a família nº 1, por dispor de uma área per capita (em relação aos que trabalham) superior a 4 tarefas e uma relação entre os produtores e consumidores igual a 0,60, mantém um padrão de vida de equilíbrio frente às famílias estudadas; a família nº 2, embora atingindo a relação ideal entre produtores e consumidores (correspondente a 1), não possui um padrão de vida dos mais elevados porque a terra é bastante escassa; caso semelhante constata-se com a família nº 3: a relação entre produtores e consumidores é de 0,57, no entanto, a escassez da terra lhe impõe o mais baixo nível de vida entre as famílias estudadas. Já a família nº 4, apesar da área per capita dos que trabalham ser a terceira maior entre as famílias estudadas, o padrão de vida não corresponde a este lugar, dada à relação entre produtores e consumidores ser de apenas 0,42. A família nº 5 é a que apresenta um padrão de vida mais elevado exatamente porque a área de terra disponível para os que trabalham é a segunda maior e a relação entre produtores e consumidores é de 0,60. A família nº 6, embora apresentando a maior área per capita, não demonstra um nível de vida correspondente porque a relação entre produtores e con-

sumidores é de apenas 0,50.

Desta forma, conclui-se que a disponibilidade de mais trabalho e mais terra na unidade familiar permite um padrão de vida mais elevado, sendo também verdadeiro o seguinte: menos trabalho e menos terra implicam num nível de vida mais baixo para os membros da família.

Essa relação entre os que produzem e os que consomem interfere, também, na própria organização do trabalho familiar na unidade produtiva:

a) Primeiramente, há um compromisso de todos os membros da família que trabalham de, em primeiro lugar, produzir o sustento da família como um todo. Assim, quanto menor for a relação entre os que trabalham e os que não trabalham, maior a possibilidade de aumento da intensidade do trabalho e da própria jornada de trabalho. Isso implica, normalmente, na queda do nível de consumo, como vimos, e da própria qualidade de vida, porque nem sempre é possível compensar as necessidades de consumo com o desprendimento de esforço físico, porque isso também é limitado.

b) Em segundo lugar, observa-se que a prática de manutenção de pequenas áreas de plantios individuais, de filhos e da "mãe de família", fica normalmente prejudicada. É comum, para a família camponesa, em condições normais, reservar um canto de terra para esses tipos de plantios, onde o trabalho é feito normalmente em conjunto mas a produção é utilizada por cada "dono" com relativa autonomia. Para o chefe de cada família essas roças individuais servem para estimular os filhos a se inserirem no processo produtivo e desincumbir a eles (os pais) de certos compromissos, a exemplo de algumas despesas que estariam obrigados a fazer. É o que se pode concluir do depoimento seguinte de um camponês, pai de seis filhos, sendo que quatro deles já ajudam de alguma maneira nos trabalhos da roça, e dois deles cultivam pequenas áreas como suas.

"isso aí é pra eles se interessarem mais no trabalho; o que eles fazem é deles; eles ficam satisfeitos com isso; assim eles podem comprar alguma besteira quando têm uma precisão".

Vizinho a este caso há outra família de quatro filhos, onde somente um deles tem idade de ajudar nos trabalhos da roça. Respondendo a uma pergunta sobre o porquê desse filho não ter, também, a sua própria

rocinha, a exemplo da família vizinha, a mãe responde:

"é porque não tem tempo; ele fica direto ajudando o pai".

Neste caso, a responsabilidade em produzir o sustento dos que não trabalham é muito grande e tem que ser distribuída entre todos. Há menos trabalho na família em relação ao número de consumidores.

Não encontramos diferença sobre a manutenção dessas roças individuais no que tange aos filhos do sexo masculino ou feminino. As mulheres, quando é possível, mantêm igualmente suas roças individuais e assim uma garota de 14 anos justifica a existência da sua roça:

"é que a gente precisa comprar as coisas da gente, né, então, com a rocinha da gente se pode comprar o que precisa sem depender dos outros".

Estamos tratando, evidentemente, apenas de um fator que interfere na organização do trabalho familiar. Outros fatores podem também existir, e até mesmo impedir que alguns membros mantenham áreas de cultivo como roças individuais, a exemplo da escassez ou da própria inexistência da terra. A nossa discussão, portanto, se aplica para os casos em que a terra é disponível para a família, independentemente de ser própria ou não.

A especificidade da economia camponesa torna-a simultânea e contraditoriamente, dependente e independente de relações propriamente capitalistas. Dependente porque a sua sobrevivência ocorre dentro de um modo de produção capitalista; independente porque ela tem forma própria de organização que a distingue de outras tipicamente capitalistas.

As vicissitudes da Produção Agrícola

No mercado há uma relação de troca desigual a que os camponeses estão submetidos; os produtos agrícolas de base camponesa, em épocas normais, não se valorizam da mesma maneira que os produtos industrializados. Apesar das condições desfavoráveis encontradas no mercado, os camponeses são obrigados a continuar produzindo, como explica um dos nossos informantes (37 anos, dono de 11 tarefas de terra):

"eu arranquei um canto de mandioca, só um cantinho porque a mandioca estava muito boa e fiz quinze sacos de farinha; a mandioca rendeu muito. Mas depois que tirei todas as despesas pra fazer a farinha, pagamento das pessoas que ajudaram a arrancar e raspar, do farinheiro, da lenha, só fiquei com cem cruzados. Só dá pra comprar um quilo de café ou quatro de carne. Mas eu vou fazer o quê? Trabalho de ganho tá pior porque só querem pagar dez ou doze por dia, debaixo de muita peia".

Nesses dados do informe não estão incluídos os custos para produzir a mandioca: o trabalho, a terra, os insumos, os instrumentos utilizados etc. Pode-se observar que ele se refere apenas à fase de processamento da mandioca.

Nessas circunstâncias, dentro da lógica econômica capitalista, não há condição para o pequeno agricultor continuar produzindo farinha ⁸² de mandioca e se o "fenômeno" passa a ocorrer com outros produtos, a exemplo do feijão e do milho, a produção - e a vida - serão inviabilizadas.

Essa situação está obrigando os camponeses a buscarem outras alternativas que permitam a sua sobrevivência e recriação, como afirma um camponês possuidor de 9 tarefas de terra, 41 anos:

"não compensa de jeito nenhum fazer farinha pra vender; é só derramar suor pros outros. Por isso eu já decidi: vou plantar somente a conta de comer".

Esta alternativa, de plantar só pra comer pra não ter que "cair no litro", longe de ser uma solução, é mais um problema nas atuais circunstâncias.

(82) Em dezembro de 1984, segundo os próprios camponeses, um saco de farinha de mandioca era vendido por Cr\$ 70.000,00. Em dezembro de 1985, o preço do saco de farinha variava entre Cr\$ 35.000,00 e Cr\$ 40.000,00.

Esta poderia ser uma solução caso houvesse uma maior autonomia da família em relação ao consumo, a exemplo de épocas mais remotas, como diz uma camponesa com seus sessenta e poucos anos vividos:

"antes, tudo era mais fácil, a gente não vendia quase nada mas também não se comprava nada, de tudo tinha um pouquinho. Até roupa se fazia em casa!",

Hoje, porém, que grande parte dos produtos consumidos são adquiridos no mercado, torna-se inviável, por este caminho, o processo de reprodução familiar, uma vez que não dispondo de uma parcela da produção para o mercado, não há como adquirir outros bens que já não são mais produzidos pela unidade familiar e são indispensáveis ao seu sustento. Neste caso, os camponeses terão que apelar para o trabalho assalariado, reduzindo o tempo dedicado ao trabalho autônomo. Uma atitude dessa natureza, entretanto, poderia trazer como consequência uma queda ainda maior no preço da força de trabalho, agudizando ainda mais o nível de exploração da família. Além disso, haveria certamente uma maior escassez de alimentos no mercado que forçaria a elevação dos preços, o que influenciaria também aqueles produtos que não sendo produzidos pela família seriam adquiridos sob compra, dificultando ainda mais a subsistência.

No caso específico da farinha de mandioca⁸³, os camponeses sabem muito bem que a sua produção não é uma atividade economicamente vantajosa. No entanto, são obrigados a continuar com ela por não haver outras alternativas. A "opção" por plantar ou deixar de plantar mandioca, por exemplo, não é uma coisa muito simples, já que há um conjunto de fatores a ser considerados que se interligam dentro da unidade de produção:

a) Aproveitamento da terra: o feijão, o milho, o fumo, o amendoim e outras são culturas de curta duração, plantadas uma vez por ano, mas precisa-se utilizar a terra escassa de forma intensiva, o ano todo, o

(83) A mandioca, um dos três principais produtos agrícolas dos camponeses, é transformada em farinha em modalidades diferentes na região: na zona do sertão costuma-se fazer a farinha num mesmo período; e a farinhada ou desmancha. É um período que vai de agosto a outubro de cada ano; a farinha produzida fica armazenada, destinando-se uma parte para o auto-consumo e outra para o mercado (quando há excedente). Esta parcela, a depender das necessidades da família e dos preços, pode também ser comercializada de imediato. Já na zona do reponcavo, como é o caso do município de Feira de Santana que está próximo a ela, a farinha é produzida o ano todo. Cada família, de acordo com as necessidades do consumo e de comercialização, produz certa quantidade semanal ou mensalmente. Quando a situação permite, mantem-se um mínimo de área plantada com mandioca que fica reservada para necessidades futuras.

que só se torna possível, nas circunstâncias atuais, com o plantio da mandioca;

b) Consorciação de culturas: não havendo terra em quantidade suficiente que possa ficar em "descanso", ou que permita a rotação individual de culturas, torna-se imperativa a consorciação de culturas, o que é feito na mesma área do plantio de mandioca; plantam-se a mandioca, o milho e o feijão; ou a mandioca e o milho; ou a mandioca e o fumo e assim por diante.

c) Questões climáticas: diante das inseguranças de cada ano agrícola, a plantação de mandioca funciona como uma espécie de "seguro" para o camponês. Expressões do tipo "minha salvação foi a mandioca que plantei junto com o feijão e o milho", ou "perdi o feijão mais ganhei a mandioca" são muito frequentes em épocas de perda da produção, seja por escassez como por excesso de chuvas.

Plantar mandioca para os camponeses da região passa a ser algo dirigido para o autoconsumo. Do conjunto das famílias entrevistadas, 76,6% produziram menos de 30 sacos de farinha (1.500 quilos) em 1985 e apenas 20,8% da produção total se destinaram ao mercado, ficando mais de dois terços para o autoconsumo (ver Anexo III-A). Somente 17,5% das famílias tiveram uma produção que permitiu a comercialização de uma parcela superior a 50%.

Pode-se observar, também, que a maioria das famílias com até 4 pessoas (64,1%) produziu menos de 10 sacos de farinha; este percentual decai progressivamente para as famílias maiores, diante das necessidades de consumo: 54,4% das famílias que têm entre 5 e 7 pessoas estão na mesma faixa de produção, assim como 42,6% das famílias com 8 pessoas ou mais.

A farinha de mandioca está presente nas três refeições diárias da família camponesa: para ela é impossível passar sem esse produto como opina um chefe de família, ocupante de 7 tarefas de terra dos outros:

*"na minha casa pode faltar de tudo, se Deus for servido, menos a farinha. Enquanto se tiver farinha e água não se passa fome"*⁸⁴.

(84) O consumo de farinha de mandioca é muito alto na região. Podemos constatar que algumas famílias consomem quantidades aparentemente excessivas. Uma família com 7 pessoas informou que gastava 12 sacos de farinha por ano, no consumo da família. Isso significa dizer que o consumo diário é de quase 3 litros. Já outra família com 13 pessoas consome diariamente 8 litros de farinha (ou 5 quilos).

Com relação ao feijão, o procedimento dos camponeses é semelhante ao adotado com a farinha de mandioca. A tônica é o consumo e não a produção para o mercado, entrando outros fatores como a questão das sementes, a vulnerabilidade da cultura em relação às estiagens e a própria exigência de insumos, já que o feijão, especialmente nas áreas de tabuleiro, exige que a terra seja bem adubada.

Após a colheita, a família verifica a disponibilidade de alguma parcela do produto para o mercado; caso haja algo além do necessário para o consumo e para a semente do ano seguinte, a comercialização é feita, via de regra, imediatamente após a colheita, a depender da situação financeira da família no período, dos preços de mercado e da disponibilidade de condições para armazenamento⁸⁵. Quando há débitos a saldar, o produto vai logo para o mercado; não havendo débitos e o momento sendo considerado oportuno, a comercialização é também feita de imediato, como afirma um camponês de 19 anos que trabalha em terra de parentes:

*"eu plantei mais cedo e colhi primeiro do que todo mundo.
Vou vender logo porque o preço vai cair".*

Ou então, quando não existem condições seguras de armazenamento, o que é muito comum, já que poucos camponeses dispõem de alguns silos para guardar os produtos, a venda é imediata, como afirma outro camponês, 47 anos, 22 tarefas de terra própria:

"eu sei que feijão vai dar muito dinheiro; a produção é pouca; mas se eu deixar desse jeito, no saco, bicha todinho e o prejuízo é maior".

Quando a situação é inversa, ou seja, quando o momento não é favorável para a venda do produto, não há débitos a saldar e há disponibilidade de local apropriado para armazenamento, os camponeses preferem esperar algum tempo, se possível até a época da entressafra, quando os preços normalmente estão bem mais altos.

Dos entrevistados, 69,3% produziram menos de seis sacos de feijão (360 quilos) e apenas 1,9% dessa produção foi comercializada. Mesmo com um nível de produção tão baixo, as famílias menores, que consomem menos feijão, ainda conseguem comercializar pequenas parcelas, o que fica qua-

(85) Isso quando a situação não obriga a família a vender a produção antes da colheita.

se impossível para as famílias com cinco pessoas ou mais, como diz um camponês, 33 anos, pai de 4 filhos:

"Deus ajudou que ainda tivemos cinco sacos e uma tetéia (um pouquinho mais). A conta de comer pra não ter que cair no litro".

Apenas 10,6% do total declararam ter comercializado uma parcela superior a 50% do total da produção (ver Anexo III-B).

Com o milho, a situação é também semelhante. Produz-se para o consumo; se sobrar, comercializa-se. Dois terços (75,5%) das famílias entrevistadas disseram ter produzido menos de nove sacos de milho no ano (540 quilos) e apenas 7,2% da produção se destinaram ao mercado. A diferença encontrada em relação aos dois produtos anteriormente apresentados é que, para todas as faixas de produção, mais da metade ficou reservada para o autoconsumo (ver Anexo III-C), o que se explica pela utilização do milho na alimentação animal. Somente aquelas famílias que tiveram uma produção igual ou superior a 18 sacos comercializaram uma parcela superior a 30%. Para os núcleos familiares menores, aqueles com até quatro pessoas, a cota de seis sacos de milho é suficiente para o autoconsumo da família, para alimentação das aves e até para a venda de alguma pequena quantidade, caso não crie algum porco, porque, no caso de manter um ou dois porcos no chiqueiro, o destino dessa parcela será, seguramente, a alimentação dos mesmos, exceto em casos especiais onde a família vende o milho e mais tarde volta a comprar alimentos para os animais. Como alimento humano, o milho é transformado em farinha - ou fubá, como é conhecido - em casa, através de moinhos manuais ⁸⁶, que permite a moagem de uma pequena quantidade diária, cujo processo se repete antes de cada refeição, sendo que é utilizado mais frequentemente nas refeições matutinas e noturnas. Poucas famílias utilizam o milho como componente do almoço.

Outra modalidade de utilização do milho é a aquisição da fubá, muito comum na região, o que é feita de duas maneiras: através da compra, nos estabelecimentos comerciais e através da troca pelo milho nos

(86) Há, ainda, alguns casos em que o processo de trituração do milho é feito através do pilão, o que demanda grande esforço humano. Apesar disso, é normalmente uma tarefa das mulheres.

moinhos industriais. Essa troca é normalmente bastante desigual, beneficiando os empreendimentos industriais.

O milho é mais consumido em forma de cuscuz, podendo ser utilizado - o que ocorre em menor frequência - para se fazer angu ou munguzá. Quando está maduro, na roça, é largamente consumido assado ou cozido, ou transformado em canjica ou pamonha.

É preciso não se perder de vista que mesmo sabendo-se que o tamanho da família é um fator importante que influencia no volume da produção, na quantidade de produtos que deve ficar reservada para o autoconsumo e na parcela que poderá ser destinada ao mercado, não é possível estabelecer-se uma relação direta e linear entre o tamanho da família e essas outras possibilidades. É que a unidade de produção deve ser vista como um total globalizado, um microcosmo, incluindo-se a existência ou não de pequenos criatórios que interfere na quantidade de produtos que pode ficar reservada para o mercado. Da mesma forma, a existência de certas culturas como o aipim, a batata-doce, a abóbora etc. que normalmente auxiliam na alimentação humana e dos animais, também interferem na cota do autoconsumo e por conseguinte, também, na parcela comercializável.

É preciso haver alguma compensação para que o camponês possa produzir para o mercado, a exemplo de certos incentivos à produção ou preços compensadores para seus produtos. Na medida em que isso não ocorre, em momentos de crise como os vividos atualmente pela pequena produção, a tendência é haver uma retração, já que a própria escassez da terra não permite aumentar a área de cultivo para compensar as perdas provenientes dos preços baixos com o aumento do volume da produção. A "preferência" a que alguns camponeses se referem, em produzir menos, é na realidade uma imposição das circunstâncias.

Essa tática de "plantar só pra comer", ou "pra não cair no litro", é uma manifestação da própria resistência contra o capital: enquanto for possível viver assim, os camponeses não abandonam suas terras. São as regras de mercado que obrigam os camponeses a venderem seus produtos barato e a comprarem outros por preços além de suas posses. No entanto, essa estratégia dos camponeses pode prolongar um pouco mais a situação, mas tenderá a inviabilizar a própria recriação da unidade fa-

miliar de produção camponesa.

Frente a esta situação, a economia camponesa na região estudada somente poderá ser compreendida se considerarmos os três elementos básicos que a constituem: agricultura, pecuária e assalariamento. A dinâmica da interrelação entre eles definem não apenas o caráter de "campe-sinidade" das unidades estudadas mas também os limites da subordinação e autonomia entre as diferentes categorias e o grau de sua diferenciação interna, definindo as características de sua luta contra os processo de subordinação a que os camponeses estão submetidos.

CAPÍTULO IV

CONVIVENDO COM OS MECANISMOS DE SUBORDINAÇÃO

O caráter relativo da autonomia camponesa se manifesta nos mecanismos que a subordina. Além das condições de solo e clima, a produção está também condicionada pelo processo capitalista mais amplo que se manifesta através do relacionamento do camponês com o mercado. É através dos processos de compra e venda de produtos que o capital subordina a produção camponesa e dela extrai seus benefícios. Os camponeses, na situação de desorganização e de desinformação em que ainda se encontram, assistem e participam de tudo sem quase nada fazerem. Não influenciam no estabelecimento dos preços dos produtos que consomem e não têm poder de barganha para estabelecer preços mais justos para os seus produtos, apesar dos tímidos passos na direção de um processo organizativo que estão sendo ensaiados, conforme veremos adiante.

Essas relações serão melhor compreendidas se considerarmos o uso/consumo de adubos, inseticidas e imunizantes; o uso de instrumentos de trabalho; o relacionamento com bancos e, por último, a venda de produtos que operam como mecanismos através dos quais a economia camponesa se subordina ao capital e o alimenta.

O consumo de adubos, inseticidas e imunizantes:

O processo produtivo da agricultura regional deu-se, desde o povoamento da região a partir do século XVII, tendo-se por base os próprios recursos naturais, sem que houvesse o devido cuidado pela preservação desses recursos. Isso levou, ao longo do tempo, a um nível de tal desgaste dos solos que em algumas localidades, especialmente onde a qualidade da terra é inferior, são observáveis sintomas de esterilização. A partir de 1950/1960 já era preciso que se utilizassem alguns fertilizantes para tornar a terra produtiva, como conta um camponês de 35 anos:

"Meu pai conta que o avô dele plantava sem botar adubo nenhum e tinha de tudo, mas o pai dele, o meu avô, já preci-

Como os camponeses não adotaram as devidas providências técnicas que permitissem a recuperação dos solos, seja devido à ausência de conhecimentos adequados, seja devido à necessidade de produzir para a subsistência, o processo de desgaste continuou em ritmo crescente e progressivo. Hoje, em muitas localidades da região ⁸⁷ é possível mesmo para um leigo interessado no assunto visualizar o estado de franca improdutividade da terra. Qualquer plantio só pode ser feito mediante o uso sucessivo de adubos.

A adoção de tal providência, qual seja o uso de adubos para tornar a terra mais produtiva, nada tem a ver com os esforços pela modernização da agricultura que teve início na década de 1970; era uma questão de necessidade de sobrevivência da pequena produção. O período que hoje é considerado como um marco da modernização da agricultura brasileira influenciou os camponeses da região no sentido da utilização de fertilizantes, inseticidas e imunizantes químicos, embora em pequena escala.

Os adubos mais utilizados, há três décadas atrás, eram a torta de cacau ou de mamona e o esterco de curral, este vindo do sertão baiano. Os camponeses argumentam que o esterco do município de Feira de Santana e vizinhos, por exemplo, é de baixa qualidade, ruim para os plantios ⁸⁸.

Com a intensificação dos esforços pela modernização da agricultura, considerada por alguns como "revolução verde" e maior difusão da propaganda sobre os fertilizantes e defensivos químicos que chegou ao campo também através de técnicos e comerciantes, por um lado, e a elevação dos custos dos adubos orgânicos, a partir da chamada "crise do petróleo" que provocou um aumento demasiado nos preços dos transportes, por outro lado, os camponeses passaram a fazer uso também dos produtos sintéticos. Um fator importante a considerar foi a comprovação dos resultados obtidos nos primeiros plantios feitos com o emprego desses fertilizantes. O camponês é afeito ao "ver para crer"; na medida em que viu e constatou os resultados, ele próprio se incumbiu na propagação e reco-

(87) O desgaste dos solos é maior nos municípios próximos ao Recôncavo, onde a colonização foi iniciada mais cedo.

(88) A argumentação dos camponeses de que o esterco de tabuleiro ou caatinga é demasiadamente fraco e portanto imprestável, é confirmada por técnicos da área que afirmam ser o esterco oriundo do sertão mais rico especialmente em fósforo e ferro.

mendação de tais produtos junto a seus companheiros. E nada mais eficiente do que este mecanismo de difusão: os próprios camponeses fizeram a propaganda dos produtos químicos junto a outros camponeses. A palavra de um camponês, neste caso, junto a outro camponês, tem um efeito superior a uma recomendação feita por comerciantes ou por técnicos porque é a voz da experiência que ecoa. Diferente de quem tem conhecimentos teóricos apenas, como normalmente ocorre com a quase totalidade dos técnicos que aprendem na escola, através dos livros, mas nada experimentam.

O que esses camponeses que se empenharam na propagação de produtos químicos não podiam fazer era divulgar também os possíveis efeitos maléficis que tais produtos poderiam causar aos solos e ao meio ambiente. Esses possíveis efeitos não aparecem de imediato mas somente a médio e longo prazos. Assim não há tempo suficiente para os camponeses verificarem tais prejuízos e poderem difundi-los.

Como para a quase totalidade de casos a utilização dos fertilizantes químicos era - como ainda é hoje - feita sem qualquer orientação técnica⁸⁹, é possível que por conta disso o processo de desgaste e de desequilíbrio dos solos tenha sido acelerado ainda mais. A única orientação disponível ao agricultor, nos vários momentos de necessidade, era a orientação do comerciante que não dispõe, via de regra, de pessoal especializado no assunto, como afirma um agricultor, 55 anos:

"o pessoal que vende orienta o tanto de cada produto por tarefa".

Embora se saiba que nos municípios de Feira de Santana e vizinhos o uso de adubos é mais intenso, por conta da qualidade dos solos, no conjunto da região o número de camponeses que utilizam os fertilizantes químicos é hoje ainda muito pequeno. Apenas 2,1% dos entrevistados disseram que usam frequentemente esses produtos em suas roças e 9,0% decla-

(89) A EMATERBA é o único órgão oficial de assistência técnica que tem se emperhado, na região, em difundir e recomendar o uso de fertilizantes químicos de uma forma direta, apesar de a sua presença, no conjunto da área rural, ser ainda muito pequena, atendendo um número pouco significativo de camponeses. O desgaste da instituição, por conta de brigas e caprichos de integrantes da sua cúpula, tem crescido nos últimos anos, aumentando o seu descrédito junto à população.

raram fazer uso de tais recursos de vez em quando, sendo que o maior índice relativo situa-se na faixa dos que trabalham em 20 a - 30 tarefas de terra, conforme a tabela seguinte:

Tabela XV

USO DE ADUBO QUÍMICO CONFORME TAMANHO DA ÁREA OCUPADA

ÁREA OCUPADA (Tarefas)	USA FREQUEN- TEMENTE		USA DE VEZ EM QUANDO		NÃO USA		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até - 10	1	0,9	5	4,5	106	94,6	112	100,0
10 a - 20	2	5,9	7	20,6	25	73,5	34	100,0
20 a - 30	2	11,1	3	33,3	5	55,6	9	100,0
30 a - 40	-	-	1	14,3	6	85,7	7	100,0
40 a - 50	-	-	1	8,3	11	91,7	12	100,0
50 e mais	-	-	-	-	14	100,0	14	100,0
T O T A L	4	2,1	17	9,0	167	88,9	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

As propriedades menores de 10 tarefas usam menos adubo químico porque não têm acesso a esse produto, dado o seu custo. As propriedades com mais de 30 tarefas também recorrem menos à adubação química porque conseguem manter algum tipo de rotação de culturas, o que ameniza o desgaste dos solos, e também porque dispõem de alguma quantidade de esterco animal, proveniente de criatórios próprios, utilizando-o como adubo.

Em se tratando do uso de produtos químicos para o combate à pragas e para a imunização dos produtos, o número de agricultores que os utilizam é bem maior: 68,6% dos entrevistados disseram que costumam usar "remédios" contra formiga, contra lagarta e para guardar os seus produ-

tos, sendo que 16,5% declararam usar formicidas de forma regular, 2,6% disseram que costumam combater as lagartas e 49,5% afirmam que imunizam seus produtos com ingredientes químicos, como se pode observar nos dados da tabela seguinte:

Tabela XVI

USO DE PRODUTOS QUÍMICOS NO COMBATE A PRAGAS E DOENÇAS E NA IMUNIZAÇÃO
DA PRODUÇÃO, CONFORME O TAMANHO DA ÁREA OCUPADA

ÁREA OCUPADA (Tarefas)	USA CONTRA FORMIGA		USA CONTRA LAGARTA		USA PARA GUARDAR OS PRODUTOS		NÃO USA		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até - 10	13	11,6	2	1,8	51	45,5	46	41,1	112	100,0
10 a - 20	10	29,4	2	5,9	18	52,9	4	11,8	34	100,0
20 a - 30	2	22,2	1	11,1	5	55,6	1	11,1	9	100,0
30 a - 40	2	28,7	-	-	3	42,6	2	28,7	7	100,0
40 a - 50	3	25,0	-	-	6	50,0	3	25,0	12	100,0
50 e mais	1	7,1	-	-	10	71,5	3	21,4	14	100,0
T O T A L	31	16,5	5	2,6	93	49,5	59	31,4	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

Como se pode verificar, o índice sobre o consumo de tais produtos é relativamente alto para todos os níveis de área ocupada: 58,4% para os que ocupam até -10 tarefas; 38,4% para a faixa de 10 a -30 tarefas e 75,8% para os demais. Assim, os produtos químicos estão, em grande parte, tomando o lugar de outras práticas populares que integravam, até algum tempo atrás, a própria cultura camponesa.

Deve-se levar em conta que ainda hoje os camponeses mais idosos insistem em utilizar de métodos tradicionais de eficiência comprovada, especialmente no ato de armazenar os produtos agrícolas, como afirma um camponês de 67 anos:

"eu encesto meu feijão todo ano com cinza, quando não acho cinza faço com areia peneirada e ele dura até três anos. (...) Com relação ao milho eu guardo na espiga, com casca e tudo, arrumado de ponta pra baixo, toma sol e chuva e continua tinindo de bom".

Esses procedimentos integram a própria cultura camponesa e é exatamente por isso que ainda persistem. Não há, por parte deles, nenhuma preocupação contra possíveis danos que os produtos químicos possam causar à saúde das pessoas, ao serem colocados nos produtos agrícolas destinados à alimentação. Na opinião de um camponês, 61 anos, o abandono às práticas convencionais dos camponeses é devido ao seguinte:

"O costume da gente sempre foi esse, mas os mais moços não querem saber disso não".

Os mais jovens, de fato, parecem ser mais vulneráveis e menos resistentes às inovações; não se dão ao trabalho de guardar produtos com cinza ou areia, preferem os ingredientes químicos que dão menos trabalho; é o que se pode concluir a partir dos dados da tabela que se segue:

Tabela XVII

RELAÇÃO ENTRE O USO DE PRODUTOS QUÍMICOS CONTRA PRAGAS E PARA IMUNIZAR A PRODUÇÃO E IDADE DOS ENTREVISTADOS

FAIXAS DE IDADE (Anos)	USO DE PRODUTOS QUÍMICOS CONTRA PRAGAS		USO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA IMUNIZAR A PRODUÇÃO		NÃO USA		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	Até - 20	1	25,0	3	75,0	-	-	4
20 a - 40	12	16,4	38	52,1	23	31,5	73	100,0
40 a - 60	19	21,3	46	51,7	24	27,0	89	100,0
60 e mais	4	18,2	6	27,3	12	54,5	22	100,0
T O T A L	36	19,1	93	49,5	59	31,4	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

Verifica-se que o percentual relativo dos que usam produtos químicos para imunizar a produção é maior para a população mais jovem, reduzindo-se na medida em que aumenta a faixa de idade.

Um camponês mais jovem, militante do movimento sindical de trabalhadores rurais e possuidor de um nível de consciência sobre os efeitos dos agrotóxicos, 35 anos, deu o seguinte depoimento sobre essa questão:

"estamos fazendo de tudo pra não deixar morrer o conhecimento dos nossos avós que nos obrigaram a esquecer",

referindo-se à propaganda desenfreada de produtos químicos e o desuso dos métodos tradicionais considerados por muitos técnicos como "atrasados", "rudimentares", "primitivos" etc, porém eficientes.

Há também, por parte dos lavradores, o conhecimento necessário para guardar seus produtos em latas, tonéis, silos de zinco etc., entretanto, diante dos custos desses equipamentos, tal prática não se viabiliza completamente mas fica restrita a um número pequeno de camponeses; os camponeses que integram os grupos 1, 2 e 3 anteriormente estudados ficam praticamente excluídos dessa possibilidade. Para guardar os grãos nesses objetos, com maior segurança, é preciso submetê-los a um processo de secagem que permita a sua desidratação até o ponto desejado; com isso reduzem-se os riscos de perda da produção armazenada. Segundo especialistas no assunto, os grãos de feijão e de milho não podem conter mais de 14,0% de água para que possam ser armazenados com segurança. Os camponeses "testam" o teor de umidade dos grãos no dente, ou seja, a sua experiência lhes permite verificar, quebrando os grãos no dente, se estão em condição de serem armazenados ⁹⁰.

Os camponeses que acreditam na eficácia de métodos alternativos de armazenamento e os praticam são poucos. Algumas lideranças que estão

(90) Na busca de mecanismos mais seguros, alguns agricultores, já cientes da importância do armazenamento dos produtos sem agrotóxicos, já testam o teor de umidade dos grãos utilizando-se de métodos mais seguros e recomendados tecnicamente, a exemplo do que consiste em se coletar uma amostra dos grãos, pesar e tostar essa quantidade até retirar a água dos grãos. Em seguida os grãos são novamente pesados, identificando-se a quantidade de água que ainda contêm grãos. Se for necessário, aquela amostra volta ao fogo até encontrar-se o índice recomendado (entre 12% e 14%).

assumindo a busca de formas alternativas que garantam a integridade dos produtos armazenados e não agridam a saúde das pessoas, apoiados e estimulados especialmente pelo MOC⁹¹, e que já puderam constatar a sua eficácia, estão empenhados em difundir tais métodos junto a outros camponeses. É um processo lento porque, como já foi dito, os camponeses não aderem a qualquer inovação à primeira vista: é o "ver pra crer".

Instrumentos de trabalho

Ainda hoje os instrumentos empregados pelos camponeses no processo de trabalho são praticamente os mesmos utilizados há muitos séculos; são a enxada, a chibanca, a picareta, o machado, a foice, o facão e similares, utilizados conforme o tipo de trabalho: na derruba, usa-se o machado; na roçagem, a foice; na destoca, a chibanca e a enxadeta; na capina, a enxada e assim por diante. O processo de trabalho é baseado quase que exclusivamente na força humana com a utilização desses instrumentos. A chamada mecanização da agricultura é muito fraca ou praticamente inexistente, apesar de 45,1% dos agricultores entrevistados terem declarado que usam arados, sendo que 35,6% disseram que usam arados de tração animal, 7,9% usam arados mecânicos e 1,6% declararam usar os dois tipos. Na verdade o uso de arados se resume, via de regra, a uma vez por ano, nas épocas de preparo dos solos para os "plantios de inverno",⁹² e normalmente durante algumas horas apenas (duas, três ou quatro horas)⁹³. Com relação ao tamanho da terra, o destaque para quem declarou usar arado de tração animal situa-se na faixa dos que ocupam 10 a 40 tare-

(91) O Movimento de Organização Comunitária (MOC) atua na região com ações de organização comunitária, numa perspectiva de educação popular e apoio a pequenas atividades de produção, comercialização, alimentação, saúde, sindicalismo etc.

(92) Pudemos constatar que alguns dos entrevistados que declararam usar arados de tração animal participam de grupos que dispõem de "arados comunitários".

(93) É provável que a maioria dos que declararam usar arados mecânicos seja formada pelos camponeses de Feira de Santana, considerando que neste município a prefeitura dispõe de uma frota de 8 tratores agrícolas que, apesar das deficiências, atendem também aos agricultores pobres.

fas de terra, sendo que o menor índice diz respeito às áreas menores de 10 tarefas. Já o destaque para o uso de arado mecânico está na faixa de 40 a - 50 tarefas, conforme a tabela que se segue:

Tabela XVII

USO DE ARADOS NA AGRICULTURA CONFORME
O TAMANHO DA ÁREA OCUPADA

ÁREA OCUPADA (Tarefas)	USA ARADO DE TRACÇÃO ANIMAL		USA ARADO MECÂNICO		USA AMBOS OS TIPOS		NÃO USA TAIS INS- TRUMENTOS		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até - 10	30	26,8	7	6,2	1	0,9	74	66,1	112	100,0
10 a - 20	15	44,1	3	8,8	-	-	16	47,1	34	100,0
20 a - 30	4	44,4	-	-	-	-	5	55,6	9	100,0
30 a - 40	7	100,0	-	-	-	-	-	-	7	100,0
40 a - 50	5	41,7	3	25,0	1	8,3	3	25,0	12	100,0
50 e mais	6	42,8	2	14,2	1	7,1	5	35,9	14	100,0
T O T A L	67	35,6	15	7,9	3	1,6	103	54,9	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

Relacionando-se o uso de arados com a idade dos entrevistados, observa-se que no conjunto são os camponeses que têm entre 20 e - 40 anos que mais usam arados, conforme os dados da tabela seguinte:

Tabela XIX

RELAÇÃO ENTRE USO DE ARADO NA AGRICULTURA E IDADE DOS ENTREVISTADOS

FAIXA DE IDADE (Anos)	USA ARADO DE TRACÇÃO ANIMAL		USA ARADO MECÂNICO		USA AMBOS OS TIPOS		NÃO USA TAIS INSTRUMENTOS		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até -20	1	1,5	-	-	-	-	3	2,9	4	2,1
20 a -40	34	50,7	4	26,7	2	66,7	33	32,0	73	38,8
40 a -60	22	32,8	11	73,3	1	33,3	55	53,3	89	47,3
60 ou mais	10	15,0	-	-	-	-	12	11,8	22	11,8
T O T A L	67	100,0	15	100,0	3	100,0	103	100,0	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

Como se pode observar, dos que usam arado de tração animal, 50,7% estão na faixa de 20 a - 40 anos; já para aqueles que usam arado mecânico o maior percentual refere-se à faixa de 40 a - 60 anos.

Nenhum dos camponeses entrevistados possui arado de tração animal ou mecânico, e uma das causas da pouca utilização desse instrumento na região é a sua escassez. Os poucos arados existentes, ou não conseguem atender à demanda em tempo hábil para os camponeses, ou cobram taxas excessivamente altas pelos serviços, tornando-se inacessíveis aos camponeses mais pobres. Em algumas localidades, contudo, existem algumas iniciativas de compra de arados para uso coletivo onde tal instrumento não pertence a ninguém individualmente mas a todos os membros do grupo⁹⁴. Algumas famílias se juntam e adquirem o arado e o animal - geralmente um burro - controlando o seu funcionamento por um sistema de rodízio para o

(94) Técnicos do MOC informam que existem seis arados comunitários em funcionamento na região, atendendo, cada um, a uma média de 30 famílias camponesas.

atendimento de todos. Cada usuário, mesmo integrando o grupo, colabora com uma pequena taxa de manutenção que é entregue a um tesoureiro escolhido no seio do grupo para a reposição de peças e outras despesas. O animal é também mantido nas roças dos membros do grupo, através de um sistema de rodízio. Quando não há serviços para o arado nas roças dos integrantes do grupo, presta serviços a terceiros mediante o pagamento de uma pequena taxa mais alta em relação aos associados. Nos períodos de estiagem é comum faltar pastagem para a manutenção do animal nas roças dos membros do grupo; nesses casos, aluga-se pasto fora, fazendo-se o pagamento com as receitas provenientes dos serviços do arado.

Relacionamento com o Banco

Muitos documentos e pesquisas têm demonstrado que os recursos do crédito agrícola, normalmente subsidiado pelo governo, quase não chegam aos camponeses pobres. A responsabilidade por este fracasso não pode ser atribuída aos agricultores mas ao disfuncionamento do sistema creditício como um todo, permeando toda a estrutura do crédito, do mais alto grau na hierarquia do sistema até o nível dos executores. Embora não seja este o nosso objeto de estudo, aqui, alguns fatos que têm ocorrido na região não podem deixar de ser mencionados, visto que contribuem para distanciar ainda mais os camponeses dos benefícios do crédito agrícola.

De acordo com um funcionário do Banco do Nordeste do Brasil, numa agência situada na região,

"o banco é uma empresa que precisa demonstrar resultados enquanto tal; então, se chegam Cr\$ 100 milhões para a agricultura, ao invés de distribuí-los entre cem pequenos agricultores, que demanda muito trabalho, é preferível repassá-los a um ou dois fazendeiros; ao invés de se fazer cem cadastros faz-se apenas um ou dois".

Isso sem se falar noutros viés que são do conhecimento público; os grandes fazendeiros costumam, com frequência, presentear funcionários das agências bancárias, especialmente os mais graduados, para com isso

tirar proveito em benefício próprio⁹⁵. Esta prática atinge também a alguns pequenos agricultores que se vêem obrigados a participar dela sob pena de não serem beneficiados. O depoimento seguinte, de um camponês pobre, 53 anos, é bastante elucidativo neste sentido:

"no início eu tinha muita dificuldade, mas de uns anos para cá comecei a agradar o pessoal do banco com umas coisinhas lá da roça, como milho verde, abóbora, coisa lá da roça sabe!, um capão de vez em quando...Então, quando chego lá todo mundo me conhece e logo sou atendido".

Seja porque lidar com o pequeno produtor é mais trabalhoso e menos rentável do ponto de vista empresarial, seja porque deles não saem presentes de grande valor comercial ou ainda por outros motivos, o fato é que o pequeno agricultor tem ficado praticamente de fora dos benefícios do sistema creditício oficial:

"eu fui no banco umas quinze vezes pra fazer cadastro; cada vez entra um e entra outro na minha frente e eu ficava pro outro dia. Quando consegui fazer, precisava de avaliata; levei um, não serviu; levei outro, também não; levei um terceiro e tinha lá não sei o quê. Larguei pra lá e nunca mais pus os meus pés lá", (Camponês de 57 anos).

Noutras ocasiões, os próprios camponeses são utilizados para manter as disfuncionalidades do sistema creditício; segundo alguns agricultores que conhecem de perto o fato, há um fazendeiro que costuma ceder pequenas glebas para camponeses sem terra fazerem suas roças no município de Santa Bárbara. A cessão é feita somente para plantios de curta duração a exemplo de milho e feijão, de modo que as áreas são aproveitadas para pastagens. Anualmente ele adquire empréstimos para plantar milho e feijão e aplica noutros setores mais rentáveis da economia, desviando os recursos de seus fins. Para "se cobrir", o fazendeiro recomenda aos camponeses que fazem roça na propriedade dele para apresentarem os seus plantios como pertencentes a ele, na hipótese de fiscalização por parte do banco, o que é bastante raro nesses casos. Esta é a forma

(95) Os camponeses de um município da região comentam que um fazendeiro local presenteou o gerente de uma agência do Banco do Brasil, recém-chegado, com um automóvel zero quilômetro.

utilizada para justificar o desvio dos recursos e os camponeses sabem da irregularidade, comentam entre si, mas nada podem fazer para evitar tais abusos porque precisam manter a confiança do proprietário para poderem botar suas roças no ano seguinte.

Por causa da preterição dos agentes financeiros para com os camponeses foi que no município de Serrinha, em 1983, um grupo de oitenta agricultores pobres decidiram fazer uma manifestação de protesto contra a "preferência" do Banco do Brasil para com os grandes proprietários que eram sempre atendidos em primeira mão, como afirma um desses manifestantes, 37 anos:

"acontecia de a gente ser os primeiros a chegar mas ia chegando seu fulano, doutor sicrano, e a gente sobrava toda vez".

Segundo outro camponês que participou do evento, na época, *"a coisa não está como a gente quer, mas melhorou muito. Eles agora têm um pouquinho mais de respeito pela gente".*

Outro fator importante que distancia o pequeno camponês do crédito rural é a atitude do agente financeiro frente aos casos de frustração da safra. A ação do banco não é a mesma com relação a um pequeno e a um grande produtor, este normalmente detentor de prestígio político:

"eu fiz o Proagro, me lembro bem que assinei lá todos os papéis, mas quando fui lá pra informar que tava tudo perdido na roça vieram me dizer que eu tinha que pagar tudo, que não tinha feito Proagro. Ora, na época eu ainda procurei saber quanto eu ia pagar e me disseram e tudo. Lá mesmo deram fim nos papéis e eu tive que vender lá uns bichinhos que tinha na roça pra não perder a terra", (afirma um depoente do município de Serrinha, 47 anos).

Outro camponês, do município de Valente, 42 anos, dá o seguinte testemunho:

"eu tirei o dinheiro e ia tudo bem; mas um dia foi um fiscal na roça e me deu uma orientação e eu cumpri, dias depois veio outro fiscal e disse que não podia ser daquela forma e eu entrei pelo cano".

Esta questão estava sendo tratada numa conversa informal com um

grupo de camponeses da região, quando um outro camponês de 51 anos afirmou:

"mas com o rico nada acontece. Todo mundo sabe e comenta que o deputado (...) desviou Cr\$ 700 milhões do Banco do Brasil, em sisal. O que foi que aconteceu com ele? Vá ver que nem o dinheiro foi botado no lugar. Mas um pobre, com qualquer coisa perde tudo que tem, mancha o nome e se não tiver cuidado ainda come cadeia".

Tudo isso, relacionado com outros fatores que não foram abordados aqui, faz com que a participação do pequeno agricultor no crédito agrícola seja ainda muito pequeno: apenas 5,8% dos entrevistados declararam que tiram empréstimos bancários frequentemente para fazer roça e outros 15,4% disseram que tiram dinheiro em banco de vez em quando. 78,3% foram taxativos em afirmar que não participam do crédito agrícola oficial e 0,5% não se manifestou, conforme a tabela XX.

Tabela XX

USO DO CRÉDITO BANCÁRIO PELOS CAMPONESES

USO DO CRÉDITO BANCÁRIO	Nº	%
Usa, frequentemente	11	5,8
Usa, de vez em quando	29	15,4
Não usa	147	78,3
N/D	1	0,5
TOTAL	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

As causas apontadas pelos camponeses pela não participação no crédito foram as seguintes: o fato de não possuírem terra própria ou documento regularizado da terra que possuem; têm medo de trabalhar com banco, ou seja, não querem correr o risco de não poder pagar os empréstimos contraídos; a burocracia bancária; o fato de os juros serem altos demais. Estas causas, que se enquadram perfeitamente na perspectiva de

nossa análise, não são mutuamente excludentes, mas pelo contrário, se interligam e se intercomplementam.

Com relação ao argumento de que os juros são excessivamente altos, a tendência do pesquisador é questionar: como podem ser considerados altos os juros de 35,0% ao ano num estado de inflação de mais de 220%? ⁹⁶ Por este raciocínio não se chega à raiz da questão e não se compreende a argumentação dos camponeses. Deve-se levar em conta a instabilidade do mercado para os produtos agrícolas oriundos da pequena produção regional. Como pagar 35% de juros se no mesmo período o preço de um saco de farinha cai de Cr\$ 70 mil para Cr\$ 35 mil? Somente por este caminho é possível compreender a alegação dos camponeses de que 35% de juros ao ano são altos demais.

Cruzando-se os dados dos que tiram dinheiro em banco pra fazer roça com o grau de instrução dos camponeses, verifica-se, como era de se esperar, que os camponeses alfabetizados participam mais do crédito rural. Dos que tiram dinheiro em banco frequentemente, apenas 9,1% estão na categoria dos que não sabem ler nem escrever; para os que tiram dinheiro esporadicamente, a participação dos completamente analfabetos é de 45,4%. Este fator, no entanto, não é decisivo. No conjunto dos que se relacionam com bancos, apenas 30,0% sabem ler e escrever corretamente. Existem, também, os outros fatores que explicam a pouca participação dos camponeses no crédito bancário.

Os dados sobre a participação dos camponeses no crédito agrícola conforme o nível de instrução dos mesmos estão na tabela XXI.

(96) Os dados se referem ao ano de 1985.

Tabela XXI

UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO BANCÁRIO CONFORME O NÍVEL DE INSTRUÇÃO

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	USA, FREQUEN- TEMENTE		USA, DE VEZ EM QUANDO		NÃO USA		N/D		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não sabe nada	1	1,3	9	20,9	33	76,8	-	-	43	100,0
Só assina o nome	5	7,6	11	16,7	49	74,2	1	1,5	66	100,0
Lê mas não escreve	-	-	1	50,0	2	50,0	-	-	4	100,0
Lê e escreve cor- retamente	5	6,7	7	9,3	63	84,0	-	-	75	100,0
T O T A L	11	5,8	29	15,4	147	78,3	1	0,5	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

Com relação à idade, o maior percentual dos que tiram dinheiro em banco pra fazer roça situa-se na faixa dos que têm entre 40 e -60 anos. Era de se esperar que os camponeses mais jovens tivessem um relacionamento maior com as instituições financeiras. É provável, no entanto, que a limitação esteja na não disponibilidade de terra própria⁹⁷. Pelos dados da tabela XXII, pode-se observar que dos que tiram dinheiro em banco 62,5% estão na faixa de idade mencionada.

(97) Muitos dos camponeses mais jovens trabalham nas terras de seus pais, de parentes ou de outros, não dispondo da documentação normalmente exigida para retirar empréstimos em bancos.

Tabela XXII

RELAÇÃO ENTRE PARTICIPAÇÃO NO CRÉDITO BANCÁRIO
E IDADE DOS CAMPONESES

FAIXAS DE IDADE	USA EMPRÉSTIMO BANCÁRIO		NÃO USA		N/D		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até -20 anos	1	2,5	3	2,1	-	-	4	2,1
20 a -40 anos	12	30,0	61	41,8	-	-	73	38,8
40 a -60 anos	25	62,5	64	43,8	-	-	89	47,4
60 anos e mais	2	5,0	18	12,3	2	100,0	22	11,7
T O T A L	40	100,0	146	100,0	2	100,0	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

A não disponibilidade de terra, especialmente quando o camponês não é o proprietário jurídico da área que ocupa, é um empecilho concreto para a obtenção do crédito bancário. Dos camponeses que se utilizam do crédito bancário frequentemente, 90,9% são proprietários; para aqueles que utilizam o crédito de vez em quando, 82,7% são também proprietários das terras que ocupam. Nenhum daqueles que trabalham somente em terras de terceiros declarou participar frequentemente do crédito bancário e somente 6,9% deles disseram tirar dinheiro em banco de vez em quando. É o que se pode constatar a partir da tabela XXIII.

Tabela XXIII

PARTICIPAÇÃO NO CRÉDITO BANCÁRIO CONFORME SITUAÇÃO DE
PROPRIÉDADE DA TERRA

Participação no crédito	Toda terra é própria		Parte própria, parte não		Toda é de outros		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Usa crédito, frequentemente	10	90,9	1	9,1	-	-	11	100,0
Usa, de vez em quando	24	82,7	3	10,4	2	6,9	29	100,0
Não usa	71	48,3	49	33,3	27	18,4	147	100,0
N/D	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
T O T A L	106	56,4	53	28,2	29	15,4	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

A dificuldade principal, para quem trabalha em terra alheia, é ter que apresentar ao banco a "carta de anuência" que deve ser fornecida pelo proprietário da terra e que é normalmente negada.

Outra constatação que merece destaque é a de que os camponeses que tiram dinheiro em banco são, em sua maioria, os que contratam mão-de-obra para ajudar nos trabalhos da roça: 60,0% dos que tiram dinheiro em banco contratam mão-de-obra de forma frequente ou de vez em quando, contra 33,3% dos que não tiram dinheiro em banco. Este fato, aliás, corresponde à tese de que aqueles que dispõem de maiores recursos financeiros possuem uma maior capacidade produtiva. É de se esperar que os recursos provenientes do crédito possam efetivamente ajudar a aumentar a produção e isso requer a utilização de mais trabalho⁹⁸.

(98) Verificamos que muitos camponeses que recebem empréstimos bancários não os aplicam no setor produtivo. Alguns o fazem parcialmente e outros aplicam totalmente em Caderne-
tas de Poupança. A explicação disso é a própria insegurança da agricultura de subsis-
tência.

Recorrer ao crédito bancário não é privilégio apenas dos camponeses mais aquinhoados economicamente. Embora se tenha observado que os integrantes dos grupos 4 e 5 recorrem aos agentes financeiros com maior frequência e intensidade, todos os outros grupos também participam em níveis diferentes. É verdade, porém, que quanto mais pobre é o camponês menos participa do crédito. Assim, há aqueles que ficam completamente de fora.

Não é o fato de contratar mão-de-obra que leva os camponeses a participarem do crédito bancário, mas pelo contrário, é a participação no crédito que permite aos camponeses contratarem trabalhadores.

Os dados sobre o uso de empréstimo bancário e a contratação de mão-de-obra está na tabela seguinte:

Tabela XXIV

RELAÇÃO ENTRE A UTILIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO E A
CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

PARTICIPAÇÃO NO CRÉDITO BANCÁRIO	CONTRATA MÃO-DE-OBRA		NÃO CONTRATA MÃO-DE-OBRA		N/D		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Participa	24	60,0	16	40,0	-	-	40	100,0
Não participa	49	33,3	98	66,7	-	-	147	100,0
N/D	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0
T O T A L	73	38,8	114	60,7	1	0,5	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

O crédito rural é também utilizado como um instrumento de dominação e de manutenção da dependência dos camponeses. Muitos daqueles que tiram dinheiro em banco o fazem com a ajuda de terceiros que os apresentam nas instituições bancárias, lhes servem como avalistas etc. Dos en-

trevistados, 37,0% disseram que os empréstimos são conseguidos através da ajuda de outras pessoas, identificando fazendeiros, políticos, profissionais liberais e também outros pequenos agricultores como ajudantes; 63,0% disseram que fazem os empréstimos sozinhos.

A venda dos produtos

Já se discutiu noutro capítulo o fato de os camponeses da região estarem produzindo cada vez menos para o mercado no presente momento. Eles sabem que este relacionamento com o mercado, nas condições como se dá, é um dos mecanismos em que se efetiva o processo de exploração a que estão submetidos, embora nem sempre compreendam que soluções podem ser buscadas para cada tipo de problema.

A venda dos produtos é feita, frequentemente, a intermediários especialmente nos casos de culturas como o fumo e o sisal.

Já para os produtos básicos, os camponeses afirmam que no passado era muito comum a venda dos produtos na folha, de forma antecipada. Hoje, devido às facilidades de transportes para as sedes municipais e também a algumas campanhas levadas a efeito contra os intermediários - taxados de atravessadores - este índice reduziu-se bastante.

Vender a produção antecipadamente ou imediatamente após as colheitas é um ato que depende da situação econômica da família; se há débitos a pagar ou alguma necessidade grande, a produção tanto pode ser vendida antecipadamente como logo após as colheitas, especialmente quando não há possibilidade de armazenamento dos produtos. Quando o armazenamento é possível, os camponeses preferem esperar o período da entressafra para vender os seus produtos, quando, via de regra, os preços são muito superiores àqueles do momento das colheitas⁹⁹.

Mais recentemente alguns camponeses, cientes de que precisavam encontrar alternativas de comercialização, começaram a entregar os seus produtos à APAEB; esta entidade ou busca mercados fora, como fez em fevereiro de 1986, com a farinha de mandioca que foi levada para São Paulo, ou armazena e espera melhores preços no mercado da própria região.

(99) As ocorrências do ano de 1985 são um bom exemplo disso: no mês de setembro o feijão era comercializado ao preço de Cr\$ 70 mil; o milho, Cr\$ 35 mil. Em fevereiro de 1986, auge

Feita a comercialização dos produtos, retiram-se os custos com o transporte e armazenamento, uma taxa de correção do capital investido (que é definida pelos próprios camponeses) e distribui a outra parte correspondente ao lucro entre os associados. Alguns agricultores vêem isso com muito otimismo, outros ainda com certa desconfiança, conforme os depoimentos seguintes:

"Eu vendi um pouquinho de feijão e de milho à APAEB no ano passado e depois retirei Cr\$ 12.000 e tanto de retorno. Eu não ia ver nada disso se tivesse vendido no comércio".

"Eu entreguei minha farinha na APAEB porque aqui os compradores só querem comprar por bolacha quebrada; a APAEB mandou pra São Paulo e tenho notícia de que tem a promessa de mais uns Cr\$ 10.000,00 por saco" ¹⁰⁰.

"Eu entreguei aí umas besteiras na APAEB mas até agora eu não vi nada; promessa tem muita mas o melhor não apareceu ainda".

Os locais onde os camponeses costumam vender a sua produção são os mais variados. Os dados colhidos sobre a venda da última safra são os seguintes e estão concentrados na Tabela XXV.

a) Feijão: 54,8% declararam ter vendido alguma quantidade do produto; destes, 15,5% disseram que venderam a parte destinada ao mercado na porta, sendo que menos de 4,0% deles venderam antecipadamente; 7,8% afirmaram ter vendido na feira-livre do município diretamente aos consumidores (venda no retalho); 51,4% venderam na feira-livre a revendedores; 5,8% entregaram no armazém ou supermercado, 17,5% fizeram a entrega da produção na APAEB e 2,0% venderam noutros locais.

(100) A saída de produtos para outras regiões tem favorecido à elevação dos preços, mesmo que de forma ainda insatisfatória para os camponeses.

b) milho: somente 48,9% dos camponeses entrevistados disseram ter comercializado alguma parcela na última safra, sendo que os locais da comercialização foram os seguintes: 16,3% venderam o produto na porta, depois da colheita; 6,5% na feira-livre, a consumidores; 52,1% na feira-livre, a revendedores; 8,6% no armazém ou supermercado; 13,0% na APAEB e 3,5% em outros locais.

c) farinha de mandioca: somente 63,3% dos entrevistados tiveram o que vender; a comercialização deste produto se deu da seguinte forma, no último ano, segundo declaração dos camponeses: 16,8% na porta (sendo 1,7% antecipadamente); 8,4% na feira-livre, a consumidores; 48,7% na feira, a revendedores; 3,4% no armazém ou supermercado; 19,3% na APAEB e 3,4% noutros locais.

Os dados relativos aos locais da comercialização do feijão, da farinha de mandioca e do milho estão apresentados na tabela seguinte:

Tabela XXV

LOCAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DO FEIJÃO, DA FARINHA E DO MILHO

LOCAIS DA VENDA DOS PRODUTOS	FEIJÃO		MILHO		FARINHA	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Na porta, anteci- padamente	4	3,9	-	-	2	1,7
Na porta, pós-co- lheitas	12	11,6	15	16,3	18	15,1
Na feira-livre, a consumidores	8	7,8	76	6,5	10	8,4
Na feira-livre, a revendedores	53	51,4	48	52,1	58	48,7
No armazém ou Su- permercado	6	5,8	8	8,6	4	3,4
Na APAEB	18	17,5	12	13,0	23	19,3
Noutros Locais	2	2,0	3	3,5	4	3,4
T O T A I S	103	100,0	2	100,0	119	100,0

Como se pode observar, embora o grande capital se faça presente, a sua penetração é consideravelmente pequena no atual momento, longe portanto de conseguir monopolizar a comercialização desses produtos agrícolas; no conjunto, os armazéns e supermercados recebem apenas 5,6% da produção comercializada. A predominância, para os três tipos de produtos básicos, é a venda a revendedores que atuam, via de regra ¹⁰¹, nas próprias feiras-livres locais. Esses revendedores são, geralmente, pequenos comerciantes - muitos deles são barraqueiros - que adquirem esses produtos para a revenda no retalho aos consumidores.

Esse relacionamento com o mercado não se restringe apenas à venda dos produtos agrícolas e à compra de instrumentos de trabalho e insumos, mas abrange também a compra de gêneros alimentícios não produzidos pelos camponeses, medicamentos, vestuário, serviços médicos etc. Um levantamento feito recentemente com doze produtos que são consumidos rotineiramente pelos camponeses revelou que esses produtos tiveram um aumento médio no período de janeiro de 1985 a janeiro de 1986 de 460%, sendo que alguns ultrapassaram a casa dos 1.000%, a exemplo da carne bovina e do café. Enquanto isso, os preços dos produtos agrícolas não acompanham o mesmo ritmo, pelo menos enquanto estão em poder dos próprios produtores.

A subordinação dos camponeses ao processo capitalista, longe de ser passivo, é conflituosa e contraditória. Em certos momentos os camponeses se acomodam e, passivos, permanecem alheios às ocorrências; noutros momentos reagem e resistem, encontrando formas de enfrentamento a esse processo de subordinação. Esta será a nossa discussão no capítulo seguinte, quando tentaremos analisar a participação dos camponeses em suas entidades de resistência e de defesa política e econômica; organizados, é através dessas ações que os camponeses procuram intervir no processo político-social.

(101) Muitos desses pequenos comerciantes são barraqueiros volantes. Percorrem as feiras-livres existentes nos bairros da cidade, como é o caso dos comerciantes de Feira de Santana e as feiras dos municípios mais próximos.

AS MOBILIZAÇÕES CAMPONESAS, SUAS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

As formas como os camponeses expressam a sua reação ao processo de subordinação se dão a partir das condições materiais da sociedade, em cada momento histórico. É, portanto, a base econômica - a estrutura - relacionada com a superestrutura político-ideológica, num processo dialético contínuo que, na perspectiva de Marx (1977:305-306), estabelece os pilares para as manifestações propriamente políticas:

"o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e espiritual em geral".

Como afirma um camponês de 54 anos, proprietário de 9 tarefas de terra, que estava sendo expropriado de seus meios de produção e de vida:

"eu sempre tive meu pedaço de terra; foi com ele que criei os filhos. Com essa tal de barragem vieram tomar minha terra e me deixou à toa, mas aí o Sindicato entrou e a gente tá conseguindo outra terrinha".

Neste depoimento os dois aspectos, o material e o político estão juntos, como aliás ocorre normalmente.

Em muitas situações esse interrelacionamento entre o econômico e o político é tão completo, sutil e complexo que é praticamente impossível se detectar qual exerceu papel mais importante sobre um determinado fato, se a base material ou a superestrutura.

Subordinados ao processo capitalista global, os camponeses procuram encontrar formas de resistência e de recriação, o que se dá dentro do próprio movimento do capital. Assim, é a partir das formas de exploração e de subordinação impostas pelo capital que os camponeses procuram manter a sua autonomia naquilo que é possível e encontrar suas formas de resistência que lhes permitam a reprodução. Novamente estão juntos os aspectos relacionados com a base econômica e os de natureza político-ideológica. Isso não significa dizer, no entanto, que em todos os lugares e em todos os momentos as ocorrências se dão da mesma forma. Pelo

contrário, são as próprias condições materiais e político-ideológicas de cada lugar e de cada momento que vão determinar o grau de interrelacionamento que mantêm. Há situações em que o capital, ao expropriar os camponeses, seja de forma "passiva" ou violenta, não encontra neles reação alguma, ficando livre para agir. Noutras situações, os camponeses encontram formas de reação, sejam formas individuais, sejam formas organizadas numa perspectiva propriamente política. Os casos estudados por nós apontam para um processo organizativo dos camponeses, a partir de questões propriamente políticas ou econômicas - ou ambas - enquanto alternativa de continuidade do próprio segmento social. Em certos momentos, nesse processo de luta e de resistência, prevalecem as situações materiais - o econômico - a exemplo da reivindicação de sementes para os plantios; noutras circunstâncias, as questões políticas são preponderantes a exemplo de mobilizações contra a UDR (União Democrática Ruralista).

Embora essas atividades tenham sua própria configuração, a partir de como se apresentam e são recebidas pelo conjunto da sociedade, podendo ser de conteúdo econômico ou político, cada uma delas tem, ao mesmo tempo, um corolário econômico e político porque esses dois aspectos são sempre indissociáveis. Numa análise mais profunda se descobrirá, sempre, o econômico por trás da manifestação política e vice-versa.

Discutiremos formas de reação dos camponeses ao processo de subordinação política: a participação dos camponeses em Sindicatos de Trabalhadores e a organização da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), para a análise do nível de participação política dos camponeses de uma forma mais ampla.

A participação nos Sindicatos

Em todos os municípios estudados existem Sindicatos de Trabalhadores Rurais, fundados há mais de dez anos. Em nenhum deles, porém, os camponeses tiveram papel preponderante no processo de fundação, exceto

emprestando os seus nomes para que fazendeiros e políticos, diretamente ou através de seus representantes, pudessem fundar e manter sob seu controle essas entidades.

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais serviram de esteios de sustentação do poder e da dominação locais, mantidos e controlados por grandes proprietários e comerciantes. Os serviços prestados pelos Sindicatos eram sempre recebidos como uma dádiva desses fazendeiros e comerciantes que detinham - como ainda detêm em todos os municípios da região - o poder político e o controle geral de cada município. A retribuição dos camponeses se dá através do voto, "voto que é mesmo que dinheiro" na visão de um sindicalista rural.

Num processo lento e auxiliados por forças externas, os camponeses começaram a questionar a situação mantida; depois de descobrirem e demonstrarem para a opinião pública os desvios a que estavam submetidas as entidades sindicais, inclusive com casos escandalosos de corrupção praticada por seus dirigentes¹⁰², começaram a se interessar pelo controle dos Sindicatos e a organizar chapas de oposição. Isso a partir do início da segunda metade da década de 1970. Hoje, dos seis municípios, quatro Sindicatos estão sob o controle dos camponeses¹⁰³.

Conforme podemos constatar, de um modo geral, os camponeses ingressam no Sindicato apenas com a perspectiva de ter apoio no que se refere à prestação de serviços de saúde. Isso não é, entretanto, nenhuma anormalidade, ou nada de absurdo como parece; basta considerar o grau de carência e de abandono em que vivem esses camponeses e seus familiares frente à prestação dos serviços de saúde, especialmente os serviços médico-odontológicos:

"Ele entra no sindicato somente pra ter direito a uma consulta quando precisar ou arrancar o dente de uma pessoa da família".

(102) Em Feira de Santana, o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais era um estudante, filho de fazendeiro, representante dos políticos, fazendeiros e comerciantes, que foi expulso depois de descobertos vários casos de corrupção. Em Serrinha, um grupo de camponeses aciona o Presidente do Sindicato, na Justiça, por desvio de recursos, através do que espera conseguir o afastamento do mesmo do cargo que ocupa.

(103) São os casos dos municípios de Feira de Santana, Araci, Valente e Santa Bárbara.

Este é o depoimento de um dirigente sindical, 41 anos, cujo ponto de vista é partilhado por outros sindicalistas da região; é através desses serviços assistenciais, de responsabilidade do Estado e não deles, que os Sindicatos conseguem sobreviver enquanto força política, como afirma outro líder sindical:

"aqui no Sindicato tem seis mil associados, somente cerca de mil e quinhentos pagam em dia. Se não fossem o médico e o dentista eu acho que o Sindicato nem existia porque ninguém queria se associar. Mas é com isso que a gente consegue fazer outras coisas, estão aí a luta de Pedra do Cavalo, as manifestações de Reforma Agrária que participamos, as reuniões sobre Constituinte e agora os estudos sobre política partidária".

Esta é a grande contradição do sindicalismo rural. Instituídos para distrair os camponeses e desviar os Sindicatos do seu verdadeiro papel, esses serviços são a base de sustentação dos mesmos sindicatos, como demonstra o mesmo dirigente sindical:

"mas graças a isso nós conseguimos botar mais de um mil e cem pessoas na rua pra reivindicar semente no ano passado, para exigir reforma agrária e assim por diante".

É encarando essa situação contraditória de Sindicatos que funcionam como postos de atendimento assistencial e que lutam para conquistar sua própria identidade, que procuramos analisar seus aspectos políticos mais relevantes, o que requer uma compreensão da forma de estrutura e de organização desses sindicatos para responder às questões de participação dos camponeses. Os Sindicatos são estruturas burocráticas organizadas sob a égide do Estado burocrático, de base autoritária e centralizadora, que permite ao presidente controlar sozinho todo processo funcional, mantendo na prática os demais dirigentes como simples auxiliares, e os associados alheios a tudo, caso se cumpram os dispositivos estatutários apenas. Tornar tais entidades em mecanismos efetivos de participação e de gestão democrática, em órgãos de defesa dos trabalha-

dores e não uma "força auxiliar do Estado", significa todo um trabalho de renovação e de reivenção do sindicalismo rural.

Os membros dos Sindicatos são em maioria homens. Dos nossos entrevistados que são filiados ao Sindicato do seu município, 93,6% são homens e apenas 6,4% são mulheres. É preciso levar em conta que, há menos de cinco anos, a visão dominante era de que as mulheres não podiam participar do sindicato, constituindo-se, de fato, numa proibição que afetava aquelas mulheres que desejavam se associar, como afirma uma camponesa, 43 anos:

"eu fui lá um bocado de vezes pra fazer minha ficha e sempre me disseram que eu não podia. Então meu marido fez, pra gente poder ter alguns direitos, mas meu marido é um homem como você sabe, não participa de nada. Eu que participo dos trabalhos, das reuniões... Somente agora, há uns três meses que resolveram fazer minha ficha".

Apesar dessa ser a realidade predominante, em alguns sindicatos a presença feminina já é significativa ¹⁰⁴.

Nos últimos dois anos, alguns sindicatos vêm se empenhando em filiar as mulheres trabalhadoras, especialmente aqueles sindicatos que estão sob o controle dos camponeses. Em alguns sindicatos, a exemplo de Feira de Santana, Araci e de Valente, já se observa um nível de participação organizada de mulheres, assumindo a defesa de lutas específicas da mulher trabalhadora, a comemoração do Dia Internacional da Mulher etc. Graças a isso, talvez, é que se registra hoje a presença feminina de 6,4% no quadro de associados no conjunto dos municípios.

Entretanto, uma coisa é ser sócio do Sindicato e outra coisa é participar das atividades. No cômputo geral, o nível de participação em reuniões, assembléias, manifestações reivindicatórias etc. é muito baixo. Com relação ao sexo das pessoas filiadas, pelo menos três membros das diretorias de três sindicatos afirmam que as mulheres apresentam um nível de participação relativamente superior ao dos homens, como atesta um dirigente sindical de Valente:

(104) Em Anguera, município vizinho a Feira de Santana, o Sindicato foi fundado em fevereiro de 1986 e escolhida uma mulher para assumir a presidência. Em Tanquinho, outro município vizinho, o Sindicato foi fundado em julho do mesmo ano e conta com duas mulheres na diretoria efetiva. Esses dois Sindicatos integram o atual Polo Sindical de Feira de Santana.

"aqui tem poucas mulheres que são sócias do Sindicato, mas tem aí umas dez ou doze que valem mais do que cem ou duzentos associados que nem participam de nada".

O ingresso no sindicato está relacionado com a busca de algum tipo de benefício, seja o serviço de saúde, o jurídico ou a própria aposentadoria como afirma um militante sindical:

"ah, não tenha dúvida; a não ser aquelas pessoas que a gente faz o trabalho de conscientização, que são sócios, os outros só entram no Sindicato visando algum motivo. Ou eles querem ter direito à aposentadoria, ou querem participar dos serviços do médico e do dentista ou tem algum grileiro com olho no que é dele".

Os agricultores que não possuem terra, são os que apresentam um maior percentual relativo de filiação ao Sindicato: dos que fazem roça somente em terra dos outros, 72,4% são associados do Sindicato. A explicação para esse fato é que, por serem os mais pobres, precisam mais frequentemente dos serviços médico-odontológicos e muitos desses camponeses que moram e trabalham em terras dos outros sentem-se inseguros e até ameaçados de serem expulsos a qualquer momento:

"aqui em Araci aumentou muito o número de posseiros no Sindicato depois dessa questão da terra"¹⁰⁵, mas a maioria mesmo só faz a carteira e não participa de nada".

A situação se inverte para aqueles cuja terra ocupada é parte própria e parte dos outros: apenas 28,3% deles são associados. Para um dirigente sindical,

"É porque eles nem são mel nem cabaça".

Ou seja, esses camponeses são e não são proprietários ao mesmo tempo, não havendo uma definição da sua identidade, o que se traduz em insegurança e incerteza para eles. A terra própria é pouca demais e eles sabem muito bem que sem a terra dos outros que ocupam fica impossível manter-se no campo, como afirma um desses camponeses, 57 anos:

(105) Trata-se de uma situação de "grilagem" onde o fazendeiro pretende expulsar mais de uma centena de família de algumas áreas de terra que são consideradas devolutas, já tendo sido registrados conflitos armados isolados com posseiros do lugar.

"a gente só mora aqui porque vem se arranjando aí com a bondade de algumas pessoas que deixam a gente fazer uma rocinha na terra delas. Se não fosse isso a gente já tinha sido obrigado a ganhar o mundo.

Já aqueles que trabalham em terra própria apenas, na condição de mini-proprietários, mais de dois terços são associados ao Sindicato: 68,9%, como mostra a tabela seguinte:

Tabela XXVI

FILIAÇÃO AO SINDICATO CONFORME CONDIÇÃO DE ACESSO À TERRA

FILIAÇÃO AO SINDICATO	TERRA TODA PRÓPRIA		TERRA TODA DE OUTROS		PARTE PRÓPRIA E PARTE NÃO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Associado	73	68,9	21	72,4	15	28,3	109	57,9
Não Associado	33	31,1	8	27,6	38	71,7	79	42,1
T O T A I S	106	100,0	29	100,0	53	100,0	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

A explicação para o elevado índice de filiação daqueles que só trabalham em terra própria, na visão de um camponês que integra a diretoria de um Sindicato de trabalhadores rurais é a seguinte:

"tem aqueles que são melhorzinhos, tem um pedaço de terra maior, e estão no Sindicato por dois motivos: porque também precisam de médico, de dentista, de advogado, e porque já entendem um pouquinho do sentido da luta!"

No fundo, a questão se diferencia apenas em graus. Tanto o camponês sem terra como o mini-proprietário se inserem num mesmo processo de exploração e de insegurança.

Como já foi dito, uma coisa é a filiação ao sindicato, o que requer apenas o preenchimento da "ficha de sócio", considerando que nem o pagamento efetivo da mensalidade é uma exigência; na prática os associados atrasam as mensalidades por até alguns anos e continuam sendo considerados sócios. Outra coisa, porém, é a participação nas atividades do sindicato, o que envolve também, via de regra, a quitação das mensalidades.

Sendo a capacidade de mobilização dos camponeses por parte dos sindicatos uma característica do sindicalismo considerado autêntico, na atual conjuntura, tomou-se este parâmetro para simbolizar a participação e o comprometimento dos associados, como argumenta um dirigente sindical:

"a gente aqui conta com a participação de muita gente na hora de algumas lutas, mas quem toma mesmo a frente é pouca gente".

Já noutro município, um dos diretores do sindicato afirma:

"quando a gente tá discutindo um assunto de interesse da gente, os sócios apoiam e querem fazer isso e aquilo, mas depois, basta os políticos meterem o dedo pra desanimar todo mundo, porque o povo ainda é fraco".

Os camponeses analfabetos demonstram um menor nível de filiação ao sindicato e de participação em movimentos camponeses ¹⁰⁶. Dos entrevistados que disseram participar de vez em quando desses movimentos, os completamente analfabetos representam 18,3%; os semi-alfabetizados, 35,0% e os que sabem ler e escrever 46,7%. Dos que participam frequentemente, os analfabetos representam 11,0%; os semi-alfabetizados, 27,0% e os alfabetizados representam 62,0% (ver tabela XXVII).

(106) Estamos considerando movimentos camponeses todas as mobilizações reivindicatórias, de contestação, de denúncia ou de defesa encampadas pelos camponeses, através de suas entidades representativas, sejam de alcance local, regional, estadual ou nacional. Como essas mobilizações enquanto expressão do próprio movimento ocorrem esporadicamente, a "participação frequente" significa a participação regular nessas atividades.

Fica caracterizada a necessidade de que os próprios sindicatos desencadeem lutas com vistas à instrução dos camponeses; o fortalecimento dos sindicatos e do processo de mobilização na região passa também pelo nível de instrução dos camponeses.

Tabela XXVII

GRAU DE INSTRUÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS CAMPONESES

INSTRUÇÃO	PARTICIPA, DE VEZ EM QUANDO		PARTICIPA FREQUENTEMENTE		NÃO PARTICIPA		N/D		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Analfabeto	11	18,3	4	11,0	28	31,8	-	-	43	12,9
Semi-Alfabetizado	21	35,0	10	27,0	37	42,1	2	66,7	70	37,2
Alfabetizado	28	46,7	23	62,0	23	26,1	1	33,3	75	39,9
T O T A L	60	100,0	37	100,0	88	100,0	3	100,0	188	100,0

Fonte: Levantamento de campo, 1985.

Com relação ao tamanho da área ocupada, os camponeses que ocupam maior área demonstram um maior nível de participação nas atividades do sindicato. Na visão de um camponês sem terra, 46 anos,

"quem dispõe de uma terrinha maior vive mais folgado".

Os dados da tabela XXVIII demonstram que os camponeses que dispõem de até 10 tarefas de terra revelam um índice de menor participação em relação aos demais, tanto a participação frequente quanto a de vez em quando: 42,8% dos entrevistados nessa situação disseram que participam de vez em quando; 10,7% disseram participar frequentemente e 46,5% declararam não participar. Os que ocupam entre 10 e -20 tarefas se distribuem do seguinte modo: 38,2% participam de vez em quando, 17,6% participam frequentemente e 44,8% não participam. Entre os que ocupam 30 tarefas ou mais, 57,9% disseram participar de vez em quando, 15,8% participam frequentemente e 26,3% disseram não participar.

Tabela XXVIII

PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DO SINDICATO CONFORME TAMANHO
DA ÁREA OCUPADA

NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	Área Ocupada (tarefas)								TOTAL	
	Até -10		10 a -20		20 a -30		30 e mais			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Participa de vez em quando	48	42,8	13	38,2	4	44,4	11	57,9	80	42,6
Participa fre- quentemente	12	10,7	6	17,6	4	44,4	3	15,8	31	16,5
Não Participa	52	46,5	15	44,8	1	11,2	5	26,3	77	40,9
T O T A L	112	100,0	34	100,0	9	100,0	19	100,0	188	100,0

Fonte: Levantamento de Campo, 1985.

Os camponeses mais pobres são mais dependentes tanto do ponto de vista econômico como político, portanto são mais atingidos pelos mecanismos de dominação política. Da mesma forma, os que se assalariam frequentemente apresentam um menor índice de filiação ao sindicato: 52,4%

do total contra 61,3% dos que se assalariam de vez em quando e 60,3% daqueles que não trabalham de ganho.

Na hipótese de se poder generalizar esses dados para outras áreas e regiões, fica evidenciado que a disponibilidade de terra em quantidade suficiente para os camponeses viverem "mais folgados" é condição indispensável para a conquista de um sindicalismo forte e mais atuante.

É importante sublinhar o fato de que quem ocupa áreas maiores apresenta um maior índice de participação nas atividades de natureza mais política do Sindicato. São esses camponeses que mais dispõem do que vender e por isso se relacionam mais intensivamente com o mercado. Mais uma vez se detecta um ponto de aparente contradição: enquanto um maior relacionamento com o mercado implica num maior nível de exploração, favorece também uma maior participação política, uma maior reação ao capital. Ao tempo em que os camponeses vendem e compram produtos, vão também recebendo influências e influenciando, o que interfere nas suas formas de pensar e de agir. Esses camponeses são menos dependentes economicamente, possuindo, por conseguinte, maior liberdade de ação.

A Dinâmica das Mobilizações

Os camponeses que vêem o Sindicato como alternativa de luta para conquista dos direitos, como forma de enfrentamento à ação do capital, ainda são poucos em todos os municípios estudados. Segundo um dirigente sindical,

"aqui o nosso problema é ter gente para assumir as lutas; se tem aí uns cinquenta ou cem associados que estão na dianteira nas comunidades, mas essas pessoas não têm tempo pra fazer a articulação e são muito poucos para os quatro mil associados".

Já outro dirigente sindical depõe:

"eu sou sozinho na diretoria; o tesoureiro não sabe nem pegar um saldo no banco. Tem aí umas dez ou quinze pessoas que ajudam mas não se pode fazer um trabalho de reunião em todo lugar".

Mas quando os Sindicatos se envolvem em lutas concretas que interessem aos camponeses, os associados dos Sindicatos se mobilizam e par-

ticipam. Várias manifestações foram realizadas pelos sindicatos, especialmente nos anos de 1983 e 1984 por "Frentes de Serviços"; em 1984 e 1985 por sementes. O Sindicato de Valente tem conseguido mobilizar os associados para reivindicar a liberação de duas áreas de terras públicas existentes no município, uma delas ocupada por grandes proprietários, para serem utilizadas por famílias sem terra; o Sindicato de Santa Bárbara realizou duas grandes concentrações, uma contra a postura de um médico que atendia deficientemente os trabalhadores rurais e outra reivindicando eletrificação rural; o Sindicato de Feira de Santana realizou, durante o ano de 1985, manifestações significativas por Reforma Agrária e de apoio aos camponeses ameaçados de expulsão em Pedra do Cavalo; em 3 de abril de 1986 realizou uma passeata na cidade com mais de 2.500 camponeses, reivindicando o rompimento do convênio do INAMPS com um hospital da cidade para atendimento ambulatorial à população do campo; em 7 de julho, numa convocação conjunta com outras entidades de trabalhadores, mais de 3.000 pessoas desfilaram em passeata pelas ruas de Feira de Santana protestando contra a fundação na cidade da UDR (União Democrática Ruralista), entidade de defesa dos interesses dos grandes proprietários; a quase totalidade dos manifestantes era composta de camponeses que atenderam ao chamado do seu Sindicato. O Sindicato de Araci, tem também realizado manifestações por Reforma Agrária, contra a grilagem que se registra no município e pela Constituinte.

O encaminhamento desses movimentos, desde a sua preparação, favorece o estudo e a discussão da conjuntura sócio-econômica e política que ajudam os camponeses a compreenderem o processo de exploração e de dominação a que estão submetidos. Este processo de exploração e de dominação é visto como algo inevitável; é tomado como parte da predestinação e não adianta enfrentá-lo já que está "fora" do alcance deles. No entanto, à medida em que ocorrem as primeiras conquistas, mesmo que pequenas e parciais, a visão fatalista vai se modificando, sendo substituída por uma visão realista dos fatos; os camponeses começam a descobrir que eles são capazes de fazer algo de significativo e se estimulam a participar e a lutar mais, mesmo sem perceberem - como sempre ocorre - a ligação de fatos localizados com situações mais gerais.

É o "ver para crer".

Os camponeses se motivam na própria ação, na luta concreta, quando essa luta corresponde efetivamente aos seus verdadeiros interesses.

A presença de forças externas é fator importante no processo de motivação dos camponeses para ingressarem no Sindicato e no seu processo de mobilização. Os camponeses, no seu isolamento histórico, foram acomodados pelas classes dominantes a ficarem todos nos seus cantos, sendo que cada qual deve cuidar da sua própria vida, criando-se ditos populares estereotipados do tipo "é tempo de murici, cada um deve cuidar de si", ou "cada um por si e Deus por todos", ou ainda: "bem faz quem em sua casa fica em paz" etc. Há todo um conjunto de esforços das forças dominantes para que os camponeses não acreditem uns nos outros e eles terminam assumindo uma condição de "impotentes sociais"; seres sem vez e sem voz.

As lideranças camponesas sentem na pele este problema, como se pode constatar a partir deste depoimento:

"é, o grande problema é que o povo não acredita na gente, só acredita em quem estudou e tem dinheiro. É mais fácil o pessoal acreditar numa mentira de quem estudou do que nas verdades contadas por a gente. Muitas vezes a gente tá discutindo coisas sérias, os lavradores até participam direitinho, mas basta que um de fora, um político, diga alguma coisa pra virar a cabeça de todo mundo".

Os camponeses, enquanto segmento social, reproduzem aquilo que a sociedade dominante valoriza e consagra. A voz que vale é de quem estudou, de quem tem dinheiro.

Um fator importante apontado pelos camponeses para uma maior participação nos Sindicatos e para um maior nível de mobilização com vista à conquista de condições melhores de vida é a presença de forças externas, como desabafa dirigentes sindicais da região:

"eu acho que a gente não tinha conseguido nada até hoje se não fossem alguns órgãos e algumas pessoas que apoiam a nossa luta";

"Como a gente ia conseguir alguma coisa se o povo não acredita na gente? É o tal caso, o povo só acredita em

quem estudou, nos sabidos e esses sabidos aproveitam pra botar o cabresto do jeito que querem; de uns anos pra cá temos o apoio de pessoas que estudaram e estão do nosso lado lutando p̃ela libertação".

Um terceiro depoimento, de outro dirigente sindical, reflete também a mesma perspectiva:

"antes nós só tínhamos o advogado que nos dava orientação. Antes do advogado não se conseguia nada. Depois o povo foi chegando devagarinho e melhorou muito com esses grupos que apoiam a gente".

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana realizou uma assembléia sindical no dia 24/03/86 para discutir a preparação de uma manifestação sobre saúde a ser realizada na cidade. Os próprios dirigentes sindicais convidaram um assessor educativo para ajudar a encaminhar a assembléia, um médico, o presidente de um Sindicato urbano e o representante regional do Funrural. Cada um deles usou a palavra para discutir sobre a situação de saúde dos camponeses e sobre a importância da manifestação que se planejava. Depois da assembléia interrogamos ao presidente do Sindicato sobre o porquê de ter convidado aquelas pessoas e a resposta foi a seguinte:

"você não viu como o povo ficou mais animado?! Quando a gente faz a assembléia sozinho o povo não se anima, mas quando vê gente de fora, gente que estudou e sabe das coisas apoiando a gente, a animação é muito maior".

É o não exercício da cidadania pelos camponeses. Acostumados a não participarem do processo histórico enquanto cidadãos, agentes, ou força política, os camponeses acreditam, pela experiência, que a condução do processo histórico está nas mãos de quem estudou, os verdadeiros "cidadãos". Essa visão começa a se modificar a partir das ações de natureza política que são assumidas pelos Sindicatos e os envolvem diretamente. Aos poucos os camponeses vão conquistando a sua cidadania, a ter direito a vez e a voz na sociedade.

A organização política e a modernização da agricultura: a contribuição da APAEB

A segunda alternativa de enfrentamento organizado à subordinação ao capital, adotada pelos camponeses, vem se dando através da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), criada com a finalidade de atuar no campo econômico propriamente dito, o que implica na atuação também política.

No campo econômico a APAEB deveria repassar os produtos indispensáveis à vida no campo que não são produzidos pelos camponeses e organizar o processo de comercialização da produção agrícola. No campo político a APAEB atuaria enquanto força de pressão capaz de interferir no mercado de produtos agrícolas e no estabelecimento de políticas agrícolas, seja atuando diretamente, seja apoiando e reforçando o movimento sindical rural. São objetivos que a Associação vem perseguindo, com alguns passos mais significativos no campo do repasse de produtos industrializados para os camponeses e no da comercialização dos produtos agrícolas dos seus associados.

Em 1978 foi iniciado na região um movimento de camponeses contra a cobrança do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) no ato da venda de seus produtos. Os camponeses, por determinação legal, deveriam se cadastrar junto à Secretaria da Fazenda e fazer o controle do movimento do ICM através das compras e vendas inerentes ao processo produtivo, podendo assim emitir notas fiscais de produtores autônomos no ato da venda da produção. O fato é que, por insuficiência de condições econômicas, devido ao seu baixo nível de instrução ou por falta das devidas informações, não se conhece um só caso na região em que os camponeses tenham feito esse cadastro, ficando sujeitos ao pagamento de ICM e multa por ocasião da venda do produto ¹⁰⁷.

(107) À época, a taxa de ICM era de 16% sobre o valor do produto. A multa cobrada pelo Fisco, por ausência da Nota Fiscal, chegava a 150% do valor do imposto. Somando-se o valor da multa com o do imposto, chegava-se a um total correspondente a 40% do valor do produto. Posteriormente, a taxa de ICM foi majorada para 18%, permanecendo os dispositivos relativos à cobrança de multas.

Conhecem-se alguns casos em que um mesmo produto foi submetido ao pagamento do ICM e multa por mais de uma vez, considerando o seguinte: via de regra, os camponeses se juntavam e colocavam os seus produtos - pequenas quantidades de milho, farinha e de feijão - sobre um caminhão para serem levados à feira do município. Flagrados pelo Fisco, cada um contribuía de acordo com a quantidade de produtos, para o pagamento do tributo, mas a nota fiscal era emitida em nome do motorista do caminhão, responsável legal pelas mercadorias. Se os produtos não eram vendidos naquele dia e retornavam - o que ainda ocorre frequentemente - estavam sujeitos a nova incidência de tributos ao serem transportados na semana seguinte porque os camponeses não dispunham de comprovante do pagamento feito anteriormente.

O MOC apoiou esse movimento, promovendo encontros de articulação e de troca de experiências. Nesses encontros, além das questões específicas de ICM, discutiam-se outros problemas relacionados com a vida dos lavradores, a exemplo do armazenamento e comercialização dos produtos agrícolas.

Num dos encontros sobre ICM, realizado em Serrinha, surgiu a proposta, por parte de um camponês, de se fundar uma "cooperativa só de pequenos" para cuidar do armazenamento e comercialização dos produtos agrícolas deles. A idéia pareceu viável ao MOC que procurou estimular a discussão em torno dela. Em outubro de 1979 foi feita uma mobilização de mais de 400 camponeses junto ao Governador do Estado que prometeu providências para o problema do ICM (que nunca aconteceu). O "movimento de ICM" desarticulou-se mas os encontros e a discussão da idéia da "cooperativa de pequenos" continuaram.

Além disso, o MOC procurou desenvolver estudos sobre a legislação cooperativista, concluindo pela inviabilidade de implantação de uma cooperativa para atender aos camponeses, seja porque a legislação não permitia uma cooperativa "só de pequenos", seja pelo seu atrelamento ao Estado ¹⁰⁸, ou porque já existiam outras cooperativas agrícolas na região.

(108) Pelos Decretos-Leis 59 (de 26.11.66) e 5.764 (de 16.12.71) as cooperativas ficam tuteladas pelo Estado, mantendo-se a possibilidade de intervenção através do INCRA, desde que a atuação da entidade por algum motivo venha a contrariar os interesses do governo (Cf. SORJ, 1980: 74).

Na busca de alternativas, já que a cooperativa se mostrava inviável, surgiu a proposta de se fundar uma Associação que funcionasse na prática como uma cooperativa. Após realizar-se um estudo jurídico sobre as possibilidades legais de uma Associação Civil atuar no campo da comercialização, cuja conclusão foi positiva, os camponeses passaram a discutir as questões como forma de funcionamento, objetivos, direitos e deveres dos associados etc., resultando na fundação da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) em 02.07.1980.

Analisando os dados coletados junto aos camponeses na região estudada, pudemos constatar que a Associação vem exercendo importante papel no que diz respeito a alguns aspectos:

- Relacionamento com bancos: vimos que dos agricultores entrevistados, 21,8% tiram dinheiro em banco. Entre os associados à APAEB este índice se eleva para 31,3%. Assim, a Associação está ajudando os seus associados a participarem mais do crédito bancário para o processo produtivo, como afirma um dos informantes:

"a gente vem fazendo estudos e demonstrando que o banco não é aquele bicho-papão que tanto se fala. Além disso, a gente vê que se o pequeno não usa os benefícios que vêm pra ele, quem fica são os grandes. Com certeza pessoas que nunca foram em banco começaram a participar dos empréstimos para a agricultura depois do nosso trabalho" (membro da coordenação municipal da APAEB de Valente, 44 anos).

- Uso de arados: no conjunto geral, 54,8% dos agricultores não se utilizam de arados mecânicos ou de tração animal. Dos filiados à APAEB, 61,8% declaram usar arados na agricultura, sendo que 49,1% se utilizam de arados de tração animal.

Fica evidenciado, assim, que a Associação está estimulando e con-

tribuindo para a utilização de arados na agricultura. Como afirma um pequeno agricultor, 49 anos, proprietário de 12 tarefas de terra,

"na APAEB se faz economiazinhas, tem o retorno do armazenamento, e a gente pode pagar o aluguel de um arado".¹⁰⁹

- Uso de sementes de meia: vimos que no geral 27,1% dos agricultores se submetem a esse mecanismo de exploração. Entre os associados à APAEB, o índice dos que recorrem a esse recurso é de 16,4%.

Há duas hipóteses não mutuamente exclusivas para esse fato: em primeiro lugar, a APAEB está permitindo que os agricultores façam pequenas economias que possam ser investidas na aquisição de sementes; em segundo lugar, a APAEB vem favorecendo a que os agricultores consigam sementes através de movimentos reivindicatórios junto aos órgãos do governo, como efetivamente vem ocorrendo nos últimos anos.

- Volume da produção: os produtores de milho que são associados à APAEB compreendem uma faixa intermediária que produzem entre 3 e -21 sacos (72,7%). Os pequenos produtores cujo volume da produção não chega a três sacos, não têm parcela a comercializar e por isso não se motivam a ingressar na Associação.

Para os produtores de feijão, o maior índice de participação na APAEB registrou-se para os camponeses que produziram 3 sacos ou mais; para todas as faixas de produção, a partir desse limite o percentual relativo dos associados é superior ao dos não associados.

Pode-se observar que dos associados à APAEB, 84,6% produziram pelo menos 3 sacos de feijão, contra 61,7% dos não associados. Há duas hipóteses para explicar o fato de os camponeses membros da entidade demonstrarem um maior volume de produção: ou os camponeses que produzem mais ingressam na APAEB porque vêem nela uma oportunidade de obter alguns benefícios, ou a APAEB está favorecendo o aumento da produção. Na opinião de um membro da diretoria da entidade, 44 anos, são os dois fatores juntos:

(109) Deve-se considerar o fato já discutido quanto à utilização das sementes

"Tem as duas coisas: têm aqueles que produzem mais e entram na APAEB pra vender a sua produção, pra ter o retorno, e têm aqueles que estão aumentando a sua produção porque participam das lutas, conseguem um empréstimozinho, se-mente, e aí plantam mais".

Entre os plantadores de mandioca, 56,4% dos sócios produziram até 20 sacos de farinha e 72,1% dos não sócios estão nesta mesma faixa de produção. Os sócios que produziram até 10 sacos representam 36,4% e os não sócios correspondem a 58,6%.

O maior percentual relativo daqueles que produzem menos refere-se aos camponeses não associados: 58,6% destes contra 36,4% dos que são sócios, o que significa dizer que dos associados, 36,4% produzem 10 sacos e mais, contra 41,4% dos não associados à entidade.

- Trabalho de ganho: os associados à APAEB apresentam um menor índice relativo daqueles que se dedicam ao trabalho de ganho, seja de forma mais frequente ou mais esporádica. Dos associados, apenas 27,3% disseram recorrer ao trabalho de ganho, contra 81,2% dos que não são associados.

O ingresso na Associação está diretamente relacionado com a possibilidade de obtenção de alguns benefícios materiais. É com tal perspectiva que os agricultores se juntam. Através das discussões e análises em torno das dificuldades encontradas para a consecução desses objetivos é que eles se "despertam" para um processo participativo e organizativo mais amplo, capaz até mesmo de interferir no processo social local.

A participação numa Associação do tipo da APAEB, no entanto, depende de certas condições por parte dos camponeses. Como vimos, aqueles que não têm o que vender, não se motivam a participar da entidade porque não há vantagens objetivas nisso.

Se os benefícios materiais prestados pela APAEB estão vinculados à venda de produtos agrícolas, por parte dos agricultores e à sua capacidade de consumo, aqueles que não têm o que vender e compram apenas o mínimo necessário à subsistência, terminam de fora.

Poucos acreditavam, inicialmente, que a APAEB viesse a se consolidar. O movimento sindical dos trabalhadores rurais ficou praticamente alheio à criação da entidade, havendo inclusive locais em que o Sindicato recomendou aos seus associados a não ingressarem na APAEB. Somente a partir de uma prática de mais de dois anos foi que os Sindicatos passaram a apoiar expressamente a Associação¹¹⁰, como revelam os depoimentos que se seguem:

"aqui um apoia o outro. O Sindicato ajuda a APAEB e a APAEB fortalece o Sindicato" (Presidente do Sindicato de Santa Bárbara).

"O trabalho da APAEB no município veio ajudar a melhorar muito o trabalho do Sindicato. Os dois juntos fazem mais reuniões, mais estudos e assim o movimento fica mais forte" (Presidente do Sindicato de Araci).

"Aqui em Ichu o trabalho que tem é o da APAEB e das comunidades. São essas pessoas que levam o Sindicato" (Presidente da APAEB de Ichu e Associado ao Sindicato).

"Aqui a gente trabalha junto. É um ajudando o outro. A APAEB e o Sindicato estão lutando pra conscientizar os trabalhadores e a fortalecer a classe" (membro da diretoria da APAEB, em Valente).

Hoje a APAEB é reconhecida pelo menos como algo de concreto que não pode ser ignorada. Comerciantes que estabeleciam os seus preços de forma gananciosa já são freiados pela presença do Posto de Vendas; intermediários que agiam livremente na compra dos produtos agrícolas têm o seu campo limitado; políticos que têm interesses contrários aos postulados pela Associação são "obrigados" a cortejá-la publicamente; mais recentemente órgãos do Governo Estadual e do Governo Federal têm procurado a APAEB para discutir questões de interesse comum e/ou para seminários sobre programas rurais; grupos de agricultores de outras regiões do Estado e de outros Estados têm visitado a APAEB com vistas à busca de subsídios para ações similares.

(110) Exceto aqueles sindicatos que não estão (ainda) sob o controle dos trabalhadores ru-

No momento discute-se a questão de a APAEB dedicar-se com mais afinco à questão econômica propriamente dita, assumindo o seu papel de "cooperativa de fato".

Hoje, muitos camponeses falam da APAEB com certo orgulho; vêm nela um instrumento efetivo de defesa econômica e também de luta política, como atesta o depoimento seguinte de uma liderança de Valente:

"ah, se não fosse a APAEB aqui eu não sei o que seria de muitos pobres daqui (...). A APAEB entrou na luta pela liberação da terra do Açude¹¹¹ e olhe lá se não vem fazendo mais esforço do que o próprio Sindicato".

Para muitos agricultores não é suficientemente claro o verdadeiro papel da APAEB; muitos a confundem com o próprio Sindicato, como diz um agricultor, 56 anos, ao se referir às diferenças entre as duas entidades:

"é tudo uma coisa só, tudo é do pobre da roça, não?".

Outros a têm como algo que possa substituir o Sindicato, como atestam os depoimentos seguintes:

"Eu fiquei assim desconfiado com a APAEB porque no tempo das frentes de trabalho o pessoal lá vendo que o nosso Sindicato não presta deveria ter encampado a luta e não topou, só deu um apoiozinho pequeno".

Ou:

"eu tenho muitas críticas à APAEB e a principal é que ela não assume todas as reivindicações dos trabalhadores".

(111) O açude foi construído na década de 1930 pelo governo federal. Em suas margens existem mais de 300 tarefas de terra (segundo os camponeses) que pertencem ao governo da União e que estão ocupadas, desde a época, por grandes proprietários. Há cerca de cinco anos os camponeses começaram a discutir sobre essa questão, até que descobriram o documento da área. Os camponeses pretendem retirar as terras do domínio dos fazendeiros e distribuí-las entre famílias sem terra.

Esse tipo de visão é mais comum nos dois municípios da região onde os Sindicatos não estão sob o controle dos trabalhadores rurais (Serriinha e Ichu), mas de outros segmentos que estão a serviço dos fazendeiros, de comerciantes etc.

Já outros expressam uma visão de unidade sobre as duas entidades, como se pode observar com o depoimento seguinte de uma liderança sindical, 47 anos:

"A APAEB e o Sindicato é assim como dois frutos de uma mesma árvore; os dois foram criados pelos agricultores. Aqui mesmo no município um vem ajudando o outro e quem lucra com isso são os associados e a classe toda".

Já outros a vêem ainda com muito ceticismo, seja por não compreenderem o papel da Associação, seja porque a atuação da entidade não lhes satisfaz; como diz um associado,

"disseram que essa APAEB era pra servir ao pequeno, mas até agora não tô vendo quase nada".

Mesmo convivendo com essas e outras visões contraditórias a Associação vem se constituindo, na prática, numa estratégia de defesa dos camponeses. Na medida em que conseguem evitar que alguns Cruzados escapulam de suas mãos para caírem nas mãos de capitalistas, os camponeses estão, efetivamente, interferindo no processo de acumulação. Alguns deles, inclusive, percebem isso com bastante clareza, como se pode observar no depoimento seguinte:

"aquela quantia que fica na mão da gente não só é uma grande ajuda, como também é uma forma de evitar que o tubarão fique cada vez mais forte" (camponês, 52 anos).

A tentativa de gestão democrática, procurando envolver ao máximo a participação dos camponeses nas tomadas de decisões, na elaboração de planos de trabalho, no estabelecimento de critérios de distribuição de benefícios etc., é também uma contribuição importante que ultrapassa os limites da associação, como argumenta uma liderança camponesa da região, 42 anos:

"hoje muitos agricultores não baixam a cabeça diante do prefeito, do vereador ou até mesmo do deputado. E por que isso ocorre? porque eles aprenderam na comunidade, no Sin-

dicato e na APAEB que são gente, que têm direitos, que podem falar de igual para igual numa hora dessas".

Participação política e as mudanças nas relações com o Poder Local

No atual momento, os camponeses já não mantêm os preceitos de "bem comportados" frente ao poder local que continua presente, porém precisam encontrar outros mecanismos de sustentação. Pode-se observar que as mudanças ocorrem em dois níveis: em primeiro lugar, a prática de relacionamento baseada na subserviência e na dependência dos camponeses está se modificando; os camponeses vão aos representantes do poder constituído para "reivindicar", "exigir", expressando claramente que buscam seus direitos e não mais simples favores ou dádivas; em segundo lugar, os camponeses estão ensaiando uma prática organizada, investindo contra as ações individuais; se reúnem, conversam, discutem e firmam posição frente ao poder local; com isso procuram superar o relacionamento pessoal e fazer valer uma posição de um segmento social.

Essas modificações que se vislumbram, a nível da região estudada, têm por base o movimento sindical e o processo de organização a partir da produção, embora não se possa desconsiderar as indispensáveis contribuições de grupos de apoio. Aqui nos interessa fazer algumas colocações sobre o poder local e as entidades dos camponeses: o Sindicato e a APAEB.

Des seis municípios estudados, quatro deles já têm os Sindicatos de Trabalhadores Rurais sob o controle dos camponeses. Nos outros dois, o poder local vem se valendo das mais variadas manobras legais e ilegais para mantê-los em suas mãos, entregues a pessoas da sua estrita confiança. Mesmo assim, nos dois lugares os camponeses já conseguiram registrar chapas de oposição - o que não é tarefa fácil diante de manobras que são feitas ¹¹² - e concorrer a eleições para diretoria. Em Serrinha, o poder

(112) A Lei determina que o Edital de Convocação das eleições seja afixado em locais de acesso público. Além da **tática** de divulgação do edital de maneira que não haja tempo hábil para a inscrição de outras chapas concorrentes, costuma-se afixar o edital depois de ultrapassado o período de inscrição ou então em locais onde o público não toma conhecimento do mesmo, afixando-o atrás das portas do Sindicato, da Prefeitura etc.

local, além dos procedimentos regularmente utilizados, mantém outros esquemas próprios para garantir a continuidade da situação, a exemplo de uma emissora de rádio que é utilizada frequentemente para campanhas difamatórias contra camponeses que fazem oposição a ele.

No município de Ichu os camponeses recorreram a uma facção do poder local para que lhes apoiasse na última eleição da diretoria do Sindicato (1985), o que não deu resultado porque, por um lado, a outra facção revelou mais força e, por outro, porque a própria corrente que os apoiou os via com bastante ceticismo. Segundo alguns membros da chapa de oposição, derrotada, a busca do apoio de chefes políticos foi uma estratégia e como eles (os políticos) descobriram isso e não se empenharam pela vitória, como afirma uma liderança local:

"a gente foi a eles mas eles sabiam que se a gente ganhasse não ia deixar eles mandarem no Sindicato, por isso não fizeram força nenhuma. Já o outro lado se jogou na campanha e gastou muito dinheiro".

Apesar disso, a chapa derrotada perdeu as eleições por apenas quarenta votos, o que revela a importância do apoio - mesmo que só aparente - de um setor do poder local. Já em Serrinha, onde os camponeses adotaram a estratégia de não composição e de não alianças, a chapa de oposição obteve apenas vinte por cento dos votos, muitos deles inclusive, às custas da quitação da mensalidade procedida pela chapa de oposição.

Nos quatro municípios em que os Sindicatos já estão sob o controle dos camponeses, o Poder Local tem, em cada período eleitoral do Sindicato, apoiado chapas de oposição com vistas à retomada da entidade

O salto qualitativo do movimento sindical, em relação ao poder local, parece ter como marco o período da seca que afetou a região, durante a qual foram realizados vários eventos em diferentes níveis (de

(113) Na última eleição de diretoria do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana chegou-se a formar uma chapa de oposição apoiada pelo prefeito e outros integrantes do poder local, a exemplo da vez anterior, desistindo, desta vez, de concorrer ao pleito devido à completa falta de chances de vitória. Em Araci, o poder local apoiou uma chapa que concorreu às eleições em outubro de 1986, não obtendo sequer um terço dos votos.

base, de município, de região, de Estado etc.), quando muitos camponeses começaram a perceber a "necessidade" da seca para a manutenção da sujeição e da acumulação de riquezas ¹¹⁴. Veja-se o depoimento seguinte de um líder sindical de Valente:

"... o povo tava passando fome e nós fomos ao prefeito com mais de cem homens pedir ajuda e recebemos um não; ele disse que a Prefeitura não tinha condições de fazer nada. Mas um mês depois ele comprou quatro tarefas de terra nas mãos do pai de um vereador pelo dobro do valor para aumentar o campo de aviação e gastou lá muitos milhões numa obra sem a mínima necessidade porque lá só pousa avião em cada eleição e para isso o campo existente já servia demais. Desse dia em diante o povo ficou vendo que eles querem mesmo é massacrar a gente".

Sabendo-se que estavam em jogo interesses opostos, os camponeses procuraram tomar algumas providências, conforme o nível de organização em cada município, por ocasião das "frentes de emergência". Passaram a reivindicar, inicialmente, a construção ou melhoramento de obras públicas (ao invés de obras particulares como antes), fiscalizar as obras e a aplicação do dinheiro ¹¹⁵ etc. Num segundo momento, em alguns municípios, o Sindicato assumiu completamente o controle das "frentes de emergência" que, se por um lado trouxe uma sobrecarga administrativa demasiada, retirou, por outro, das mãos do poder local as atividades dessas "frentes de emergência", trunfo importante para manter a exploração e a dominação.

A criação da APAEB foi outro passo importante dado pelos camponeses no sentido de reduzir a influência do poder local sobre suas vidas. Os integrantes do poder local são os próprios fazendeiros e comerciantes, na sua maioria, e por conta disso conseguem subjugar os camponeses desde o processo produtivo, passando pela comercialização de seus

(114) Sobre a questão das secas, ver: Cadernos do CEAS (35), 1975; AGUIAR, 1983; SOUZA e MEDEIROS FILHO, 1983; BRAGA, 1982; SOUZA, 1983; LUCAS, 1984; COELHO, 1985, dentre outros.

(115) Como afirma um camponês de Valente, "aqui eles faziam o que bem queriam. Todo mundo assinava as folhas em branco na prefeitura, depois ninguém mais sabe o que eles botavam. Tinha gente que era cortada a semana mas eles mandavam assinar também. Pra quem ficava aquele dinheiro?"

produtos, até a compra de bens de consumo. A APAEB vem permitindo uma forma alternativa de relacionamento com o mercado sem passar pelo crivo dos comerciantes, tanto no que diz respeito à comercialização dos produtos agrícolas dos camponeses como na compra de outros produtos consumidos por eles.

Essa contribuição se efetiva em dois sentidos: em primeiro lugar, pela geração de pequenos benefícios econômicos, a partir da diferença de preços, especialmente no ato da venda da produção agrícola; em segundo lugar, pela eliminação do relacionamento pessoal camponês-comerciante. É preciso destacar que em nome da "amizade" os comerciantes conseguem manter o domínio pessoal e a própria exploração econômica¹¹⁶ e os camponeses, seja por falta de alternativa ou por não se darem conta de que estão sendo lesados, continuam sob a égide desses comerciantes, como afirma um desses clientes:

"eu continuo fazendo minhas compras lá porque ele confia em mim; se eu tiver dinheiro eu compro o que quero, se não tiver, compro do mesmo jeito", (49 anos).

A APAEB vem se constituindo, também, mesmo que em níveis ainda incipientes, em importante mecanismos de pressão local, normalmente partindo de questões explicitamente econômicas com os seus reflexos nos aspectos políticos.

Pelo menos em dois municípios pode-se levantar alguns dados que demonstram que a APAEB vem servindo para evitar que os preços de certos produtos de maior consumo pelos camponeses sejam vendidos por preços exorbitantes. Trata-se de Ichu e Valente, onde comerciantes locais foram obrigados a baixar os preços de vários produtos com a entrada da APAEB em ação com Postos de Vendas. Em Valente, inclusive, um comerciante que é também vereador chegou a ameaçar investir no sentido de fechar o Posto de Venda da Associação, não levando adiante o seu intuito porque politicamente lhe seria desastroso.

Outro dado que merece registro diz respeito à compra do sisal.

(116) Sobre a contribuição econômica desses pequenos projetos ver: Projetos Econômicos Comunitários: estudo de uma experiência rural na região de Feira de Santana. Feira de Santana, MOC, 1986. (MIMEO)

Normalmente, no período de outubro a janeiro, quando se dá o pico da safra, os compradores de sisal entram em combinação e rebaixam o preço do produto, causando grandes prejuízos aos produtores em geral que têm, em consequência, rebaixada a remuneração pelo trabalho.

No momento ideal de fazer isso, em 1985-86, os compradores de sisal rebaixaram o preço de compra, e como a APAEB (através da "Batedeira") manteve o preço, eles foram obrigados a voltar atrás, aumentando assim a remuneração para o trabalhador.

Esta foi uma contribuição importante, prestada não apenas aos associados, mas à população em geral, especialmente aos setores que diretamente estão envolvidos com o sisal: os produtores e os trabalhadores.

Caso semelhante vem ocorrendo com a farinha de mandioca. No mês de maio (1986) a farinha estava sendo comercializada a Cz\$ 40,00 ou Cz\$ 45,00. A APAEB pressionou e conseguiu romper as barreiras burocráticas da CFP (Comissão de Financiamento da Produção), que não se dispunha a trabalhar com entidade civil do tipo da APAEB. Começou, então, a entregar a produção adquirida junto aos associados ao preço de Cz\$ 55,00. Além do benefício aos pequenos produtores, pela diferença de preço, a reação do mercado foi imediata, elevando-se o preço do produto para pequenos camponeses em geral.

Há na região, também um trabalho de organização e desenvolvimento comunitário que vem fomentando e estimulando pequenas iniciativas econômicas de natureza comunitária¹¹⁷ que, se não trazem uma melhoria econômica propriamente dita para os camponeses, vêm evitando que aqueles que participam delas se tornem mais pobres e possam, a partir disso, resistir sem perder o vínculo com a terra, como afirma um integrante desse trabalho, no município de Serrinha:

"a gente já fez as contas e viu que a ajuda é pequena, mas se não fosse isso muita gente já tinha saído da roça".

A contribuição para a redução dos níveis da dominação exercida pelo poder local é evidente. Essas atividades vêm permitindo, mesmo às custas de "subsídios escondidos", a formação de "caixas comunitárias" (pequenas poupanças coletivas) que socorrem os membros do grupo em situações de emergência, não mais recorrendo ao socorro de fazendeiros e/ou políticos como é comum na zona rural e como ocorria até pouco tempo

(117) Arados para uso comunitário, casas de farinha comunitárias, criatórios de pequenos animais, processamento e comercialização da produção etc. que são adquiridos pelos pro-

atrás entre esses próprios camponeses:

"quando algum cai na necessidade a gente reúne o grupo e dá o socorro, não vai mais pedir favor a ninguém" ¹¹⁸.

É importante destacar que mesmo sabendo-se que o Poder Local já não exerce a influência de anos atrás, sobre a vida dos camponeses, eles preferem manter uma estratégia de demonstrar que aparentemente nada está acontecendo. São frequentes os contatos pessoais com integrantes do poder local, assim como o convite para participarem de eventos dos trabalhadores como a comemoração do 1º de Maio, certas concentrações e manifestações declaradamente contrárias à exploração econômica e à dominação política, portanto opostas aos interesses dos integrantes do poder local.

A explicação para isso é que os camponeses não têm, ainda, organização e força política suficientes para estabelecer um confronto aberto. Os integrantes do poder local, por sua vez, ficam numa situação bastante constrangedora. Como a demonstração de rompimento pode lhes ser fatal, preferem comparecer a certos eventos mesmo para serem atacados de frente. Um líder sindical expressa a sua visão a respeito:

"a gente tem que fazer de conta de que se continua com eles porque muitas pessoas que não estão na luta vêem eles como os bonzinhos e se a gente se afastar deles totalmente pode ser pior";

Já outro camponês expressa um raciocínio diferente:

"a gente tem que fazer de conta que tá com eles, pegar a ajuda deles pra fazer o nosso trabalho que é contrário a eles".

O Poder Local que se consolidou historicamente é ainda muito forte na região e por isso consegue manter o seu domínio sobre os camponeses e sobre a população trabalhadora como um todo. Entretanto, o movimento camponês, numa perspectiva de classe, tende a identificá-lo cada vez mais enquanto classe dirigente local, portanto portadora de interesses antagônicos aos dos camponeses, e a neutralizá-lo gradativamente,

(118) Que não se perca de vista os mecanismos de "caderneta" onde, através das vendas a crédito, conseguem manter os clientes sob o seu domínio.

utilizando-se dos mecanismos que são criados a partir da própria ação organizada.

O poder local não pode ser compreendido em sua totalidade se não é levado em conta o seu embricamento com outras instâncias do poder; o poder local, em síntese, não é outra coisa senão a própria manifestação do Estado em determinado lugar ou região. É dessa forma, também, que os camponeses o vêem, como bem expressa um deles, 47 anos:

"os homens daqui só fazem aquilo que os que tão lá em cima permitem; a gente vai ao prefeito e ele diz que vai consultar não sei quem; a gente vai ao INAMPS e o chefe lá diz que vai telefonar pra Brasília e depois responde(...). É por isso que agora a gente decidiu bulir com todo mundo: vereador, prefeito, deputado, governador, tudo".

Sendo o poder local uma ramificação do próprio Estado, os camponeses apenas transfeririam os vínculos de dependência se não procurassem interferir noutras instâncias do poder; não conquistariam a sua cidadania se limitassem a sua atuação apenas ao âmbito de cada município. Como o poder local é apenas uma faceta de uma coisa mais ampla, é necessário que a interferência dos camponeses atinja outros níveis, além do nível local, para ser eficaz. É isso que está sendo ensaiado, conforme o depoimento de um integrante de um polo sindical na região de Feira de Santana:

"Nós precisamos bulir em tudo; agora mesmo nós fizemos um documento que foi assinado por 13 Sindicatos, a FETAG e várias associações, reivindicando do Governador eleito que quando ele for indicar os nomes para ocuparem os cargos no governo dele que ele ouça as lideranças sindicais para indicar os nomes para os cargos que têm a ver mais diretamente com os trabalhadores rurais; e se ele não nos atender nós vamos protestar".

É assim que os camponeses, ainda carentes de mais experiência no campo da organização, manifestam a sua presença junto ao poder local; é assim que eles estão rompendo com o estágio de alheamento e acomodação a que foram submetidos, por interessar aos setores dominantes, e procuram formas de participarem, de fazerem-se presentes, de se defen-

derem enquanto buscam encontrar o seu lugar enquanto sujeito da história.

Como as condições sociais de existência dos camponeses não são homogêneas, mas pelo contrário diversificadas, os níveis e as tentativas de os camponeses fazerem-se presentes no processo político-social, enquanto agentes, são também diferentes. Além disso, a realidade atual ainda impõe uma série de dificuldades que precisarão ser superadas nesse processo de participação política que os camponeses estão realizando.

AS MOBILIZAÇÕES CAMPONESAS E O APOIO EXTERNO

Na discussão sobre a participação política dos camponeses, as mobilizações, que embora reflitam um nível mais avançado de participação política mas que não são ainda formas de participação no poder, vêm ocupando lugar de destaque ultimamente no Brasil, assim como na área do nosso estudo. Algumas dessas mobilizações têm menor importância; outras são de grande significado local ou regional. Reportando à história, são inúmeros casos em que os camponeses se mobilizaram para enfrentar situações dadas, muitas vezes confrontando-se com o poder constituído. Mas uma pergunta que vem gerando muito debate entre os estudiosos e muita inquietação da nossa parte é a seguinte: em que circunstâncias os camponeses decidem se mobilizar para enfrentar situações que lhes são adversas?

Para alguns estudiosos os camponeses se rebelam no momento em que as condições econômicas passam a ameaçar a sua sobrevivência; no entanto, observa-se que na Alemanha do século XVI as rebeliões foram mais frequentes em áreas onde a pobreza e a miséria eram menos intensas. Portanto, como diz Moore Junior,

"torna-se evidente que uma simples explicação econômica não serve". (MOORE JR., 1967: 522).

Já outros autores afirmam que a religião exerce um papel preponderante, o que não se comprova com a Revolução Francesa ou com a Revolução Russa. A presença de um proletariado rural seria um fator decisivo? Este não foi o caso dos levantes camponeses na Índia nos séculos XIX e XX, no México e na China. A experiência histórica de vida corporativa seria um fator importante no processo de sublevação dos camponeses, entretanto, não se atribui à experiência de "vida em aldeia" na Rússia, tal papel, assim como, na França e em muitos outros países onde se registraram mobilizações camponesas independentemente da experiência corporativa. Há quem admita, ainda, que a alteração na base técnica da

agricultura é um fator importante que pode levar os camponeses a se rebelarem, no entanto, se este é um fator que na atualidade tem peso, já que o capitalismo obriga os homens a lutarem contra ele, em épocas passadas não teve relevância; como disse Moore Junior,

"A revolução 'capitalista' dos junkers dos séculos XVI e XVII foi quase inteiramente social e política. Não há indicações, na literatura, de qualquer modificação técnica importante na agricultura...". (MOORE JR. Op.cit. 532)

Quando é, afinal, que os camponeses se rebelam frente a situações dadas, já que as causas apontadas são igualmente contestadas? É provável que os fatores elencados, assim como outros não abordados aqui, todos tenham o seu papel e sua importância, em maior ou menor dimensão, a depender do lugar, do momento e das condições históricas estabelecidas. A religião, que não teve importância na França ou na Rússia, teve o seu papel na Índia e no México; a deterioração econômica dos camponeses nordestinos, provavelmente foi um fator de destaque nas mobilizações iniciadas no final da década de 1940 e que intensificaram posteriormente até inícios da década de 1960. Em muitas situações, as iniciativas das classes dominantes em aumentar a quantidade de dinheiro que extraíam dos camponeses provocaram revoltas, como foram os casos da Inglaterra e Alemanha com o aumento dos impostos.

Para Wolf ,

"os camponeses (...) sublevam-se para corrigir injustiças...". (WOLF, 1984: 360)

Essas injustiças podem se expressar na falta de terra, num determinado lugar; na cobrança de impostos, noutro; em imposições das classes dominantes, noutros ainda, e assim por diante. As diferenças e peculiaridades dos camponeses são tais que é impossível estabelecer uma única causa para situações diferentes. Como diz Hobsbawm ,

"O homem do litoral e o homem da montanha podem ser demasiadamente diferentes um do outro para se encontrarem no mesmo terreno". (HOBSBAWN, 1978:28).

Deve-se considerar, também, que os conceitos de justiça e de injustiça para os camponeses não são os mesmos das classes dominantes. Como diz Moore Junior,

"...conceitos populares de justiça e injustiça, que colidem com os dos governantes". (MOORE JR., 1967: 549)

É preciso levar em conta, também, que além das especificidades e diferenciações, os camponeses devem ser vistos dentro de um contexto mais amplo; devem ser observadas as condições como efetivamente se inserem no processo econômico, social e político:

"Antes de observarmos os camponeses, temos que observar toda a sociedade" (MOORE JR. 1967: 525)

Partindo-se da análise sobre os camponeses no Brasil, Queiroz (1973) defende o ponto de vista de que há um limite de subsistência, um limite do direito de continuarem vivos e somente em casos de ameaças concretas é que os camponeses estabelecem laços de solidariedade horizontal e se mobilizam para se defenderem; para Martins (1982), é somente a partir de uma força exterior ao seu mundo que os camponeses podem "se unir como classe" (p.15) e esta força exterior é o capital que vem subordiná-los e expropriá-los de seus meios de produção.

Concretamente isso quer dizer o seguinte: o capital, como força exterior, ao penetrar no campo altera as condições materiais de vida e, conseqüentemente, alteram-se também as formas como os homens se organizam, pensam e agem. Por este raciocínio, conclui-se que são as modificações introduzidas no campo material que podem levar os camponeses a se mobilizarem, a se organizarem e enfrentarem as situações que lhes são contrárias.

Além da análise que vimos fazendo, especialmente a parte que se refere à participação dos camponeses nos Sindicatos e na APAEB, acompanhamos alguns casos em que os camponeses estavam efetivamente ameaçados em sua sobrevivência; em que, de fato, uma força exterior agia expropriando-os e expulsando-os de suas terras. Apesar disso, os rumos que os camponeses tomaram para se defenderem dependeram mais de outros fatores do que propriamente da ameaça à subsistência e da ação da força exterior - o capital. Entre esses casos que pudemos acompanhar, discutiremos rapidamente dois deles.

A construção da barragem "Pedra do Cavalo"

Em 1978 foi iniciada a construção de uma grande barragem na região, a quarta maior do país, abrangendo terras de nove municípios, in-

clusive Feira de Santana. A área que daria lugar à formação do lago estava ocupada por pequenos camponeses (pequenos proprietários, posseiros, arrendatários), trabalhadores assalariados e pescadores pobres.

Dos nove municípios envolvidos, somente em quatro existiam Sindicatos de Trabalhadores Rurais e destes, apenas dois mantinham uma ação mais independente do poder local, sendo que o principal era o Sindicato de Feira de Santana. Essa fragilidade do movimento sindical se constituía num "prato feito" para os órgãos oficiais envolvidos com a construção da barragem e com a expulsão dos camponeses.

Toda a imprensa continuava calada e omissa frente ao que estava acontecendo; as matérias divulgadas tinham sempre a finalidade de enaltecer a obra que "iria resolver o problema da falta d'água das populações urbanas da região metropolitana de Salvador e da região; que iria permitir a geração de energia elétrica; que iria favorecer a irrigação de muitos hectares de terra; que passaria a favorecer o criatório de peixes e patos" etc.¹¹⁹. Em 1982, por iniciativa de algumas entidades que atuam em educação popular na região (não especificamente na área da barragem), se formou uma Comissão de Apoio constituída pela Comissão Pastoral da Terra (CPT-NE-III), Diocese de Feira de Santana, FETAG e o MOC, cabendo a este último a função de coordenação. Essa Comissão tinha a finalidade de atuar em dois níveis: junto aos camponeses, através do movimento sindical local, procurando despertá-los para o que estava ocorrendo, e junto à opinião pública, visando sensibilizá-la para o fato.

Às primeiras tentativas de organização dos camponeses, para que pudessem enfrentar a situação, surgem as dificuldades que a equipe tinha que enfrentar¹²⁰: a visão de incapacidade impregnada pela DESENVALE e demais órgãos oficiais atuantes na área; a ausência de uma experiência

(119) Estudos realizados por grupos independentes argumentavam que tanto técnica quanto economicamente era mais viável encontrar outras alternativas para a questão do abastecimento de água. A própria FMBASA (Empresa Baiana de Abastecimento de Água e Saneamento), do governo do Estado, havia estudado outras alternativas, a exemplo do aproveitamento do lençol freático, a custos bem mais reduzidos. Um dos técnicos da empresa chegou a ser demitido por se opor publicamente à construção da barragem.

(120) A equipe foi constituída por um engenheiro agrônomo, dois advogados, um sociólogo e

sindical independente e combativa; as notícias que corriam na área de que em projetos similares, a exemplo de Sobradinho (Bahia), os camponeses nada puderam fazer; a atuação dos políticos locais que, mesmo alguns deles demonstrando sensibilidade para com o problema, eram pressionados a se calarem e assim por diante.

A primeira estratégia de atuação adotada foi de procurar rever os critérios de indenização que a DESENVALE já tinha firmado com muitos camponeses. Muitos desses camponeses, inclusive, já tinham deixado a área. Como os acordos eram tecnicamente mal feitos, não foi difícil anular grande parte deles na Justiça, depois de uma fase de conversações com os camponeses que ainda não tinham saído, procurando-se ajudá-los a compreender que foram ludibriados. Feito isso, o passo seguinte seria a celebração de novo acordo; desta feita os camponeses que não tinham ainda saído das terras e decidiam protestar judicialmente, contavam com a devida assessoria da equipe de trabalho constituída; houve muitos pedidos de anulação de acordos já firmados e, além de valores mais altos que foram incluídos, novos itens também foram incorporados, a exemplo de benfeitorias, plantações etc. dos posseiros. Esses itens só eram considerados, antes, para os casos dos proprietários jurídicos das terras.

Com os primeiros resultados da anulação dos acordos e celebração de novos contratos, quando alguns camponeses chegaram a receber valores seis vezes superiores ao valor anteriormente estabelecido, começam a surgir os primeiros sinais favoráveis ao processo de mobilização, já pelos idos de 1984. Nesse momento, a equipe de trabalho se utilizava de dois mecanismos que foram muito importantes: o primeiro foi a vinda de pessoas de Petrolândia-Pe, onde estava sendo construída uma outra barragem (Itaparica) e os camponeses já desenvolviam uma experiência de luta há mais tempo; essas pessoas - técnicos e camponeses - relatavam sua experiência, seus fracassos e vitórias, o que se constituiu num fator de animação muito grande; o segundo mecanismo foi uma visita de uma equipe de camponeses até Petrolândia para conhecer de perto a luta de lá.

A essas alturas já existe uma bandeira de luta principal, além da indenização justa pelas benfeitorias: "terra por terra", ou seja, reivindicava-se outra terra em iguais condições à que seria perdida, para que os camponeses continuassem a trabalhar e viver.

vindicações¹²¹, mas aos poucos, com o processo de organização dos camponeses e o apoio de setores da opinião pública, esse órgão passou a negociar com o movimento sindical, chegando-se a constituir uma comissão paritária com representantes dos camponeses e da DESENVALE para encontrar uma alternativa para o atendimento às reivindicações.

As comportas da barragem estavam previstas para serem fechadas em outubro de 1983, quando seria iniciada a formação do lago, o que não foi possível ocorrer devido ao atraso na construção, por questões de liberação de verbas etc. mas também devido à pressão dos camponeses que realizaram várias concentrações em Salvador e em vários outros locais da área da barragem.¹²²

Como a proposta de "terra por terra" - e mais tarde "terra para todos" - não tinha ainda se concretizado, em 1985 os camponeses continuaram a fazer suas roças de subsistência, embora não tivessem plantado as culturas de ciclo mais duradouro, a exemplo da mandioca¹²³. No mês de julho, o governador da Bahia anunciou, através da imprensa, que as comportas seriam fechadas no mês seguinte e nova mobilização foi feita visando o adiamento mais uma vez a fim de que as colheitas fossem realizadas, o que foi conseguido.

Finalmente a DESENVALE concorda em transferir os camponeses que ainda estavam na área para outra terra comprada por ela sob indicação do movimento sindical¹²⁴. Ainda em 1985 foram reassentadas 650 famílias, aquelas que moravam na área que seria tomada pelas águas. Cada família recebeu um lote que varia entre 3,0 e 7,0 hectares, com casa¹²⁵ e cerca, embora a reivindicação do movimento sindical fosse de um módulo rural da região (cerca de 30 ha.).

(121) O projeto original previa a construção de iates-clubes, hotéis de luxo, áreas de lazer etc. mas nenhuma definição sobre a situação dos moradores da área.

(122) Sobre a luta dos camponeses ver: "A LUTA PELA VIDA: a peleja dos trabalhadores atingidos pela Barragem Pedra do Cavalo". Feira de Santana, MOC, 1987.

(123) Os camponeses continuaram suas atividades agrícolas com as culturas de curto ciclo: o feijão, o milho, o fumo etc.

(124) Os camponeses reivindicavam outra terra à beira do lago, o que não foi conseguido, no entanto, a maioria dos lotes do reassentamento ficam em localidades próximas ao lago.

(125) As novas casas de moradia são todas de qualidade superior às que os camponeses possuíam antes.

O problema não está ainda de todo resolvido. Há ainda muita estrada a ser percorrida, agora sob a coordenação do Pólo Sindical de Feira de Santana ¹²⁶ com o apoio de outras entidades. Entre as pendências estão: a situação das famílias que estão na segunda cota, ou seja, numa área que não será coberta pelas áreas do lago mas que deverá ficar desocupada; a indefinição dos pescadores que foram impedidos de continuar pescando e ficaram com seus instrumentos de pesca imprestáveis; a conquista de irrigação para os lotes onde os camponeses recomeçam suas vidas etc. No entanto, as indenizações a preços menos injustos e o reassentamento das famílias citadas são fatos consumados.

Desde que a DESENVALE iniciou o processo de "limpeza" da área, com a expulsão dos camponeses, que estes reagiam passivamente, sem qualquer forma organizada de contestação. Os mecanismos coercitivos e muitas vezes abusivos ¹²⁷ contribuíram largamente para que os camponeses assumissem uma postura de completa incapacidade. Não fosse a presença de agentes externos que tiveram papel determinante no seguimento e direcionamento do movimento, no estabelecimento de propostas de defesa dos camponeses, é provável que teriam sido todos expulsos sumariamente como efetivamente vinha ocorrendo. E aqui se constata que Martins (1983: 15) tem razão ao afirmar que é preciso uma força exterior para levar o camponês a agir de forma organizada e politicamente. Entretanto, não é qualquer força exterior que leva necessariamente a isso; o capital é também uma força exterior. É preciso uma força exterior que esteja comprometida com os interesses dos camponeses.

Não basta, portanto, o capital ameaçar de expropriação os camponeses e passar a agir como tal para que eles reajam de forma organizada; não basta alterar a base material. No exemplo que estamos discutindo, o capital chegou, expropriou o camponês de seus meios de produção, acompa-

(126)A equipe inicial foi desativada porque suas atividades foram dadas por concluídas. Formou-se outra equipe, sob a coordenação do Pólo Sindical de Feira de Santana, para atuar na área da barragem mas também noutros municípios que integram o Polo.

(127)Houve casos em que a polícia foi acionada para agir enquanto força de intimidação e de repressão aos camponeses.

nhado dos mecanismos ideológicos que normalmente se estabelecem, e os camponeses não foram capazes de enfrentar organizadamente a força externa devastadora. Essa força externa que efetivamente ajudou os camponeses a se organizarem e a se mobilizarem foram as entidades e a equipe de técnicos que se colocaram a serviço deles e lhes ajudaram a conquistar o direito de falar, de reivindicar, de ser cidadão, de sobreviver. Esses técnicos, assessores, efetivamente criaram um espaço para que a cidadania dos camponeses fosse de fato conquistada, no caso específico que estamos tratando.

Os próprios camponeses, mesmo participando do processo de mobilização, em sua grande maioria não acreditava na possibilidade de vitória, como afirma um deles, 55 anos:

"no início ninguém acreditava que aquelas reuniões serviam de nada. Eu mesmo ia pras reuniões da DESENVALE, ia pras reuniões do Sindicato, e só ficava escutando os outros falarem. Depois eu entendi, e outros também, que a luta era da gente, que a gente devia mesmo lutar pelo que é nosso, e daí, hoje, cada um com o seu pedaço de chão. Mas quem lutou ganhou, e quem não lutou, ou lutou contra nós, também ganhou, e eu acho isso meio errado".

Hoje, tanto os camponeses da área como as lideranças sindicais e os próprios representantes de órgãos oficiais são unânimes no reconhecimento de que tanto as mobilizações como as conquistas só foram possíveis devido ao apoio que os camponeses receberam de setores da sociedade que atuaram enquanto aliados.

A luta da comunidade de Morro Redondo pela terra

Muitas famílias viviam e trabalhavam nas terras de um grande latifundiário que possui terras em Ichu e outros municípios vizinhos; essas famílias atuavam como posseiras em certos momentos e como as-

salariadas, noutros ¹²⁸. A relação de posse era mantida como forma de esconder e de mascarar o vínculo empregatício que efetivamente se caracterizava, desincumbindo desta forma o proprietário dos encargos trabalhistas a que estava sujeito; além disso, a manutenção do sistema de posse garantia a presença da mão-de-obra necessária aos serviços das fazendas nas épocas de maior necessidade. Não havendo trabalho na fazenda, a única obrigação do proprietário era ceder um pedaço de terra para que cada família fizesse sua roça de subsistência, o que contribuía para a formação de uma imagem de "pessoa bondosa", de "amigo dos pobres" etc. Quando chegava a época de pique de trabalho, a mão-de-obra estava ali, sempre pronta e disponível, a custos baixíssimos.

Essa situação se manteve por algumas décadas, anterior mesmo à presença do atual proprietário ¹²⁹, numa convivência contraditória porém pacífica e aparentemente harmoniosa entre proprietário e trabalhadores. Com a proliferação das famílias e o surgimento de novas unidades familiares na fazenda, a situação passou a ficar preocupante para o atual proprietário que, a partir de 1980, começou uma investida no sentido de "limpar" a área, expulsando os camponeses-assalariados, "enganando cada um com qualquer besteira", no dizer de um ex-morador da área.

O processo de expulsão, como frequentemente ocorre em circunstâncias como esta, não era muito diferente da "limpeza dos campos" que Marx descreve em a chamada acumulação primitiva:

"a limpeza prossegue para demolir as choupanas, de modo que os trabalhadores agrícolas não entram mais na terra que lavram o espaço necessário para sua própria habitação"
(MARX. 1971: 845).

(128) Todas as famílias mantinham um sistema híbrido de trabalho, combinando o trabalho camponês com o trabalho assalariado. Algumas dessas famílias, no entanto, dedicavam-se ao trabalho de ganho com mais intensidade por disporem de menor gleba de terra e trabalhavam como diaristas; já outras, ocupando áreas maiores, dedicavam-se menos ao assalariamento.

(129) O atual proprietário adquiriu as terras através de herança da esposa, filha do ex-proprietário.

Não se registrou qualquer reação dos camponeses aos atos do fazendeiro, exceto pequenas reações individuais. Os trabalhadores que deixavam as terras onde moravam e trabalhavam, e delas tiravam o sustento das respectivas famílias, saíam descontentes, mas ninguém se atrevia a reclamar formalmente de seus direitos que estavam sendo lesados, pela própria situação de insegurança, já que os camponeses, submetidos à exploração e à expropriação pelo capital, podiam ainda precisar recorrer ao explorador imediato. Segundo um desses camponeses (59 anos),

"quando um mais ousado ameaçava recorrer à Justiça apareciam mil e uma pessoas, muitos trabalhadores em igual situação, para dar conselhos de que só iam chimbar".

Em 1982 novas expulsões estavam para se efetivar, atingindo um grupo de quinze famílias. Algumas dessas famílias participavam do movimento sindical e de trabalhos comunitários há alguns anos e por conta disso conheciam um pouco mais os seus direitos, tinham vontade de recorrer à Justiça, mas o medo de não dar certo era grande. Afinal, como dizia um membro do grupo,

"um bando de piabinhas não amedronta tubarão".

E ela tinha razão; enfrentar um representante do poder econômico e do poder político não é tarefa fácil, considerando a maleabilidade da Justiça frente a ele, num município do sertão baiano. Durante quase dois anos as famílias expulsas ainda discutiam se partiriam ou não para reclamar dos seus direitos na Justiça. Quando o prazo legal, que é de dois anos, estava para se expirar, um grupo de sete famílias recorreu a uma entidade que apoia o movimento camponês na região em busca de apoio para que pudesse recorrer à Justiça e reclamar de seus direitos. Como afirma um membro do grupo,

"tava todo mundo indeciso ainda. Foi depois daquela reunião em Feira, com umas 15 pessoas, que o grupo topou levar a luta adiante".

Em 1985 o processo judicial chegou ao fim; os camponeses conquistaram o direito de permanecer na terra, sendo o proprietário obrigado a liberar uma área de aproximadamente 50 ha. com a imediata transferência da propriedade jurídica para os mesmos.

Outra vez se observa que os camponeses, por si só, não reagem ao processo de exploração e de expropriação a que são submetidos. A ameaça econômica nas atuais circunstâncias, não é suficiente para que eles possam reagir enquanto força organizada, carecendo de apoio e da ajuda externa. É evidente que, como já se registrou anteriormente, não se pretende estabelecer uma norma, uma lei, para esses casos. Apenas chamar atenção de que para os dois casos aqui abordados, e dentro do atual contexto histórico, os camponeses se mostraram incapazes, por si só, de agirem de forma organizada para se defenderem do invasor: o capital. Muitos desses trabalhadores, expropriados e expulsos, nada fizeram para se defender e contornar a situação; a sua atitude foi de passividade e aparente concordância. Foi preciso, para ambos os casos, uma força externa para que os camponeses pudessem agir enquanto classe (ou enquanto segmento de classe), como força política portanto.

É importante observar que nesses dois casos o apoio externo foi necessário e indispensável para o processo de mobilização e de organização, e as próprias lideranças reconhecem isso:

"ah, se não fosse o apoio que a gente recebeu do(...), não se tinha feito nada", afirma um camponês de Ichu, 58 anos; ou então:

"se não tivesse surgido aquela idéia de um trabalho das entidades que apoiaram a luta, com certeza os agricultores não tinham conseguido outra terra, como os primeiros não receberam", afirma uma liderança atuante na área da barragem de Pedra do Cavalo, 39 anos.

A força política, entretanto, não está apenas na quantidade de agricultores que venham integrar cada movimento, mas especialmente na sua capacidade de luta. Na área da barragem, 650 famílias foram reassentadas nas áreas conquistadas, em 1985. Segundo cálculos aproximados de lideranças sindicais, dessas famílias, apenas um terço teve uma participação mais efetiva nas reuniões, encontros, mobilizações etc. Outra parcela de um terço ficou mais alheia ao movimento, mas teve algum nível de participação; os demais, correspondentes a outro terço, ou trabalharam

contra o movimento ou nada fizeram por ele. Ainda hoje, depois de reassentados, esses camponeses não reconhecem que a terra conquistada foi fruto do movimento sindical. As poucas lideranças que surgiram foram de vital importância para os destinos do movimento; essas lideranças, entretanto, não são muitas; na opinião de um dirigente sindical da área,

"não deve chegar a trinta (...) e aqueles que toparam a parada mesmo, que assumiram a dianteira junto com a gente, são uns dez a doze".

A situação foi semelhante entre os camponeses de Ichu no que tange às lideranças; apenas um integrante do grupo assumiu um papel de maior destaque e o grupo credita a ele parcela importante da vitória obtida.

Essa discussão, a partir dos casos concretos que foram tomados como exemplos, enfoca especialmente a questão da participação política dos camponeses enquanto força organizada. A importância, a complexidade e o caráter polêmico do assunto podem levar para uma discussão bem mais profunda e ampla, no entanto, não era este o nosso intento. Pretendíamos, isto sim, abordar a questão a partir dos fatos ocorridos na região estudada e demonstrar a indispensabilidade do apoio externo no atual momento histórico. Como vimos, outros aspectos como a ameaça à subsistência, presença do invasor - o capital - etc., apenas, não foram suficientes para que os camponeses se mobilizassem e agissem de forma a poderem enfrentar as situações contrárias a eles que foram criadas. Isso foi possível na medida em que puderam contar com aliados externos.

CONCLUSÕES

Vimos que a pequena produção de base camponesa, na Bahia, se formou historicamente à margem do sistema de propriedade estabelecido e como anexo ao latifúndio. Por conta disso, para se consolidar e poder continuar existindo precisou, por um lado, satisfazer aos interesses da grande propriedade, especialmente no tocante ao fornecimento de mão-de-obra e de produtos para abastecer o mercado interno e, por outro lado, precisou encontrar mecanismos próprios de resistência e de recriação. Esta é, embora com um novo colorário, a situação ainda vigente. Por uma parte, a pequena produção de base camponesa está a serviço do sistema de acumulação capitalista na medida em que, às custas da intensidade do trabalho e da ampliação da jornada diária da família camponesa, produz alimentos a preços menores para a massa de trabalhadores, favorecendo o achatamento de seus salários; mantém uma reserva de mão-de-obra no campo, pronta para ser utilizada nos momentos certos e a baixo custo pelos capitalistas; constitui, ainda hoje, uma parcela significativa do mercado consumidor de produtos industrializados; paga renda pelo uso da terra, de sementes, de dinheiro que adquire emprestado etc. Ao mesmo tempo - e contraditoriamente - os camponeses estão submetidos a um processo de expropriação pelo capital, sendo obrigados, por conta disso, a buscarem formas estratégicas de resistência e de recriação.

Com o seu processo de trabalho não capitalista, já que não há separação entre trabalhador e os meios de produção e os próprios meios e os fins do processo produtivo são diferentes - não têm objetivos propriamente capitalistas, por não existir a figura da acumulação - os camponeses, por conta das relações de exploração e de sujeição a que estão submetidos se inserem muitas vezes num sistema de reprodução simples. Neste caso, está em curso o processo de inviabilização do trabalho camponês, a própria expropriação, considerando que alguns fatores como a ampliação do núcleo familiar, a multiplicação das unidades familiares por ocasião do casamento dos filhos etc. requerem a formação de algum

excedente que possa ser utilizado para responder às novas necessidades que vão surgindo. Assim, os camponeses precisam dispor de algum excedente para a realização de algumas benfeitorias na propriedade, melhoria na habitação, compra de um pedaço de terra, ou mesmo para o suprimento de necessidades que surgem a nível da unidade familiar. A compra de terra, via de regra, cumpre duas finalidades: para os camponeses sem terra, a função principal é de permitir que disponham de um lugar para "meter a cabeça", podendo assim morar em cima do que é seu e gozar de um mínimo de estabilidade; para os que já possuem terra própria, a compra tanto pode significar a criação de condições para absorver a mão-de-obra disponível no âmbito da família, como a simples ampliação da gleba existente, o que viria permitir a elevação das condições existenciais estabelecidas.

Na região estudada a concentração da propriedade territorial não foge à regra. Mantida sob controle de poucos, resta aos camponeses a menor fatia, normalmente aquela terra de qualidade inferior. Os pequenos estabelecimentos que têm o tamanho médio de 7,5 hectares, ou seja, aqueles com área inferior a 50 ha., correspondem a 93,5% do total de estabelecimentos agrícolas e ocupam apenas 38,1% da área total dos seis municípios. Entre os camponeses entrevistados, 65,0% dispõem de menos de 10,0 ha. de terra para o trabalho da família, o que não permite o processo de recriação a partir somente de trabalho autônomo. Por conta disso, o assalariamento se constitui numa exigência da própria realidade: 64,3% dos entrevistados recorrem ao trabalho de ganho, fora da roça, sendo que 31,9% o fazem frequentemente. No trabalho assalariado, também, envolve-se praticamente toda a família (pais e filhos) e para os camponeses mais pobres, inclusive os filhos menores: 29,3% dos filhos dos camponeses que trabalham de ganho têm menos de quinze anos de idade. As restrições se dão para os membros do sexo feminino, especialmente quando o local de trabalho fica distante da moradia.

É nessa realidade que os camponeses estão inseridos; como ela, eles também são heterogêneos, com suas diferenciações internas na maneira de ser, de pensar e de agir, impregnando as contradições que a própria realidade comporta. Essas diferenciações resultam sobretudo das condições materiais de vida onde a terra exerce um papel preponderante.

Assim, aqueles que possuem terra em quantidade suficiente, combinando a agricultura e a pecuária, podem alimentar-se melhor, educar os filhos, vestir-se bem, participar da vida da comunidade, ter acesso a informações etc., o que não ocorre com os mais pobres.

Reunindo certas características semelhantes, identificamos cinco grupos entre os camponeses estudados, mas poder-se-ia, partindo de outros critérios, encontrar muitos outros grupos porque as semelhanças e diferenças são praticamente inesgotáveis. Por exemplo: o grupo 1, por nós identificado, poderia ser subdividido se adotássemos o critério da presença de algum criatório ficando de um lado os que dispõem de algumas galinhas, porcos ou ovelhas e de outros aqueles que nada possuem. O mesmo procedimento poderia ser adotado para os demais grupos, partindo-se de outros critérios que também diferenciam os camponeses.

Mas é a partir da disponibilidade da terra que as desigualdades se tornam mais visíveis, como já foi dito. Com relação a isso, de uma maneira geral, são três as situações encontradas: a) aqueles que possuem terra em quantidade suficiente têm as atividades ligadas à agropecuária como a base da sua recreação. Somente nos casos de frustação de safra é que esses camponeses podem vir a recorrer a outras medidas, especialmente quando a "reserva" de animais não é suficiente para suprir as necessidades da família ou a época não é propícia para a venda; b) já os camponeses que possuem terra em quantidade insuficiente e têm também a base da recreação firmada na agropecuária, recorrem a outras atividades nos períodos de entresafra ou regularmente nas épocas de crise; c) para aqueles mais pobres que não possuem terra, já imersos num processo de expropriação pelo capital ou mais vulneráveis a isso, a recreação se dá normalmente a partir da combinação de algumas atividades, especialmente aquelas relacionadas com o trabalho da roça feita em terras dos outros e o assalariamento. Para muitos casos, o assalariamento exerce um papel principal, mas a família empenha-se de corpo e alma para manter aquelas atividades próprias do processo de trabalho camponês até quando for possível.

Esse malabarismo praticado pelos camponeses, para conseguirem os meios necessários à sua recreação, resulta num processo combinado de autonomia e subordinação. Enquanto produtores, em épocas normais, máxime

aqueles que possuem seu pedaço de terra e são "donos do seu próprio destino", possuem certa autonomia frente ao que produzir, quando e quanto produzir etc., obedecendo apenas às condições da natureza e a certos fatores de ordem cultural. A subordinação, neste caso, torna-se realidade por intermédio das relações com o mercado e com o Estado: a busca de dinheiro no mercado financeiro, a compra e venda de produtos, o pagamento de impostos, as relações com o poder local etc. Para aqueles que se obrigam a recorrer ao assalariamento, de forma mais esporádica ou mais intensiva, as formas de concreção da subordinação abrangem dois níveis: aquele que envolve os mecanismos da produção camponesa (incluindo-se, neste caso, o pagamento de renda da terra, da renda pelo uso do dinheiro emprestado, da semente de meia etc.) e aquele relativo ao próprio assalariamento. Neste caso, a subordinação é mais direta e explícita porque os mecanismos de exploração são mais evidentes.

Enquanto trabalhadores autônomos, os camponeses se dedicam basicamente à agricultura e à pecuária. Na agricultura, as culturas principais que são praticadas na região são o feijão, o milho e a mandioca; na micro-região de Feira de Santana, registra-se a presença do amendoim, do fumo e de algumas hortaliças que têm função complementar e que são substituídas pelo sisal na micro-região de Serrinha devido às condições climáticas. Na pecuária, prevalecem os pequenos criatórios de "galinha caipira", de suínos e ovinos, encontrando-se também, em menor dimensão, a presença da caprinocultura. Para os casos em que a quantidade de terra permite, é comum a presença de pequenos criatórios de gado bovino.

Para o conjunto dos camponeses estudados, o setor de atividade mais importante para a economia familiar é a pecuária, vindo em seguida o assalariamento e a agricultura. A importância relativa de cada setor, como vimos, é determinada pela terra disponível, podendo haver variações episódicas a partir das condições climáticas e do comportamento do mercado de produtos agropecuários. Assim, quando a terra é suficiente, reduz-se significativamente o peso do assalariamento e aumenta ainda mais o da pecuária; ao contrário disso, quando a família não dispõe de terra ou a dispõe em quantidade insuficiente, aumenta a importância do trabalho assalariado.

Para a terra ser suficiente, no entanto, não basta a sua quanti-

dade; deve-se considerar também a sua qualidade. A disponibilidade de terra, em condições precárias de fertilidade, pouco significa para a família camponesa que precisa dela para produzir e não dispõe de meios econômicos e tecnológicos para modificar as condições que foram estabelecidas naturalmente ou devido à própria ação do homem, criando-se os meios necessários para transformar a terra, tornando-a plenamente produtiva.

A terra é, também, o fator principal que determina o padrão de vida da família, aliada à disponibilidade de mão-de-obra, obedecendo a certas imposições do processo de subordinação às condições naturais como foi discutido. Desta forma, o nível de bem-estar familiar aumenta na medida em que a disponibilidade de terra e de mão-de-obra para o trabalho é também maior.

A autonomia e a subordinação dos camponeses embricadas uma à outra e alimentando-se mutuamente, constituem o binômio determinante dos processos de trabalho e de produção dos camponeses. Uma existe em função da outra, constituindo-se em características fundamentais da vida camponesa e envolvendo todos os grupos e estratos, embora em níveis e graus diferentes. Enquanto o capital atua, intensificando o processo de exploração e de subordinação, os camponeses procuram formas de reagir, o que também se dá de maneiras variadas: seja buscando estratégias isoladas e até individuais de sobrevivência, seja procurando construir mecanismos de participação e de organização que lhes permitam agir enquanto força de pressão, marcando sua presença no processo social e político de forma mais ativa. Esse processo participativo, em estágio ainda embrionário, abrange vários níveis de articulação: o da comunidade, do município, da região, do Estado da Bahia e mesmo o nacional. São vários os eventos de âmbito estadual e nacional, especialmente aqueles promovidos pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e mais recentemente pela CGT e CUT (Central Geral dos Trabalhadores e Central Única dos Trabalhadores, respectivamente), em que os camponeses da região marcam sua presença, através de suas lideranças. Com isso vão construindo um processo de articulação com os camponeses de outras regiões, indispensável para sua atuação numa perspectiva de classe.

Enquanto participam, se organizam, reivindicam, protestam, os camponeses se inserem num processo de aprendizagem que lhes permite compreender as formas de estruturação da sociedade como um todo, bem como as relações de poder nela instituídas. A visão fatalista da predestinação é suprimida e substituída por uma compreensão da história no momento em que os camponeses passam a agir como agentes e como sujeitos das transformações sociais. Com isso, interferem também nas bases do poder local, "forçando" a superação de certos mecanismos de dominação que se consolidaram historicamente. A partir disso, fazendeiros, comerciantes etc. se obrigam também a encontrar novas formas de sustentação do poder local. Isso implica, também, no estabelecimento de novos mecanismos de relacionamento com o Estado, de uma forma mais ampla, de que o poder local é parte. A dependência dos camponeses, frente ao poder local, já não é a mesma de outrora; mecanismos próprios estão sendo criados, especialmente a partir das ações associativas e comunitárias, que lhes permitem encontrar soluções entre si para certas questões, não mais precisando recorrer ao cabo eleitoral, ao vereador, ao prefeito, comerciante etc. com a mesma frequência para suprir determinadas necessidades. Ao encontrarem soluções para pequenas questões de ordem econômica, entre si, por meio da ajuda mútua, os camponeses reduzem a dependência econômica frente ao poder local, ficando mais livres para agirem politicamente, diminuindo, por exemplo, o compromisso de "pagamento" de certos favores com subserviência e com o voto.

Já não é possível analisar os movimentos sociais na região ignorando a presença dos camponeses. Pelo contrário, na atual conjuntura, deve-se-lhes atribuir uma posição de destaque. Deve-se registrar, inclusive, que nos últimos anos, os camponeses constituem o segmento de trabalhadores que mais tem se destacado, marcando sua presença no cenário político regional, especialmente a partir das suas mobilizações que são a demonstração da existência de uma força em processo de organização. Como afirma um dirigente sindical, 46 anos:

"Antes o homem da roça só era lembrado no ano de eleição. fora disso ele não existia. De uns anos prá cá, quando nós começamos a mostrar nossa organização, o tratamento é outro. A gente sente assim mais um pouco de respeito e até medo da gente. Mas é porque o homem da roça está se impondo com sua associação, seu sindicato..."

Esse processo participativo, que é também uma forma de manifestar a reação ao capital, abrange duas vertentes: por um lado, a tentativa de modernizar a agricultura, de uma forma alternativa, fugindo assim às regras convencionais e aos procedimentos propriamente capitalistas. Neste sentido, registram-se iniciativas comunitárias que estão sendo adotadas ao nível da produção, da comercialização e do próprio consumo que estão contribuindo para uma maior remuneração pelo trabalho e a realização de pequenas poupanças que se revelam como muito significativas para a reprodução da unidade de produção e para a própria recriação enquanto segmento social. Com isso, reduz-se a importância de capitalistas que acumulam a partir do trabalho camponês, a exemplo dos comerciantes que compram e vendem produtos que são produzidos ou consumidos pelos camponeses, assim como reduzem-se os mecanismos de dominação política, aumentando a capacidade de mobilização dos camponeses. A segunda vertente, por outro lado, baseia-se no movimento sindical de trabalhadores rurais, relacionado e apoiado por outras iniciativas comunitárias.

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, nos municípios estudados, foram todos fundados por representantes do poder local que se utilizaram dessas entidades para manter e fortalecer os mecanismos de controle e de dominação sobre os camponeses. A recuperação dessas entidades sindicais, pelos camponeses, é fruto de um processo de participação e de mobilização; resultado da própria caminhada histórica. Nos quatro municípios onde os Sindicatos já estão sob o domínio dos próprios camponeses, registra-se um forte dinamismo no tocante à realização de ações que contribuem para o favorecimento da participação dos camponeses: são reuniões, dias de estudo, encontros, treinamentos etc. onde se debatem a história do movimento sindical, capitalismo e a sua penetração no campo, reforma agrária etc. e se planejam as ações de natureza reivindicatórias e de contestação, conforme as necessidades de cada momento. Nos dois outros municípios onde o poder local ainda mantém o seu domínio sobre os sindicatos, os camponeses se apoiam em outras atividades comunitárias por eles criadas e mantidas, a exemplo da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), para o desenvolvimento de ações com vistas à conquista do controle dos sindicatos, organizando-se movimentos de oposição aos atuais dirigentes sindicais.

Mesmo que ainda numa fase incipiente, esse processo de participação política vem permitindo que os camponeses descubram o seu papel no processo histórico, conquistando assim a sua cidadania que se manifesta no próprio direito de participar e de interferir no processo social, na maneira como vêm os serviços públicos - não mais como um favor, como antes - e na conquista de um espaço onde marcam sua presença, fazendo com que a sociedade que sempre os menosprezou e marginalizou escute a sua voz.

Ainda são muitas as dificuldades de limitações que os camponeses precisam enfrentar no processo de sua caminhada histórica, como vimos no curso do nosso trabalho. Entre essas dificuldades, destacam-se:

a) a visão de incapacidade e de impotência política, já questionada por muitas lideranças mas ainda dominante entre a maioria dos camponeses; isso se reforça com o alheamento frente às questões sócio-políticas, especialmente devido aos mecanismos de dependência ainda existentes e ao baixo nível de informação que os camponeses têm acerca dos fatos, ou ainda por conta das informações distorcidas e invertidas que recebem de representantes dos setores dominantes (o fazendeiro, o comerciante, o político etc.) com quem mantém contato de forma permanente;

b) o analfabetismo, que ainda ocupa posição de destaque no meio rural, se constitui num entrave efetivo e importante. Como vimos, os camponeses analfabetos participam menos das atividades de natureza político-organizativa;

c) o estado de pobreza dos camponeses, resultado de uma situação de exploração e subordinação a que historicamente foram submetidos, dificulta a participação mais ativa por parte dos mesmos no processo social. Como foi visto, são os camponeses mais remediados economicamente que mais participam das atividades organizativo-políticas, desde aquelas de menor expressão, no âmbito da comunidade, às de maior alcance. Os camponeses mais pobres, seja porque precisam dedicar todo o seu tempo à produção dos meios de subsistência da família, seja porque são mais dependentes do fazendeiro, do comerciante, do político etc., ficam praticamente à margem do conjunto de atividades de natureza político-organizativas.

Os camponeses que efetivamente participam das atividades de natureza política compreendem alguns camponeses do grupo 3, o conjunto do

grupo 5. Atividades no terceiro capítulo. Podem estes

camponeses ser considerados como "médios" na escala de estratificação da realidade regional, mesmo sabendo-se que são também pobres. Esse nível de participação se deve, por um lado, ao fato de serem menos dependentes do poder local, podendo assim assumir posturas que não serão do agrado dos representantes do poder local sem que estes possam adotar qualquer tipo de sanção de forma direta; por outro lado, esses camponeses, em épocas normais, podem dedicar uma parte do seu tempo às atividades da Comunidade, da Associação ou do Sindicato sem causar transtornos para a família. Some-se ainda o fato de que entre esses camponeses o nível de instrução dos membros da família é, via de regra, mais elevado, facilitando o acesso às informações (leitura de boletins, folhetos etc.) voltados para o movimento de organização.

O poder de mobilização, portanto, não pertence aos camponeses mais pobres da região, mas àqueles que estão numa posição econômica mais favorável. Essa constatação, aliás, coincide com as conclusões de pesquisadores clássicos, a exemplo de MOORE JR.(1967), Alavi (1969), Lenin (1974), Queda e Szmrecsányi (1976), Wolf (1984), dentre outros.

Apesar desse processo de participação e de organização em curso, nas circunstâncias atuais, os camponeses não têm condições de assumirem todo esse processo de mobilização sozinhos. Mesmo possuindo suas próprias lideranças, ao contrário portanto do que se registrou com a maioria dos movimentos camponeses de outras épocas, cujas lideranças eram quase sempre pertencentes a outra(s) classe(s), especialmente o operariado. Hoje, os camponeses ainda precisam do apoio externo, de setores sociais aliados, para desencadear o processo de mobilização. Esse apoio, no atual momento, não advém da classe operária, por conta também da fragilidade do movimento operário na região, mas de outros setores da sociedade, especialmente dos "intelectuais orgânicos" que integram entidades e grupos de apoio aos movimentos sociais.

Finalizando, é preciso destacar o fato de que, de um lado, são os fatores externos, provenientes do processo capitalista, que obrigam os camponeses a buscarem certas estratégias que garantam a sua sobrevivência e recriação; de outro lado essas estratégias, mesmo sendo formas de resistência para evitar a expropriação, são por si sós insuficientes e os camponeses precisam agir enquanto força política, recorrendo, para isso, a outras forças externas, desta feita de aliados seus, para enfrentarem de forma organizada o processo de subordinação e de exploração.

ANEXOS

ANEXO I

ALGUNS EXEMPLOS DE CÂNTICOS

Como já foi dito, entre os mecanismos empregados na formação de uma "ideologia libertadora" pelos camponeses, atualmente, destacam-se os cânticos feitos por eles próprios ou por outros grupos. Esses cânticos são utilizados no início, durante (em pequenos intervalos) e no final de eventos como reuniões, encontros, treinamentos, manifestações, mutirões, etc. e têm a função de animar e dinamizar essas atividades. Através deles se transmitem mensagens contra a exploração e sobre a conscientização e a organização, construindo-se assim a própria ideologia, indispensável aos movimentos sociais. A seguir se apresentam alguns exemplos desses cânticos. Pode-se observar que muitos deles têm uma inspiração religiosa.

"Não tem lê-lê
 não tem lá-lá
 não tem lô-lô...

toda riqueza sai da mão do lavrador"

Refrão de um cântico muito usado por grupos que se relacionam mais com alguns trabalhos ligados à Igreja. Mais recentemente está sendo cantado de uma forma menos ufânica em relação aos lavradores; a última parte do verso é substituída pela seguinte: "toda riqueza sai da mão do trabalhador".

Existem outros cânticos também na perspectiva de superestimação da força dos camponeses, a exemplo do seguinte que surgiu na ocasião das mobilizações por "frentes de trabalho":

"Que coisa louca, de admirar,
 o lavrador é quem tem raça pra lutar..."

Muitos outros, no entanto, são utilizados sem colocarem os camponeses numa posição de superioridade:

"Nossos direitos vêm,
 nossos direitos vêm, (Refrão)
 se não vir nosso direito
 o Brasil perde também..."

.....
 O povo tá dizendo
 que a Reforma vai chegar;
 mas ninguém fique esperando
 na casa em seu lugar;
 temos que dizer na raça,
 eu quero dizer roça
 e terra pra trabalhar..."

São partes do cântico sobre Reforma Agrária.

Outros cânticos são feitos no sentido de valorizar entidades dos próprios camponeses, como por exemplo:

"Eu nasci em cima deste chão tão duro
 em cima dele derramei tanto suor
 porque sou um trabalhador rural
 na esperança de um dia ser melhor."

Eu comecei a procurar meus companheiros
 desde pequeno comecei a entender
 que nossas vidas tem tantas dificuldades
 que só a gente unida é mais fácil resolver.

A APAEB é um órgão de apoio
 que dá a mão para o trabalhador
 para alguém ela não representa nada
 mas pra muitos ela tem muito valor.

.....
 Com APAEB nós estamos caminhando
 organizando para o bem do trabalhador
 Nos ajudando descobrir os seus direitos
 sentindo a luta do pequenos agricultor

Vou despedindo meus amigos e companheiros
 te desejando uma boa compreensão
 se não sabia agora fique sabendo
 se já sabia isto é uma motivação".

"Tá, tá, tá
 tá na hora de estudar
 para que a APAEB (refrão)
 possa logo melhorar.

.....

A assembleia tá aí
 dê a sua opinião
 queremos mais clareza
 que assim não presta não.

A mercadoria é cara
 o povo não compra não
 começa se afastando
 E o povo tem razão".

"Quem é que vai
 quem é que vai
 quem é que vai neste barco de Jesus
 quem é que vai.

.....

Viva o povo unido
 a Nossa Senhora
 os associados todos
 que se encontra agora.

A APAEB tá aí
 temos que entender
 que todos unidos
 nós vamos vencer."

"Companheiros e companheiras
 com muita sinceridade
 vou te contar agora
 a história da comunidade

.....

Quando a gente se reúne
 prestamos bem atenção
 lembramos que aqui na terra
 todos nós somos irmãos

.....

E agora companheiros
 o que vamos te contar
 conseguimos nossa casa
 que hoje vai inaugurar".

Este canto foi feito por agricultores da comunidade de Subaé, em Serrinha, por ocasião da inauguração da casa de farinha comunitária.

"Ó minha gente a luta é nossa
 vamos ver onde é que tá
 nós temos nossos direitos
 precisamos de reclamar...

Procurar nossos direitos,
 procurar com consciência,
 que o direito é de todos nós
 que tá dentro da previdência"

.....

"De bom só existe Deus,
 o mais é pura ilusão,
 cada um cuida de si,
 negando que somos todos irmãos.

.....

Justiça não mais existe
 contra o rico nada vem
 pois o mesmo compra a lei,
 não obedece mesmo a ninguém..."

Parte do cântico feito por camponeses de Serrinha e utilizado na campanha de oposição sindical em 1985.

"Vem João, vem Zefinha,
vem fazer a tua parte que eu também farei a minha.

Este mundo está precisando, de uma reconstrução
só depende de você, entrar neste mutirão...

" Tem gente lá no poder, que é só pra massacrar
Mas assim não presta não, é preciso consertar...

Tem gente que fala tanto, outros nem podem falar,
mas assim não presta não, é preciso consertar...

Tem gente sobrando pão, outros que o pão não dá,
mas assim não presta não, é preciso consertar..."

.....

(parte do cântico, Vem João, vem Zefinha que é um convite para a
luta).

"Somos gente nova vivendo a união,
somos povo-semente de uma nova nação, é, é...
Somos gente nova vivendo o amor,
somos comunidade, povo do Senhor, é, é..
Vou convidar os irmãos trabalhadores,
operários lavradores, biscateiros e outros mais;
e juntos vamos celebrar a confiança de ter terra pão e paz,
é, é...

(parte do cântico Baião das Comunidades).

São muitos os cânticos utilizados no sentido de valorizar o Sindicato de Trabalhadores Rurais e restabelecer a sua imagem de " órgão de classe" que deve denunciar, organizar, reivindicar. Existem também muitos cânticos que denunciam a situação e alguns que se referem à postura dos políticos, a exemplo do que tem o seguinte refrão:

"Só tenho enxada e título de eleitor
para votar em seu fulano educado
que nada faz pelo pobre agricultor
que não tem terra pra fazer o seu roçado".

Esse cântico tem, via de regra, espaço reservado nas manifestações públicas dos camponeses. Em alguns casos a expressão "fulano educado" é substituída por "fulano engravatado".

E assim os camponeses vão encontrando, nesses cânticos, a "argamassa" necessária à ligação das "peças" da construção. Como argumentam alguns camponeses,

"cantando a gente anima o povo a entrar na luta que é de todos";
ou: "em vez da gente cantar aquelas cantigas e cantos que não dizem nada, a gente usa essas que deixam uma mensagem de fé e de esperança pra todo mundo"; ou ainda: "todo mundo gosta de samba, de forró; então a gente bota a música que o povo gosta com esses cantos e todo mundo participa, mesmo que não participa do movimento chega nesta hora. E aí a gente deixa o recado".

QUESTIONÁRIO

Nº do Questionário
 Nº do Cartão:
 Posse de Bens:
 Partic. Política:

I. Composição Familiar

1. Qual a sua idade (do chefe da casa)?
 1. até -20 anos
 2. 20 a -40 anos
 3. 40 a -60 anos
 4. 60 anos ou mais.

--

2. Sexo do(da) chefe:
 1. Sexo masculino
 2. Sexo feminino

--

3. O(a) Sr(a) poderia dizer os nomes de seus filhos, a idade de cada um e se é homem ou mulher?

NOME	IDADE	SEXO
.....	1. Menos de 10 anos, Masculino	
.....	2. Menos de 10 anos, Feminino	
.....	3. 10 a 15 anos, Masculino	
.....	4. 10 a 15 anos, Feminino	
.....	5. Mais de 15 anos, Masculino	
.....	6. Mais de 15 anos, Feminino	
.....	7. Total Masculino	
.....	8. Total Feminino	
.....	9. Total Geral	

4. O(a) Sr(a) sabe ler e escrever?
 0. Não sabe nada
 1. Lê e escreve corretamente
 2. Lê mas não escreve
 3. Só sabe assinar o nome
 4. Tem primário completo.

--

II. Posse e Uso da Terra

5. A terra que o(a) Sr(a) ocupa é:
 1. Toda própria
 2. Parte própria e parte dos outros
 3. Toda dos outros.

--

6. (Para quem ocupa terras dos outros): Quantas tarefas de terra dos outros o(a) Sr(a) ocupa?
1. Até -10 tarefas
 2. Entre 10 e -20 tarefas
 3. Entre 20 e -30 tarefas
 4. Entre 30 e -40 tarefas
 5. Entre 40 e -50 tarefas
 6. 50 tarefas ou mais
 0. não se aplica.



7. (para quem ocupa terras dos outros): O(a) Sr(a) costuma pagar alguma coisa pelo uso da terra? Se paga, paga o qu Ê?
-

1. paga renda em dinheiro
2. paga renda em produto
3. paga renda em serviço
4. paga renda de outro tipo
0. não paga/não se aplica.



8. O dono da terra que o(a) Sr(a) ocupa costuma utilizar a área que o(a) Sr(a) fez roça para fazer pastagem?
1. Sim, sempre
 2. Sim, de vez em quando
 3. Não.



III. Utilização da mão-de-obra familiar

9. Alguns de seus filhos ajudam nos trabalhos da roça?
1. Sim
 0. Não.



10. (em caso de SIM): O(a) Sr(a) poderia dizer o nome de cada um que roça, a idade e se é homem ou mulher?

NOME	IDADE	SEXO	1. Menos de 10 anos, Masculino	2. Menos de 10 anos, Feminino
.....			3. 10 a 15 anos, Masculino	4. 10 a 15 anos, Feminino
.....			5. Mais de 15 anos, Masculino	6. Mais de 15 anos, Feminino
.....			7. Total Masculino	8. Total Feminino
.....			9. Total Geral.	

11. (se o chefe for homem): A sua esposa também ajuda no trabalho da roça?
1. Sim
 0. Não.



12.0(a) Sr(a) costuma trabalhar de ganho (fora da roça)?

1. Sim, frequentemente
2. Sim, de vez em quando
0. Não.



13.(Em caso de SIM): Qual a época que o Sr. mais trabalha de ganho?

.....

1. Preparo dos terrenos
2. Plantio
3. Colheita
4. Período da entressafra
5. Ano todo
0. Não se aplica.



14.(Caso tenha respondido SIM na perg. 12): Qual o lugar que o Sr(a) costuma trabalhar de ganho?

1. Aqui mesmo na vizinhança
2. Noutros lugares do seu município
3. Noutros municípios daqui de perto
4. Noutras regiões da Bahia
5. Noutros Estados
6. Situações combinadas
0. Não se aplica.



15.(caso o chefe seja homem):

A sua mulher também trabalha de ganho?

1. Sim
2. Não.



16.(em caso de SIM): qual a atividade que ela costuma desenvolver?

1. Agricultura
2. Sisal
3. Serviços domésticos
4. Serviços domésticos e agricultura
5. Pecuária
6. Ensino
7. Outros
0. Não se aplica.



17.Os seus filhos também trabalham de ganho (fora da roça)?

1. Sim (alguns ou todos)
2. Não.



22.(se respondeu SIM): Por que algum(ns) membro(s) da sua família tem recorrido a este tipo de atividade (negócio)?

.....

1. Terra pouca
2. Terra de má qualidade
3. Terra pouca e de má qualidade
4. Falta de apoio (crédito, assistência técnica, etc.)
5. A roça só não dá por causa da seca
6. Outra situação:
0. Não se aplica.

23.(para quem trabalha de ganho): Por que alguns membros da sua família têm recorrido ao trabalho de ganho?

1. Terra pouca
2. Terra de má qualidade
3. Terra pouca e de má qualidade
4. Falta de apoio/preços não compensam
5. A seca
6. A roça não dá pra viver
7. Outra situação:
0. Não se aplica.

IV. Contratação de mão-de-obra

24.0(a) Sr(a) costuma pagar a outras pessoas para ajudar nos trabalhos de sua roça?

1. Sim, frequentemente
2. Sim, de vez em quando
0. Não.

25.(em caso de SIM): Em que situação o(a) Sr(a) costuma pagar a outras pessoas para ajudar na sua roça (épocas do ano)?

.....

1. No preparo de terras para plantio
2. Nos plantios (inverno)
3. Nos períodos de limpas
4. Em períodos de colheitas
5. Outra situação:
0. Não se aplica.

V. Produção e Comercialização

26.0(a) Sr(a) costuma usar arado em sua roça?

1. Sim, de tração animal, frequentemente
2. Sim, de tração animal, de vez em quando
3. Sim, mecânico (trator), frequentemente
4. Sim, mecânico, de vez em quando
5. Sim, tração animal e trator, frequentemente
6. Sim, tração animal e trator, de vez em quando
0. Não.

27.0(a) Sr(a) costuma usar adubo químico em sua roça?

- 1. Sim, frequentemente
- 2. Sim, de vez em quando
- 0. Não.

1	2	0
---	---	---

28.0(a) Sr(a) costuma usar "remédios" (venenos) contra pragas e insetos em sua roça?

- 1. Sim, frequentemente
- 2. Sim, de vez em quando
- 0. Não.

1	2	0
---	---	---

29.(em caso de SIM): O(a) Sr(a) tem usado esses "remédios" com que finalidade?

-
- 1. apenas contra lagarta
 - 2. apenas contra formiga
 - 3. contra lagarta e formiga
 - 4. só usa para guardar os produtos
 - 5. usa pra guardar os produtos e contra formiga
 - 6. usa pra guardar os produtos e contra formiga e lagarta.
 - 0. Não usa.

1	2	3	4	5	6	0
---	---	---	---	---	---	---

30.Qual foi a sua produção de farinha, de milho e de feijão no último ano?

(obs.: pra farinha, cosiderar o ano de 84; se já fez a colheita do feijão e do milho neste ano de 85, considerar então 85, e se não fez, considerar o ano de 84).

- Farinha:sacos (50 kg)
- Milho:sacos (60 kg)
- Feijão:sacos (60 kg)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

31.Dessa produção, qual foi a parte que o Sr. vendeu, a parte que tirou pra semente e a parte que ficou pro gasto da família?

	<u>Venda</u>	<u>Semente</u>	<u>Consumo</u>
- Farinha:		-
- Milho:
- Feijão:

Média dos produtos em %:

- 1. Consumo, até 25%
- 2. Consumo, entre 25 e 50%
- 3. Consumo, entre 50 e 75%
- 4. Consumo, + de 75%
- 5. Venda, até 25%
- 6. Venda, entre 25 e 50%
- 7. Venda, entre 50 e 75%
- 8. Venda, + de 75%
- 9. Semente, até 10%
- 10. Semente, + de 10%

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

32. Onde o(a) Sr(a) costuma vender a sua farinha?

1. Na porta, antecipadamente (na folha)
2. Na porta, depois da colheita
3. Na feira, diretamente ao consumidor
4. Na feira, a revendedores
5. No armazém ou supermercado
6. Na APAEB
7. Outros.

U
41

33. Onde o(a) Sr(a) costuma vender o seu feijão?

1. Na porta, antecipadamente
2. Na porta, depois da colheita
3. Na feira, diretamente ao consumidor
4. Na feira, a revendedores
5. No armazém ou supermercado
6. Na APAEB
7. Outros

U
41

34. Onde o(a) Sr(a) costuma vender o seu milho?

1. Na porta, antecipadamente
2. Na porta, depois da colheita
3. Na feira, diretamente ao consumidor
4. Na feira, a revendedores
5. No armazém ou supermercado
6. Na APAEB
7. Outros lugares

U
41

VI. Uso do crédito agrícola/outras empréstimos

35. O(a) Sr(a) costuma tirar dinheiro em banco pra fazer roça?

1. Sim, frequentemente
2. Sim, de vez em quando
0. Não.

U
41

36. (Em caso de SIM): o(a) Sr(a) costuma tirar o empréstimo sozinho ou precisa da ajuda de alguém?

1. Tira sozinho
2. Precisa da ajuda de alguém
3. Não se aplica.

U
41

37. (em caso de ter a ajuda de alguém): a pessoa que lhe ajuda a conseguir o empréstimo no banco é:

1. pequeno agricultor
2. comerciante
3. fazendeiro
4. político
5. fazendeiro/político
6. comerciante/político
7. fazendeiro/comerciante/político
8. Outro
9. Não se aplica.

U
41

38.(Caso não tire dinheiro em banco): Por que o(a) Sr(a) não tira dinheiro em banco pra fazer roça?

-
1. dá muito trabalho (burocracia)
 2. os juros são altos
 3. tem medo de trabalhar com banco
 4. falta documentação
 5. terra pouca/não tem terra
 6. outros motivos
 7. não se aplica.

U
41

39.0(a) Sr(a) costuma tomar dinheiro emprestado a outras pessoas pra fazer roça ou negócios?

1. Sim
0. Não

U
42

40.(em caso de SIM): o(a) Sr(a) costuma tomar dinheiro a quem?

-
1. outros pequenos agricultores
 2. fazendeiros
 3. comerciantes
 4. políticos
 5. Outro:
 6. não se aplica.

U
43

41.0(a) Sr(a) costuma receber semente de meia para plantar?

1. Sim
0. Não

U
44

42.(Em caso de SIM): as pessoas que costumam lhe dar semente de meia são:

1. pequenos agricultores
2. fazendeiros
3. comerciantes
4. políticos
5. outros:
0. não se aplica.

U
45

VII. Posse de Bens

43.Qual o tamanho da sua propriedade?

1. menos de 10 tarefas (1/6)
2. entre 10 e -20 tarefas (2/6)
3. entre 20 e -30 tarefas (3/6)
4. entre 30 e -40 tarefas (4/6)
5. entre 40 e -50 tarefas (5/6)
6. 50 tarefas ou mais (6/6)
0. não possui terra (0/6)

x 4 =

U
46

44.A sua propriedade é cercada de arame?

1. Sim (1/2)
0. Não (0/2)

U
47

45. Tem aguada em sua propriedade
1. Sim (1/2)
 0. Não (0/2)
46. A sua casa tem alguma dessas coisas: reboco nas paredes, pintura ou piso de cimento (ou cerâmica)?
1. Sim (1/2)
 0. Não (0/2)
47. Quantas caebças de porcos o(a) Sr(a) possui?
0. nenhuma (0/4)
 1. até 2 (1/4)
 2. 3 a 5 (2/4)
 3. 6 a 8 (3/4)
 4. 9 ou + (4/4)
48. Quantas cabeças de ovelhas (ou cabras) o(a) Sr(a) possui?
0. Nenhuma (0/4)
 1. até 2 (1/4)
 2. 3 a 5 (2/4)
 3. 6 a 8 (3/4)
 4. 9 ou mais(4/4)
49. Quantas cabeças de gado o(a) Sr(a) possui?
0. Nenhuma (0/4)
 1. até 2 (1/4)
 2. 3 a 5 (2/4)
 3. 6 a 8 (3/4)
 4. 9 ou + (4/4)
50. Quantos cavalos ou burros o(a) Sr(a) possui?
0. nenhum (0/2)
 1. somente 1 (1/2)
 2. 2 ou + (2/2)
51. Quantos jumentos (jegues) o(a) Sr(a) possui?
0. nenhum (0/2)
 1. apenas 1 (1/2)
 3. 2 ou + (2/2)
52. O(a) Sr(a) possui casa-de-farinha?
0. Não (0/2)
 1. Sim, manual (1/2) x 2 =
 2. Sim, motor (2/2)

VIII. Participação Política: participação em Sindicatos, Associações, partidos políticos, reivindicações, encontros e congressos de camponeses.

53. O(a) Sr(a) é associado ao Sindicato?
1. Sim (1/2)
 0. Não (0/2) x 2 =

54. Contando com o(a) Sr(a), quantas pessoas na sua família são associadas ao Sindicato?

- 0. Nenhuma (0/3)
- 1. Apenas uma (1/3)
- 2. duas pessoas (2/3)
- 3. + de duas (3/3)

└─┘
23

55. Quantos deles participam das reuniões, assembléias e outras atividades do Sindicato?

- 0. Nenhuma (0/4)
- 1. apenas uma, de vez em quando (1/4)
- 2. apenas uma, regularmente (2/4)
- 3. 2 ou mais, de vez em quando (3/4)
- 4. 2 ou mais, regularmente (4/4)

x 2 =

└─┘
24

56. O(a) Sr(a) é associado à APAEB?

- 1. Sim (1/2)
- 0. Não (0/2)

└─┘
25

57. (em caso de SIM): que tipo de participação o(a) Sr(a) tem na APAEB?

- 1. é associado e não participa de mais nada (1/6)
- 2. faz comperas de vez em quando, só (2/6)
- 3. faz compras de vez em quando e participa também de vez em quando das reuniões e assembléias (3/6)
- 4. faz compras regularmente e participa só de vez em quando das reuniões e assembléias (4/6)
- 5. faz compras de vez em quando e participa regularmente das reuniões e assembléias (5/6)
- 6. faz compras regularmente e participa também regularmente das reuniões e assembléias (6/6)
- 7. Não se aplica. (0/6)

└─┘
26

58. O(a) Sr(a) tem participado de alguma movimentação em seu município por frente de trabalho, por semente, por empréstimo bancário etc.?

- 1. Sim, de vez em quando (1/2)
- 2. Sim, sempre que tem movimentação (2/2)
- 0. Não (0/2)

└─┘
27

59. O(a) Sr(a) tem participado de encontros de pequenos agricultores (ou reuniões) na sua comunidade ou no seu município?

- 1. Sim, de vez em quando (1/2)
- 2. Sim, regularmente (2/2)
- 0. Não (0/2)

└─┘
28

60. O(a) Sr(a) tem participado de reuniões ou encontros de pequenos agricultores na região (fora do município)?

- 1. Sim (1/2)
- 2. Não (0/2)

└─┘
29

61.0(a) Sr(a) tem participado de encontros ou congressos de trabalhadores rurais a nível estadual ou municipal?

1. Sim (1/2)

0. Não (0/2) x 2 =

62.0(a) Sr(a) sabe o que é CUT?

1. Sim (1/2) - o que é?

0. Não (0/2)

63.0(a) Sr(a) sabe o que é CONCLAT?

1. Sim (1/2) - o que é?

0. Não.

64.0(a) Sr(a) sabe o que é Reforma Agrária?

1. Sim (1/2) - o que é?

0. Não (0/2)

65.0(a) Sr(a) votou nas eleições de 1982?

1. Sim (1/2)

0. Não (0/2)

66.(caso tenha votado): o(a) Sr(a) votou nas eleições de 1982 foi porque:

1. é obrigado a votar (1/3)

2. outro motivo (2/3)

3. considera importante votar/uma forma de participação (3/3)

0. não votou (0/3)

67.0(a) Sr(a) ou alguém de sua família é filiado a algum partido político?

1. Sim (1/2)

2. Não (0/2)

68.(caso ele não seja filiado): o(a) Sr(a) pensa em se filiar um dia a algum partido político?

1. Sim (1/2)

2. Não (0/2)

69.0(a) Sr(a) votaria noutro pequeno agricultor caso ele se candidatasse a algum cargo em seu município?

1. Sim, a depender da pessoa (1/3)

2. Sim, a depender da pessoa e do partido (2/3)

3. Sim, a depender do partido dele (3/3)

4. Não (0/3)

70.0(a) Sr(a) acha que um pequeno agricultor tem condições de participar da política partidária?

1. Tem, igual aos outros (1/2)

2. Tem, melhor do que os outros (2/2)

0. Não tem (0/2)

LOCAL:.....DATA:...../...../.....

ENTREVISTADOR:.....ENTREVISTADO:.....

REVISADO:.....

PRODUÇÃO DE FARINHA E AS RESPECTIVAS PARCELAS DESTINADAS AO CONSUMO
FAMILIAR E AO MERCADO CONFORME O TAMANHO DA FAMÍLIA

PRODUÇÃO DE FARINHA (sacos)	Até 4 pessoas				Entre 5 e 7 pessoas				8 pessoas ou mais				TOTAL			
	Casos		A	B	Casos		A	B	Casos		A	B	Casos		A	B
	Nº	%	%	%	Nº	%	%	%	Nº	%	%	%	Nº	%	%	%
Até - 10	34	64,1	79,4	20,6	38	51,4	100,0	-	26	42,6	100,0	-	98	52,1	93,1	6,9
10 a - 20	6	11,5	66,7	33,3	15	20,2	82,6	17,4	8	13,1	93,0	7,0	29	15,4	77,1	22,9
20 a - 30	4	7,5	58,0	42,0	6	8,1	63,7	36,3	7	11,4	80,6	19,4	17	9,0	67,5	32,5
30 a - 40	4	7,5	51,8	48,2	3	4,0	54,7	46,3	4	6,6	87,2	12,8	11	5,3	64,2	35,8
40 a - 50	-	-	-	-	2	2,7	41,9	58,1	1	1,6	51,8	48,2	3	1,6	46,8	53,2
50 a - 60	-	-	-	-	1	1,4	43,0	57,0	-	-	-	-	1	0,5	43,0	57,0
60 a - 70	1	1,9	58,6	61,4	1	1,4	39,8	60,2	1	1,6	56,0	44,0	3	1,6	44,8	52,2
70 a - 80	-	-	-	-	1	1,4	32,6	67,4	1	1,6	36,0	64,0	2	2,2	34,3	65,7
80 a - 90	-	-	-	-	3	4,0	28,4	71,6	2	3,3	29,4	70,6	5	2,6	28,9	71,1
90 a -100	-	-	-	-	1	1,4	19,9	80,1	4	6,6	24,7	75,3	5	2,6	22,3	77,7
100 e mais	4	7,5	16,4	83,6	3	4,0	19,2	80,8	7	11,6	20,1	79,9	14	8,2	18,6	81,4
T O T A L	53	100,0	-	-	74	100,0	-	-	61	100,0	-	-	188	100,0	-	-

A = parcela destinada ao autoconsumo.

B = parcela destinada ao mercado.

Fonte: Levantamento de campo, 1985.

Anexo III-B - Tabela XXX

PRODUÇÃO DE FEIJÃO E AS RESPECTIVAS PARCELAS DESTINADAS AO CONSUMO
FAMILIAR E AO MERCADO CONFORME O TAMANHO DA FAMÍLIA

PRODUÇÃO DE FEIJÃO (sacos)	Até 4 pessoas				Entre 5 e 7 pessoas				8 pessoas ou mais				TOTAL			
	Casos		A	B	Casos		A	B	Casos		A	B	Casos		A	B
	Nº	%	%	%	Nº	%	%	%	Nº	%	%	%	Nº	%	%	%
Até - 3	19	35,8	100,0	-	29	39,2	100,0	-	17	27,6	100,0	-	65	34,6	100,0	-
3 a - 6	21	39,6	94,4	5,6	23	31,1	100,0	-	20	32,8	100,0	-	64	34,0	98,1	1,9
6 a - 9	7	13,2	92,4	7,6	11	14,7	94,5	5,5	7	11,5	100,0	-	25	13,3	95,6	4,4
9 a -12	1	1,8	84,4	15,6	3	4,0	82,8	17,2	6	9,8	90,1	9,9	10	5,3	85,8	14,2
12 a -15	2	3,8	58,2	41,8	1	1,4	67,8	32,2	1	1,6	60,5	39,5	4	2,1	62,2	37,8
15 a -18	-	-	-	-	2	2,7	49,0	51,0	4	6,5	46,4	53,6	6	3,2	47,7	52,3
18 e mais	3	5,8	28,5	71,5	5	6,9	32,6	67,4	6	9,9	31,9	68,1	14	7,5	34,7	65,3
T O T A L	53	100,0	-	-	74	39,4	-	-	61	100,0	-	-	188	100,0	-	-

A = parcela destinada ao autoconsumo.

B = parcela destinada ao mercado.

Fonte: Levantamento de campo, 1985.

Anexo III-C - Tabela XXI

PRODUÇÃO DE MILHO E AS RESPECTIVAS PARCELAS DESTINADAS AO CONSUMO
FAMILIAR E AO MERCADO CONFORME O TAMANHO DA FAMÍLIA

PRODUÇÃO DE MILHO (sacos)	Até 4 pessoas				Entre 5 e 7 pessoas				8 pessoas ou mais				TOTAL			
	Casos		A	B	Casos		A	B	Casos		A	B	Casos		A	B
	Nº	%	%	%	Nº	%	%	%	Nº	%	%	%	Nº	%	%	%
Até - 3	15	28,3	100,0	-	27	36,5	100,0	-	19	31,1	100,0	-	61	32,4	100,0	-
3 a - 6	16	30,2	87,2	12,8	22	29,7	100,0	-	11	18,0	100,0	-	49	26,1	95,7	4,3
6 a - 9	8	15,1	85,5	14,5	10	13,5	91,8	8,2	14	22,9	90,1	9,9	32	17,0	89,1	10,1
9 a -12	3	5,7	81,6	18,4	5	6,8	87,2	12,8	2	3,3	91,8	8,2	10	5,3	86,9	13,1
12 a -15	2	3,8	80,6	19,4	5	6,8	82,0	18,0	3	4,9	84,3	15,7	10	5,3	82,3	17,7
15 a -18	2	3,8	78,4	21,6	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,1	78,4	21,6
18 a -21	3	5,7	58,8	41,2	2	2,7	59,6	40,4	4	6,6	65,4	34,6	9	4,8	61,3	38,7
21 e mais	4	7,4	46,9	53,1	3	4,0	54,2	45,8	8	13,2	57,4	42,6	15	8,0	52,8	47,2
T O T A L	53	100,0	-	-	74	100,0	-	-	61	100,0	-	-	188	100,0	-	-

A = parcela destinada ao autoconsumo.

B = parcela destinada ao mercado.

Fonte: Levantamento de campo, 1985.

LISTA DAS TABELAS E QUADROS

Tabela	I- Situação fundiária dos municípios de Feira de Santana, Sta. Bárbara, Serrinhá, Araci e Valente.....	30
Tabela	II- Número e área total dos estabelecimentos agrícolas segundo os grupos de área - Bahia, 1970/80.....	14
Tabela	III- Situação de propriedade da terra e tamanho da área ocupada	69
Tabela	IV- Relação entre os que ocupam terras de outrem e os que se dedicam ao trabalho de ganho	70
Tabela	V- Pagamento de renda pelo uso da terra	71
Tabela	VI- Relação entre os que ocupam terra dos outros e o trabalho de ganho	72
Tabela	VII- Relação entre o tamanho da família e a disponibilidade de terra	82
Tabela	VIII- Relação entre o tamanho da área ocupada e o trabalho de ganho	86
Tabela	IX- Relação entre os que ocupam terra dos outros e os que se dedicam ao trabalho de ganho	87
Tabela	X- Épocas do ano e locais que os camponeses trabalham de ganho	89
Tabela	XI- Número de filhos por família	91
Tabela	XII- Número de filhos que se dedicam ao trabalho de ganho conforme idade, sexo e idade	93
Tabela	XIII- Principais fornecedores de semente de meia	97
Tabela	XIV- Dedicção a atividades de negócio	98
Tabela	XV- Uso de adubo químico conforme o tamanho da área	128
Tabela	XVI- Uso de produtos químicos no combate a pragas e doenças e na imunização da produção conforme o tamanho da família	129
Tabela	XVII- Relação entre o uso de produtos químicos para imunizar a produção conforme a idade dos entrevistados	130
Tabela	XVIII- Uso de arados na agricultura conforme o tamanho da área ocupada	133
Tabela	XIX- Relação entre o uso de arados na agricultura conforme a idade dos entrevistados	134
Tabela	XX- Uso de crédito bancário pelos camponeses	138
Tabela	XXI- Utilização do crédito bancário conforme o nível de instrução	140
Tabela	XXII- Relação entre participação no crédito bancário conforme da idade	141
Tabela	XXIII- Participação no crédito bancário conforme situação de propriedade	142
Tabela	XXIV- Relação entre a utilização de empréstimo bancário e a contratação de mão-de-obra	143
Tabela	XXV- Locais de comercialização da farinha, do milho e do feijão	146
Tabela	XXVI- Filiação ao sindicato conforme condição de acesso à terra	154
Tabela	XXVII- Grau de instrução e participação em movimentos camponeses	156
Tabela	XXVIII- Participação nas atividades do sindicato conforme o tamanho da área ocupada	157

Tabela	XXIX- Produção de farinha e as respectivas parcelas destinadas ao consumo familiar e ao mercado conforme o tamanho da família	217
Tabela	XXX- Produção de feijão e as respectivas parcelas destinadas ao consumo e ao mercado conforme o tamanho da família	218
Tabela	XXXI- Produção de milho e as respectivas parcelas destinadas ao consumo e ao mercado conforme o tamanho da família	219
Quadro	I- Principais características econômicas dos grupos..	83
Quadro	II- Movimento de receitas e despesas da família nº 1..	105
Quadro	III- Movimento de receitas e despesas da família nº 2..	106
Quadro	IV- Movimento de receitas e despesas da família nº 3..	108
Quadro	V- Movimento de receitas e despesas da família nº 4..	109
Quadro	VI- Movimento de receitas e despesas da família nº 5..	110
Quadro	VII- Movimento de receitas e despesas da família nº 6..	111
Quadro	VIII- Importância econômica da agricultura, pecuária, trabalho e ganho e atividades de negócio para a família camponesa	112
Quadro	IX- Valor da produção agrícola e percentuais das parcelas destinadas ao consumo familiar e ao mercado	113
Quadro	X- Elementos da economia e do consumo da família.....	114
Quadro	XI- Relação entre pessoas que produzem e consomem e a terra	115

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Geraldo Medeiros de. Agriculturas no Nordeste; apreciação e sugestão de políticas. Petrópolis, Editora Vozes, 1985. 203 p.
- AGUIAR, Pinto de. Nordeste - o drama das secas. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1983. 180 p.
- ALÁSIA DE HEREDIA, Beatriz Maria. A Morada da Vida. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979. 164 p.
- ALAVI, Hamza. Revolução no Campo. In: Problemas e Perspectivas do Socialismo. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Redescobrimo a Família Rural. In: RBCS (1), ANPOCS, São Paulo, janeiro de 1986.
- ALVES, Leopoldo. Serrinha, Seca e Sisal. Salvador, Comtemp, 1981.
- AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. A Questão Agrária e o Capitalismo. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977. 179 p.
- ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973. 249 p.
- . Agricultura e Capitalismo. São Paulo, Liv. de Ciências Humanas, 1979. 115 p.
- ARCHETTI, Eduardo P. Campesinado y Estructuras Agrárias na América Latina. Quito, CEPALES, 1981.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982. 145 p.
- BALIBAR, Etienne. Cinco Estudos do Materialismo Histórico. Lisboa, Editora Presença, s/d., trad. Elisa Amado Bacelar.
- BACHELARD, Gaston. Filosofia do Novo Espírito Científico; a filosofia do não. Trad. Joaquim José Moura Ramos. São Paulo, Liv. Martins Fontes, 1976.
- BASBAWUN, Leôncio. História Sincera da República. São Paulo, Editora Alfa Ômega, 1976.
- BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis, Vozes, 1984. 141p.

- BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis, Editora Vozes, 1984. 141 p.
- BLONDEL, Jean. As Condições da vida política no Estado da Paraíba. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957.
- BRAGA, Celia Maria Leal (org). Estratificação Social e Estrutura de Classes; textos de sociologia. Salvador, UFBA., 1971. 446 p.
- BRAGA, Medeiros. Nordeste: miséria e conveniência. Campina Grande, 1982.
- BURSZTYN, Marcel. O Poder dos Donos. Planejamento e Clientelismo no Nor-
- CAVALCANTI, J. Salette Barbosa. A preservação do campesinato na área do brejo paraibano: a lógica interna de reprodução das pequenas unidades agrícolas e a intervenção dos programas governamentais de desenvolvimento. In: Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília, EMBRAPA, 1(1), 53-69, jan-abr., 1984.
- CANTALICE, Dulce M. Barbosa. Capital, Estado e Conflito: questionando Alagamar. Monografias 2, Iplan, João Pessoa, 1984. 286 p.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis, Editora Vozes, 1982. 210 p.
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: A Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- Centre For Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham (org.). Da Ideologia; Althusser, Gramsci, Lukács, Paulantaz. São Paulo, Zahar Editores, 1983. 330 p.
- Centro de Estudos e Ação Social. Cadernos do CEAS. Salvador, (35), 1975.
- Cadernos do CEAS. Salvador, (95) 1985.
- Cadernos do CEAS. Salvador, (104), (105), 1986.
- COELHO, Jorge. Indústria das Secas. Petrópolis, Editora Vozes, 1985. 86 p.
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Anais. Brasília, CONTAG, 1979. 244p.
- 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, CONTAG, 1985.
- DOS SANTOS, José Vicente Tavares. Os Colonos do Vinho. São Paulo, Huticec, 1978. 182 p.
- ENGELS, F. As Guerras Camponesas na Alemanha. São Paulo, Grijalbo, 1977. 141 p.
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Anais do 1º Congressos Estadual dos Trabalhadores Rurais. Salvador, FETAG-Ba., 1985. 85 p.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. São Paulo, USP, 1975. 750 p.

- FIGUEIREDO, Vilma et. alli. Questão e Reforma Agrária nos anos 80. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, abril-junho, 1984.
- FILHO, Ciro Marcondes. Ideologia; Cadernos de Educação Política. São Paulo, Global Editora, 1985, 95 p.
- FLAMARION, Ciro e CARDOSO, S. Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis, Editora Vozes, 1982. 210 p.
- FLORY, Rae J. Dell. Bahian Society in the Mid-Colonial Periodo the Suggar Planters, Tobacco Growers, Meerchants and Artesas of Salvador and Reoncavo, 1680-1725. The University of Texas, at Austin, 1978. 382 p.
- FORMAN, Shepard. Camponeses: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979. 340 p.
- FOSTER, George. What is a peasant? In: Peasant Society. Boston, Brown and Company, 1967.
- FREIRE, Felisbello. História Territorial no Brazil. Rio de Janeiro, Typ. "Jornal do Comercio", de Rodrigues & C., 1906.
- Fundação IBGE. Censo Agropecuário da Bahia, 1980. Rio de Janeiro, IBGE, tomo 3, nº 15, 1ª parte, 1983.
- . Produção Agrícola Municipal, 1980. Rio de Janeiro, IBGE, tomo 3, vol. 7, 1982.
- . Censo Demográfico; Mão-de-Obra. Bahia, vol. 1, tomo 5, nº 15, Rio de Janeiro, 1983.
- GARCIA JR. Afrânio Raul. Terra de Trabalho. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983. 236 p.
- GRACIARENA, Jorge. Comentário. In: As Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1981. 341 p.
- . Alguns Temas da Questão Meridional. In: Temas de Ciências Humanas. (1), São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977. 167 p.
- GRAZIANO DA SILVA, José. (Coord). Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, Huticec, 1980. 240 p.
- . Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo, Huticec, 1981. 210 p.
- . A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar Editores,

1982. 192 p.
- GRAZIANO DA SILVA et. alli. (orgs). A Questão Agrária. Editora Brasileira, 1981. 185 p.
- Grupo de Estudos Agrários. A Questão Agrária na Bahia. Salvador, 1980. 59 p.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981. 255 p.
- . A Crise Agrária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982. 362 p.
- HOBBSBAWN, Eric. J. Rebeldes Primitivos. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978. 238 p.
- . Os Camponeses e a Política. In: Cadernos de Opinião. Rio de Janeiro, (8), 1978.
- IANNI, Octavio. Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979. 249 p.
- . A Luta pela Terra. Petrópolis, Editora Vozes, 1979. 235 p.
- JOLLIVET, Marcel. O Lugar dos Camponeses na Estrutura de Classes: algumas reflexões a partir de um caso particular. In: Raízes. (1), Campina Grande, UFPb., 1982. 173 p.
- JUNIOR, José Ribeiro. Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro. São Paulo, Huticec, 1976. 210 p.
- KAUTSKY, K. A Questão Agrária. São Paulo, Proposta Editorial, 1980. 329 p.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1976. 230 p.
- LAMARCHE, Hugues. Balanço e Reflexões Teóricas de 20 anos de pesquisa sobre o meio rural francês. In: Raízes (2-3), Campina Grande, UFPb, 1983.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1975. 267 p.
- LENIN, V.I. Desintegración del Campesinado. In: Desarrollo del Capitalismo en Rusia. Barcelona, Editorial Ariel, 1974.
- . O Capitalismo na Agricultura (O livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgakow). In: A Questão Agrária. São Paulo, Brasileira, 1981. 185 p.
- . O Estado e a Revolução. São Paulo, Huticec, 1979.

- . O Programa Agrário. São Paulo. Liv. Ed. C. Humanas, 1980. 214 p.
- LINHARES, Maria Yeda et alli. História na Agricultura Brasileira, São Paulo, Estudos CEBRAP, 1976. 170⁴ p.
- LINHART, Robert. Lenin, os Camponeses, Taylor. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1983. 172 p.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. Do Latifúndio à Empresa. Petrópolis, Editora Vozes/CEBRAP, 1981.
- LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação do Capital. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976. 516 p.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte. Lisboa, Edições Avente, 1984. 157 p.
- . O Capital. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977. 1078 p.
- . Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977. 136 p.
- MARX, K. e ENGELS, F. Textos. São Paulo, (3), Edições Sociais, 1977.
- . A Ideologia Alemã. São Paulo, Livraria Editora, 1982. 138 p.
- . Obras Escolhidas. São Paulo, (2), Editora Alfa-Ômega, s/d. 355 p.
- MARANHÃO, Silvio (org). A Questão Nordeste. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1984. 173 p.
- MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis, Editora Vozes, 1983. 185 p.
- . Expropriação e Violência. São Paulo, Huticec, 1982. 181p.
- . O Cativo da Terra. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979. 156 p.
- MELO, Luiz Gonzaga. Ideologia Dominada, Ideologia Dominante e Consciência de classe. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural, Campina Grande, UFPb, 1981.
- MENDRAS, Henri. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978. 265 p.
- MONIZ, Edmundo. A Guerra Social e Canudos. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1982. 282 p.

- MOORE JR., Barrinfton. As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia. Lisboa, Edições Cosmos, 1967.
- MOREIRA, Roberto José. A Pequena Produção e a Composição Orgânica do Capital. In: Revista de Economia Política. São Paulo, Centro de Economia Política, 1983.
- MOURA, Margarida Maria. Os Herdeiros da Terra. São Paulo, Huticec, 1978. 100 p.
- MULLER, Geraldo. Estado, Estrutura Agrária e População. Petrópolis, Editora Vozes, 1982. 141 p.
- NAKANO, Yoshiaki. A desnutrição da Renda da Terra e da taxa de lucro na Agricultura. In: Revista de Economia Política. Centro de Economia Política, São Paulo, jul/set. 1981.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1977. 132 p.
- OLIVEIRA, Ildes F. Ideologia Dominante e Ideologias Dominadas. In: Cadernos do CEAS, Salvador, (104), 1986.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.
- PRADO JUNIOR, Caio. Evolução Política do Brasil e outros estudos. São Paulo, Editora Brasiliense, 1963. 264 p.
- . História Econômica do Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1969. 339 p.
- . A Questão Agrária. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979. 188 p.
- QUEDA, Oriowaldo e SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.) Vida Rural e Mudança Social. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976. 256 p.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O Mandonismo local na vida política Brasileira e outros ensaios. São Paulo, Editora Alfa Ômega, 1976. 230 p.
- . O Campesinato Brasileiro; estudos brasileiros. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1973. 242 p.
- RUDE, George. Ideologia e Protesto Popular. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz. Dos Velhos aos novos coronéis. Recife, UFPe./ PIMES, 1974.

- SAES, A.M. Décio. Coronelismo e Estado Burguês: elementos para uma re-
interpretação. In: Estudios Rurales Lationamericanos. (3), v.1, s/d.
- SALES, Teresa. Agreste, Agrestes. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1982.
196 p.
- SANDRONI, Paulo. Questão Agrária e Campesinato. São Paulo, Editora Po-
lis, 1980. 104 p.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceitua-
ções. In: Trabalho e Dominação. Petrópolis, Editora Vozes, 1980.
- . Peasants and Peasant Societies. Great Britian, Pinguim, 1979.
448 p.
- SILVA, Sérgio S. Valor e Renda da Terra. São Paulo, Editora Polis,
1981. 159 p.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. A Questão Agrária na América Latina. Rio de
Janeiro, Zahar Editores, 1976. 177 p.
- SOARES, Luiz Eduardo. Campesinato: Ideologia e Política. Rio de Janeiro,
Zahar Editores, 1981. 230 p.
- SOUZA, Eloy. O Calvário das Secas. Rio de Janeiro, Livraria Editora Cá-
tedra, 1983. 192 p.
- SOUZA, Itamar de e MEDEIROS FILHO, João. Os Degradados Filhos da Seca.
Petrópolis, Editora Vozes, 1983. 108 p.
- SORJ, Bernardo. Estado, Classes Sociais e Agricultura Brasileira. Rio de
Janeiro, Zahar Editores, 1980. 152 p.
- TSE TUNG, Mao. Obras Escolhidas. São Paulo, (3), Editora Alfa Ômega,
1975. 468 p.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Capital e Propriedade Fundiária. Rio de
Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978. 145 p.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. et alli. Reflexões sobre a Agricultura
Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979. 180 p.
- WOLF, Eric. Guerras Camponesas no Século XX. São Paulo, Editora Global,
1974. 361 p.
- . Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
150 p.
- VELASCO, Enrique. La Plusvalia. Barcelona, Editorial Blune, 1977.
- VELHO, Otávio Guilherme. Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, Zahar
Editores, 1982. 145 p.

VELHO, Otávio Guilherme et alli (orgs). Estrutura de Classes e Estratificação social. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976. 170 p.

VINHAS, M. Problemas Agrário-Camponeses do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1972. 334 p.

ZENTENO, Raul Benitez (coord.). As Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.